

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

**PODER LOCAL, PARTIDO POLÍTICO E DITADURA MILITAR: a Aliança
Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)**

Belo Horizonte

2021

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

**PODER LOCAL, PARTIDO POLÍTICO E DITADURA MILITAR: a Aliança
Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)**

Versão final

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta

Belo Horizonte

2021

981.33 Sobreira, Dmitri da Silva Bichara.
S677p Poder local, partido político e ditadura militar
2021 [manuscrito] : a Aliança Renovadora Nacional (Arena) na
Paraíba (1969-1979) / Dmitri da Silva Bichara Sobreira. -
2021.
326 f. : il.
Orientador: Rodrigo Patto Sá Motta.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia.

1.História – Teses. 2.Partidos políticos - Teses. 3.
Aliança Renovadora Nacional (Brasil) - Teses . 4.Paraíba –
História – Teses. 5. Brasil – História – 1964-1985 – Teses.
I. Motta, Rodrigo Patto Sá . II. Universidade Federal de
Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Poder local, partido político e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1969-1979)"

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dr. Rodrigo Patto Sá Motta - Orientador
UFMG

Profa. Dra. Priscila Carlos Brandão
UFMG

Profa. Dra. Lúcia Grinberg
UNIRIO

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes
UFPB

Prof. Dr. Ueber José de Oliveira
UFES

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Patto Sa Motta, Membro**, em 10/09/2021, às 09:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Carlos Brandao, Subchefe de departamento**, em 10/09/2021, às 09:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucia Grinberg, Usuário Externo**, em 10/09/2021, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de](#)

assinatura
eletrônica

13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ueber José de Oliveira, Usuário Externo**, em 13/09/2021, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Giovani Antonino Nunes, Usuário Externo**, em 17/09/2021, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0885584** e o código CRC **1B424920**.

*Aos meus pais, Ruth Sheilla e
Marcelino.*

AGRADECIMENTOS

Nesses quatro anos de doutorado me lembrei que nunca estive sozinho, sempre acompanhado de pessoas queridas que, de alguma forma, me ajudaram na construção dessa tese ou me acompanharam nesse percurso. Agradeço aos meus pais pelo apoio, o amor e o carinho dado por eles, formando a pessoa que eu sou hoje. À minha avó Fri, e minhas tias Gleide e Márcia, por sempre acreditarem em mim e fazer com que tudo isso fosse possível.

Agradeço ao meu orientador, professor Rodrigo, por ter me aceito como orientando e pela sua importância na realização dessa pesquisa, na construção dessa tese e no meu crescimento como profissional. Aos membros da banca, professor Paulo Giovani, que me acompanhou desde a graduação e do mestrado, figura importante na idealização dessa pesquisa; às professoras Lúcia Grinberg, Priscila Brandão e ao professor Ueber Oliveira, pela disponibilidade de participarem da minha banca e pelas relevantes contribuições dadas na elaboração dessa tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e convidados, com os quais eu cursei disciplinas, agradeço por me proporcionarem debates proveitosos para a tese: Douglas Marcelino, Heloísa Starling, Ernesto Bohoslavsky, Gabriela Águila e Daniel Lvovich. Agradeço ainda aos coordenadores, professores Mauro Condé e Rafael Scopacasa, e aos funcionários do PPGH, Maurício e Gustavo, que muito me ajudaram no período em que estive vinculado ao programa.

Aos funcionários dos arquivos públicos e privados agradeço pela colaboração, ajudando a tornar viável os suntuosos caminhos da pesquisa empírica. Agradeço aos colegas professores, funcionários e alunos da UFCG, que me acolheram no período em que estive vinculado àquela instituição.

Agradeço à Capes pelo financiamento provido para este doutoramento. E exponho aqui meu desejo para que essa instituição se mantenha subsidiando a pesquisa científica brasileira, pois não há nação que se desenvolva sem a valorização da Ciência e o respeito ao olhar crítico de seus profissionais.

Aos familiares que me ajudaram nesse período, em especial: meus irmãos, Breno e Matheus, meus tios Otaviano (*in memoriam*) e Auxiliadora, pela sempre acolhedora estadia no Rio de Janeiro, e meus sogros, Joca e Teca, pelo suporte e afeto prestados; aos meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, mesmo distantes: Águila, Matheus, Gabi, Luciana, Daniel,

Isla, Krisieli, Maria Livia, Felipe, Elze, Paulão (e todo mundo do Ponta). Agradeço ainda a Isabor que, além de ser uma grande amiga, foi uma criteriosa revisora do meu texto.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo da minha estadia em Belo Horizonte, Danilo, Diogo, Dani, Ana Paula, Elvis, Livia, Edi, Gabi, Hélia e todos os colegas com os quais cursei disciplinas e troquei experiências, angustias e expectativas sobre a vida profissional.

Por fim, com um amor especial, agradeço à Rebeca, minha companheira, pelo suporte emocional e a força com a qual você levantava meu astral sempre que me sentia desmotivado. Obrigado por ter estado comigo nesses longos quatro anos de doutorado.

RESUMO

Esta tese analisa a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado no ano de 1966, quando a ditadura militar brasileira extinguiu as antigas legendas existentes e instituiu um sistema bipartidário. No bipartidarismo, a Arena desempenhou a função de agremiação de apoio ao regime autoritário, enquanto o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) atuou como uma oposição consentida pela ditadura. No decorrer deste trabalho, verticalizaremos a pesquisa da Arena no estado da Paraíba, tendo como recorte temporal de 1969 a 1979, sendo este último o ano em que o partido foi extinto. A partir da análise da Arena paraibana, buscamos compreender a relação entre o poder regional e a ditadura brasileira, e como o sistema político montado pós-1964 dialogou com a classe política nos estados, transitando entre a repressão e a busca por legitimação. Partimos da percepção de que a Arena foi vetor da cultura política brasileira, e essa perspectiva nos auxilia na análise da trajetória progressiva de seus membros, a forma como eles atuavam dentro do partido, como compreendiam e expressavam suas perspectivas ideológicas, e as razões pelas quais vincularam-se a uma legenda que foi base de um regime autocrático (o qual limitou a atuação dessa classe política em diferentes momentos de sua vigência). Ao delinear nosso recorte temporal entre os anos de 1969-1979, buscamos enxergar como o poder local se reorganizou após o Ato Institucional nº 5 (AI-5), período em que houve uma série de expurgos contra a classe política e houve a proposta de um projeto de reorganização e renovação do partido; analisamos o papel dos governadores indicados indiretamente na Paraíba, a forma como foram escolhidos e seu papel tanto como representantes da ditadura nos estados quanto como líderes da Arena; como os *arenistas* paraibanos se comportavam enquanto representantes da sociedade civil junto à ditadura militar; e as relações de conflito entre as frações políticas existentes dentro do partido, observando como essas querelas influenciaram na execução do projeto de modernização autoritária formulado pela ditadura.

Palavras-chave: Arena. Ditadura militar. Paraíba.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the Brazilian political party Aliança Renovadora Nacional (Arena), created in 1966, once the military dictatorship had extinguished other preexisting political acronyms in order to institute a two-party system. As part of such system, Arena's function was one of support to the authoritarian regime, while Movimento Democrático Brasileiro (MDB) acted as the opposition, with the dictatorship's consent. In this work, we focus our research on Arena's performance in the state of Paraíba, having, as our chosen time frame, the period between 1969 and 1979 – the latter being the year when the party was extinct. Starting from an analysis of Paraíba's Arena, we aim to understand the relationship between regional powers and the Brazilian dictatorship, as well as how the political system, assembled after the coup d'état in 1964, connected to the political class in the states, transiting between repression and a search for legitimation. We start from the perception of Arena as a vector of Brazil's political culture, a perspective which helps us analyze the previous history of its members, how they understood and expressed their political perspectives, the reasons why they joined a party that served as the basis of an autocratic government which limited the operation of this same political class in several moments, and the way these members acted within it. By outlining our time frame as 1969-1979, we seek to observe how the local power reorganized itself after Institutional Act Number 5 (AI-5), a period when there was a series of purges against the political class, and when a project of party reorganization and renovation was proposed; to analyze the role of the governors, indirectly appointed by the federal government, in Paraíba, as well as the way they were chosen and the duties they performed as both representatives of the dictatorship in the states and leaders within Arena; to understand how Paraíba's *arenistas* behaved as representatives of the civil society to the dictatorship; to delve into the conflicting relations between the existing political fractions within the party, and how these quarrels influenced the execution of the authoritarian modernization project elaborated by the Brazilian dictatorship.

Keywords: Arena. Military dictatorship. Paraíba.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Partidos de origem dos membros do Diretório Nacional da Arena – 1966.....	44
Tabela 2- Divisão dos parlamentares paraibanos entre os partidos na Câmara Federal – 1966	46
Tabela 3- Divisão dos parlamentares entre os partidos na Assembleia Legislativa – 1966....	46
Tabela 4- Membros do Diretório Regional da Arena e seus partidos de origem – 1966	48
Tabela 5- Deputados federais eleitos, filiação partidária antes da Arena e área de atuação – 1970	106
Tabela 6- Deputados estaduais eleitos, filiação partidária antes da Arena e área de atuação – 1970	106
Tabela 7- Governadores indicados, seu histórico profissional e partidário – 1970.....	108
Tabela 8- Secretários nomeados para o governo Ernani Sátyro, profissão e perfil – 1971 ...	115
Tabela 9- Deputados federais eleitos e suas zonas de influência – 1974	158
Tabela 10- Deputados estaduais eleitos e suas zonas de influência – 1974	158
Tabela 11- Governadores indicados, seu histórico profissional e partidário – 1974.....	165
Tabela 12- Secretários nomeados para o governo Ivan Bichara, profissão e perfil – 1975 ..	169
Tabela 13- Dados relativos à representação partidária na eleição municipal – 1972.....	183
Tabela 14- Dados relativos à representação partidária na eleição municipal – 1976.....	184
Tabela 15- Divisão da Arena a partir do dossiê “Balanço de Forças-Lideranças” – 1978....	208
Tabela 16- Deputados federais eleitos, sua situação eleitoral e posição partidária – 1978 ...	222
Tabela 17- Deputados estaduais eleitos, sua situação eleitoral e posição partidária – 1978 .	222
Tabela 18- Governadores indicados e seu histórico profissional e partidário – 1978.....	225
Tabela 19- Perfil dos secretários nomeados para o governo Burity – 1979	242

LISTA DE ABREVIATURAS

AC – Ato Complementar
ACE – Alto Comando do Exército
ADESG – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
ADP – Ação Democrática Parlamentar
AI – Ato Institucional
AIB – Ação Integralista Brasileira
AMPEP – Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
API – Associação Paraibana de Imprensa
Arena – Aliança Renovadora Nacional
BEP – Banco do Estado da Paraíba
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
CAGEPA – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba
CBA – Comitês Brasileiros Pela Anistia
CEASA – Central de Abastecimento Agrícola
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise de Planejamento
CENIMAR – Centro de Informações da Marinha
CEPLAR – Campanha de Educação Popular
CIE – Centro de Informações do Exército
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNI – Conselho Nacional das Indústrias
COCENE – Comissão Coordenadora de Estudos sobre o Nordeste
CSN – Conselho de Segurança Nacional
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DSN – Doutrina de Segurança Nacional
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
ESG – Escola Superior de Guerra
FIEP – Federação das Indústrias do Estado Paraíba
FETAG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPM – Inquérito Policial Militar

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MFPA – Movimento Feminino Pela Anistia

MLN-T – Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros

MTR – Movimento Trabalhista Renovador

NIDHR – Núcleo de Informação e Documentação Histórico Regional

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAEG – Programa de Ação Econômica do Governo

PB-Tur – Secretaria de Divulgação e Turismo, criando a Paraíba Turismo S.A.

PBV – Partido da Boa Vontade

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDAN – Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste

PDC – Partido Democrático Cristão

PDR – Partido Democrático Republicano

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Plano de Integração Nacional

PL – Partido Libertador

PLANALSUCAR – Programa Nacional de Melhoramento da Canas-de-açúcar

PLANAP – Plano de Ação Partidária

PM – Polícia Militar

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano da Paraíba

PRM – Partido Republicano Mineiro

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

PP – Partido Progressista

PRP – Partido da Representação Popular

PRP – Partido Republicano da Paraíba

PSP – Partido Social Progressista
PST – Partido Social Trabalhista
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
Saelpa – Sociedade de Eletrificação da Paraíba
SEPLAN – Secretaria de Planejamento
SNI – Sistema Nacional de Informações
STF – Superior Tribunal Federal
STM – Superior Tribunal Militar
Sudene – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TCU – Tribunal de Contas da União
TRE-PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
UDN – União Democrática Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – UMA HISTÓRIA REGIONAL DA ARENA E DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	16
CAPÍTULO I – OS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA ARENA PARAIBANA: DA FUNDAÇÃO À SUA REORGANIZAÇÃO NA DÉCADA 1970	34
1.1. A política regional entre 1945-1968: precedentes partidários e fundação da Arena na Paraíba	36
1.2. A crise e o fracasso da reorganização da Arena na década de 1970: a continuidade da tradicional classe política	53
1.2.1. João Agripino e a legitimidade da atuação da classe política na Arena paraibana	53
1.2.2. A reorganização partidária continuidade da cultura política brasileira na Arena paraibana	58
1.2.3. O presidente regional da Arena como conciliador político	69
1.3. O Diretório Municipal de João Pessoa e os departamentos <i>arenistas</i> como parte do projeto de reorganização	75
1.3.1. O Diretório Municipal de João Pessoa	75
1.3.2. O Departamento Feminino	80
1.3.3. O Departamento Jovem	84
1.4. Os problemas da Arena no plano regional	91
CAPÍTULO II – CONSERVADORISMO E MODERNIZAÇÃO: A ARENA NO GOVERNO ERNANI SÁTYRO (1970-1974).....	96
2.1. As eleições de 1970: A indicação de Ernani Sátyro governador biônico e a tentativa de “pacificação política”	98
2.2. “Tradição e renovação”: o governo Ernani Sátyro e a ditadura na Paraíba.....	107
2.2.1. Sátyro entre a política tradicional e o tecnicismo	107
2.2.2. A questão agrária e a modernização conservadora na Paraíba.....	119
2.3. O governo Ernani Sátyro e a Arena paraibana: A eleição de Campina Grande e os “rebeldes”	131
2.3.1. A eleição de Campina Grande em 1972.....	131
2.3.2. Sátyro e os “rebeldes” da Arena na Assembleia Legislativa	139
CAPÍTULO III – CONCILIAÇÃO PARTIDÁRIA E A “DISTENSÃO”: O GOVERNO IVAN BICHARA E A ATUAÇÃO DE ANTÔNIO MARIZ NO CONGRESSO NACIONAL (1974-1978)	147
3.1. As eleições de 1974: A solução <i>americista</i> e a derrota <i>arenista</i> na eleição senatorial	149
3.2. Conservadorismo e conciliação partidária: o governo Ivan Bichara entre a ditadura militar e os grupos <i>arenistas</i>	160
3.2.1. O passado integralista e o conservadorismo autoritário.....	160

3.2.2. O governo Bichara e a conciliação da Arena paraibana.....	170
3.3. As eleições municipais de 1976: a conciliação promovida por Ivan Bichara e os significados da vitória <i>arenista</i>	181
3.4. A atuação de Antônio Mariz no Congresso Nacional: entre a dissidência e o governismo.....	186
CAPÍTULO IV – A “REBELDIA” MARIZISTA E O FIM DA ARENA: ELEIÇÃO DE 1978 E O GOVERNO TARCÍSIO BURITY (1978-1979).....	201
4.1. Do “acordo de Brasília” à “rebeldia” <i>marizista</i> e a derrota para o senado: a eleição de 1978 na Paraíba.....	202
4.2. A conciliação sob um discurso liberal: o primeiro ano do governo de Tarcísio Burity	224
4.2.1. A ambiguidade do discurso liberal-democrático da Arena	224
4.2.2. Burity e os dissidentes na Arena	239
4.3. O fim da Arena: interpretações sobre o sistema bipartidário na Paraíba.....	245
CAPÍTULO V – A ARENA PARAIBANA NA CARICATURA: AS REPRESENTAÇÕES DO PARTIDO E DE SEUS MEMBROS NA ESCALA REGIONAL.....	250
5.1. A relação da Arena paraibana com o governo federal: submissão e problema	255
5.2. O processo de escolha dos candidatos a governador: Divisão e competição	267
5.3. A dinâmica entre a Arena e o MDB: Disputas e negociações	281
5.4. A Arena e o povo: exclusão, cabresto e cooptação.....	284
CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
REFERÊNCIAS	301

INTRODUÇÃO – UMA HISTÓRIA REGIONAL DA ARENA E DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

O propósito desta tese é aprofundar o conhecimento sobre a ditadura militar brasileira instaurada após o golpe civil-militar de 1964¹. Um movimento político que derrubou um presidente legitimamente eleito, João Goulart, o Jango, e lançou mão de medidas arbitrárias e violentas, organizando um regime autoritário que se estendeu ao longo de 21 anos no país. Para melhor compreender a ditadura, escolhemos como objeto de nossa pesquisa a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado em 1966, após promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Esse foi um decreto arbitrário que extinguiu as antigas legendas partidárias fundadas em 1945 e instaurou um sistema bipartidário composto pela Arena, encarregada de defender os interesses do regime no Congresso, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que desempenharia a função de oposição consentida pelo regime.

Nossa pesquisa sobre o sistema político implementado pela ditadura militar início no mestrado, quando foi analisada a formação da Arena e sua atuação entre 1966 e 1969². Agora, nesta nova etapa, estabelecemos como recorte temporal o período de 1969 até 1979, ano no qual foi decretada sua extinção. Como justificativa para esse delineamento, apontamos as mudanças promovidas pelo Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968, que ampliou o aparato repressivo do regime ao afastar setores militares de parte de seus aliados civis. A partir do AI-5, novos problemas surgiram, afetando a relação entre o governo e seu partido nas suas mais diversas áreas de atuação.

Desde o início da pesquisa, estabelecemos como recorte espacial o estado da Paraíba, o qual nos serve como ponto principal da nossa análise. Localizada na região Nordeste do território brasileiro, a Paraíba é um estado de dimensões territoriais pequenas (56 469,744 km² de área), e que, na década de 1960, tinha um perfil predominante rural; suas áreas urbanas apresentavam significativo crescimento, mas dispunham de relativa importância no cenário político e econômico. Sua indústria era embrionária e os motores de sua economia eram a agricultura e a pecuária extensiva, levando a uma alta concentração de terra nas mãos de uma

¹ Na historiografia, é comum existirem conflitos entre as terminologias escolhidas para denominar e explicar um determinado período, objeto ou conceito histórico. Sobre o regime autoritário instaurado após o golpe de 1964, optamos pelas nomenclaturas ditadura militar ou regime militar (o termo “regime militar” traz implícito sua natureza autoritária). Nenhum governo autocrático se estabelece sem qualquer respaldo da sociedade civil, como acontecera em outras ditaduras no século XX, sendo reconhecida a participação de setores civis no golpe e no regime militar, discutidas, sobretudo, em Dreifuss (1981). Contudo, quem se manteve no centro das decisões políticas no regime instituído entre 1964 e 1985 foram os militares, ainda que tivessem de negociar e fazer concessões para manter-se no poder. Sobre essa discussão ver: Motta (2014) e Napolitano (2014).

² Ver Sobreira (2016).

pequena elite agrária, os latifundiários, fator que impulsionou o poder econômico e político desse grupo.

Na virada para a década de 1970, com a implementação do projeto de modernização autoritária, ou conservadora³, pela ditadura, ocorreram mudanças no perfil econômico do estado, com o aumento da presença da indústria na Paraíba. Para Cittadino (1999, p. 122), apesar da iniciativa modernizadora, esse processo ficou marcado pelo conservadorismo, que mantinha nas mãos das tradicionais oligarquias políticas e econômicas os benefícios da modernização estatal, enquanto as faixas mais amplas da população arcaram com os custos do processo, sendo submetidas a uma miserabilidade progressiva⁴. Nos estados, a modernização conservadora tinha como principal expoente os grupos políticos inseridos na Arena, e, ao olharmos sua atuação na década de 1970, é possível perceber o processo de modernização convivendo com o que há de mais arcaico na política local.

Por meio da análise da ARENA paraibana pretendemos melhor apreender o funcionamento do sistema político formado durante a ditadura, compreendendo como o regime se relacionou com as elites políticas estaduais. Estaremos atentos às particularidades estaduais e conscientes de que as relações do regime militar com as lideranças estaduais não tiveram caráter unívoco. Nossa análise se concentrará nos seguintes aspectos da vida partidária *arenista*: sua organização interna; participação e desempenho nas eleições; atuação dos governadores biônicos, eleitos indiretamente; a relação estabelecida entre os membros do partido, o núcleo federal do regime e os diversos setores da sociedade civil, os quais a Arena buscava representar frente às instituições públicas.

A História Regional é uma perspectiva historiográfica que tem crescido no Brasil. Ao abordar uma conjuntura espacial mais restrita do território brasileiro, o historiador consegue focalizar características pouco observadas a partir de um recorte nacional⁵. Para Revel (1998), ao trabalhar com diferentes escalas de análise, o pesquisador contribui para a interpretação das

³ Esse projeto modernizador foi, como apontou Bresser-Pereira (2015), um pacto desenvolvimentista semelhante ao elaborado por Getúlio Vargas, diferenciando-se pela exclusão da classe trabalhadora do projeto político. Nele engajaram-se os golpistas reunidos em 1964, tendo como principal força o chamado “tripé modernizante”: burguesia, tecnoburocracia e interesses estrangeiros. Fundava-se na harmonização de tendências liberais, do nacionalismo e do anticomunismo.

⁴ Segundo Cittadino (1999, p. 122), à máquina burocrática foram conferidas atribuições anteriormente não existentes; dinamizou-se a economia local através de incentivos à industrialização; houve, entre 1965 e 1974, a criação e a consolidação de organismos estatais para atender às novas demandas e exigências; e investiu-se em infraestrutura, setor indispensável para as pretensões modernizadoras da ditadura.

⁵ De acordo com Reckziegel e Heinsfield (2006, p. 9-10), a expansão da História Regional é resultado do crescimento decursos de pós-graduação; do esgotamento das sínteses baseadas em macroabordagens e da necessidade de analisar a singularidade de microespaços regionais e locais, sobretudo as transformações sofridas na organização social do país; e da mudança no conceito de região, que deixou de ser apenas um espaço físico, passando a representar um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares.

estruturas de sustentação política de um país, estabelecendo novos olhares sobre objetos históricos normalmente vistos pela ótica das macroestruturas. Para o autor:

Na verdade, a escolha não é alternativa entre duas versões da realidade histórica do Estado, uma que seria “macro” e a outra “micro”. Uma e outra são “verdadeiras” (e muitas outras mais em níveis intermediários que seriam convenientes recuperar de modo experimental), e nenhuma é realmente satisfatória, porque a constituição do Estado Moderno é precisamente feita do conjunto desses níveis, cujas articulações ainda precisam ser identificadas e pensadas. A aposta da análise microssocial [...] é que a experiência mais elementar, a do grupo restrito, e até mesmo do indivíduo, é a mais esclarecedora porque é a mais complexa e porque se inscreve no maior número de contextos diferentes. (REVEL, 1998, p. 32)

Sobre a análise regional dos partidos políticos, Lima Júnior (1983) adverte para o perigo de generalizações excessivas quando o pesquisador limita seu olhar para a ação nacional dessas organizações. Ao analisar o sistema partidário existente entre 1945 e 1964, o autor infere que: “[...] tal sistema como um todo passou por um processo contínuo de mudanças, e, com o tempo, atuou de maneira diferente em cada estado e em cada nível de competição, pois sua estrutura dependia das condições locais de disputa eleitoral” (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 23).

Já acerca do sistema bipartidário e sua evolução, Fleischer (1981) indica que as divisões regionais guardam sua importância para compreensão da representação partidária no Congresso Nacional, pois há uma importância da conjuntura local na atuação parlamentar: “Parece-nos que estas clivagens regionais estão sempre presentes, e com tais culturas políticas regionais tão diferenciadas, as tentativas de organizar partidos homogêneos e integrados nacionalmente são realmente árduas” (FLEISCHER, 1981, p. 201-202).

Quando nos orientamos por uma perspectiva processual do sistema partidário brasileiro, tais constatações nos servem para analisar o bipartidarismo, reforçando a necessidade de estabelecer um olhar regional sobre a Arena como forma de traçar novas compreensões acerca do regime autoritário. Em estudo recente, Oliveira (2018) ressaltou a importância de analisar como a ditadura estabeleceu mecanismos de controle sobre as unidades federativas, na linha da expansão da análise para além da ótica restrita aos espaços nacionais de ação política:

É evidente que o governo central [...] criou diversos mecanismos no sentido de exercer o controle sobre lideranças regionais, a exemplo do próprio bipartidarismo e das governadorias biônicas. Todavia, considera-se a visão [nacional] excessivamente simplista dada a complexidade do nosso sistema federativo brasileiro, especialmente do processo político formal verificado no contexto do regime militar, inclusive nos espaços regionais. Tais aspectos tornam as explicações mais correntes insuficientes para o estabelecimento de aproximações com a realidade. (OLIVEIRA, 2018, p. 35)

Faz-se necessário implementar, em nível estadual e a partir dele, um olhar histórico crítico sobre os partidos e sua relação com a ditadura militar, tal qual tem sido feito no plano nacional. Quando indicarmos uma abordagem estadual, não estaremos nos referindo a um estudo geograficamente restrito, pelo contrário, a compreendemos como algo dinâmico, que articula o nível local com o nacional e outros recortes regionais selecionados. Nesse sentido, ressalte-se que, quando estudamos a história da Paraíba, estamos observando a história do Brasil e da América Latina, pois são diversas as conjunturas e os problemas compartilhados pelos Estados latino-americanos, passíveis de serem observados nas mais diversas escalas de análise⁶.

A abordagem da Arena por um recorte regional não é algo inédito entre historiadores e cientistas sociais, e por meio dessa metodologia é possível perceber diferentes formas de se analisar o partido. Madeira (2002), ao analisar a coesão das bancadas federais da Arena nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, traz uma abordagem histórica, examinando a continuidade de aspectos da política precedentes ao golpe de 1964 nas bancadas *arenistas* e a influência das relações políticas estabelecidas no bipartidarismo na Nova República. Ao cruzar informações entre os estados selecionados, Madeira indica como as dinâmicas políticas diferentes em cada espaço regional tiveram influência na relação do partido com o regime.

Tendo como recorte espacial o Espírito Santo, o já referido Oliveira (2018) aponta traços de continuidade entre o sistema pluripartidário instaurado em 1945 e o bipartidário ali imposto em 1965. Em sua tese, é apontada a importância dos *arenistas* capixabas na concretização do projeto político-econômico autoritário imposto para aquele estado. Além da reorganização dos grupos políticos nos dois novos partidos, Oliveira aprofunda o conhecimento sobre como as elites políticas locais se beneficiaram desse projeto modernizador imposto no Espírito Santo.

O bipartidarismo no Paraná foi analisado por Batistela (2019), tendo como foco os diretórios partidários sediados na capital, Curitiba. Em sua pesquisa, o autor não apenas abordou a organização interna dos partidos, como também expandiu sua análise para a atuação da Arena e do MDB junto à sociedade paranaense. Privilegiando uma narrativa processual da dinâmica entre as duas legendas na política local, Batistela examinou a relação das elites e dos grupos políticos dentro do estado do Paraná e junto aos militares.

⁶ A perspectiva regional vem ampliando-se também na historiografia de outros países da América Latina. Na Argentina, referenciamos aqui os trabalhos de Bandieri (2018), no qual são abordadas possibilidades de pesquisa no âmbito da História Regional de seu país, e Aguila (2008), em que é analisada a ditadura militar argentina no contexto da província de Rosário.

Realizando uma abordagem diferente, Duwe (2016) olha para a Arena catarinense a partir da gestão do governador biônico escolhido através de eleição indireta. Na sua análise sobre o governo de Colombo Machado Salles (1971-1975), o autor compreende o aumento da influência dos profissionais técnicos na política ditatorial. Representados na figura do governante, estes estabeleceram disputas por espaços de poder com os políticos de carreira, resultando em conflitos internos na Arena catarinense.

Por sua vez, a pesquisa de Fontineles (2009) abarca as administrações estaduais de Alberto Silva no Piauí durante e após a ditadura militar (1971-1975 e 1987-1991). A autora enfatiza a construção de uma memória sobre essa personalidade política a partir das obras executadas em suas duas gestões. Essas, ao mesmo tempo que modernizaram o Estado do Piauí, enquadravam-se no projeto político-econômico autoritário arquitetado pela ditadura militar.

Em sua análise sobre a ditadura militar na Bahia, Dias (2016) aborda a Arena tomando como fio condutor a trajetória de Antônio Carlos Magalhães dentro do partido. Seu estudo destaca a centralidade dessa liderança política, forjada ao longo do regime autoritário para a implementação do projeto de modernização conservadora na Bahia, bem como sua relação com os militares e demais personalidades da política baiana que integravam a legenda situacionista naquele estado.

Sobre a Arena na Paraíba, há a pesquisa de Cittadino (2006), na qual é feita uma análise do governo e da atuação partidária de João Agripino (1966 a 1971). Através de um viés econômico da História, a autora relatou a modernização implementada no Estado ainda na década de 1960. Ao mesmo tempo, discute sua atuação enquanto liderança política dentro da Arena paraibana, conciliando os grupos políticos dentro do partido, bem como intercedendo nas questões federais no plano estadual, especialmente a repressão imposta sobre a sociedade civil.

Também governador pela Arena da Paraíba, Ernani Sátyro (1971-1975) foi objeto de análise de Mendes (2019), em dissertação na qual se propôs a abordar sua trajetória política desde sua atuação como deputado federal pela UDN até sua chegada ao governo estadual. Ocupando o cargo de governador, Sátyro tornou-se um agente político da ditadura na Paraíba durante os “anos de chumbo”, atuando tanto na repressão política, como articulando o projeto modernizador autoritário, agindo em benefício das elites políticas e econômicas paraibanas.

Buscando ampliar a pesquisa de Cittadino para uma abordagem centrada na Arena, nossa dissertação de mestrado, defendida em 2016, abordou a participação dos grupos políticos paraibanos na ditadura militar. Ao olhar para a estrutura partidária, percebemos que o remanejamento oligárquico de um sistema pluripartidário para um sistema bipartidário levou

em consideração a adesão dos grupos políticos ao golpe de 1964 e às injunções da eleição estadual de 1965; analisou-se a conflituosa atuação eleitoral dessas oligarquias comprimidas em uma única legenda, o que afetou a estabilidade partidária; e a atuação dos representantes eleitos pela Arena, ponderando-se que nem todos os *arenistas* compactuavam irrestritamente com o regime, resultando em cassações de mandatos eletivos após o AI-5⁷.

Tais pesquisas indicam o papel fundamental desempenhado pela Arena na relação entre a classe política e a ditadura militar no plano regional. Através de estudos sobre o partido, é possível conhecer as conjunturas estaduais, lançando luz sobre problemas de contextos mais restritos que influenciam no plano nacional de poder e que, por vezes, são vistos de modo generalizado pelos pesquisadores. Num país de dimensões continentais como o Brasil, os recortes regionais guardam particularidades que não devem ser ignoradas pelo olhar crítico e criterioso dos historiadores.

Ao mesmo tempo, a partir das pesquisas acima mencionadas, é possível apontar que a maioria dos trabalhos que abordam o partido o analisam ou dentro de um olhar sobre o sistema bipartidário, ou focado na atuação dos governadores. Faz-se necessário desenvolver estudos sobre a Arena nos quais o partido é o objeto de pesquisa, e a partir dele analisar sua relação com o MDB e as gestões protagonizadas por seus membros. Trazer os partidos políticos para o centro do debate histórico ajuda a entender suas especificidades dentro de cada contexto, e sua real influência na história do processo político brasileiro.

Parte desses trabalhos vieram na esteira da pesquisa de Grinberg (2009), pioneira na análise da Arena pela historiografia. Na época em que realizou sua pesquisa, a autora aponta que havia uma interpretação acadêmica sobre a Arena, prevalecente das Ciências Sociais das décadas de 1970 e 1980, que a observava estritamente sobre sua atuação eleitoral, indicado ainda a artificialidade do sistema bipartidário inventado pelo regime. Para Grinberg, é preciso compreender o partido como um grupo de indivíduos constituídos de trajetórias políticas singulares, e não apenas com os ideais apresentados pela organização partidária. Muitos desses indivíduos exerceram sucessivos mandatos eletivos, trazendo consigo visibilidade e representatividade junto à população. “[...] se a Arena foi inventada pela ditadura, seus membros não o foram, tendo, em sua maioria, longa prática na política partidária, tanto antes, quanto durante os anos de 1945-1964” (GRINBERG, 2009, p. 32).

Concordamos com Grinberg quando afirma a necessidade de historicizar a Arena considerando a trajetória de seus membros, bem como, mediante a historiografia referida acima,

⁷ Outros trabalhos que podem ser referenciados sobre a Arena numa perspectiva regional são: Canato (2003), sobre a Arena em Araraquara-SP; e Braga (2016) sobre o bipartidarismo em Alegrete-RS.

tomamos como primordial a análise da atuação desses indivíduos na escala regional. A compreensão das dinâmicas políticas originárias nesse recorte espacial expande e dá novos sentidos à ação do partido e de seus membros, nos objetivos por eles traçados e nas causas defendidas enquanto representantes políticos da sociedade e da ditadura militar, pois parte de seus interesses políticos tem origem na política local. Ao longo dessa introdução, apresentaremos maiores detalhes sobre a forma como pretendemos compreender a ação dos *arenistas* paraibanos no recorte temporal proposto.

Quando nos inclinamos a compreender os indivíduos filiados a um partido que atuou como base de apoio a um regime autoritário responsável pela perseguição de setores sociais de esquerda, logicamente localizamos essa agremiação à direita do espectro político. Segundo Bobbio (1995), com o fim da experiência soviética, alguns intelectuais julgaram ultrapassada a utilização da díade esquerda-direita para explicar a ação de movimentos e atores políticos; sua aplicabilidade foi rejeitada, pois seria uma perspectiva simplista para explicar fenômenos complexos.

Contudo, o autor pondera que essa díade continua em voga, pois sua essência, constituída na relação dos atores políticos com os contrastes sociais, permanece coerente na explicação dos fenômenos políticos ao longo do tempo. Nela, a esquerda se orienta para uma luta constante para reduzir as desigualdades sociais, enquanto a direita acredita que essas são intrínsecas à sociedade (BOBBIO, 1995, p. 33). No campo da retórica, a esquerda e setores da direita condenam a desigualdade social⁸, portanto, para compreender sua diferença de forma efetiva, faz-se necessária uma análise voltada para as ações e práticas dos atores políticos frente às estruturas econômicas e sociais.

Considerando a complexidade dos fenômenos históricos pós-1989 e a permanência da essência daquilo que define a díade direita-esquerda, Silva (2000, p. 12) aponta que é preciso reconhecer sua abrangência heurística, compreendendo suas mais diversas manifestações. Assim, deve-se falar em direitas e esquerdas no plural, pois, reconhecendo a realidade complexa das sociedades contemporâneas, cada lado desse espectro pode variar nas ideias e modos de agir, espacial ou temporalmente, indicando uma diversidade de concepções em cada flanco político.

Ou seja, os movimentos de direita e esquerda na Europa diferem dos latino-americanos: ao mesmo tempo que são distintos dos valores que norteiam esses espectros

⁸ Vale ressaltar que existem grupos dentro da direita conservadora que acreditam ser as desigualdades sociais algo natural e positivos para o equilíbrio das sociedades.

políticos nos Estados Unidos, carregam discrepâncias estabelecidas ao longo do tempo⁹. Por exemplo, as direitas no auge da Guerra Fria distinguem-se das direitas do século XXI, apesar de algumas características permanecerem incutidas em movimentos políticos atuais, mesmo aparentemente desconexas dos debates contemporâneos¹⁰. Da mesma forma que existem pluralidades de direitas e esquerdas dentro dos próprios espaços nacionais, identificadas com valores distintos, que por vezes dialogam ou se repelem.

Ao verticalizarmos no caso brasileiro, percebemos como as bases autoritárias classistas fundamentaram a adesão dos setores sociais ao golpe de 1964. E, ao olharmos para a Arena, é possível reconhecer tais bases em seu contexto regional, compreendendo-as a partir dos eventos e das conjunturas que dão sentido à ação dos atores políticos, e distinguindo as divisões presentes dentro do espectro ideológico da direita brasileira.

Seguindo nessa revisão bibliográfica, Motta (2014), reforça a necessidade de observar tais objetos de estudo localizados à direita do espectro político – no nosso caso, os *arenistas* – enquanto agentes políticos, compreendendo como seus objetivos, valores e interesses expressam anseios de amplos segmentos sociais. Para o autor, tal interpretação não significa relativizar possíveis crimes por eles cometidos ou posicionamentos assumidos, “Mas, significa inscrever tais ações nos respectivos projetos políticos e situá-los na confluência entre certos contextos e conjunturas” (MOTTA, 2012, p. 174). Ao mesmo tempo, Power et alii (2000, p. 15) indicam a necessidade de olhar para os partidos de direita reconhecendo suas posições pragmáticas em relação aos problemas concretos, pois eles podem demarcar mais de uma vinculação ideológica, ou escamotear qualquer tipo de identidade nesse sentido.

Almejando contribuir para a construção de uma nova perspectiva sobre a Arena e a relação de seus membros com a ditadura militar, essa pesquisa enquadra-se na História do Político, sendo esse, na concepção de Rosanvallon (2010), um campo relacionado ao poder, às suas representações e a como essas influenciam no desenvolvimento das democracias. Pensar o político nesses termos é capital para compreender a atuação de um partido político, instituição originalmente liberal, dentro de um regime autoritário.

⁹ Nessas clivagens regionais, é possível aferir que na América Latina cada conjuntura nacional é composta por características que distinguem movimentos de direita, ao mesmo tempo que podemos identificar neles bases autoritárias comuns. Wasseman (2013) aponta que os golpes de Estado e regimes autoritários implementados durante o século XX foram expoentes da vontade de elites oligárquicas civis e militares, reticentes com participação das camadas populares no processo democrático. Esses movimentos por vezes conseguem atingir setores das classes médias, e até mesmo populares, trazendo-lhes ares de legitimidade.

¹⁰ Como ilustração desse raciocínio, apontamos o debate proposto por Motta (2019) que, na análise do giro à direita da conjuntura brasileira do impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, o anticomunismo, comum nos países ocidentais na época da Guerra Fria e aparentemente obsoleto nos debates políticos do século XXI, tornou-se fator de arregimentação social, junto ao fenômeno do antipetismo, contra os governos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dissociando-se de interpretações estritamente vinculadas ao Estado, predominantes entre os historiadores metódicos ou positivistas do Século XIX¹¹, Rosanvallon (2010, p. 72) compreende que o político deve ser entendido como campo e como trabalho. Enquanto campo, é uma instância na qual se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos indivíduos, e nele confere-se um quadro geral aos seus discursos e ações, interligando e dotando de sentido as análises sociais. Enquanto trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano adquire verdadeiras características de comunidade (ROSANVALLON, 2010, p. 72).

Na qualidade de campo e de trabalho, o político articula diversos subsistemas de ação: o econômico, o social, o cultural e a política – enquanto maneiras de agir e se relacionar nos espaços de poder. Falar em político e não em política é entrar no âmbito daquilo que, de fato, constitui a *polis* (igualdade e justiça, identidade e diferença, cidadania e civilidade), rompendo com o que é factual nos processos históricos. Nesse âmbito, a democracia está teleologicamente relacionada ao político, pois nele são operadas as tensões e incertezas entre os segmentos ideológicos que nela atuam. Através dele, averiguamos como os atores históricos ao longo do tempo influenciaram o processo de ampliação e inflexão dos regimes democráticos.

Segundo Rosanvallon (2010, p. 76), é preciso pensar a democracia retomando seu fio histórico, reconstruindo o modo como os indivíduos e os grupos sociais compreendem seu meio; aderem ou repudiam ideologias ou movimentos, formulando projetos direcionados para o futuro; bem como a forma como suas visões de mundo influenciaram suas ações. Ao operarmos a História através da perspectiva do político, o historiador percebe a democracia em constante processo de construção, identificando também as rupturas democráticas, os projetos autoritários e totalitários, e as diversas formas como são construídos, legitimados e combatidos.

Para compreender o papel da Arena na construção e legitimação da ditadura militar brasileira, o conceito de cultura política é tido como primordial nesse trabalho. Em voga entre os historiadores desde a ascensão do paradigma *culturalista* na disciplina, a partir da segunda metade do século XX, sua apropriação é parte da renovação da História Política, quando os historiadores passaram a incorporar conceitos e métodos de outras áreas para analisar seus

¹¹ Segundo Bobbio (1998) e Falcon (1995), a História Política do século XIX trabalhava para legitimar a ação pública dos governantes ou indivíduos com notório prestígio social, privilegiando a narrativa dos grandes eventos históricos. Com o advento da Escola dos *Annales*, no início do século XX, a História Política de matriz positivista foi deixada de lado entre os historiadores, sobrepondo-se uma interpretação estruturalista voltada para aspectos econômicos e sociais. Segundo Julliard (1995, p. 180), os *Annales* rechaçavam a concepção de política dos positivistas, considerada superficial pelo seu caráter factual, característica que implica seus principais defeitos: psicológica; elitista, ou bibliográfica, ignora a sociedade global e as massas que a compõe; qualitativa, rejeita as séries; narrativa, exime-se de análise; idealista, despreza o material; é ideológica e parcial sem ter consciência; e desconhece a longa duração.

objetos de pesquisa¹². Para esta pesquisa, utilizamos a concepção de cultura política alinhada à Antropologia Histórica e à Nova História Política francesa, desligada de qualquer perspectiva determinista do conceito¹³.

Nossa concepção está alinhada à perspectiva apresentada por Berstein (1998), a qual privilegia um olhar pluralista e não hierarquizado das culturas políticas. Para ele, o conceito de cultura política serve para entender por quê um indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, adota determinado comportamento político, bem como as razões para sua coesão em grupos políticos, levando em conta suas experiências e seu comportamento diante dos fenômenos históricos, buscando projetar suas ações futuras. Através desse conjunto de representações, é possível reconhecer os valores e as ideias pelas quais eles orientam seu comportamento político (BERSTEIN, 1998, p. 362-363). Diversas são as definições elaboradas para o conceito, contudo, quem o define de maneira mais satisfatória é Motta (2009, p. 21), para o qual cultura política seria um: “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”¹⁴.

Focando na representação político-partidária, essa é definida por Falcon (2001, p. 92), como “‘estar presente em lugar de outra pessoa’, substituindo-a, podendo ou não ‘agir em seu

¹² Segundo Rémond (2003a, p. 24-29), esse intercâmbio com outras áreas faz parte de um movimento de renovação endógeno à disciplina, pois as velhas matrizes interpretativas do positivismo não contemplavam a explicação dos novos objetos e fenômenos históricos que foram incorporados ao âmbito da política quando essa foi expandida para além das fronteiras do Estado. Ainda sobre a renovação da História Política, sobretudo o caminho percorrido entre os historiadores brasileiros, ver Gomes (1996).

¹³ Presente entre pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais desde a década de 1960, quem primeiro concebeu o conceito foram os cientistas políticos norte-americanos, destacando-se a obra de Gabriel Almond e Sidney Verba. Influenciados pela conjuntura da Guerra Fria, sobretudo a necessidade de demonstrar superioridade por parte do modelo de democracia liberal dos Estados Unidos, elaboraram uma tipologia de classificação das culturas políticas em escala global, tendo como principal viés a aceitação de valores democráticos liberais pelos indivíduos em uma sociedade nacional. Nela, cada país se enquadraria em um tipo de cultura política, cuja avaliação levaria em consideração o aprimoramento das instituições liberais e a percepção desses valores pelos indivíduos (MOTTA, 2009, p. 17). Datado no tempo, tal modelo foi criticado pelo seu caráter hierarquizador, etnocêntrico, e por adotar um modelo normativo de cidadania liberal-democrático como superior. Sobre a reinterpretção do conceito de cultura política, Dutra (2002) indica outras interpretações do conceito elaboradas por antropólogos e historiadores, alicerçadas em torno da antropologia interpretativa, ou simbólica, baseadas em análises comportamentais; e da sociologia interpretativa, baseadas nas experiências políticas e sociais dos indivíduos. E para entender a influência da Antropologia Política na mudança do conceito de cultura política, ver Kushnir e Carneiro (1999).

¹⁴ Quando se fala em representações políticas, o autor refere-se à concepção de Falcon (2001), segundo a qual representar seria tornar presente aquilo que está ausente, configurando um conjunto formado por ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia (MOTTA, 2009, p. 21). Ao mesmo tempo não se deve restringir o tema da cultura política à superfície das representações, pois essas são incompletas, imperfeitas, podendo implicar até uma distorção da realidade por parte dos historiadores. É preciso buscar as raízes estruturais que fundamentam as representações políticas, pois, segundo Cardoso (2012, p. 50), as representações e suas variantes não podem ser interpretadas como autônomas à realidade na qual estão inseridas.

nome' na qualidade de seu representante". Estando o representante imbuído de um conjunto que inclui ideologia, linguagem – como os discursos –, memória e imaginário. Essa referencia-se em Pitkin (2006, p. 28), a qual reconhece uma lógica paradoxal nessa relação: na medida que a democracia alcança patamares mais amplos, a representação política ganha limites, diferente da representação ilimitada dos estadistas em regimes fechados. Diante do fluxo dos fenômenos históricos e sua influência no sistema representativo, buscaremos compreender as formas como os *arenistas* se comportaram enquanto ocupantes de mandatos eletivos, e as relacionaremos com características da cultura política compartilhada pelos membros do partido na Paraíba.

Dessa forma, uma questão que se coloca neste momento introdutório seria: qual a cultura política compartilhada pela Arena e seus representantes? Enquanto partido político, a Arena se enquadra naquilo que Berstein (1998, p. 357) considera os vetores das culturas políticas, como as famílias, as igrejas, as escolas e os sindicatos. Não trabalhamos com a ideia de que existe ou existiu uma cultura política própria da Arena, apesar de o partido ter sido capaz de produzir uma identidade *arenista*, compartilhada entre seus membros¹⁵. Essa construção identitária *arenista* é resultado da cultura política partilhada pelos membros dessa legenda, de suas trajetórias político-partidárias progressas à Arena e de sua atuação durante a ditadura militar.

Nessa linha, é mais prudente analisar a Arena como vetor da chamada cultura política brasileira, e seus membros são interpretes do conservadorismo e do liberalismo, que são característicos dos conjuntos ideológicos e culturais das direitas, presentes no partido. Mesmo alinhados a um viés pluralista do conceito, é possível indicar a existência de uma cultura política atrelada aos conjuntos nacionais. Um dos principais responsáveis pela formulação dessa perspectiva, Motta (2009, p. 24-25) aponta a possibilidade de coexistir uma cultura política nacional paralelamente a outras culturas políticas¹⁶:

É possível admitir a existência de padrões culturais coletivos a um povo, uma cultura política brasileira, por exemplo, ao mesmo tempo convivendo com sub-culturas

¹⁵ Essa identidade *arenista* é formada a partir da perspectiva dos partidos como empresas culturais. Segundo Sawiki (2001, p. 210), ao olharmos o partido sob um prisma cultural e não apenas políticos é possível identificar a produção das identidades a partir do trabalho dos dirigentes; reportar a origem dos seus membros e dos meios de organização adotadas pelas agremiações; entender as formas assumidas por um mesmo partido e como elas se diferenciam no tempo e no espaço; levar em conta o desempenho das facções internas por meio de cálculos políticos, caso essas não desvirtuem; e entender como alguns partidos desaparecem e outros se formam ou se transformam.

¹⁶ No seu texto, Motta relata que o próprio Berstein, na conclusão de seu livro “Cultures Politiques em France”, pondera uma posição menos rígida em relação ao conceito, sobretudo na perspectiva nacional: “[...] ao falar num processo de aproximação entre as culturas políticas na direção de consensos nacionais, e ao chamá-las de subculturas, implicitamente está sendo admitida a existência de uma cultura política nacional” (MOTTA, 2009, p. 21).

políticas que disputam esse espaço nacional, e que podem, apesar de suas divergências, carregar algumas características semelhantes em função do pertencimento comum.

Excetuando-se as avaliações hierarquizantes, não há motivo para uma distinção mais rígida entre as duas perspectivas do conceito, admitindo a coexistência de uma cultura política nacional (singular) e culturas políticas disputando espaços nacionais (plural). Pensar a cultura política sob um viés nacional se enquadra em lógica semelhante à da perspectiva das direitas apresentadas anteriormente, e ajuda a operacionalizar uma de suas principais características: os usos políticos do passado para o desenvolvimento de projetos políticos nacionais.

Na concepção de Motta (2013a), existem comportamentos, tradições, valores e representações políticas que, juntos, identificam uma cultura política específica do Brasil, desenvolvida desde antes da existência do Estado Nacional brasileiro¹⁷. Ao mesmo tempo, é preciso ponderar que muitas de suas características não são exclusivas do país; é sua combinação, entendida junto ao processo de formação do Estado brasileiro, que faz surgir essa cultura política nacional. Além disso, ressalve-se que tal cultura política não seria algo homogêneo no país, onde todos os indivíduos se identifiquem com suas características. Ela funciona como uma linha mestra, cercada por outras culturas e ideologias políticas, com as quais estabelece relações mútuas, no caso aqui analisado, predominando entre aqueles que controlam ou almejam controlar o poder¹⁸.

A cultura política brasileira é dotada de um imaginário político nacional, um conjunto de representações elaborado para que as pessoas se identifiquem com personagens políticos do passado, classificando-os como heróis ou vilões, que são associados a eventos marcantes, como batalhas ou guerras. Nela, identificam-se ainda valores e comportamentos típicos de grupos políticos: mandonismo, clientelismo, patrimonialismo, elitismo, personalismo etc¹⁹. Essas são

¹⁷ Em sua pesquisa, Motta (2014) utiliza-se do conceito de cultura política brasileira para discutir o golpe de 1964 e a ditadura militar, no intuito de perceber o fenômeno autoritário na longa duração, fruto de fatores estruturais e culturais. Também visava mostrar como os comportamentos compartilhados por determinados grupos políticos influenciaram nesse processo, e entender suas particularidades em relação às experiências semelhantes vividas pela América Latina.

¹⁸ Ao descrever a cultura política comunista no Brasil, Motta (2013b) relata como ela compartilhou características da cultura política brasileira, a exemplo da tendência à negociação de conflitos, expressa nos acordos feitos com partidos de ideologias distintas, e o personalismo, ilustrado nas figuras de líderes carismáticos predominantes nas organizações partidárias.

¹⁹ A bibliografia sobre esses conceitos é ampla dentro das Ciências Sociais; neste trabalho, os entendemos como aspectos predominantes na construção do Estado Nacional brasileiros. Ao mesmo tempo, reconhecendo-os como práticas inseridas no período colonial, seguimos a leitura de Carvalho (1998), na qual essas devem ser entendidas como algo dinâmico no tempo, adaptadas às suas conjunturas. Como exemplo para esse argumento, citamos que o clientelismo no século XIX analisado por Graham (1997), não é o mesmo presente na segunda metade do século XX. Esse guarda particularidades dos novos contextos advindos do desenvolvimento do Estado e da evolução da democracia brasileira.

condutas favorecedoras dos laços de parentesco, amizade ou compadrio, que desconsideram normas oficiais em função de projetos políticos por vezes pessoais (MOTTA, 2013a, p. 12-13).

A pouca identificação da população com os partidos políticos e sua limitada participação nos espaços públicos de poder são ainda características apontadas pelo autor, sendo as constantes intervenções no sistema partidário brasileiro encaradas como fator que pesa nesses aspectos (MOTTA, 2013a, p. 17-18). Do período imperial até o golpe de 1964 ocorreram quatro mudanças, sendo outras duas realizadas durante a ditadura militar, o que dificultou a construção de uma identificação partidária mais profunda no Brasil²⁰. Não obstante, o próprio sistema político, marcado por rupturas no desenvolvimento democrático, na perspectiva do autor, impõe dificuldades para a participação das camadas subalternas na política institucional.

Outra característica da cultura política brasileira apontada por Motta (2013, p. 18-19) é a chamada tradição conciliadora, uma tendência à flexibilidade e à predisposição a negociar conflitos. Não se trata do estabelecimento de consensos, mas a ação de trabalhar em função de acordos políticos. O autor relata que, no Brasil, há um histórico de arranjos desse tipo, conciliações que levam a uma saída satisfatória para os lados envolvidos, evitando conflitos mais graves. No entanto, essa tendência prevalece nas disputas entre elites; quando as classes subalternas estão envolvidas, o usual é o emprego de violência contra os desfavorecidos economicamente. Ao mesmo tempo que fornece estabilidade ao sistema político brasileiro, a conciliação política veta mudanças e rupturas drásticas no sistema político nacional, conservando seus aspectos históricos.

Entre as características da cultura política brasileira, a conciliação política se sobressai em nossa análise sobre a Arena. A ditadura projetou na legenda um guarda-chuva que abrigaria todos os grupos políticos antes filiados às diversas agremiações então existentes, identificados a tendências políticas diversas, e muitas vezes historicamente rivais eleitorais nos pleitos locais. Dessa forma, a tradição conciliatória tornou-se prática constante – nem sempre bem-sucedida – entre os dirigentes do partido para manter estáveis, nas instituições representativas, os grupos políticos que historicamente disputaram o poder.

Ainda nas considerações sobre a cultura política brasileira, é possível indicar como essa produziu uma adaptação peculiar de duas diretrizes ideológicas e culturais marcantes no

²⁰ A partir da análise de Lavareda (1991), do período imperial até o golpe de 1964, é na democracia instaurada em 1945 em que há maior identificação partidária entre os brasileiros, sendo um dos fatores explicativos o longo período de existência daquele sistema pluripartidário e dos partidos políticos. Ressalte-se ainda o fenômeno apontado por Moisés (2008), segundo o qual há na cultura política brasileira um despreço por instituições como Congresso e partidos políticos, que influencia na concepção de democracia do brasileiro. Esse descrédito dado às instituições liberais é resultado da própria conduta patrimonialista.

comportamento dos *arenistas* aqui analisados: o conservadorismo e o liberalismo. Essas se moldam quando incorporadas à realidade brasileira, diferenciando-se do conservadorismo e do liberalismo europeus. Acerca dessas diretrizes ideológicas, é necessário estabelecer definições sobre seu conceito, contudo, afirmar uma descrição precisa sobre conservadorismo e liberalismo é tarefa difícil, devido à complexidade e diversidade de suas experiências históricas.

Para Bobbio (1998, p. 242), no âmbito da política, o conservadorismo se caracterizaria por “[...] ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte de forças inovadoras”²¹. Já o liberalismo, em termos políticos, se manifestaria, na ótica de Bobbio (1998, p. 688), na luta parlamentar: “[...] resume-se no princípio do ‘justo meio’ como autêntica expressão de governar capaz de promover a inovação, nunca porém a revolução”²². O único denominador comum entre as diferentes concepções históricas do liberalismo está na defesa do Estado Liberal, garantidor dos direitos dos indivíduos contra o poder público.

Em suas análises, diversos intérpretes dessas ideologias levam em consideração as conjunturas nacionais para defini-las, tal qual Mannheim (1982, p. 110-111) quando identifica o conservadorismo como uma “configuração estrutural histórica e dinâmica”: um fenômeno que se desenvolve e declina ao longo do tempo e em função das conjunturas, vinculado à existência de grupos sociais defensores de projetos políticos baseados em tradições políticas bem delimitadas. Para o autor, apesar de existirem características comuns para o desenvolvimento do conservadorismo nas sociedades, é importante reafirmar nossa interpretação de que esses conservadorismos variam no espaço e no tempo²³.

Sobre o liberalismo, Faoro (2007), analisando o caso brasileiro, aponta seu caráter dual entre o pensamento e a prática, podendo essa dualidade ser percebida de diversas formas ao longo de sua história enquanto nação – liberais que conviviam com a escravidão e com um poder Moderador no Império, ou liberais que pactuam com uma República inviabilizadora da ampla participação popular nas instituições públicas.

Em sua interpretação, essa característica do liberalismo brasileiro ocorria em virtude de sua relação com o patrimonialismo, configurado como o controle exercido por um grupo sobre o poder estatal, que usa sua gestão do Estado em benefício dos interesses próprios

²¹ Outros são os autores que sistematizam o conservadorismo, tal qual Giddens (1996) e Nisbet (1987).

²² Ainda sobre o liberalismo, ver Melchior (2011).

²³ São características influentes para o surgimento de pensamento conservador: problemas semelhantes a todos os estados modernos que resultam no surgimento de tendências conflitantes: 1) estabelecimento de unidade racional; 2) participação do povo do governo do país; 3) incorporação do estado na ordem econômica mundial; 4) solução da questão social (MANNHEIM, 1982, p. 115-116).

(FAORO, 1993, p. 17). Essa concepção patriarcal faz do liberalismo algo ficcional, e a fórmula como foi instaurada no Brasil, de cima para baixo, sem a abertura efetiva para a participação das massas populares, conserva os privilégios da elite econômica.

Quanto às fontes históricas utilizadas para a construção desta tese, vários são os documentos selecionados para analisar a Arena. Ao reunir uma grande quantidade de fontes, algumas delas com características diversas, reconhecemos a ampla dimensão da atuação do partido e seu papel para compreender o funcionamento do sistema político instaurado na ditadura militar. A primeira série de documentos indicada são os jornais que circulavam na Paraíba no período recortado. Os periódicos selecionados são o *A União*, *O Norte*, *Correio da Paraíba* e *O Momento*²⁴, os quais fornecem informações importantes para a pesquisa por relatarem aspectos da sociedade e da política estadual, como a atuação dos representantes eleitos e da vida cotidiana dos partidos políticos, seja através de notícias ou das colunas de política.

Os periódicos são entendidos por Lucca (2008, p. 139) não apenas como fontes confirmadoras, mas como meios de problematizar o objeto de pesquisa (e mesmo tornando-se objetos de estudo). Outrossim, para Capelato (2014, p. 299), os jornais são fontes de grande relevância para compreender períodos recentes da história, tal qual a ditadura militar, visto a marcante atuação da imprensa nessas conjunturas. Em sua análise é preciso historicizá-los, pois para Weffort (1984, p. 37), apesar de considerar a liberdade de opinião presente nas democracias liberais, por vezes os jornais se comportam como agremiações partidárias, representando interesses de grupos políticos em suas publicações.

A União se configura como periódico oficial do Estado, que comumente tornou-se porta voz do governador, expressando as ideias do governo e propagandeando suas ações. O *Correio da Paraíba* foi um jornal fundado por Francisco Teotônio Neto, um político da Arena que, anteriormente, integrou os quadros do Partido Social Democrático (PSD). *O Momento* foi um periódico semanal fundado pelo jornalista Jório Machado, que mantinha estreitas ligações políticas com Antônio Mariz, *arenista* detentor de significativo protagonismo no partido na década de 1970. Já *O Norte* pertencia ao grupo de comunicação *Diários Associados*, fundado por Assis Chateaubriand. Excetuando-se *O Momento*, fundado dez anos depois, todos os jornais selecionados apoiaram o golpe de 1964 na Paraíba e o governo ditatorial.

²⁴ Os exemplares do *A União*, *O Norte* e *Correio da Paraíba* encontram-se no Arquivo Histórico do Estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa-PB. Já o periódico *O Momento* encontra-se disponível para pesquisa no acervo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), localizado na mesma cidade.

Utilizamos também o acervo do Diretório Nacional da Arena, guardado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Dele selecionamos documentação relativa à organização partidária, convenções, assuntos constitucionais, discursos diversos e recortes de jornais²⁵. Também lançamos mão de fontes orais produzidas pelo CPDOC, em parceria com o Núcleo de Informação e Documentação Histórica Regional (NIDHR) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que são as entrevistas realizadas com políticos paraibanos para o projeto História Política da Paraíba: Constituição de Acervo. Nelas constam narrativas produzidas pelos entrevistados sobre eventos e conjunturas políticas vivenciados pela Arena paraibana e seus membros²⁶.

Para Catroga (2001), a memória é fenômeno fundamental na construção da identidade pessoal e social dos indivíduos. A formalização de uma recordação do passado é algo que pode ser ativamente construído pelos indivíduos, devendo o historiador utilizar a memória como forma de discutir o passado por eles vivido. Neste trabalho utilizaremos as narrativas memorialísticas, compondo e contrapondo as demais fontes históricas, ajudando a construir a narrativa dos fatos ou a interpretar a perspectiva das ações dos políticos aqui analisados.

As atas eleitorais elaboradas pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) também compõem a relação de fontes mobilizadas para a tese, fornecendo números que ajudam o pesquisador a fazer um balanço eleitoral do partido nas eleições realizadas de forma direta. Além de dados quantitativos (números de representantes eleitos por cada partido e porcentagem de votação de cada candidato), as atas eleitorais fornecem informações qualitativas (nome dos candidatos concorrentes nas eleições, possibilitando relatar a trajetória política de cada um).

Diversas dessas obras são produções institucionais em que constam compilações de discursos proferidos por políticos em eventos referentes aos seus cargos ou nas casas Legislativas onde atuavam. Para Muniz (2009), a partir das renovações historiográficas do século XX, os discursos e pronunciamentos deixam de ser vistos como “documentos monumentos” para serem interrogados quanto à sua própria produção. Ao tomá-los como fontes para esta pesquisa, interrogaremos esses discursos buscando entender aquilo que não foi exposto, como esses pronunciamentos foram produzidos, sua relação com aquilo que os cerca (interferências externas) e pensar esses discursos como um acontecimento em si, um evento que merece ser investigado enquanto tal.

²⁵ Guia dos documentos disponível in: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=ARENA> (acesso em 10/06/2017).

²⁶ Entre os mais de 40 entrevistados, os que melhor podem contribuir com essa pesquisa são: João Agripino, Ernani Sátyro, Ivan Bichara Sobreira, José Américo de Almeida, Aluísio Afonso Campos, Sabiniano Maia, Ruy Carneiro, Pedro Gondim, Nominando Diniz, Plínio Lemos e José Sergio Maia.

Através desse conjunto de fontes históricas, alinhados à corrente interpretativa da ditadura militar que a percebe enquanto um regime construído com participação de civis, observaremos a Arena em seu nível regional como forma de entender as ações dos membros da seção paraibana do partido nesse projeto autoritário, atentando para a relação entre as escalas regional e nacional de atuação. Pensando o partido como vetor da cultura política brasileira, interpretando o comportamento de seus membros, suas práticas políticas junto às instituições representativas e também as ideias, as ideologias e os valores compartilhados por eles.

No primeiro capítulo, abordaremos os aspectos organizacionais da Arena, pois observar a Arena por dentro possibilita perceber a forma como se estruturou o partido – suas alas internas, seus departamentos e a existência ou não de democracia dentro dele –, e quem, e o que, a Arena paraibana buscava representar. É possível perceber ainda a influência das diversas conjunturas do período ditatorial: na virada da década de 1960 para os anos 1970, a busca por reorganização da classe política ganha espaço dentro do partido, mas esbarra no que é arcaico na política brasileira, paradoxalmente mantida pelo modernizador regime militar.

No segundo capítulo, analisaremos o governo de Ernani Sátyro, primeiro governador eleito de forma indireta na Paraíba. Sua administração foi marcada pelos desdobramentos do auge do projeto de modernização conservadora. No âmbito partidário, discutiremos seu perfil de político com longa trajetória em cargos públicos, contrastando com o critério de profissionais técnicos escolhidos pelo general Médici para assumir os governos estaduais; assim como analisaremos sua relação com os demais setores do partido, tal como a construção da disputa pela liderança partidária com João Agripino, e com os parlamentares *arenistas* denominados de “rebeldes”. Também serão abordados os processos eleitorais de 1970 e a eleição municipal de 1972 em Campina Grande, e quais desdobramentos elas implicaram para o partido.

No terceiro capítulo, abordaremos o governo de Ivan Bichara, indicado governador em 1974. Analisaremos a forma como procedeu a moralização da máquina burocrática estatal, a continuidade do projeto de modernização na Paraíba e a conciliação partidária. Foi durante a gestão de Bichara que a ditadura promoveu o projeto de “distensão” do regime, abrindo diálogo com diversos setores da sociedade. Nesse sentido, a atuação de Antônio Mariz, deputado federal da Arena paraibana, destaca-se pela sua liderança de um movimento dissidente da bancada governista no Congresso Nacional. Assim, analisaremos a atuação de Mariz no chamado “Grupo Renovador” contrapondo seus posicionamentos no Congresso e seus interesses expressos junto às bases partidárias.

No quarto capítulo, abordaremos os dois últimos anos de atuação da Arena, verticalizando nossa análise no processo eleitoral de 1978 e no primeiro ano do governo de Tarcísio Burity. O referido pleito significou na Paraíba uma dissensão na Arena paraibana, com a candidatura dissidente de Mariz ao governo do Estado, que disputou a homologação com Burity, candidato escolhido pelo regime. Devido à importância da eleição de 1978 para a trajetória da Arena paraibana, será feita uma análise comparativa do processo eleitoral na Paraíba com outros estados, como o movimento de dissensão ocorrido na disputa pelo governo de São Paulo.

Aquele movimento de “rebeldia” definiria os rumos da política paraibana nos anos seguintes, sobretudo o encaminhamento para o fim da Arena. O primeiro ano do governo Burity, por outro lado, representou a ascensão do discurso democrático e liberal que predominaria entre parte dos históricos apoiadores do regime no período da abertura. A partir da relação do partido com os movimentos sociais que eclodiam no estado, buscaremos compreender os limites dessa postura assumida pelo governador e analisar como os *arenistas* na Paraíba compreenderam o fim do partido e vislumbravam a reformulação partidária.

Por fim, no quinto capítulo, discutiremos as representações da Arena paraibana nas charges publicadas pela imprensa local. A partir de 1974, os jornais paraibanos passaram a publicar tais imagens como forma de retratar a política local, ganhando destaque em suas páginas como uma complementação de sua coluna editorial. A partir das charges, é possível compreender de um novo ângulo as características da Arena discutidas ao longo dos demais capítulos; o partido foi representado para os leitores dos jornais através dos traços dessas imagens, deixando para a história uma interpretação particular sobre a conjuntura político-partidária da ditadura na Paraíba.

CAPÍTULO I – OS ASPECTOS ORGANIZACIONAIS DA ARENA PARAIBANA: DA FUNDAÇÃO À SUA REORGANIZAÇÃO NA DÉCADA 1970

Ao longo dos anos, os estudos sobre as organizações partidárias têm se dedicado a analisar sua relação com a sociedade, os governos e as instituições representativas. Tal perspectiva se alinha às novas correntes dentro da História e das Ciências Sociais que reconhecem a importância de analisar o impacto de fatores sociais e culturais nos estudos do político. Contudo, julgamos igualmente importante a análise organizacional da Arena, pois compreendemos que sua dinâmica interna tem relação com a forma como o partido se apresenta na conjuntura em que está inserido.

Olhar para dentro dos partidos requer do historiador um diálogo com outras disciplinas, sobretudo a Ciência Política, que comumente aplica-se a esse tema. Logo, o historiador interessado em pesquisar essas organizações deve acompanhar as renovações dos métodos para sua abordagem, desempenhando uma “dupla formação”, como afirma Gomes (1996, p. 60): “[...] a do profissional que está comprometido com os impasses contemporâneos da história [...], mas que se recusa a aceitar que o preço da singularidade possa ser um maior estremecimento das ligações amorosas e, em certa medida, perigosas entre história e ciências sociais”.

Para Panebianco (2005), a análise sobre o âmbito da organização interna dos partidos é uma das mais antigas e frustrantes. Parte desse sentimento ocorre em virtude de uma parcela do que é produzido sobre o tema seja composta por trabalhos do início do século XX²⁷. Nesse sentido, o autor aponta a existência de dois preconceitos presentes na literatura sobre os partidos, que criam entraves para o pesquisador analisá-los como o que eles realmente são, organizações complexas. O primeiro é o preconceito sociológico, que considera o partido como produto das demandas dos grupos sociais neles inseridos; sendo o teleológico o preconceito compartilhado por aqueles que se restringem a compreender o partido apenas pelos seus objetivos previamente definidos ou limitados às demandas expressas pelos seus membros (PANEBIANCO, 2005, p. 3-10).

Na sua perspectiva, Panebianco aponta que é preciso que os partidos sejam analisados vinculados ao contexto no qual estão inseridos, e com a devida atenção aos complexos problemas existentes na vida partidária. Ao tirar seu objeto de estudo do laboratório, é possível

²⁷ As abordagens de Michels (1982) e Duverger (1957), as quais limitam sua aplicabilidade aos partidos atuantes na Europa durante na primeira metade do século XX, são pouco eficazes na análise dos partidos criados após o fim da Segunda Guerra Mundial, ou em países fora do continente europeu.

compreendê-lo a partir de sua história, entendendo o partido como uma organização em movimento, influenciado por possíveis mudanças em seu ambiente externo, evoluindo ou modificando-se para manter sua estabilidade.

Assim, quando analisamos a organização interna da Arena, podemos conceber a maneira como a ditadura militar interfere na vida partidária; a forma pela qual os indivíduos se relacionam dentro do partido, revelando aspectos das disputas nacionais e regionais pelo poder; alternar o olhar sobre as mais diversas escalas de análise do objeto de pesquisa (municipal, estadual, federal), além de situar o partido no processo histórico da conjuntura na qual está inserido, mensurando sua importância para a história do autoritarismo brasileiro. Outrossim, ao olharmos para dentro da Arena, somos capazes de perceber quais os aspectos da cultura política brasileira e da conjuntura política do início da década de 1970 estão presentes no comportamento dos *arenistas* na Paraíba.

Para compreender a dinâmica interna da Arena paraibana na década de 1970, é preciso mencionar desde já que o partido viveu nesse período um constante processo de reorganização interna, que atingisse a forma como seus membros atuavam. Apesar de meramente retórico, essa reorganização teve poucas implicações práticas, e visava eliminar por completo elementos que identificassem a Arena às antigas legendas extintas em 1965, interpretadas como a representação do que havia de mais atrasado na política nacional.

Todavia, essa propensa reorganização da Arena esbarrava na estrutura arcaica da política nacional, pois o regime militar vivia uma relação ambígua com seu partido: os discursos e as ações promovidas orientavam para a eliminação da herança dos partidos pré-1965 e de tudo mais que a eles fizesse referência, ao mesmo tempo que a própria ditadura arquitetou um sistema político que acomodava as tradicionais elites políticas, principal legado dos antigos partidos.

Diante desse problema, dividimos o capítulo da seguinte maneira: no primeiro tópico discutiremos sobre a conjuntura da vida partidária paraibana, sua trajetória histórica a partir de 1945 e a forma como essa exerceu influência na organização interna da Arena e na sua atuação até 1968; no segundo tópico, analisaremos a propensa reorganização partidária após o Ato Institucional nº5 (AI-5), a manutenção de aspectos da estrutura partidária anteriormente estabelecida pelo regime e como essas afetaram o cotidiano partidário da Arena na Paraíba; e abordaremos a função exercida pelo presidente regional do partido como conciliador na dinâmica interna entre as alas que o compunham naquele período.

No terceiro tópico, será abordado o esforço de reestruturação do partido através da implementação dos departamentos Jovem e Feminino da Arena no estado, bem como a forma

como o Diretório Municipal de João Pessoa, capital do Estado, foi fundamental para a efetivação desse projeto. Por fim, no último tópico, cientes dos problemas da vida interna do partido na Paraíba, traçaremos uma análise comparativa com outros estados da federação, atentos às formas como eles se relacionavam com a direção da Arena e com o regime militar.

1.1. A política regional entre 1945-1968: precedentes partidários e fundação da Arena na Paraíba

Enquanto partido político que nasceu de maneira artificial a partir dos decretos arbitrários que extinguíram as antigas legendas partidárias criadas em 1945, a Arena guarda muito das características partilhadas por essas agremiações, seja em aspectos organizacionais, seja em questões relativas à identificação dos seus membros com aquelas legendas. Dessa forma, para melhor compreender a dinâmica interna e sua formação, é preciso nos remeter ao processo histórico de fundação e extinção desses partidos e suas principais características no âmbito nacional e no estado da Paraíba.

O sistema partidário criado em 1945 contava com mais de dez legendas, sendo as principais delas a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Os demais partidos, mesmo representados nas instituições públicas, exerciam papel secundário na política nacional e local, obtendo protagonismo quando coligados com as principais legendas²⁸.

De maneira geral, a literatura sobre o sistema partidário instaurado em 1945²⁹ descreve esses partidos a partir do legado político de Getúlio Vargas e do Estado Novo. A UDN, segundo Benevides (1981), congregou os setores oposicionistas àquele regime autoritário, entre os principais: oligarquias destronadas após o movimento de 1930; antigos aliados de Vargas, marginalizados após a ruptura institucional de 1937 ou durante o Estado Novo; grupos liberais com forte identificação em suas regiões; e setores de esquerda não alinhados nem ao Estado Novo, nem à linha oficial do PCB.

²⁸ Outros partidos existentes no período foram: Partido Libertador (PL), Partido Democrático Cristão (PDC), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Republicano (PR), Partido Social Progressista (PSP), Partido da Representação Popular (PRP), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Republicano Trabalhista (PRT), Partido Social Trabalhista (PST), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), o Partido da Boa Vontade (PBV) e o Partido Comunista do Brasil (PCB). Cabe aqui destacar que o PCB se manteve pouco tempo como legenda legalizada, pois, já em 1947, o Superior Tribunal Federal (STF), cassou seu registro do partido sob a justificativa de não se tratar de uma agremiação nacional, mas uma célula de um partido internacional. Mesmo na ilegalidade, o PCB permaneceu atuando na política nacional, exercendo influência sobre as esquerdas no país.

²⁹ Ver Franco (1971), Lima Júnior (1983), Motta (1971) e Souza (1983).

Filiaram-se ao PSD e ao PTB grupos políticos que tiveram participação no Estado Novo. Segundo Hippolito (2012), o PSD é corriqueiramente classificado como um partido liberal-burguês, de centro, integrado ao mesmo tempo pelas tradicionais elites agrárias, pelas classes médias urbanas, por figuras vinculadas ao capital financeiro e por burocratas do Estado Novo. Para Gomes (2007), PTB é apresentado como um partido formado pelas bases do trabalhismo de Vargas, sindicalistas ligados ao Ministério do Trabalho, intelectuais, doutrinários e políticos fisiologicamente alinhados ao *getulismo*.

Apesar de haver uma oposição ideológica entre UDN e PTB, ao longo de suas existências, foram a UDN e o PSD os responsáveis pela polarização nas principais disputas pelos pleitos majoritários na maior parte do país. Sobre esses dois partidos, destacam-se a semelhança de seus membros: comumente conservadores, ligados à elite econômica e às tradicionais oligarquias políticas, sendo seus membros majoritariamente identificados com ideais de direita.

A principal diferença desse sistema partidário para os anteriormente existentes no Brasil foi o fato de esses partidos serem agremiações nacionais³⁰. Contudo, a dinâmica do federalismo brasileiro fazia com que os partidos guardassem características próprias dos estados. Na Paraíba, as duas legendas que dominavam o cenário eram justamente a UDN e o PSD, e as demais eram consideradas agremiações menores, que orbitavam esses dois grandes partidos por meio de coligações e alianças, geralmente formados a partir de dissidências internas.

Entre as interpretações sobre o perfil dos partidos no estado, Blondel (1995) define a UDN pelo seu perfil rural, enquanto o PSD compartilhava um perfil urbano. Todavia, Cittadino (1998) indica um perfil idêntico entre os membros dos dois partidos, semelhante ao apresentado pelo PTB; afora áreas pontuais em que o trabalhismo predominava, seus quadros compartilhavam um perfil semelhante aos dos *udenistas* e *pessedistas* (CITTADINO, 1998, p. 31-37).

Sobre a estrutura interna desses partidos, Benevides (1981) descreve que na UDN era resguardada autonomia às suas seções regionais. Embora coubesse ao Diretório Nacional o registro das candidaturas para cargos estaduais, os Diretórios Regionais gozavam de liberdade para escolher candidatos, fazer alianças e angariar recursos para organizar campanhas eleitorais. Apenas em situações de desvios extremos das diretrizes partidárias ou em casos de corrupção

³⁰ Essa foi uma prerrogativa implementada pelo decreto-lei nº 7856, elaborado em 1945 pelo então ministro da Justiça, Agamenon Magalhães. A chamada “Lei Agamenon” regulamentava a criação dos partidos e estabelecia novas diretrizes para o funcionamento das eleições no país.

administrativa, os diretórios regionais sofriam intervenção federal. Tal autonomia tinha como principal justificativa o fato de serem as oligarquias locais o principal motor político do partido em campanhas nacionais.

Ao longo de sua existência, a UDN paraibana manteve-se sempre dividida entre duas lideranças políticas locais – em um primeiro momento, José Américo de Almeida³¹ e Argemiro de Figueiredo³²; posteriormente, Argemiro e Agripino³³; e, por fim, entre Agripino e Ernani Sátiro³⁴. Essa constante dualidade de lideranças resultava em conflitos internos e na divisão do partido em alas ou mesmo em cisões partidárias, como as saídas de Zé Américo, em 1949, e de Argemiro, em 1958. Esse fracionamento levou o partido a depender constantemente de coligações eleitorais, ou a abrir mão de lançar um candidato próprio em pleitos majoritários.

O PSD, na leitura de Hippólito (2012), adotava uma estrutura organizacional federativa, estabelecendo autonomia entre os Diretórios Regionais e o Diretório Nacional. De acordo com a autora, essa autossuficiência estadual explicava-se pelo fato de as lideranças estaduais serem o principal lastro de sustentação do partido. Conhecidas como “raposas *pessedistas*”, os chefes do partido nos estados controlavam a máquina política estadual e dela angariavam recursos para manter o sucesso eleitoral do partido em âmbito nacional. A principal “raposa” do PSD paraibano era Ruy Carneiro³⁵, que ascendeu politicamente quando nomeado interventor federal na Paraíba no período do Estado Novo. Ao longo de toda a existência do

³¹ Um dos principais políticos paraibanos do século XX, nascido na cidade de Areia, brejo paraibano, no ano de 1887 e bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Iniciou-se na política na década de 1920, tendo participado do movimento revolucionário de 1930; participou ativamente do governo Getúlio Vargas, afastando-se após a instauração da ditadura do Estado Novo; tornou à política partidária em 1945 através da UDN e posteriormente no PL. Os principais cargos públicos que exerceu foram: governador do Estado, senador e ministro de Viação e Obras Públicas. Retirou-se da vida pública ainda na década de 1960, contudo, continuou ativo e influente nos debates políticos tanto a nível local como nacional. Sobre a atuação política de Zé Américo ver: Barbosa (2012) e Silva (2015).

³² Nascido em 1901 na cidade de Campina Grande-PB e bacharel em Direito pela Faculdade de Recife. Nomeado interventor federal na Paraíba em 1937, foi, contraditoriamente, um dos fundadores da UDN no estado. Desligou-se do partido em 1958 e filiou-se ao PTB. Eleito senador em 1954 pela UDN, sendo consecutivamente eleito para o cargo até o ano de 1970. Sobre sua atuação política na Paraíba, ver: Santana (2000) e Silva (2017).

³³ Nascido na cidade de Brejo do Cruz em 1914, mas politicamente vinculado à cidade de Catolé do Rocha, sertão do estado, formou-se em Direito pela Faculdade do Recife e ingressou na política institucional em 1945, na UDN. Permaneceu no partido até a sua extinção, tendo sido uma de suas principais lideranças no estado. Foi deputado federal, senador, ministro de Minas e Energia no governo Jânio Quadros e governador do Estado. Na Câmara Federal, atuou junto à “Banda de Música” *udenista* como oposição do governo Juscelino Kubitschek e teve influente participação na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), ainda na gestão JK. Sobre Agripino, ver Cittadino (2006).

³⁴ Nascido em Patos, sertão paraibano, em 1911, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife e iniciou na política institucional ainda na década de 1930. Foi filiado à UDN, sendo seu último presidente nacional, alinhando-se à ala liderada por Carlos Lacerda dentro do partido. Sobre Sátiro, ver Mendes (2019).

³⁵ Nascido em Pombal, 1906, bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, foi participante ativo do movimento de 1930 e interventor federal em 1940. Filiou-se ao PSD em 1945, partido pelo qual elegeu-se e atuou como senador desde 1951 até 1965. Sobre a interventoria de Ruy Carneiro, ver Silva (2013).

PSD, Carneiro permaneceu na chefia do partido, vetando qualquer possibilidade de ascensão política de seus correligionários.

As legendas brasileiras de 1945 a 1965 representavam as características de seu sistema partidário e organizações nacionais, mas possuíam a autonomia federalista, baseada no poder dos grupos políticos locais, remetentes à tradição municipalista de concepção das lideranças políticas. Com isso, formavam-se, como indica Sartori (1992, p. 94), subunidades partidárias, as quais ganharam diversas denominações na literatura sobre os partidos: alas, correntes, tendências ou frações. Para o autor, o termo mais correto para designar as divisões dentro de um partido é “fração”, porém, ao analisarmos nossas fontes, tais denominações não guardam sentidos específicos. Dessa forma, utilizaremos tais termos como sinônimos.

Podemos categorizar as divisões na dimensão organizacional da vida partidária orientadas pela busca de poder e influência dentro do partido, seja através de vantagens políticas ou associada a princípios ideológicos e projetos políticos formulados (SARTORI, 1992, p. 98). É possível apontar que as frações no sistema partidário brasileiro são, em sua maioria, personalizadas, vinculadas a um chefe político estadual, figura de notória trajetória pública, que exerce influência sobre chefias menores, limitadas a municípios. Ao mesmo tempo, podem ser grupos orientados por programas, que buscam governar e impor programas e projetos políticos.

Dentro da UDN, por exemplo, a disputa entre Agripino e Sátyro, mantida na Arena, tinha um viés de controle oligárquico, mas se configurava em termos de programas e projetos políticos. Enquanto Agripino alinhava-se ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro, próximo à ala denominada “bossa nova”, Sátyro adotava um perfil liberal-moralista, ou conservador, adepto da “banda de música” e *lacerdismo*³⁶. Mesmo diante de projetos políticos distintos, havia entre eles uma confluência no que diz respeito ao controle político de seus pares nas instituições públicas, aspecto de uma cultura política que se sobressaía sobre as perspectivas ideológicas (SOBREIRA, 2016, p. 71).

Após o golpe de 1964, esse sistema, composto de vários partidos altamente fracionados internamente, tornou-se um entrave para a ditadura dialogar com o Congresso Nacional, resultando em sua extinção, no ano de 1965. Para Grinberg (2009, p. 62), com o fim do sistema pluripartidário não haveria mais necessidade de o regime negociar apoio com um número tão

³⁶ A UDN convivia internamente com diversas correntes internas, tanto baseadas em lideranças políticas, como em função de ideologias. Em relação às frações ideológicas, Benevides (1981) aponta que o partido estava na década de 1960 dividido em duas correntes: “bossa nova”, grupo progressista e de teses nacionalistas; e a “banda de música”, ala conservadora, defensora de uma política econômica atrelada aos interesses das nações liberais e submissa às instituições financeiras internacionais que tinha como seu principal líder, Carlos Lacerda, sendo seus membros identificados pela alcunha de *lacerdistas*.

alto de legendas. Extinguir os partidos eliminaria ainda a possibilidade de se manter a histórica aliança PSD-PTB, um possível entrave para as pautas de interesse do regime, ou para a eleição de candidatos apoiados pelo governo federal nos estados. Tratava-se também de uma forma de destruir a identidade dos partidos com os políticos e os seus eleitores, encerrando o processo de institucionalização daquelas agremiações.

Havia ainda o fato de parte significativa da classe política nacional ter se posicionado ao lado dos militares quando houve a deposição de João Goulart. Os *udenistas*, por exemplo, historicamente apresentavam tendências golpistas – participantes nas movimentações de 1954 contra Getúlio Vargas, 1955 contra Juscelino Kubitscheck, e 1961, na tentativa de impedir Jango de assumir a presidência. Na avaliação de Grinberg (2009, p. 50), na conspiração de 1964 não se envolveram apenas os “duros” do partido, mas também os liberais históricos, chamados “bacharéis”, alastrando-se aos partidos que costumeiramente se alinhavam à UDN, como o PSP, o PL, o PR e o PDC.

O PSD, apesar de histórico aliado do PTB, também participara das conspirações golpistas. Depois do chamado “Comício da Central”, evento que marca a radicalização do governo Jango, o partido se exime de manter seu apoio, mesmo constrangido, ao governo federal. De acordo com Hippólito (2012, p. 297), na Convenção Nacional do PSD ocorrida em 1964, o partido delibera seu rompimento com o governo federal, e, quando da derrubada de Jango, o presidente do Senado, o *pessedista* Auro de Moura Andrade, declara vaga a cadeira presidencial, legitimando o golpe de Estado.

Na Paraíba, Nunes (2014) relata que a articulação para o golpe de 1964 contou com a participação conjunta da UDN e do PSD. De acordo com a narrativa do então deputado estadual *udenista* Joacil de Brito Pereira (*apud* NUNES, 2014, p. 88), os principais grupos políticos estaduais distribuídos nos dois partidos confabulavam junto a militares, jornalistas, proprietários rurais, empresários locais, profissionais liberais e membros do judiciário meios de resguardar o movimento golpista em caso de resistência dos setores de esquerda no estado.

Os políticos ocupantes de cargos públicos nos dias posteriores à derrubada de Goulart logo manifestaram apoio ao novo governo militar. O governador do Estado, Pedro Gondim (PDC)³⁷, apesar de carregar um histórico progressista em sua vida pública, declarou, através de

³⁷ Nascido em Alagoa Nova, 1914, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Recife e ingressou na vida partidária no PSD em 1945. Pelo partido, foi deputado estadual e vice-governador do Estado; elegeu-se governador pelo PDC em 1961. Sobre o governo Gondim e sua atuação política na Paraíba, ver: Cittadino (1998) e Araújo (2010).

nota publicada em cadeia de rádio, apoio ao golpe quando percebeu que se tornara irreversível (NUNES, 2014, p. 91).

Na mesma linha, o presidente da Assembleia Legislativa, Clóvis Bezerra³⁸ (UDN), lançou três notas publicadas nos jornais do estado: uma primeira parabenizando as Forças Armadas pelo posicionamento; um telegrama direcionado ao general Justino Alves de Bastos, comandante do IV Exército de Recife pela atuação daquele núcleo militar na condução das movimentações golpistas no Nordeste; e, em nome da UDN, da qual era presidente regional, emitiu manifesto parabenizando o governador do Estado pela adesão ao golpe (SOBREIRA, 2016, p. 72-74). Em seu conteúdo prevalecia a crítica à postura radical de Jango, qualificada como “anárquica” e “antidemocrática” pelo seu viés de esquerda. Tais notas estavam impregnadas pelo discurso anticomunista de exaltação da liberdade, da tradição e dos valores morais de disciplina, família e fé cristã.

Contudo, a mais significativa demonstração de legitimação do golpe de 1964 promovida por políticos locais ocorreu quando os deputados estaduais, antecipando-se ao Ato Institucional nº 1 (AI-1), cassaram o mandato dos parlamentares envolvidos com organizações de esquerda no estado. Através de um projeto de resolução elaborado por Brito Pereira (UDN) e aprovado por comissão composta por membros dos principais partidos representados na Assembleia, cassou-se os mandatos de quatro parlamentares filiados ao PSB, tendo como justificativa para os expurgos a ligação com organizações de esquerda e ideias consideradas “subversivas”³⁹ (SOBREIRA, 2016, p.74-75).

Em relação às declarações públicas e às ações diretas promovidas por parte da classe política local, um dos elementos que substanciou as manifestações de apoio ao golpe de 1964 foi o imaginário anticomunista. Para Motta (2002), o anticomunismo que permeou a sociedade brasileira no século XX teve como base o medo das sociedades capitalistas ocidentais serem atraídas pela ideologia comunista⁴⁰. Um dos principais pontos da retórica anticomunista adotada pela classe política foi seu apelo à democracia, expressa sem maiores detalhamentos da forma como era compreendida. “Em grande medida, ‘democracia’ não passava de um rótulo

³⁸ Nascido em 1911, natural de Bananeiras, brejo paraibano, bacharelou-se em Medicina na Universidade de Pernambuco. Ingressou na UDN em 1945, foi eleito deputado estadual em diversas legislaturas, sendo seu último presidente estadual.

³⁹ Foram cassados os deputados estaduais Assis Lemos e Langstein de Almeida, e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz de Almeida, todos filiados ao PSB. Entre as principais justificativas para as cassações foram a vinculação desses parlamentares com as Ligas Camponesas e com a ideologia comunista (SOBREIRA, 2016, p. 74-75).

⁴⁰ Segundo o autor, o anticomunismo brasileiro é fundado em três matrizes (católica, liberal e nacionalista) e dividido em duas grandes ondas (na década de 1930, especialmente o período do Estado Novo, e na década de 1960, durante o governo de João Goulart), tendo produzido discursos e representações políticas que ajudaram no combate às esquerdas no país.

vazio de conteúdo [...] No discurso e na concepção dos setores conservadores, a palavra tinha um sentido genérico, significado simplesmente contrário ao comunismo” (MOTTA, 2002, p. 248). Tal perspectiva de democracia permeou o discurso anticomunista dentro da Arena ao longo de toda sua existência.

De viés conservador e liberal, o imaginário anticomunista na Paraíba fundamentava-se na defesa da propriedade privada, sobretudo dos grandes latifúndios rurais. Os principais alvos dessas ações anticomunistas no estado foram as Ligas Camponesas, movimento social de trabalhadores rurais pela defesa dos interesses e prestação de assistência aos trabalhadores do campo. Organização com dimensões nacionais, tinha como um de seus principais núcleos a cidade de Sapé, na zona da Várzea paraibana. Sua atuação se chocou com os interesses das principais oligarquias rurais do estado, em especial o que se convencionou chamar de Grupo da Várzea, que utilizaram seus representantes políticos para combater os trabalhadores organizados⁴¹.

Para Benevides (1985, p. 33), os camponeses organizados pelas Ligas geravam um distúrbio na chamada “paz agrária”, um jogo político entre as oligarquias da região baseado na exploração máxima do campesinato e no controle através de violência promovida por instituições públicas e privadas. A “paz agrária” era legitimada pela conciliação dos representantes políticos dos dois principais partidos, promovendo tréguas nas disputas políticas quando era necessário manter o controle sobre a terra e o trabalhador.

Nesse imaginário anticomunista, as Ligas Camponesas eram as principais responsáveis pela “instabilidade” política vivida no estado na década de 1960, e o combate aos trabalhadores rurais organizados preservava a estrutura oligarquizada do campo. Essas oligarquias acusavam as lideranças camponesas de serem financiadas pela União Soviética para promover uma reforma agrária no Brasil; compartilhavam uma imagem de miséria do mundo rural soviético, em contrapartida à uma moderna e abastarda produção rural norte-americana; sua descrição da ação dos camponeses era como sendo violenta e desrespeitosa à ordem pública; os trabalhadores rurais eram tachados como massa de manobra dos “agentes comunistas” infiltrados entre eles (SOBREIRA, 2013, p. 40-50)⁴².

⁴¹ Segundo Benevides (1985, p. 27), o Grupo da Várzea ou Bloco Agroindustrial foi um fenômeno político surgido a partir do “pacto político” firmado após o Movimento de 1930 entre os interesses agroindustriais e as tradicionais elites agrárias. Sua área de atuação eram as terras da Várzea do Rio Paraíba, historicamente conhecidas pela fertilidade e pelo oligopólio do latifúndio canavieiro. Seu poder foi consolidado através de dois pilares: autoritarismo de Estado e exclusão política e social do campesinato.

⁴² As principais representações do anticomunismo na década de 1960 na Paraíba eram partilhadas pelos periódicos locais que serviam como porta vozes de grupos políticos no estado, como o *A Imprensa*, jornal vinculado à Igreja Católica. Entre os anos de 1962-1964, ele foi responsável pela crítica aos movimentos de esquerda no estado, a exemplo do movimento estudantil, da Campanha de Educação Popular (CEPLAR); dos trabalhadores urbanos e

Em outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional nº 2 (AI-2), que extinguiu os partidos políticos existentes. No contexto de sua promulgação estavam as expressivas derrotas dos políticos aliados ao governo federal nas eleições estaduais daquele ano, quando candidatos alinhados ao governo federal perderam na Guanabara, em Minas Gerais e em Santa Catarina⁴³. Na Paraíba, sagrou-se vitorioso João Agripino, candidato da UDN, eleito em coligação com o PDC e o PL; seu adversário foi o *pessedista* Ruy Carneiro, coligado ao PTB e o PR. Vale aqui observar que ambos mantinham estreitas ligações com o novo governo militar.

Esse decreto editado ao final do governo Castelo Branco contribuiu na formalização do sistema político ditatorial. Além da reformulação do sistema partidário, o texto do AI-2 alterava normas de funcionamento do Legislativo e do Judiciário, transferia prerrogativas desses poderes para o Executivo e instituiu eleições indiretas para presidente da República⁴⁴. Um mês após ter decretado o AI-2, o governo federal baixou o Ato Complementar nº 4 (AC-4), documento que indicava as diretrizes para a formação de novos partidos. Suas linhas impediam a reorganização dos antigos partidos, dando margem apenas para a formação de duas ou até três agremiações⁴⁵.

Para contornar possíveis problemas organizacionais, possibilitava-se a formação de sublegendas: mecanismo que previa a subdivisão interna dos partidos, viabilizando a filiação de grupos políticos historicamente rivais. Sua funcionalidade era direcionada à realização de eleições majoritárias, quando cada partido poderia constituir até três chapas, mantendo as disputas existentes no sistema extinto. As sublegendas se tornaram um fenômeno constante no cotidiano *arenista*, permanecendo em períodos não eleitorais através das frações internas no âmbito local⁴⁶.

rurais, sobretudo as Ligas Camponesas. Sobre o anticomunismo na Paraíba ver: Sobreira (2013) e Cavalcante Neto (2013).

⁴³ Nesse ano, ocorreram eleições nos estados do Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás. Na Guanabara, foi eleito Negrão de Lima (PTB), em Minas Gerais, ganhou a eleição Israel Pinheiro (PSD) e em Santa Catarina Ivo Silveira (PSD) elegeu-se com o apoio do PTB.

⁴⁴ Alves (2005, p. 111) lista outras competências do AI-2 para o legislativo: limitação de 45 dias o prazo para discussão no Congresso de qualquer projeto de lei de iniciativa do Presidente da República, e mantinha o mecanismo do decurso de prazo, pelo qual os projetos urgentes apresentados pelo Executivo deviam ser considerados em prazo de 30 dias ou seriam automaticamente aprovados; transferência para o Executivo a decretação de “estado de sítio”; transferência para o Executivo o direito de baixar atos complementares e decretos-leis; O Executivo passou a ter o poder de decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de vereadores.

⁴⁵ Em tese, as diretrizes do AC-4 possibilitavam a formação de até três partidos, haja vista que para a constituição das novas legendas era preciso de, pelo menos, um terço dos membros do Congresso Nacional. Contudo, era de interesse do regime um sistema partidário restrito, apenas com dois partidos.

⁴⁶ De acordo com Nicolau (2012, p. 108), exemplifica-se o funcionamento das sublegendas no âmbito eleitoral da seguinte maneira: em uma eleição concorrem três candidatos da Arena (A, B e C) divididos em sublegendas, contra um único candidato do MDB (D). Os três candidatos da Arena obtêm a seguinte votação: A – quinhentos votos, B

Formada de cima para baixo, através dos membros do Congresso Nacional, a Arena, de acordo com Grinberg (2009, p. 69), teve como base a estrutura partidária da UDN, partido com maior identificação com o novo regime. Seu maior impasse para a organização partidária se deu no PSD, pois o novo regime considerava a máquina política *pessedista* importante para seus anseios de poder. O receio dos *pessedistas* era perder o controle do partido, mesmo quando configurassem maioria, por saber que os *udenistas* tinham maior circulação junto aos militares. Ainda assim, parte de seus membros filiou-se à Arena, equilibrando com o número de *udenistas*, como apontam os dados de Grinberg (2009, p. 75) presentes na Tabela 1, acerca da origem partidária dos integrantes do Diretório Nacional da Arena na época de sua formação:

Tabela 1- Partidos de origem dos membros do Diretório Nacional da Arena – 1966

UDN	PSD	PSP	PRP	PDC	PTB	PR	PL	PTN	Total
22	20	5	3	2	2	1	1	1	56

Fonte: Grinberg (2009)

Grinberg relata que parlamentares do Congresso Nacional lançaram em 1965 o documento constitutivo da Arena, cujos principais objetivos eram “apoiar o Governo da Revolução”, lutar “por todas as medidas que visem à consolidação dos ideais saneadores e progressistas que inspiraram a Revolução de Março de 1964” e buscar o “aperfeiçoamento da democracia representativa e, conseqüentemente, contra a fraude, a influência do poder econômico nas eleições e os abusos do poder político”⁴⁷. Analisando as diretrizes partidárias, a

– trezentos, C – duzentos, e o candidato do MDB, D – novecentos votos. O somatório dos votos da Arena é de mil votos, superando a votação do *emedebista*. Dessa forma, o candidato A, mais votado pela Arena, seria eleito.

⁴⁷ Outros objetivos presentes no documento: 1) “democratização das oportunidades”; 2) “reforma administrativa, com... a estrita observância do sistema do mérito”; 3) “fortalecimento econômico-financeiro dos estados e municípios e a eliminação dos desequilíbrios regionais”; 4) “desenvolvimento planejado e autossustentável, sem inflação e com fortalecimento das infraestruturas econômicas”; 5) “expansão do ensino em todos os graus, especialmente do ensino elementar obrigatório e do técnico-profissional”; 6) “combate às endemias e ao pauperismo”; 7) “por um sistema tributário justo, instrumento de desenvolvimento econômico e de redistribuição de renda social, através da crescente utilização dos impostos pessoais e diretos, de caráter progressivo, e observância de critério de essencialidade na escolha dos produtos sujeitos à tributação indireta”; 8) “crescente aperfeiçoamento da previdência social e da organização sindical, como instrumento de equilíbrio social e defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores”; 9) “incentivo à iniciativa privada, como elemento básico do desenvolvimento econômico e fator indispensável à plenitude do regime democrático”; 10) “execução de uma política exterior que procure atingir os objetivos nacionais de desenvolvimento, segurança e bem-estar do povo brasileiro”; 11) “adoção de trabalho constante e fecundo em favor da paz e do entendimento, da aproximação e da cooperação internacionais, e apoio à Carta das Nações Unidas”; 12) “crescente vinculação entre o comércio mundial e o desenvolvimento econômico dos povos, com a adoção de medidas que corrijam os efeitos da deterioração dos termos de troca”; 13) “pela manutenção e consolidação de uma política de efetiva participação do Brasil no sistema de vida e de valores da civilização ocidental e no mecanismo de segurança continental, com o pleno cumprimento de seus compromissos internacionais e, sobretudo, com o fortalecimento da integração econômica latino-americana” (GRINBERG, 2009, p. 67)

autora as caracteriza como generalizantes e não indicativas de direcionamentos políticos mais incisivos para além do compromisso com o golpe de 1964. (GRINBERG, 2009, p. 67-68).

Sobre a relação entre as instancias nacional e estadual da Arena, o partido era gerido pelo Diretório Nacional, e nos estados era dirigido por diretórios regionais. Entre as atribuições das secções regionais, destaca-se a de convocar convenções para escolha e homologação dos candidatos a pleitos diretos e indiretos de nível estadual e federal. Nas convenções estaduais participavam os membros dos diretórios regionais e delegados indicados pelas instâncias municipais do partido. Cada cidade também deveria constituir um diretório, os quais tinham competência para escolher os candidatos para as eleições municipais. De modo geral, apesar de imposta de cima para baixo, a estrutura *arenista* manteve aspectos fundamentais da tradição política brasileira: a importância de estados e municípios na composição política (GRINBERG, 2009, p. 69).

Para a fundação dos diretórios regionais, o controle do processo foi dado aos governadores estaduais eleitos em 1965 ou para as lideranças políticas alinhadas ao regime militar⁴⁸. A partir de orientação do presidente, general Humberto Castelo Branco, esses teriam a responsabilidade de conduzir sua organização nos estados, sendo uma forma de a ditadura manter o controle desse processo organizativo. Seu principal desafio era conciliar grupos políticos rivais para a convivência em um único partido, harmonizando as esferas de poder regional para que não houvessem maiores empecilhos para a implementação do projeto político do governo federal (SOBREIRA, 2016, p. 88).

A orientação dada a Agripino era que esse incorporasse todos os apoiadores do golpe de 1964 das mais diversas legendas, e para isso, Castelo Branco o interpelou para que esse incorporasse em seu governo setores da oposição, através da concessão de cargos na administração estadual, uma forma de atrair Ruy Carneiro e seus correligionários para a Arena, que negou qualquer negociata com *ex-pessedistas* (SOBREIRA, 2016, p. 89).

Contudo, o que barrou a filiação de Carneiro à Arena não foi a negativa de cargos no governo do Estado, mas sua desavença com Gondim, seu antigo correligionário e então desafeto político, que deixara o PSD para candidatar-se ao governo estadual em 1960. A presença de Gondim na Arena era imprescindível para Agripino, em função desse ter sido seu principal aliado político na campanha eleitoral de 1965. Assim, por intermédio do senador mato-

⁴⁸ Entre as lideranças estaduais que não ocupavam cargos de governador, podem ser exemplificados os casos do paranaense Ney Braga, ministro da Agricultura (BATISTELA, 2019, p. 67-68), e do baiano Juracy Magalhães, ministro da Justiça (DIAS, 2016, p. 97-98).

grossense Filinto Muller (ex-PSD) e em acordo com Castelo Branco, Carneiro se filiaria ao MDB, mas continuaria dando apoio ao regime militar (SOBREIRA, 2016, p. 90-92).

Desse modo, parte dos membros do PSD migrou para a MDB, enquanto outra parte, liderada pelo deputado federal Francisco Teotônio Neto⁴⁹, filiou-se à Arena. Sua adesão foi justificada pela possibilidade de constituir sublegendas dentro do partido, podendo os *ex-pessedistas* manterem-se atrelados às tradicionais lideranças existentes no estado. Nas palavras de Teotônio Neto: “[...] nenhum ex-pessedista, ex-trabalhista, ex-udenista etc. deve ter constrangimento de ingressar na ARENA. Poderá ele continuar sob liderança do senador Ruy, do governador Agripino, do Sr. Pedro Gondim, ou de outros” (TEOTÔNIO NETO *apud* SOBREIRA, 2016, p. 92-93).

Durante o período destinado à formação do Diretório Regional da Arena-PB, uma comitiva composta pelos deputados estaduais Joacil de Brito Pereira (ex-UDN), Waldir dos Santos Lima (ex-PDC) e Sílvio Porto (ex-PDC) percorreu o interior do estado, recrutando lideranças políticas municipais para ingressarem na Arena. A imprensa, que corriqueiramente reportava as notícias sobre a formação dos partidos, trazia números expressivos de adesões de prefeitos à Arena: na primeira semana de trabalho da comissão, 78 prefeitos de um total de 171 cidades se filiaram à legenda governista (SOBREIRA, 2016, p. 94).

Se pelo interior do estado o número de adesões era alto, nas casas legislativas estadual e federal, a divisão era menos dispare. Nas tabelas 2 e 3 há uma quantificação do número de filiados à Arena e ao MDB entre os parlamentares paraibanos.

Tabela 2- Divisão dos parlamentares paraibanos entre os partidos na Câmara Federal – 1966

	PSD	UDN	PTB	Total
Total	5	6	2	13
Arena	1	6	1	8
MDB	4	0	1	5

Fonte: Mello (2010)

Tabela 3- Divisão dos parlamentares entre os partidos na Assembleia Legislativa – 1966

	PSD	UDN	PDC	PTB	PL	PSB	PR	Total
Total	10	6	8	6	2	4	1	37
Arena	1	5	8	3	2	3	1	24
MDB	9	1	0	3	0	1	0	13

Fonte: Mello (2010) e Mariz e Leitão (1987)

⁴⁹ Nascido em Santana dos Garrotes, 1918, um dos principais empresários do estado na primeira metade do século XX, ingressou na política pelo PR, mas assumiu seu primeiro cargo público, deputado federal, em 1962, pelo PSD. Reelegeu-se para sucessivas legislaturas até 1979, quando retirou-se da vida pública.

A divisão entre Arena-UDN e MDB-PSD é evidente quando olhamos para os números da Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa, ficando o PTB dividido igualmente entre os dois partidos, demonstrando uma composição não hegemonicamente ideológica dentro do partido no estado⁵⁰. Destaque para a bancada do PDC, PL, PSB e PR, que aderiram majoritariamente ao governismo⁵¹. Em relação aos dois primeiros, o adesismo em massa pode ter como fator explicativo a vinculação direta com Agripino, pela coligação estabelecida entre essas legendas e a UDN na eleição de 1965.

A alta adesão de *pessedistas* à oposição na Paraíba se explica pela força do comando de Ruy Carneiro. O personalismo de sua liderança junto ao povo influenciava no sucesso eleitoral de seus correligionários no estado. O MDB paraibano teve dificuldades em conseguir estruturar-se como partido pela baixa adesão nos municípios interioranos, contudo, se comparado aos demais diretórios regionais oposicionistas no Nordeste⁵², a secção paraibana conseguiu estruturar um partido relativamente amplo.

Apesar da pluralidade de origens partidárias, a Arena paraibana se manteve com o perfil da UDN local em sua organização. O Diretório Regional *arenista* se estabeleceu na sede *udenista*, no centro de João Pessoa, sendo eleito como primeiro presidente estadual Clóvis Bezerra, último presidente da UDN no estado (SOBREIRA, 2016, p. 96). O reflexo dessa predominância é visível quando são analisadas as origens partidárias dos membros titulares do Diretório paraibano da Arena. De acordo com os dados da Tabela 4, dos seis membros, três eram filiados à UDN, e os outros dois com filiação partidária reconhecida, eram de legendas aliadas ao *udenismo* local.

⁵⁰ O motivo da divisão dos *petebistas* na Paraíba é a composição do partido no estado, o qual integram políticos alinhados à tradição trabalhista e figuras dissidentes de outras legendas, desassociados de sua ideologia partidária. Além disso, cabe aqui indicar o caso do então *petebista* Antônio Mariz, prefeito de Sousa, contrário ao golpe de 1964, mas que ingressou na Arena em virtude de sua relação familiar com Agripino. A atuação de Mariz com a Arena será abordada no Capítulo III.

⁵¹ Cabe aqui ponderar a adesão de amplos setores do PSB paraibano à Arena. Apesar da legenda não ter apoiado o golpe de 1964, a adesão de parte significativa de seus representantes na Assembleia Legislativa à Arena se explica em virtude de muitos de seus membros serem egressos da UDN, identificados com a liderança de Agripino no estado.

⁵² Sobre a estrutura da secção do MDB paraibano, Mello (2010) aponta que o partido teve problemas para sua formação. Mesmo com a entrada de lideranças do PSD, como Ruy Carneiro, os responsáveis por sua organização tiveram dificuldades na arregimentação de políticos pelo interior do estado. Além disso, o partido de oposição na Paraíba passou por problemas financeiros em sua fundação, quando muitos de seus membros tiveram de arcar do próprio bolso o custeio de despesas para formar o partido no estado. Ainda assim, segundo os dados apresentados por Rolim (1979), o MDB paraibano foi o mais estruturado entre os demais estados nordestinos, capaz de atingir números eleitorais significativos para a legenda oposicionista na ditadura.

Tabela 4- Membros do Diretório Regional da Arena e seus partidos de origem – 1966

Nome	Cargo	Partido de origem
Clovis Bezerra	Presidente	UDN
Sílvio Porto	Vice-presidente	PDC
Nominando Diniz	Vice-presidente	PL
Lauro Wanderley	Vice-presidente	-
Otávio Mariz Maia	Secretário-geral	UDN
Joacil de Brito Pereira	Tesoureiro	UDN

Fonte Sobreira (2016)

Apesar da predominância *udenista* entre os filiados da Arena, a entrada massiva de grupos políticos advindos de outras legendas gerou problemas para Agripino. O governador recebeu reclamações de seus correligionários, que se sentiram ameaçados com a entrada de seus rivais locais na Arena. Para contornar a situação, o governador convidou seus aliados para um jantar no Palácio da Redenção, sede do governo estadual, no qual explicou a intenção do presidente Castelo Branco ao fundar a Arena: congregar todos aqueles que se identificassem com o chamado “movimento revolucionário” (SOBREIRA, 2016, p. 98).

Esse perfil *udenista* não indica que todos os membros daquele partido se filiaram automaticamente à Arena. Quando olhamos para alguns casos municipais, percebemos especificidades que contradizem a abordagem geral, caso da cidade de Sousa. Na eleição de 1962, a política sousense se dividiu pela família Gadelha, da UDN, contra Antônio Mariz⁵³, do PTB, candidato apoiado por Agripino, do qual era primo. A escolha de apoiar um parente em detrimento dos correligionários gerou um racha da família com Agripino, repercutindo na reorganização partidária quando os Gadelha se filiaram ao MDB para não permanecerem sob a tutela *agripinista*⁵⁴ (SOBREIRA, 2016, p. 108-112).

Do ponto de vista ideológico, o Diretório Regional da Arena lançou um programa político elaborado pelos membros da Comissão Executiva Regional, órgão do qual fazia parte o governador. Nesse documento, foram expressas as preferências da cúpula estadual em relação ao governo federal, com indicações de nomes para suceder o presidente Castelo Branco, e as diretrizes pelas quais o regime deveria agir quanto ao desenvolvimento econômico e social do Brasil do Nordeste (SOBREIRA, 2016, p. 100-102). Os pontos abordados pelo documento

⁵³ Nascido em João Pessoa, 1937, formou-se em ciência política em 1959 pela Universidade de Nancy, na França, e em direito em 1960 pela Universidade do Brasil. Filiado ao PTB, elegeu-se prefeito de Sousa e pela Arena elegeu-se deputado federal por seguidas legislaturas.

⁵⁴ Ao longo da ditadura militar, a família Gadelha manteve sua influência no MDB estadual, chefiado por Ruy Carneiro. Destaque para Marcondes Gadelha, eleito para o primeiro mandato de deputado federal em 1970, integrando posteriormente o grupo dos “Autênticos”. Através da trajetória partidária dos indivíduos, é possível compreender as mudanças de posicionamentos em relação aos fenômenos políticos vividos. Sobre a atuação de Marcondes Gadelha nos autênticos do MDB, ver Nader (1998).

indicam um forte apelo nacionalista, buscando a valorizar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na defesa do projeto de industrialização e do progresso econômico nordestino.

As ideias compartilhadas pela Arena paraibana no documento elaborado por sua Comissão Executiva refletem o perfil político de Agripino, sua principal liderança. Esse foi, ao longo de sua trajetória, uma figura atrelada ao empresariado nacional, defensor de uma perspectiva nacionalista de desenvolvimento. Não é possível traçar que essas foram as bases que nortearam a ação do partido no estado ao longo de sua existência, pois, diante de uma estrutura oligarquizada sob o comando do governo estadual, a tendência foi a alteração dessas bases de ação dos *arenistas* paraibanos.

O papel da liderança partidária tornava-se para a Arena fundamental na sua estrutura interna, e, além de Agripino, outros indivíduos exerciam esse papel na ocasião da fundação do partido: dois grupos de egressos da UDN, liderados por Agripino e Ernani Sátiro; um terceiro grupo composto pelos ex-membros do PDC, cuja chefia era exercida por Pedro Gondim; e uma última fração da qual faziam parte os políticos do PSD, em que se destacava Teotônio Neto. A atuação desses grupos se deu sob a identificação dos antigos partidos. O personalismo na organização partidária torna-se presente na Arena, replicando as dinâmicas existentes nas antigas legendas (não só naquelas formadas em 1945). Mesmo a formulação de um sistema bipartidário não implicou na ruptura desse aspecto da cultura política brasileira, inclusive pelo fato de serem as lideranças políticas o principal referencial dos eleitores e dos próprios filiados com os novos partidos.

Isso é perceptível quando olhamos para as principais disputas eleitorais no período: os pleitos para senador em 1966 e prefeito de Campina Grande em 1968. Neles, as ambições específicas das lideranças e de seus correligionários e suas vinculações progressas ao bipartidarismo se sobressaíram aos interesses da Arena. Na eleição para o Senado, Gondim e Sátiro almejavam sair candidatos, sendo cogitado que ambos concorressem pelo esquema da sublegenda - possibilidade rechaçada por Gondim, que retirou sua candidatura a senador para disputar uma cadeira na Câmara Federal. Sátiro, por sua vez, não conseguiu reunir o partido em torno de si para homologar seu nome, pois prevaleciam na Arena rugas históricas entre as alas.

A posição imparcial adotada pelo governador, não assumindo preferência por nenhum dos pretensos candidatos, bem como sua opção por apoiar um terceiro nome – o empresário e

político de pouco apelo eleitoral, Aluísio Afonso Campos⁵⁵ – em tese, de conciliação, desagradou ambas as alas do partido. Além disso, apoiar um candidato com pouca tradição política manteria o controle do partido nas mãos do governador. Nas urnas, o candidato *arenista* acabou derrotado na disputa contra Ruy Carneiro, do MDB. Além de não ter o apelo eleitoral de Carneiro, tradicional liderança política do estado, faltou a Campos o suporte de seus correligionários. De acordo com as informações publicadas pelos jornais, os grupos políticos oriundos do PSD dentro da Arena mantiveram seu apoio histórico à liderança de Carneiro, não transferindo automaticamente seus votos para o candidato de seu novo partido. Ao mesmo tempo, Campos acusou ter sofrido boicote por parte dos grupos políticos vinculados a Gondim e Sátyro (SOBREIRA, 2016, p. 126-128).

Em 1968, na eleição para prefeito de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do estado, Antônio Vital do Rêgo, genro de Gondim, deixa a Arena para se candidatar à Prefeitura pelo MDB. A principal razão para a troca de partido foi ter sido preterido por Agripino como principal candidato naquele pleito, o qual demonstrou predisposição à candidatura de Severino Cabral, liderança da UDN campinense. A mudança de partido não impediu Gondim de atuar em prol de seu parente, inclusive subindo no palanque do MDB ao longo da campanha. Em declaração pública, Gondim afirmara: “Nada me levaria a renunciar um compromisso já firmado com um companheiro” (GONDIM *apud* SOBREIRA, 2016, p. 148). Ao disputar o pleito por uma sublegenda oposicionista, Vital do Rêgo, apesar de não se eleger, foi fundamental para a vitória do MDB, somando votos para Ronaldo Cunha Lima, candidato eleito⁵⁶.

Entre 1966 e 1968, essas divergências se transformaram em rumores de que Gondim deixaria a Arena, a primeira delas vindo à tona quando surgiu a Frente Ampla⁵⁷, em 1967.

⁵⁵ Nascido em Campina Grande, 1914, bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Recife, e atuou profissionalmente como empresário do ramo pecuarista. Foi deputado estadual ainda em 1934 pelo Partido Progressista (PP), sob a tutela política de José Américo de Almeida, tendo seu mandato extinto junto às instituições legislativas em 1937. Após a redemocratização, filiou-se ao PSB e reelegeu-se deputado estadual, deixando o cargo em 1959 para assumir a diretoria do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No mesmo ano, deixou o cargo para assumir uma cadeira nos conselhos Jurídico e Deliberativo da recém-fundada Sudene. Em 1958, disputou a eleição para senador, sendo derrotado por Ruy Carneiro.

⁵⁶ Naquele pleito, disputaram a eleição as seguintes chapas: Arena-1 – prefeito: Severino Cabral, vice: Raimundo Asfora (17.552 votos); Arena-2 – prefeito: Plínio Lemos, vice: Evaldo Gonçalves (635 votos); Arena-3: prefeito: Stênio Lopes, vice: Amaury Vasconcelos (241 votos); MDB-1 – prefeito: Ronaldo Cunha Lima, vice: Orlando Almeida (13.492 votos); MDB-2 – prefeito: Vital do Rêgo, vice: Langstein de Almeida (8.415 votos); MDB-3 – prefeito: Osmar de Aquino, vice: Figueiredo Agra (312 votos). Em virtude do esquema da sublegenda, a chapa do MDB-1 sagrou-se vencedora, mesmo obtendo menos votos que a Arena-1, pois o somatório da votação das chapas foi de: Arena 18.438 votos; MDB: 22.219 votos (SOBREIRA, 2016, p. 153).

⁵⁷ A Frente Ampla surgiu da iniciativa das lideranças políticas de Carlos Lacerda, João Goulart e Juscelino Kubitschek. A partir de documento firmado no Pacto de Montevidéu, a Frente Ampla buscou articular pauta política pela redemocratização do país, por meio da revogação da legislação de controle político e social; fim das diretrizes salariais e afirmação dos direitos dos trabalhadores. Diante do sucesso do movimento entre a sociedade,

Apesar de não se tratar de um partido político propriamente dito, sua pretensão era congregar lideranças políticas e setores da sociedade insatisfeitos com os rumos que o regime militar tomava. Porém, mesmo com a negativa dos rumores por parte de Gondim, seu grupo político se articulou para fundar uma sublegenda, a Arena-3, nos moldes daquela estabelecida pelos *ex-pessedistas*. A criação de uma sublegenda pelos *gondinistas* nunca saiu do papel, mas seu isolamento dentro do partido tornou-se irreversível, resultando nas cisões acima mencionadas (SOBREIRA, 2016, p. 134-136).

Esse afastamento não ocorria apenas na dimensão da organização interna da Arena; o *gondinismo* também se afastara das diretrizes impostas pela ditadura. Enquanto foi deputado federal, entre 1967 e 1968, Gondim se opôs ao regime militar e seus interesses em diversos assuntos⁵⁸, sendo o principal ponto de ruptura o chamado “caso Márcio Moreira Alves”.

Em discurso, o deputado federal Moreira Alves (MDB-GB) acusou o Exército de ser um antro de torturadores, convocou a população a boicotar a parada militar de sete de setembro e sugeriu às mulheres que, em repúdio ao governo autoritário, não se relacionassem com oficiais militares envolvidos na repressão política. Mesmo sua fala tendo passado despercebida pela imprensa, teve significativa repercussão dentro das Forças Armadas, que o acusaram de atacar a honra da instituição e de seus oficiais. Devido à pressão de setores militares, o Executivo encaminhou um pedido de licença ao Legislativo para processá-lo.

Segundo Grinberg (2009, p. 123-124), essa pauta dividiu internamente a Arena, pois nem todos acataram a orientação do governo. Daniel Krieger (Arena-RS), líder do partido no Senado, posicionou-se contra o requerimento, resguardando a inviolabilidade do mandato parlamentar, uma das poucas garantias constitucionais que restavam aos senadores e deputados. Apesar da acachapante derrota para o governo federal (216 deputados votaram contra a licença, 141 votaram a favor da licença e 12 votaram em branco, sendo 94 os *arenistas* contrários à

políticos, opinião pública e setores das Forças Armadas, em abril de 1968 foi baixado um decreto-lei proibindo sua atuação política (ALVES, 2005; p. 154-156).

⁵⁸ Na ata do Conselho de Segurança Nacional (CSN) – localizada no Acervo da Comissão Estadual da Verdade na Fundação Casa de José Américo, em João Pessoa – relativa ao processo de cassação de Pedro Gondim, são relatados discursos proferido por ele na Câmara dos Deputados: em 15/09/67 protestou contra a saída forçada de cientistas do país; em 16/09/67 defendeu o mandato de deputados comunistas; em 14/11/67 criticou a forma como o governo federal distribui as verbas para a educação; em 15/02/68 protestou contra a reforma administrativa do governo, na qual foram prejudicados os produtores de sisal da Paraíba; em 10/02/68, 26/04/68 e 23/05/68, criticou a proposta do governo de enquadrar novos municípios como Zonas de Segurança Nacional; em 14/02/68 criticou a censura imposta pelo regime ao teatro; em 21/05/68 criticou o projeto do governo para regulamentação das sublegendas; em 30/08/68 protestou contra a ação do regime em relação às manifestações estudantis, posicionando-se favorável à concessão de anistia aos membros do movimento estudantil envolvidos em confrontos com a Polícia (Ata 46 do Conselho de Segurança Nacional. Arquivo da Comissão da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba).

concessão da licença), apenas Pedro Gondim e Wilson Braga, dos sete *arenistas* paraibanos na Câmara Federal, seguiram a linha de Krieger (SOBREIRA, 2016, p. 200).

A votação foi o estopim para a promulgação do AI-5, decreto que, entre outras determinações, fechou por tempo indeterminado o Congresso Nacional e fornecia ao Executivo o direito de cassar mandatos eletivos⁵⁹, um marco para o entendimento das relações entre o regime militar e a classe política. Após o AI-5, houve uma série de expurgos na classe política, afetando, inclusive, membros da Arena. Entre os políticos paraibanos, dez perderam seus mandatos após o AI-5, cinco pelo MDB: Ronaldo Cunha Lima, Mário Silveira, José Maranhão, Osmar de Aquino e Antônio Vital do Rêgo (este, membro da Arena entre 1966 e 1968); e cinco pela Arena: Pedro Gondim, Sílvio Porto, Robson Espíndola, Francisco Souto e Romeu Abrantes (SOBREIRA, 2016, p. 203).

Na análise das atas das reuniões do Conselho de Segurança Nacional (CSN)⁶⁰, os motivos expressos para a cassação dos *arenistas* iam desde suas condutas durante o regime militar, como anteriores ao golpe de 1964, sendo esses classificados como: “corruptos”, “corruptores”, “subversivos”, “oportunistas”, “comunistas” e “agitadores” (SOBREIRA, 2016, p. 203-220); o que nos leva a acreditar nesses discursos, que procuravam justificar essas cassações também pela sua conduta política no pré-1964, como as ideias combatidas pelos golpistas.

Quando olhamos para a estrutura da Arena paraibana em seus primeiros anos de existência, percebemos um partido que convivia com o legado das antigas legendas criadas em 1945. A identidade dos partidos extintos e o poder que as históricas lideranças continuavam a exercer no novo sistema partidário atrapalhavam a harmonia e impediam o melhor funcionamento do partido governista. Isso é resultado do modo artificial pelo qual o bipartidarismo foi criado: imposto de cima para baixo, promovendo uma reorganização política dos grupos ocupantes das antigas instituições no novo sistema partidário.

⁵⁹ As outras principais prerrogativas do AI-5 são: 1) direito de demitir, remover ou aposentar funcionários do serviço público federal pelo Executivo; 2) direito de demitir, remover ou aposentar juízes, bem como suspensão das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade do Judiciário; 3) poder de decretar estado de sítio, independente dos impedimentos fixados pela Constituição; 4) direito de confiscar bens como punição pelo crime de corrupção; 5) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 6) direito do Executivo legislar por decretos e baixar outros atos institucionais ou complementares; 7) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do AI-5. (ALVES, 2005, p. 161)

⁶⁰ O CSN é um órgão consultivo da presidência da República sobre assuntos de segurança nacional, que participou das decisões sobre cassações de direitos e mandatos políticos no contexto do AI-5. As informações obtidas por esse órgão eram repassadas por uma cadeia de outros órgãos: Serviço Nacional de Informações (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), o Centro de Informações do Exército (CIE) ou em Inquéritos Policiais Militares (IPM).

Nesse processo de transição foram fornecidos meios para que os políticos conseguissem se acomodar nos novos partidos, não interferindo na dinâmica das históricas relações estabelecidas entre eles: possibilidade de fracionamento partidário com as sublegendas; manutenção do poder político nas mãos do governador, fazendo deste o principal representante político do regime nos estados; não intervenção nas disputas entre os grupos que rivalizavam eleitoralmente.

No âmbito regional, a ditadura acabou por consentir em seu partido personalidades políticas pouco alinhadas às diretrizes autoritárias. Olhando para a Arena em escala estadual, é possível compreender os motivos dessa tolerância: o personalismo que dá a identidade dos grupos políticos; a forma como os laços de parentesco se sobressaía frente aos projetos políticos coletivos; a conciliação entre grupos divergentes, simultânea e paradoxalmente aos projetos políticos pessoais, elementos que, tal como já comentado, integram a cultura política dominante no país.

Após o AI-5, a relação entre os militares e a Arena ficou abalada, sendo necessário realizar uma reforma no partido: uma reorganização partidária que não poderia afetar profundamente a forma de atuar e se organizar da classe política, mas que ao menos precisava garantir uma mínima estabilidade no seu partido, de modo a evitar problemas maiores, sejam eles eleitorais ou dentro do Legislativo.

1.2. A crise e o fracasso da reorganização da Arena na década de 1970: a continuidade da tradicional classe política

1.2.1. *João Agripino e a legitimidade da atuação da classe política na Arena paraibana*

O AI-5 marcou a trajetória da ditadura militar como um ponto de acentuação do autoritarismo brasileiro: escancarou-se a censura, inclusive a censura prévia; houve um aumento da violência como forma de combate aos opositores políticos, sobretudo a tortura e os assassinatos operados nos porões dos órgãos de repressão; um período de intensificação das ações de organizações clandestinas contra o regime, a exemplo da luta armada; e os mais amplos setores sociedade civil sentiram-se acuados em relação aos militares e ao regime.

Sobre as origens e as motivações para o AI-5, este representou uma escalada dos setores radicais das Forças Armadas no governo. Motta (2018) afirma que, a partir desse decreto, houve um afastamento entre os militares que comandavam o regime e os setores moderados e

liberais da sociedade brasileira, participantes da ditadura militar: imprensa, governos liberais de nações ocidentais e parte da classe política nacional. Em sua análise, o autor aponta que o “caso Márcio Moreira Alves” serviu como subterfúgio para promulgação daquele decreto, pois seus reais motivos iam além daquele evento.

Segundo Motta (2018, p. 199-202), houve razões econômicas e sociais que servem para explicá-lo: era preciso estabelecer maior centralização de poder no governo para impulsionar a economia; ampliar os meios de controle dos setores sociais – estudantes, operários e classes médias – insatisfeitos com os rumos autoritários tomados pelo governo militar em seus quatro primeiros anos; e constituir maior arbítrio sobre a classe política e as instituições públicas, principais fontes de legitimidade do regime. Para Motta, o AI-5 visava “[...] também, e sobretudo, enquadrar os segmentos de elite que se mostravam rebeldes ao poder militar” (MOTTA, 2018, p. 209).

Em relação à classe política, Grinberg (2009, p. 132-133) afirma que o AI-5 acentuou as crises vividas entre o governo e seu partido. O fechamento do Congresso Nacional e a inviabilização da ação política da Arena geraram rumores, inclusive sobre a possibilidade de extinção da legenda, resultando em duas possibilidades de mudanças na vida partidária brasileira: a fundação de um novo partido de situação ou a extinção definitiva dessas instituições no sistema político nacional.

Por entenderem o AI-5 como um ataque direto às instituições representativas, muitos membros da Arena optaram pelo afastamento voluntário de seus cargos dentro do partido, ampliando ainda mais a crise estabelecida⁶¹. Houve ainda uma série de afastamentos involuntários, expurgos promovidos pelo regime contra a classe política e a Arena. Ao todo foram dois senadores, 35 deputados federais e 38 estaduais e um vereador que foram cassados pelo regime, impedidos de participarem da vida partidária (GRINBERG, 2009, p. 132).

Na Paraíba, a apreensão dos políticos pela crise vivida junto ao comando da ditadura era potencializada pela distância do estado dos grandes centros de poder no país, resultando em uma escassez de informações concretas acerca da situação política em tempos de crise. Essas incertezas sobre os rumos da Arena e como a política paraibana seria afetada levou Agripino, governador do Estado, logo no mês de janeiro de 1969, a programar viagem ao Rio de Janeiro e Brasília para manter contato com as principais lideranças do regime.

⁶¹ O principal exemplo de afastamento voluntário é o do senador e presidente nacional do partido, Daniel Krieger. Em virtude de suas divergências com o governo militar durante o “caso Márcio Moreira Alves”, Krieger deliberadamente se desligou da presidência do partido por não concordar com as críticas feitas pelos militares à atuação da Arena naquela circunstância (GRINBERG, 2009, p. 132).

De acordo com o colunista de política do *Correio da Paraíba*, José Soares Madruga, nessa viagem Agripino pretendia “[...] medir o que resta do poder civil, e dentro dessa área, qual a extensão da sua [influência], afim de demarca-la para seus auxiliares e correligionários, no sentido de que as balizas sejam rigorosamente respeitadas”⁶². Enquanto governador e liderança da Arena no estado, ele sabia que não poderia rebelar-se contra o governo federal, pois afastar-se do regime representaria perda de posições políticas enquanto liderança estadual. Sua postura foi a de defender a atividade da classe política, sobretudo a dos governadores de Estado em tempos de crise de legitimidade da Arena, sem confrontar o comando dos militares, amplificados após o AI-5.

Defensor da reconciliação da Arena com os militares, Agripino proferiu discurso em almoço oferecido em abril de 1969 pelo governo federal aos governadores estaduais. Dirigindo-se ao presidente, general Artur da Costa e Silva, ele ressaltou a importância dos governadores como seus “auxiliares”: “Vossa Excelência é nosso comandante. E, nesta sala, estão seus auxiliares. Mas, seus auxiliares não se restringem aos Ministros de Estado. Eles se estendem até os Estados, para compreender também, os Governadores e Secretários de Estado”⁶³.

No transcurso de seu discurso, Agripino tornou a destacar a importância da classe política para o regime, especificamente aquela que se mantém atrelada aos valores partilhados pela ditadura. Ressaltou ainda a dependência do regime em relação ao trabalho dos governadores, sobretudo as obras públicas executadas por eles nos estados, como forma de fortalecer o poder da ditadura no âmbito regional:

Qualquer um de nós governadores poderá ser mais ou menos eficiente, ter maior acervo de obras a apresentar ou menor, mas nenhum de nós terá menor esforço dado à Revolução, nenhum de nós terá menor lealdade à Revolução e ao governo de Vossa Excelência pessoalmente. E esta fidelidade é o que nos une. Esta união é o que preserva o futuro do Brasil, o que importa dizer o futuro da Revolução⁶⁴.

Ao final de sua fala, Agripino buscou camuflar qualquer instabilidade entre classe política e militares, imputando a culpa da crise aos chamados “inimigos da Revolução”, identificando na classe política filiada à Arena os valores considerados mais nobres da política, representados pelo regime. A crítica aos opositores da ditadura desembocou na retórica

⁶² MADRUGA. *Correio da Paraíba*, 07 de jan de 1969, p. 3.

⁶³ A União, 09 de mar de 1969, p. 1. O discurso proferido por Agripino relaciona-se ainda com o processo de escolha de seu sucessor no governo do Estado. Diante da possibilidade de ser indicado um militar para a administração estadual, o governador defendeu a importância da classe política para o funcionamento do regime, haja vista que almejava indicar Sátyro como seu sucessor.

⁶⁴ *Ibid.*

anticomunista anterior ao golpe de 1964, na qual o inimigo estava infiltrado dentro da Arena e deveria ser combatido.

Aqueles que procuram disseminar divergências entre civis e militares são os inimigos da Revolução que se infiltram para criar ambientes de animosidade através de intrigas. Porque pouco importa militares ou civis, homens de bem sobre o espírito público não de construir a grandeza dessa Pátria sob o comando de Vossa Excelência. Quem governa com moralidade, quem governa com espírito público há de suprimir facilidades, favoritismo, paternalismo, apadrinhamentos, e isto sem dúvida constitui um instrumento hábil de grande animosidade e inimigos anônimos. [...] Pagamos qualquer preço, Senhor Presidente, para que os decaídos não voltem ao poder, mas devemos estar devidamente advertidos contra aqueles que se infiltram entre nós, às vezes mais adeptos à Revolução do que nós próprios que a fizemos, para aquilo que eles sabem que sem o qual jamais conseguirão voltar ao poder⁶⁵.

Essa retórica do governador contra os “infiltrados” dentro da Arena refere-se aos membros do partido que votaram contra a licença para cassar o deputado federal Márcio Moreira Alves, entre eles seu correligionário Pedro Gondim. Contudo, ao longo do processo de cassação de Gondim, Agripino relatou em entrevista a forma como exerceu influência para barrar não só aquela cassação, mas a de todos os *arenistas* atingidos pelos expurgos: “Em verdade, me rebelei contra todas. [...] Nunca fui um homem de tomar uma atitude nos bastidores e ter outra publicamente”⁶⁶.

Ainda em entrevista, narrou que descobriu sobre a cassação de Gondim em reunião com o ministro da Justiça, Gama e Silva, quando discutiam sobre a possível cassação dos senadores Milton Campos (Arena-MG) e Daniel Krieger, de quem ouviu: “[...] ‘E, da sua terra, tem um que vou levar’. Perguntei: ‘Quem é?’ Ele respondeu: ‘O Pedro Gondim’. Eu argumentei: ‘Outra injustiça que o senhor vai cometer’”⁶⁷.

Não há fontes disponíveis que confrontem essa versão sobre seu conhecimento dos expurgos dos parlamentares *arenistas*. Porém, é fato notório sua participação na cassação de onze juízes paraibanos em 1969. Segundo o Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (2017), o governador encaminhara ao ministro da Justiça um ofício do Tribunal de Justiça da Paraíba solicitando a aposentadoria compulsória dos magistrados (Correio da Paraíba *apud* Relatório Final da CEV, 2017, p. 593).

Ainda assim, cabe assinalar que, sendo notório o protagonismo dos militares na governança e na repressão, esses buscavam legitimidade entre personalidades políticas e

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Entrevista: João Agripino. Acervo NDIHR, 1978, p. 257.

⁶⁷ Ibid. p. 258.

jurídicas para seus atos. Enquanto governador do estado, Agripino procurou preservar a classe política local dos expurgos arquitetados pelos órgãos de repressão da ditadura, mas ao mesmo tempo agiu diretamente para a cassação de magistrados no estado. Essa postura indica uma dualidade no seu posicionamento em relação à repressão promovida pelo regime, variando de acordo com seus interesses diretos.

Ao buscar proteger seus correligionários, Agripino garantia os espaços de atuação de seu partido na política nacional. Esses meandros na sua atuação em tempos de crise entre militares e classe política dentro do regime autoritário alinham-se à avaliação de Cittadino (2007, p. 47), que o classifica como uma personalidade muito além da figura do “coronel”: “Ao contrário, mostrou ser um sujeito extremamente rico, complexo e dinâmico e, por que não dizer, ambíguo, na vida paraibana” (CITTADINO, 2007, p. 47)⁶⁸. Agripino conseguiu ao mesmo tempo manter-se engajado ideologicamente à ditadura militar, mas autônomo nos momentos em que precisou defender seus interesses:

[...] sempre demonstrou comungar com os princípios “revolucionários”, assumindo permanentemente a função de “homem da revolução”; finalmente, sempre manteve fortes ligações com a alta cúpula do Estado autoritário, mostrando ser, portanto, um elemento de confiança do regime. Em contrapartida, confrontou-se com diversas orientações emanadas dos militares e indispôs-se com vários setores do Estado, procurando manter uma larga faixa de autonomia, o que lhe era permitido em função da legitimidade adquirida pela liderança que exercia sobre seus pares e pela popularidade crescente à medida que seu governo avançava, bem como pela autoridade e respeitabilidade adquiridas ao longo de sua vida pública. (CITTADINO, 2007, p. 50)

Com isso, restava à cúpula do regime não abrir mão de seu partido, elo com a base política regional e meio de legitimação política do autoritarismo. Não obstante, consideravam a necessidade de reorganiza-lo, de modo que prevalecessem na atuação de seus membros apenas os interesses do governo federal. Uma tarefa difícil, haja vista que, em quatro anos de autoritarismo, a ditadura não havia exercido mudanças efetivas que afetassem as práticas da cultura política prevalecente no país.

⁶⁸ Pondere-se ainda a visão dos órgãos de vigilância sobre Agripino, considerado, como aponta Soares (2020), um político de atuação suspeita, que compunha um campo político que deveria ser vigiado e controlado. Tal perspectiva levanta questionamentos tanto sobre até que ponto o regime confiava na classe política (pois Agripino foi um dos mais influentes apoiadores do golpe de 1964 e da ditadura na Paraíba), bem como a complexidade da atuação desses políticos ao longo do regime.

1.2.2. A reorganização partidária continuidade da cultura política brasileira na Arena paraibana

Durante o ano de 1969, a crise entre a Arena e os militares aos poucos foi sendo contornada, especialmente a partir da reabertura do Congresso Nacional, ocorrida em outubro. Porém, o regime julgava necessário mudar a forma como os partidos se organizavam. Era preciso encontrar uma solução para os problemas da Arena e elaborar uma nova identidade, alinhada exclusivamente à ditadura e às suas diretrizes. No plano regional, o principal problema na Arena era sua divisão interna em frações, cuja origem acreditava-se ser decorrente da permanência da identidade das antigas legendas através das lideranças personalistas que compunham o partido.

A ideia de reorganizar o partido ganhou adesão junto à classe política, que se empenhou em ações nesse sentido. Às camadas mais amplas da população, as discussões sobre a necessidade de renovar o partido chegavam através da imprensa, e como muitos jornais tinham ligação com políticos da Arena, esse discurso renovador chegava ao povo de maneira enviesada. Para Capelato (2014, p. 304), “as atividades dos proprietários de jornais e dos demais jornalistas não se confundem com as dos que atuam nas instituições partidárias, mas eles também são agentes da história que ajudam a construir”.

Nos textos publicados, era ressaltada a urgência de acabar em definitivo com a memória dos partidos extintos como solução para os problemas da política institucional. O colunista José Soares Madruga, do *Correio da Paraíba*, repercutia esse raciocínio, reforçando a necessidade de emergir uma nova classe política, desconectada das antigas agremiações, estabelecendo uma identificação única com as diretrizes do regime militar:

Uma nova classe política enquadrada nos objetivos do movimento de trinta e um de março de 1964, partilhando responsabilidades é o roteiro para abrir os represamentos que detêm as instituições no seu curso para a normalidade democrática. [...] a meta política deste período da Revolução é apoiar-se em lideranças políticas próprias, dela oriundas, sem matrizes partidárias das agremiações que funcionaram até 1964 e das duas remanescentes.⁶⁹

Existe certa ambiguidade no discurso promovido por Madruga, pois, ao mesmo tempo que aponta para a necessidade de renovação da classe política, alinhando-se às diretrizes traçadas pelo regime militar, o colunista – que posteriormente foi eleito deputado estadual pela Arena – e o jornal nunca se omitiram em se prestarem aos interesses de seu proprietário,

⁶⁹ MADRUGA, *Correio da Paraíba*, 14 de jan de 1969, p. 3.

Teotônio Neto, tradicional liderança dentro do partido. Além de ser paradoxal apelar para uma retórica de normalidade democrática quando se apoia medidas e ações autoritárias.

Na mesma linha, o editorial do jornal *O Norte* discorreu sobre a necessidade de as instituições políticas brasileiras acompanharem uma suposta renovação promovida pela ditadura, bem como fez críticas à classe política presente na Arena, egressa das antigas lendas e de conjunturas políticas temporalmente distantes:

Todos [os partidos pré-1966] faliram, dos mais velhos aos mais novos. Nenhum se sobrepunha à realidade, nenhum conseguia refletir, mesmo precariamente, a modernidade dos conceitos e dos métodos nascentes; viviam e agiam como se ainda houvesse lugar para coisas velhas, no plano econômico, no plano social e, principalmente, no plano político. Morreram de velhos, inclusive a Arena. Os líderes políticos que ainda atuam na República Brasileira vêm, em grande número, da Revolução de 1930. Não tendo cedido terreno às gerações mais moças nem remoçado a própria mentalidade, tudo o que conseguiram fazer, mesmo honestamente, foi agarrar-se ao passado em consequência de impedir que um novo tempo se impusesse sem limitações.⁷⁰

Mesmo alinhado a uma perspectiva liberal, *O Norte* reproduzia a ideia de renovação partidária a partir da perspectiva de modernização conservadora que o regime afirmava implementar no país. Uma posição linear, haja vista que o jornal, em sua linha editorial, apoiara o golpe de Estado em 1964, e seguia apoiando o regime autoritário, denotando ambiguidade no seu posicionamento liberal em outros aspectos⁷¹. A ambiguidade compartilhada pela imprensa confluía para aquilo que o regime militar julgava ser eficiente para a renovação da classe política: engajava-se no discurso, mas não se mexia na estrutura. Buscava-se criar, de cima para baixo, um consenso sobre uma possível cultura *arenista* vinculada estreitamente às diretrizes da ditadura, alheia às antigas lendas.

Os principais veículos de comunicação local falavam em renovação – seja exatamente o termo, ou uma ideia que expresse seu sentido – para designar o movimento que os partidos deveriam fazer, como se fosse possível tornar nova uma classe política já tarimbada pela própria trajetória pública. Renovar significava extinguir as marcas das trajetórias políticas dos membros da Arena, sobretudo de seus partidos, como se a ditadura pudesse apagar a história institucional desses indivíduos, fonte de sua ligação com o eleitorado, criando um representante alinhado exclusivamente aos ideais e à pauta política do regime pós-1964. Quando analisadas as medidas

⁷⁰ EDITORIAL, *O Norte*, 22 de mar de 1969, p. 3.

⁷¹ Cabe aqui ressaltar que um periódico grande como *O Norte* pode compartilhar em suas publicações posicionamentos políticos distintos. Ou seja, apesar do posicionamento oficial feito nos editoriais, textos de colonistas ou publicações de charges o jornal podem ser um meio de expressão de opiniões divergentes à linha editorial.

efetivas imposta pelo regime para reorganizar os partidos, percebe-se que a renovação discutida pela imprensa e pelos *arenistas* era algo vazio de sentido, que guardava incoerência entre o discurso e prática.

Logo após o AI-5 e ao longo da década de 1970, o regime e seu partido editaram decretos, leis e planos de ação, visando a renovação política esperada. Em maio de 1969, foi publicado o Ato Complementar nº 54 (AC-54), cujos principais pontos eram o estabelecimento de novas datas e regras para as eleições dos diretórios municipais dos partidos, uma medida provisória, instruindo preliminarmente a forma como os diretórios municipais do partido deveriam se organizar⁷². Para o presidente nacional da Arena, o senador Filinto Muller (Arena-MT), o AC-54 representaria um “teste para os partidos” (GRINBERG, 2009, p. 138); caso esses não conseguissem se reorganizar dentro das novas diretrizes, corriam risco de extinção.

Para o editorial do *A União*, jornal porta-voz do governo do Estado, esse estabelecimento de nova estrutura nos partidos políticos deve ser interpretado pelos seus membros como uma oportunidade para renovação de suas práticas e deliberada reflexão sobre a forma como eles se comportavam politicamente:

POIS, essa transição deveria ser experimentada para reflexão dos homens públicos. Se se convencerem da necessidade de mudar métodos, *renovar* fórmulas, oferecer oportunidades aos mais moços, afim de torna-los aptos, melhor experientes para as tarefas imensas que os aguardam, tudo será mais fácil. O que não constrói coisa alguma é a insistência na aplicação de processos superados, a recusa em aceitar as coisas novas, a repulsa aos moços, nos quais sempre são enxergados ‘inimigos’ em potencial. (Grifos nossos)⁷³

Na interpretação do *A União*, o AC-54 pode ser concebido como um primeiro passo de um projeto de renovação partidária proposto pelo regime, cujo principal objetivo era fazer da Arena um partido uníssono em relação às suas diretrizes e em torno das disputas eleitorais, momentos onde a ditadura media sua popularidade.

No intuito de orientar a reformulação estrutural do partido, em janeiro de 1970, a secção paraibana recebeu o presidente do Diretório Nacional, senador Rondon Pacheco (Arena-MG), em visita destinada a apresentar o novo plano de ação do partido. De acordo com o jornal *A União*, nos discursos de lideranças estaduais ao presidente nacional da Arena eram ressaltadas as novas diretrizes partidárias aos correligionários presentes, sendo a principal delas a de

⁷² Esse decreto orientava sobre o aumento do número de eleitores nos estados e a filiação de novos membros aos partidos, sendo essa uma primeira etapa da reestruturação dos diretórios nos estados e municípios.

⁷³ EDITORIAL, *A União*, 16 de set de 1969, p. 3

fortalecer as bases partidárias através de um maior alinhamento entre a cúpula do partido e os diretórios municipais⁷⁴.

Cláudio de Paiva Leite, presidente regional da Arena, apontou a urgência de “extinguir se possível” a influência do coronelismo⁷⁵ e do poder econômico no setor político, vinculando a Arena e seus eleitores estritamente à ditadura militar: “Queremos valorizar mais e mais o homem, estimular o aparecimento de novas lideranças, em suma, *renovar* a Arena, revitalizar a vida política nacional” (Grifos nossos)⁷⁶.

A visita de Rondon Pacheco ao estado visava ainda articular, junto às lideranças estaduais do partido, a indicação dos nomes que iriam concorrer às eleições diretas e indiretas daquele ano, as primeiras após o AI-5. Nesse sentido, o discurso de Agripino na ocasião do banquete indica a capacidade da Arena na Paraíba de se integrar às novas diretrizes partidárias, sobretudo à união das frações divergentes em torno dos interesses da ditadura, superando as antigas legendas:

Aqui na PARAÍBA, V. Excia [Rondon Pacheco] terá poucos problemas. Nós somos um partido em que não existe mais UDN, PSD, PTB e PDC. Nós todos somos Arena. Plenamente integrados. Ainda há uma ou duas dezenas de municípios em que há disputas e a figura da sublegenda, o resto é integração total⁷⁷.

Como a Arena servia à ditadura militar como instituição que lhe conferia uma suposta legitimidade democrática, foram comuns, ao longo de toda a sua existência, visitas dos presidentes militares e dos representantes partidários nacionais ao estado. Nessas ocasiões, eram repassadas orientações e normas de conduta para os membros da Arena local, bem como se escuta desses seus problemas e anseios políticos, geralmente disputas por controle partidário e por posições nas chapas nos pleitos disputados. Como um regime autoritário não se sustenta apenas através de repressão, o diálogo com a classe política era necessário, ocorrendo tanto em lugares públicos (como nas sedes das instituições), quanto a portas fechadas, em gabinetes ou nas próprias residências de seus membros, limitado àqueles imediatamente interessados.

⁷⁴ A União, 18 de fev 1970, p. 8.

⁷⁵ O coronelismo acima referenciado nos remete automaticamente ao sistema político analisado por Leal (2012), presente no período da Primeira República, ou República Velha. Fundado na liderança personalista do chefe político municipal, o “coronel”, de onde se estruturaria um forte esquema político de sustentação ao poder das oligarquias rurais. Apesar de que alguns estudos sobre o coronelismo o identifiquem limitado à República pré-1930, algumas de suas características, como o personalismo das lideranças políticas, o controle do voto e a troca de favores entre as instâncias do poder, levam à construção de um discurso de que o coronelismo se fez presente em um período mais longo da história republicana.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ A União, 21 de fev de 1970, p. 1.

O trabalho iniciado no AC-54 seria consolidado a partir da nova Lei Orgânica dos Partidos⁷⁸, publicada em 1971, substituindo uma legislação similar de 1965; essa continha as novas diretrizes para a organização e atuação dos partidos, sendo suas principais normas a filiação partidária e a fidelidade de seus membros aos partidos (GRINBERG, 2009, p. 149).

Os jornais locais explicavam que a nova Lei Orgânica se caracterizava como mais uma etapa a ser cumprida para a renovação dos partidos, que deveriam ganhar dimensões mais amplas, ultrapassando a esfera meramente eleitoral. Destacava-se na imprensa o sentimento de otimismo trazido pela nova lei partidária para a renovação das legendas. De acordo com Soares Madruga, o principal objetivo da nova legislação partidária era “formar líderes visando nova mentalidade e renovação de valores é, por si só, já um trabalho que englobaria grande parte da finalidade e das atribuições desses órgãos”⁷⁹. Na mesma linha de interpretação, *O Norte* indicava uma nova perspectiva de conduta dessas novas lideranças: “O tempo em que o partidário fazia apenas obedecer [velhas lideranças], cegamente, foi-se embora”⁸⁰

Logo após a publicação oficial da Lei Orgânica dos Partidos, o Diretório paraibano da Arena traçou estratégia para promover a divulgação da nova lei entre seus quadros, especialmente nos diretórios municipais no interior do estado. Foi sugerido pelo líder de sua bancada na Assembleia Legislativa, Edme Tavares, que os deputados estaduais do partido atravessassem o estado, divulgando as novas diretrizes partidárias junto aos seus correligionários em suas áreas de influência⁸¹. Na estratégia traçada por Tavares, a divulgação das diretrizes renovadoras nos rincões do estado deveria ser feita pelas tradicionais lideranças estaduais, ou seja, quem guiaria a renovação do partido seriam os próprios quadros partidários a serem renovados.

É difícil mensurar a forma como as bases municipais da Arena receberam as novas diretrizes de atuação, pois não há relatos em nossas fontes apresentando qualquer *feedback* de seus membros. Diante disso, a melhor forma de compreender essa reorganização promovida pela nova legislação partidária é perceber o comportamento dos *arenistas* em relação à estrutura interna do partido.

⁷⁸ Além das diretrizes para fundação e reorganização dos partidos, a Lei Orgânica de 1971 versava sobre: proibição de símbolos nacionais e adoção de uniforme para seus membros; a estruturação de órgãos estaduais e municipais e sua posição na hierarquia organizacional, sendo a Convenção Nacional o órgão supremo do partido; as normas para a filiação partidária; os direitos e deveres de seus membros, especialmente a perda de mandato por infidelidade partidária; as finanças do partido e o Fundo Partidário; e sobre a fusão, incorporação e extinção dos partidos (Lei Orgânica dos Partidos Políticos, Brasil, 1971).

⁷⁹ MADRUGA, Correio da Paraíba, 16 de jun de 1971, p. 3.

⁸⁰ SOUTO, O Norte, 11 de jul de 1971, p. 3.

⁸¹ MADRUGA, Correio da Paraíba, 17 de jul de 1971, p. 3.

A manutenção da possibilidade dos partidos se subdividirem em sublegendas fez com que esses permanecessem fragmentados entre grupos e lideranças políticas municipais, em sua maioria oligarquias personalistas com longa trajetória política no estado. De acordo com Grinberg (2009, p. 137), a intenção inicial do regime após a crise entre militares e classe política era banir a possibilidade de divisão interna dos partidos, contudo, por pressão dos próprios políticos, a sublegenda permaneceu dentro da legislação partidária.

A Arena paraibana continuou dividida, numa fragmentação que ocorria tanto nos municípios, principais ambientes de controle eleitoral, como nas mais altas esferas de poder do partido no estado. Durante a década de 1970, a Arena se fracionou entre os comandos de Agripino e Sátyro, duas históricas lideranças da UDN que exerceram o cargo de governador durante a ditadura militar. O fenômeno da liderança partidária dividida entre eles pode ser explicado pelo fato de o governador do Estado ser o escolhido pelo regime para o controle do partido.

A divisão de liderança entre Agripino e Sátyro já acontecia na UDN, e ganhou novos rumos em 1971. Ambos eram políticos com bom trânsito entre os militares e buscavam exercer sua influência nos rumos da política da Arena e, conseqüentemente, da Paraíba, especialmente manipulando a escolha dos ocupantes de cargos eletivos ou privilegiando correligionários nas instituições públicas.

Exercer a governança era o posto mais alto de influência política no estado, e, mesmo deixando o cargo, o ex-governador continuava a almejar o poder, especialmente se seu sucessor fosse seu correligionário, indicado por ele ao cargo. Essa relação acontecera com Agripino durante o governo Sátyro, e dele no governo de Ivan Bichara⁸². Tal raciocínio era reverberado por Sabiniano Maia, presidente da Arena paraibana entre 1972 e 1975: “Geralmente, quem deixa [o cargo de governador] quer ficar mandando. Não se acostuma a deixar de uma vez. Isso é um fenômeno comum”⁸³.

A forma de ação dessas lideranças fazia com que diversos espaços de atuação e debate partidários fossem entendidos como meros formalismos de sua organização interna, caso das convenções partidárias. De acordo com o Sátyro: “As convenções existem, mas de um modo geral aquilo que vai ser decidido nas convenções já foi articulado entre as lideranças”⁸⁴. Nessa

⁸² Nascido em Cajazeiras, 1918, formado em Direito pela Faculdade de Recife. Antes da Arena, exerceu atividades político-partidárias pela UDN e posteriormente pelo PL. É necessário destacar para este texto o parentesco do autor com o ex-governador *arenista*, seu tio-avô paterno. Apesar de considerar a influência da história de vida dos pesquisadores em seus trabalhos historiográficos, não consideramos que esse parentesco possa afetar a análise crítica sobre sua participação na Arena.

⁸³ Entrevista Sabiniano Maia. Acervo CPDOC, 1985, p. 60.

⁸⁴ Entrevista: Ernani Sátyro. Acervo NDIHR, 1978, p. 72.

mesma avaliação, Sátyro descrevia essa característica como uma herança da UDN recebida pela Arena:

Quer no tempo da UDN, que agora na ARENA. Aqueles nomes que vão para as convenções estaduais, candidatos a deputados estaduais, deputados federais – governador nem se fala, porque é indicado pelo presidente da República – em geral, aquilo que vai para lá já vai cozinhado, mesmo quando existe mais de uma ala no partido. [...] De modo geral, os problemas já vão coordenados para dentro da convenção.⁸⁵

Apesar do aparente artificialismo desses espaços, não podemos compreendê-los como meros formalismos, pois as convenções partidárias da Arena são rituais de legitimação do poder. Para Kertzner (2001), na análise do político o ritual não pode ser entendido como algo estritamente simbólico, e, quando presente nas instituições políticas, ele tem como principal finalidade reforçar o *status quo*, validando as decisões políticas. As convenções partidárias servem ainda para dar sentido às organizações, criar identidade entre os associados e a organização, entre os próprios associados, e distinguir os filiados dos simpatizantes e militantes (KERTZNER, 2001, p. 20).

Mesmo que as convenções não se configurem como espaços de debate e de participação mais amplas de seus membros, evidenciando a pouca abertura para novas propostas não alinhadas às principais lideranças, elas são instrumentos fundamentais para que possamos conceber a finalidade principal da Arena: legitimar a ditadura militar. Enquanto espaço destinado para homologação de candidaturas para promover eleições diretas e indiretas, referendar chapas diretoras e divulgar manifestações em prol do regime militar e seus aliados, as convenções contribuíam para a construção da superficial aparência democrática da ditadura brasileira.

A divisão interna da Arena permaneceu sendo um problema a ser contornado. Quando assumiu o governo em 1975, Bichara teve como principal missão unir o partido em um bloco único e coeso. Em visita à sede do Diretório Regional logo após sua posse, proferiu longo discurso assinalando sua intenção de unir o partido com o objetivo de obter sucessos eleitorais, mantendo o bom desenvolvimento de seu governo e alcançando demandas junto ao regime:

Estamos realmente no começo, não vou dizer de uma nova era, mas de uma nova fase na vida política da Paraíba. Venho [...] com o propósito de unir o nosso Partido, porque unidos nós valem muito, desunidos nós não valem o que devíamos valer para os pleitos junto aos altos poderes da República, o conhecimento de que o nosso Partido

⁸⁵Ibid. p. 72-73.

é um bloco coeso, e tem outra ressonância que não é aquele de que representamos um bloco, uma corrente, um grupo de partidários. Sei que essa missão não é difícil como dizem. Acredito na consciência cívica de todos os senhores, de todos os nossos correligionários da Arena. E mais que isso, acredito na inteligência de nossos correligionários, porque não há nenhuma que justifique cultivar essa divisão. Se houvesse motivo de ordem moral... não há. Se houvesse um motivo de outra ordem qualquer que justificasse essa desunião, eu não estaria falando perante homens inteligentes. A verdade é que não há [...] nada que nos diga, nada que possa substituir uma coisa que deve pairar acima de nós, que são os interesses da Paraíba. E nós da Arena, nós representamos, queiram ou não nossos adversários, a Paraíba, porque somos o partido majoritário do nosso Estado... [...] eu quero realizar a política do bom entendimento. Estou autorizado pelo presidente da República a transmitir aos senhores a sua preocupação com nosso Partido, com a fortaleza de nosso Partido, porque não sabemos o que será o dia de amanhã se não fizermos unidos e se não conseguirmos manter no nosso Estado ou nos demais Estados da Federação essa condição de Partido majoritário⁸⁶.

Na avaliação de Bichara, a coesão partidária, ao mesmo tempo que promoveria bons resultados eleitorais, úteis ao regime, poderia ajudar no atendimento de demandas do governo estadual. Assim, Bichara designa uma Comissão de Reestruturação Partidária composta pelos deputados estaduais Waldir dos Santos Lima e José Soares Madruga, recém-eleito, e pelo secretário de Interior e Justiça, Joacil de Brito Pereira, cujo objetivo era reorganizar a Arena na Paraíba.

Em sua coluna no *Correio da Paraíba* (que passou a servir como diário da ação da comissão), Soares Madruga indicou como sendo objetivo daquele órgão mudar a mentalidade predominante dentro dos filiados ao partido, implementando uma “democratização partidária”. Uma das formas utilizadas para reestruturar o partido foi a equiparação do número de diretorianos entre as alas do partido. Em sua análise: “[...] o partido é de todos, ensejando a cada um o direito de adquirir condições para atividade política em toda a plenitude que possa ser oferecida nas hostes de um partido”⁸⁷.

As metas de “democratização partidária” expressas pelo deputado soam pouco eficazes não apenas por se proporem a democratizar um partido vinculado a um regime autoritário, mas porque não se percebe nas fontes disponíveis qualquer resultado concreto desse plano de ação. Pelo contrário, em reportagem publicada pelo *O Norte*, são narradas divergências nos municípios de Campina Grande, Serra Branca, Patos, Itabaiana, Bananeiras, Piancó, Conceição e João Pessoa. Em todas elas apresentavam-se disputas entre políticos ocupantes de cargos estaduais e federais, no intuito de exercer maior influência em cada região⁸⁸.

⁸⁶ A União, 05 de abr de 1975, p. 8.

⁸⁷ MADRUGA, Correio da Paraíba, 27 de maio de 1975, p. 3.

⁸⁸ O Norte, 27 de set de 1975, p. 3. O caso de Campina Grande é um bom exemplo da forma como agiu a Comissão de Reestruturação Partidária. Em suas memórias, Brito Pereira (1997, p. 251-254) relata que trabalhou para dar privilégios partidários ao grupo político do senador Milton Cabral e a ele próprio, que tinha pretensões políticas

Diante desses relatos, é possível ponderar que as medidas ditas “renovadoras” ou “democratizantes” pouco surtiram efeito nas estruturas do poder local, pois não atingiram as bases municipais, não renovando as lideranças, continuando a Arena oligarquizada. O trabalho da Comissão de Reestruturação Partidária, por outro lado, influenciou nas tratativas entre as frações partidárias, para que algumas impusessem seus interesses sobre os rivais.

Ainda assim, o governo federal insistia em medidas para reorganizar seu partido, e, ao final daquele ano de 1975, a Paraíba e outros estados da federação receberam a visita do presidente nacional da Arena, Francelino Pereira (Arena-PI). No itinerário de sua passagem pelo estado, boa parte da programação era composta por audiências com lideranças paraibanas, visando contornar as divergências internas que atrapalhavam a atuação do partido no estado. Ao mesmo tempo, a visita serviria para a divulgação do novo ideário do partido para seus correligionários paraibanos⁸⁹. As principais diretrizes desse novo programa partidário giravam em torno dos seguintes aspectos:

[...] a representatividade popular, o voto livre e independente e o processo de renovação das lideranças. O visitante deverá acentuar ainda que a Arena tem como meta primordial alcançar a paz social, mediante o entendimento entre as categorias profissionais, visando sempre o objetivo comum, que é o de assegurar a igualdade entre os brasileiros⁹⁰.

Procurando mobilizar o debate político em torno da proposta de reorganização partidária da Arena, o *A União* publicou editorial no qual analisou o sistema partidário brasileiro. Nela, o principal problema dos partidos políticos no Brasil é o seu caráter eventual de atuação, focado nas eleições. Os partidos concentrariam seus esforços na eleição de seus candidatos e, posteriormente, se fechariam para os debates políticos que perpassam a sociedade e sua própria estrutura interna:

Há uma crise no partido brasileiro. Não é só na Arena, é também no MDB. O partido brasileiro é o partido de eleições, de campanhas eleitorais, sem continuidade de serviços, sem perenidade de atuação. Passando o episódio eleitoral, a atividade partidária emurchece, recolhe-se à sua concha de caramujo, deixando os partidos – ainda entusiasmados ao calor das refregas – à margem dos acontecimentos, das

na eleição de 1978. Essa ação resultou no racha entre eles e as frações comandadas pela família Gaudêncio e pelo deputado estadual Juracy Palhano. Para ele, essa combinação era inverídica, porém os fatos posteriores indicam o sucesso desse esquema: Enivaldo Ribeiro elegeu-se prefeito de Campina Grande em 1976, Cabral foi indicado senador indireto em 1978 e ele próprio elegeu-se deputado federal naquele ano.

⁸⁹ *A União*, 19 de dez de 1975, p. 1. A visita de Francelino Pereira à Paraíba resultou em relatório encaminhado por ele ao presidente Geisel, no qual descrevia suas atividades junto aos *arenistas* no estado: reunião na Associação Comercial de Campina Grande com lideranças do partido, ofício do prefeito solicitando que interceda junto à cúpula do governo federal para viabilização de obras na cidade, reprodução do discurso do presidente estadual do partido e recortes de jornais sobre a repercussão da visita na imprensa local (Relatório de Viagem Francelino Pereira – Arena op d 1975 10 16).

⁹⁰ *A União*, 19 de dez de 1975, p. 1.

informações, desengajados do processo político, dos grandes projetos nacionais ou regionais. É um partido que secciona a sua vida entre o pleito eleitoral e o desdobramento normal da atividade política, através de sua ação no Parlamento ou no Governo⁹¹.

Ainda no editorial, foi traçado um perfil do que seria o modelo ideal de partido, pelo qual a nova proposta de reorganização da Arena se encaminharia: integração com a sociedade e uma articulação mais ampla entre os níveis de poder⁹². Essas críticas podem ser interpretadas como uma desvinculação do novo governo estadual das mazelas presentes na Arena, postando-se alheios aos longevos problemas partidários nacionais.

Tal modelo de partido proposto no ano de 1975 está amparado em projetos de ação denominados Plano de Ação Partidária (PLANAP), elaborados por comissão vinculada à Secretaria Nacional da Arena e da então recém-criada Fundação Milton Campos. Ao todo, foram quatro edições anuais do PLANAP divulgadas pela Arena, e tais documentos estavam alinhados com a nova política de abertura do regime proposta por Geisel. Este entrou para a história da ditadura como um governo que conciliou práticas autoritárias com ideias e setores liberais da sociedade; uma estratégia para conduzir a “distensão” democrática, mas com mãos de ferro, sem perder o controle⁹³.

No I PLANAP, de 1975, eram apresentadas as diretrizes primárias para a reestruturação partidária, novas orientações para a atuação dos membros nos cargos públicos em relação aos projetos políticos do governo federal⁹⁴. Elas se alinhavam à conjuntura pós-eleições de 1974, na qual os grupos organizados da sociedade civil ocuparam de forma crescente os espaços públicos, denunciando as arbitrariedades do governo e exigindo a saída dos militares das instâncias de poder estatal. Protagonizavam esse debate os setores liberais do MDB, fazendo a oposição ganhar maior projeção junto à sociedade. Diante dessa conjuntura, o PLANAP buscava inserir a Arena nesse debate, mirando o estreitamento dos laços entre o partido e sociedade.

No II PLANAP, de 1976, os dirigentes e as bases partidárias eram orientadas para a campanha eleitoral daquele ano. Nele constam recomendações para a composição de sublegendas, precavendo a possibilidade do acirramento de disputas que pudessem atrapalhar a execução de projetos políticos e eleitorais da Arena. Em trecho destinado ao debate da organização das sublegendas, indica-se: “Os órgãos do Partido, em todos os níveis, devem

⁹¹ EDITORIAL, A União, 20 de dez de 1975, p. 3.

⁹² Ibid.

⁹³ O tema da distensão democrática será abordado no capítulo III, mas, sobre o período, ver Alves (2004) e Napolitano (2014)

⁹⁴ I PLANAP – ARENA op cp 1973 09 02.

manter-se vigilantes para que não se criem, fraudulentamente, sublegendas que não representem lideranças expressivas ou diferentes correntes de opinião”⁹⁵.

A unidade partidária seguiu sendo um problema até a última eleição disputada pela Arena, em 1978. No IV PLANAP, editado naquele ano, essa preocupação atingiu os colégios eleitorais que elegeriam indiretamente os governadores estaduais, pois receava-se que frações *arenistas* nas Assembleias Legislativas pudessem não votar no candidato indicado pelo regime militar. No documento, orientava-se “a manutenção da unidade partidária é o que deve ser preservado em primeiro plano [...]. É preciso ser mais uma vez demonstrada, principalmente nos Colégios Eleitorais do Presidente da República e dos Governadores de Estado”⁹⁶.

A partir das fontes pesquisadas, novamente não é possível afirmar a forma como tais diretrizes dos PLANAP atingiram os membros da Arena no plano regional. Nesse nível de atuação partidária havia poucas perspectivas de imprimir uma renovação política, pois o poder nos municípios permanecia concentrado nas mãos de famílias de longo prestígio político, detentoras de latifúndios, pequenas indústrias ou comércios, que se valiam desse patrimônio para exercer o controle do eleitorado através do clientelismo.

Boa parte dos discursos reproduzidos pela Arena e pelos textos de jornais aqui abordados, especialmente na perspectiva de “renovação” ou “democratização” da Arena, reverbera na ideologia antipartidária, compartilhada no país ao longo do século XX. Essa tendência interpretativa das organizações partidárias está presente no imaginário da sociedade de um modo geral, e nas análises acadêmicas sobre essas agremiações⁹⁷. De acordo com Gomes (1996, p. 68), essa ideologia caracteriza-se por imputar às instituições partidárias um artificialismo definido pelo pouco enraizamento social, baixa discriminação ideológica e incapacidade de mobilizar eleitores e sustentar políticas públicas nas instituições representativas.

Para seus intérpretes, essa ideologia antipartidária é resultado de uma sociedade civil fraca, que não consegue se representar politicamente junto ao Estado e que tende a ser cooptada e manipulada pelas elites políticas. Na ótica de Souza (1983, p. 29), tal leitura se enraizou nas correntes interpretativas como algo natural e inerente à política brasileira, resultado dos

⁹⁵ II PLANAP – ARENA op cp 1973 09 02, p. 13.

⁹⁶ IV PLANAP – ARENA op cp 1973 09 02, p. 10.

⁹⁷ Para Gomes (1996, p. 69), essa tradição intelectual é pensada em dois tempos: 1) os pensadores autoritários clássicos (Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral) que afirmam o amorfismo de nossa vida social e, postulando o papel organizador do Estado, propuseram a alternativa corporativista e/ou carismática, entendendo os partidos como organizadores inadequados e indesejáveis; 2) um esforço de sustentação, representado por autores dos anos 1950-1960 (Raymundo Faoro e Isabel Pereira de Queiroz), que pensavam na construção entre o peso da burocracia estatal e a força da clientela.

processos históricos pregressos ao regime democrático de 1946. Contudo, apontamos como principal razão para essa deficiência dos partidos políticos brasileiros a constante intervenção dos governos nessas instituições, o que resulta em sua escassa identificação junto às massas populares. É importante destacar que a maioria das intervenções no sistema partidário brasileiro foram feitas ao longo de regimes autoritários – duas delas durante a ditadura militar, em 1965 e 1979.

Em meio a tantas intervenções no sistema partidário, a população acabava por manter os vínculos com as personalidades políticas e não com essas instituições. Criava-se uma estrutura política propensa à manutenção das práticas características da cultura política brasileira. Não significa conceber uma ideia de que, não havendo tais intervenções, essa perspectiva personalista não permeasse o sistema partidário, mas a manutenção de um sistema partidário longo e democrático, a tendência era a progressiva identificação da sociedade com as legendas.

Para a ditadura, era interessante não romper com essa estrutura, a qual lhe garantia valiosas vitórias eleitorais, nos âmbitos estadual e federal. Assim, mesmo com a reorganização da Arena, o próprio regime pouco interviu nesse sentido, preferindo a execução de práticas conciliadoras pelos membros do partido. A permanência dessa estrutura de poder inviabilizava a “renovação” da classe política pretendida pela ditadura, pois não alterava a cultura política dos membros da Arena no plano regional.

Assim, a ditadura permaneceu na ambiguidade entre propor uma reorganização partidária, mas sem atingir o modo de agir politicamente das tradicionais oligarquias que a apoiavam. Para sustentar essa ambiguidade na Paraíba, outros elementos dentro da organização partidária tiveram sua importância, tal qual o presidente do Diretório Regional.

1.2.3. O presidente regional da Arena como conciliador político

A conciliação é uma das principais características da cultura política brasileira e, dentro da estrutura interna da Arena, foi fator fundamental para a sua estabilidade, articulando conflitos internos entre as alas. Para Pereira (2017, p. 359), a conciliação é uma conduta “[...] praticada entre elites políticas, provendo ‘remendos’ e não reformas”, sendo talvez o principal empecilho para a insistentemente anunciada e discutida renovação da Arena.

Quando olhamos para a história da Arena na Paraíba, o maior interessado em conciliar as divergências internas do partido no plano regional era o governador. A coesão era interessante para o funcionamento do seu governo e dava autenticidade à sua liderança no

estado. A ação dos governadores será um aspecto importante a ser discutido nos próximos capítulos, destinando-se para esse tópico uma análise sobre os presidentes do Diretório Regional da Arena.

Na Paraíba, a incumbência do presidente do Diretório Regional era de, na prática, conciliar as divergências, funcionando como um secretário do governador e fazendo prevalecer, na maior parte do tempo, os interesses do chefe do Executivo estadual dentro do partido. Contudo, os indicados para presidente regional do partido eram geralmente indivíduos com trajetórias políticas ocupando cargos públicos; mesmo aqueles que não tivessem histórico partidário tinham seus próprios interesses políticos que, por vezes, chocavam-se com os do governador.

Esse não era o único a desempenhar a conciliação política dentro do partido, haja vista que, em determinadas situações, outros membros com respaldo político agiam para contornar problemas internos; havia ainda situações em que a mediação de um conflito era transferida para o âmbito federal. A diferença entre a atuação do presidente regional e esses indivíduos é a recorrência da ação do primeiro, enquanto os demais agiam pontualmente.

Na Paraíba, foi habitual o governador escolher quem desempenharia a presidência do partido no estado, uma indicação quase absoluta, não encontrando relatos de contestadores. Todavia, esse procedimento não foi comum em todos os estados, como no caso relatado por Batistela (2019, p. 213-214), quando, em 1969 e em 1975, nas eleições para o diretório regional da Arena paraense, as disputas entre as lideranças de Ney Braga e Paulo Pimentel pelas indicações de diretorianos levaram a uma intervenção do regime através da chamada “fórmula federal”⁹⁸.

O primeiro a ocupar o cargo na Arena paraibana foi Clóvis Bezerra (1966-1969), um bom representante do que significava essa tradição conciliadora. De acordo com seu perfil biográfico escrito por Trindade (1993), Bezerra, “[...] pode ser considerado, pelas suas características e sua trajetória política, como um político conservador, mas não no sentido pejorativo do termo”, sendo ainda “[...] a encarnação do equilíbrio e da conciliação” (TRINDADE, 1993, p. 129). Histórica liderança da UDN, Bezerra obteve a aceitação das diversas alas do partido ao longo de sua gestão, especialmente pela identificação *udenista*, majoritária entre os *arenistas*.

⁹⁸ De acordo com Batistela, na eleição para o diretório paraense em 1975 os ministros da Justiça, Armando Falcão, e o chefe do SNI, João Batista de Figueiredo, precisaram mediar a composição do diretório paraense, numa fórmula que gerou o racha entre Ney Braga e Paulo Pimentel naquele estado.

Em virtude de seu desempenho como presidente da Arena na Paraíba, as correntes partidárias cogitaram a permanência de Bezerra no cargo em 1969, possibilidade vetada pelo AC-54. Assim, o governador optou pelo nome de Cláudio de Paiva Leite, superintendente da Caixa Econômica Federal na Paraíba, como presidente. Sua atuação político-partidária no estado era relativa, o que poderia representar um indício de renovação dentro da Arena. Apesar de exercer o cargo em um período de reformulação partidária (entre 1969-1972), atuou na implementação das novas diretrizes partidárias no estado, e sua atuação na presidência do partido o ajudou a eleger-se deputado federal nas eleições de 1970, seu primeiro e único mandato eletivo.

A conciliação política não é apenas entre as alas, mas envolve também a história pregressa da Arena, especialmente seu passado *udenista*. Essa identidade *udenista* continuou presente, representada no presidente regional da Arena. Em 1972, Sátyro escolheu indicar para o cargo Sabiniano Maia, político marcado por atuar como prefeito eleito ou nomeado interventor em diversos municípios ao longo da década de 1930 e, após o fim do Estado Novo, ter se filiado à UDN, atuando junto às principais oligarquias que viriam a compor a Arena. Sua trajetória indica uma movimentação entre os diversos grupos políticos estaduais.

Divulgava-se na imprensa local o interesse do governador em indicar um “velho *udenista*” para o cargo de presidente regional da Arena, pois, além de Maia, outros nomes com mesmo histórico eram especulados⁹⁹. Sua escolha foi uma estratégia para conciliar as divergências que permaneciam no partido após sua reformulação, como confirmado pelo próprio Maia: “A minha indicação para Presidente da ARENA foi uma lembrança do governador Ernani Sátyro. Havia umas divergências... [...] Havia uma outra [orientação dentro do partido], tanto que eu pacifiquei muito”¹⁰⁰.

Sua escolha representava a possibilidade de Sátyro exercer maior controle sobre as bases municipais da Arena paraibana, que expôs, em seu discurso de posse junto aos convencionais, sua subserviência ao governador do Estado:

Certo, senhores, que se me entregais a direção deste aguerrido exército político que é a Arena Paraibana, é que sabeis que obedecerei, em qualquer situação, ao comando do Governador Ernani Sátyro. Comando este que lhe foi recentemente confirmado, de modo irreversível, pelo Exmo. Sr. Presidente da República Emílio Garrastazu Médici¹⁰¹.

⁹⁹ Outros nomes cotados para assumirem a presidência da Arena na Paraíba eram Clóvis Sátyro, irmão de Ernani Sátyro, de José Mario Porto ou José Targino, todos remanescentes da UDN de 1945 (MADRUGA, Correio da Paraíba, 06 de nov de 1971, p. 3).

¹⁰⁰ Entrevista Sabiniano Maia. Acervo CPDOC, 1985, p. 60.

¹⁰¹ A União, 28 de mar 1972, p. 8.

Enquanto foi presidente da Arena, Maia conviveu com o ápice da disputa política entre Sátyro e Agripino, a qual se estendeu para o âmbito municipal, gerando disputas e dissidências que precisavam ser conciliadas pelo presidente do partido. Essa prática conciliadora foi o principal meio da permanência de outras características da cultura política brasileira, sobretudo o patrimonialismo, o personalismo, o clientelismo e o elitismo, que implicam confundir o que é público e o que é privado. Apesar de um partido político não se configurar como uma instituição pública estatal, é através dele que se busca ocupar esses espaços de poder. Levando-se em consideração a Arena ser um partido vinculado a um regime autoritário, controlar o partido é parte importante do caminho para controlar o Estado.

Na imprensa local eram constantes os relatos de irregularidades nas disputas na organização interna da Arena: fraudes na composição de chapas para diretórios municipais¹⁰², não concessão de sublegendas para grupos internos dentro do partido no intuito de limitar a disputa eleitoral¹⁰³, perseguição de funcionários por parte de prefeitos eleitos em função de aqueles terem alguma vinculação com adversários políticos, mesmo que também pertencentes à Arena¹⁰⁴. Nessas situações, debatia-se a possibilidade de intervenção do Diretório Regional nas secções municipais que apresentavam problemas. A intervenção era a mais radical medida para conter desvios na conduta dos *arenistas*, utilizada apenas quando se tornava impossível exercer a conciliação entre as partes.

Diante desses problemas, o presidente estadual do partido não possuía poderes para enfrentar tais situações. Num jogo político marcado pela barganha de benefícios entre políticos das esferas municipais e estaduais, apenas o governador tinha meios para conciliar as frações conflitantes. Nesse sentido, escreve o jornalista José Soares Madruga:

Por aí está visto que o presidente estadual da ARENA não tem condições de harmonizar o partido nas suas bases, vez que as desavenças são de causa fisiológica, para os quais o sr. Sabiniano Maia não tem remédio. O governador, sim, porque tem a autoridade do comando partidário e da administração estadual onde se inserem vantagens que atendem às necessidades estruturais dos novos edis.¹⁰⁵

¹⁰² Caso do Diretório de Ingá, no qual um dos chefes locais alterou a lista acordada entre os grupos políticos, modificando os nomes que comporiam aquele diretório (BRITO, A União, 15 de jan de 1972, p. 3).

¹⁰³ Situação comum em ano de eleição municipal, em 1972 ocorreram boicotes às frações políticas na Arena das cidades de Ouro Velho, São Sebastião de Lagoa de Roça, Aguiar, Alagoa Grande e Areial, nas quais resultaram em intervenção por parte do Diretório Regional (LEAL, O Norte, 22 de set de 1972, p. 2; ZENAIDE, O Norte, 19 de ago de 1972, p. 2).

¹⁰⁴ Após as eleições municipais de 1972, os prefeitos eleitos nas cidades de Rio Tinto, Itatuba, Lagoa Seca, Sapé e Antenor Navarro realizaram demissões em massa de correligionários de seus adversários *arenistas* ocupantes e cargos públicos (Correio da Paraíba, 17 de fev de 1973, p.8).

¹⁰⁵ MADRUGA, Correio da Paraíba, 31 de mar de 1973, p. 3.

A intervenção em diversos diretórios municipais, realizada pela Comissão de Reestruturação Partidária, ocorrera ainda na gestão de Sabiniano Maia, o qual acusou aquele comitê de interferir na sua administração do partido¹⁰⁶. Após ter seus poderes talhados, Maia se afastou do cargo alegando motivos de saúde, contudo, as notícias davam conta de que sua saída teve razões de ordem política¹⁰⁷.

Segundo informações divulgadas pela própria comissão, ao longo de seu trabalho junto aos diretórios municipais foi exercido poder de intervenção em três cidades do estado¹⁰⁸. E, em virtude de seu trabalho realizado na Comissão de Reestruturação Partidária, Waldir dos Santos Lima, um de seus membros, foi indicado pelo governador como novo presidente da Arena no estado. Ex-membro do PDC e remanescente do grupo político de Pedro Gondim após as cassações de 1969, Santos Lima seguiu sendo eleito para a Assembleia Legislativa na década de 1970, chegando à sua presidência em 1975.

Seguindo a narrativa dos acontecimentos, em 1976, após diversas propostas e manobras de renovação partidária, ainda eram comuns na imprensa relatos de casos de conflitos de grupos políticos dentro da Arena, como o do Diretório Municipal da cidade de Diamante. Em matéria publicada pelo *O Norte*, narra-se que, à exceção de dois membros, toda aquela secção era composta por familiares do prefeito da cidade, Antônio Barros. Com a presença de seus parentes no Diretório, Barros conseguia bloquear qualquer tentativa de composição de sublegenda *arenista* para disputa eleitoral contra seus correligionários¹⁰⁹.

A situação do Diretório de Diamante chegou à ciência de Santos Lima, que determinou o adiamento da Convenção Municipal para uma data que viabilizasse uma conciliação interna daquele núcleo *arenista*. Contudo, à revelia da direção estadual, o Diretório Municipal realizou a convenção, na qual foram designadas sublegendas compostas por figuras indicadas pelo próprio prefeito, como descreve uma segunda notícia publicada no jornal *O Norte*¹¹⁰. O caso do município de Diamante demonstra como a organização interna do partido era permeada por práticas políticas patrimonialistas e clientelistas, que mantinham a estrutura partidária nas mãos de tradicionais grupos políticos e seus familiares. Isso significa a manutenção da influência da cultura política brasileira dentro do partido.

¹⁰⁶ Correio da Paraíba, 27 de mai de 1975, p. 12.

¹⁰⁷ O Norte, 10 de jun de 1975, p. 1.

¹⁰⁸ Em Boaventura, a comissão anulou a chapa eleita por quebra de protocolo previamente assinado entre as alas que se interessavam em compor a gestão do diretório; nas cidades de Areal e Gurinhem, a intervenção ocorreu em virtude do grupo majoritário negar qualquer acordo para a inclusão de membros da facção rival na composição dos diretórios (Correio da Paraíba, 12 de jul de 1975, p. 12).

¹⁰⁹ O Norte, 28 de mai de 1976, p. 3.

¹¹⁰ O Norte, 02 de jul de 1976, p. 3.

Ao mesmo tempo que visava conciliar, o presidente regional da Arena lançava mão do próprio cargo para obter vantagens políticas, como a indicação de pessoas próximas para cargos públicos no Estado, e para manipular a composição dos diretórios municipais, buscando angariar privilégios eleitorais no estado. Enquanto foi presidente do partido, Sabiniano Maia usou a influência do cargo para prestigiar parentes e amigos junto à gestão Sátyro. Porém, quando Bichara assumiu o governo, realizou uma série de demissões, entre elas dos parentes de Maia¹¹¹.

Da mesma forma, Santos Lima se viu diante de acusações de utilizar-se do cargo para promover politicamente seus correligionários. Durante o ano eleitoral de 1976, *O Norte* publicou relato do prefeito de Itabuna, Honório Valeriano de Oliveira, sobre o “clima de guerra” vivido na cidade. De acordo com o prefeito, os grupos liderados pelos parlamentares Santos Lima e Evaldo Gonçalves entraram em conflito na ocasião do lançamento de candidaturas na eleição de 1976. No seu relato: “[...] saindo elementos desajustados a desfilar pelas ruas da cidade em carro oficial da presidência da Assembleia, lançando improperios e provocações aos adversários”¹¹². Continuando a análise do relato de Oliveira, a origem de desavenças e conflitos dentro da Arena tanto em Itatuba, como em outras municipalidades, seria Santos Lima, então encarregado de harmonizar as disputas nos municípios¹¹³.

A atuação de Santos Lima resultou em confabulações entre os deputados estaduais da Arena para afastá-lo do cargo, ao menos durante o período eleitoral. Na narrativa publicada pelo *O Norte*, é feita uma descrição a partir dos relatos dos parlamentares sobre a forma como Santos Lima influenciava na organização interna do partido em função de seus interesses eleitorais e de seus correligionários mais próximos¹¹⁴.

Santos Lima permaneceu no cargo de presidente do Diretório da Arena paraibana até o fim de seu mandato, o que não significou a estabilização partidária. As disputas internas continuaram e, nas eleições estaduais de 1978, o partido atingira o ápice de sua fragmentação, quando foi transferida para a Convenção Estadual uma disputa entre as alas de Agripino e Sátyro contra o governador Ivan Bichara. Nessa disputa, Santos Lima rompe com Bichara para

¹¹¹ *O Norte*, 10 de jul de 1975, p. 1.

¹¹² *O Norte*, 27 de fev de 1976, p. 3.

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ Segundo a notícia, os parlamentares argumentavam que Santos Lima detinha interesses conflitantes em Aroeiras, Umbuzeiro e Natuba, onde prefere Carlos Pessoa e o deputado Enivaldo Ribeiro; Esperança, onde, unido com o deputado Sócrates Pedro, combate a facção chefiada por Assis Camelo; Bananeiras: o sr. Clóvis Bezerra é preferido pelo presidente em detrimento do deputado Ramalho Leite; por último, e Piancó, aonde o atual secretário geral do partido, deputado Soares Madruga é sistematicamente protegido pela Arena em detrimento da tradicional liderança do deputado Antônio Montenegro (*O Norte*, 07 de abr de 1976, p. 3).

compor chapa contra o candidato governista na Convenção, como será abordado no quarto capítulo.

Através de seu presidente, a Arena refletia na sua organização interna a conjuntura e o sistema político na qual estava inserida, tornando-se um meio conservador de práticas políticas patrimonialistas, personalistas e clientelistas, pouco favorável à renovação política de ideias e indivíduos. Assim, concordamos com Panebianco (2008, p. 6), quando ele afirma que “Como organização, o partido político é, ao menos em parte, um sistema autônomo de desigualdades, e muitas vezes as tensões que o percorrem são essencialmente produto de tal sistema”.

É possível indicar, portanto, que a manutenção das práticas da cultura política brasileira, especialmente a conciliação para promover a conservação de grupos arcaicos no poder, ocorre em virtude da forma como a própria ditadura militar orientou a organização interna de seu partido, sem estabelecer rupturas concretas com um sistema partidário do qual que ela buscava se distanciar. Mas esse é um debate que vai muito além do aspecto da organização interna do partido.

1.3. O Diretório Municipal de João Pessoa e os departamentos *arenistas* como parte do projeto de reorganização

1.3.1. *O Diretório Municipal de João Pessoa*

A reorganização da Arena proposta pelo regime após o AI-5 não se limitou apenas a buscar a erradicação de práticas da cultura política brasileira identificadas por eles nos antigos partidos existentes: renovar significava ainda angariar novos indivíduos para os quadros partidários, em especial setores sociais não representados na classe política historicamente vinculada ao partido. Trata-se de um fenômeno explicado por demandas internas à sua organização e pelo alinhamento à conjuntura da época.

De acordo com Cordeiro (2015), no início da década de 1970 a ditadura militar vivia seu momento de maior popularidade desde o golpe de 1964, sobretudo em função do chamado “milagre brasileiro”¹¹⁵, momento ideal para o regime propagandear a fundação de um novo país:

¹¹⁵ Também conhecido como “milagre econômico”, foi um fenômeno de altos índices de desenvolvimento econômico em virtude do crescimento das taxas do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Tais índices foram atingidos em função do forte investimento externo, resultado do planejamento econômico realizado pelo ministro

“A sensação de construção do novo constituiu-se em aspecto fundamental da opinião dominante durante os primeiros anos da década de 1970 no Brasil” (CORDEIRO, 2015, p. 19).

O partido da ditadura não poderia ficar alheio a esse sentimento, e a Arena viu então a sua melhor oportunidade para imprimir a almejada “renovação” de seus quadros, buscando tomar iniciativas para superar tudo aquilo que não combinasse com o futuro planejado pelo regime. 1972 foi um período intenso para a reorganização partidária: um ano após a decretação da nova Lei Orgânica dos Partidos, as novas diretrizes orientavam a reorganização de diretórios estaduais e municipais, visando à renovação de seus quadros, sua conduta e identidade, atrelados à ideia de Brasil do futuro.

1972 era ano eleitoral, no qual os municípios, após reorganizados seus diretórios partidários, iriam eleger prefeitos e vereadores, numa festa cívica que demonstraria o novo Brasil que estava para surgir. Na Paraíba, o Diretório Municipal de João Pessoa era o que melhor poderia imprimir esses novos valores, pois a capital, desde 1966, vivia sob a administração de um prefeito indicado pelo governo estadual¹¹⁶, sendo considerada zona de segurança nacional a partir do Ato Institucional nº 3 (AI-3)¹¹⁷. Com um prefeito eleito por vias indiretas, o regime militar exerceu maior controle sobre as finanças da capital, escolhida como polo do projeto de modernização autoritária no estado¹¹⁸.

De acordo com Lavieri e Lavieri (1999), foi durante a ditadura militar que João Pessoa se modernizou: expandiram-se os órgãos da burocracia estatal, iniciou-se uma ampliação do parque industrial, o comércio local foi dinamizado, criou-se um novo campus universitário, além da conclusão de obras esportivas e de hotelaria. Com isso, a malha urbana se ramificou, a cidade cresceu para o litoral, para onde migraram as elites, e foram construídos conjuntos habitacionais em áreas periféricas, acolhendo uma nova leva de trabalhadores oriundos do interior e de outros estados. Tais realizações fizeram com que João Pessoa deixasse de ser

da Fazenda Delfim Netto. Resultando em um aumento no consumo de bens duráveis, foi utilizado pela propaganda do regime para escamotear a repressão desencadeada pelo AI-5, além de ser um dos motes para propagandear uma ideia de um novo Brasil, que seria uma nação grande e patriótica. Sobre o “milagre brasileiro”, ver Prado e Earp (2014).

¹¹⁶ Em 1966, o prefeito de João Pessoa, Domingos Mendonça Netto (eleito pelo PSB), foi alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM) que investigou acusações de corrupção contra seu governo. Sendo indicado para o cargo, Damásio Franca, alinhado com as diretrizes da ditadura militar e com o governador João Agripino (SOBREIRA, 2016, p. 166-168).

¹¹⁷ Capitais de Estado e cidades com significativo potencial para a economia e a segurança nacional, representada pela presença de portos, usinas de energia, regiões fronteiriças.

¹¹⁸ Ao longo da história da Paraíba até a década de 1960, Campina Grande foi o principal polo econômico do estado. Tal posto foi perdido durante a ditadura militar, com o processo de intervenção federal nos estados. Sobre a cidade de Campina Grande e a intervenção federal na Paraíba, ver Lima (2012).

apenas uma capital meramente administrativa, tornando-se uma referência econômica e social no estado.

A Arena precisava atingir politicamente essa população, transformá-la em seus eleitores e incorporá-los em seus quadros partidários. A eleição de uma nova gestão para o Diretório pessoense em 1972 foi um passo importante nesse sentido, especialmente a nova ocupante de sua presidência, Maryland Teotônio. Conhecida nos círculos sociais como “Dona Mary”, era esposa do deputado federal Francisco Teotônio Neto, e foi indicada para o cargo pelo governador Ernani Sátiro¹¹⁹.

De acordo com Sátiro, foram fatores que favoreceram sua escolha: a possibilidade de maior influência do governador naquela seção; o alinhamento à ideia de renovação do partido proposta pelo regime; e dar prestígio partidário a uma das principais lideranças *arenistas* no estado, Teotônio Neto¹²⁰. O papel a ser desempenhado por Maryland Teotônio na Arena de João Pessoa seria organizar o partido para as eleições na Câmara Municipal e conciliar divergências existentes, orientando, como ela própria afirmou em seu discurso de posse, para o “crescimento numérico e grandeza moral”:

O gesto de confiança que me deu esse comando arenista quer de mim espírito público que interprete o programa do Partido e com ele se afine, norteando as ações pelas suas diretrizes básicas, que são a essência da Revolução de Março de 1964. Pede desprendimento, renúncia, equilíbrio, coordenação e, notadamente, capacidade de trabalho, tendo o quadro de filiados como uma família, com objetivos persistentes de crescimento numérico e grandeza moral¹²¹.

A cerimônia de posse da nova presidente do Diretório *arenista* da capital indicava a importância dada àquela escolha. Ocorrido na Câmara de Vereadores e prestigiado pelo governador e seu vice, pelo prefeito da cidade e por outras autoridades civis e militares, o evento contou com ampla repercussão da imprensa. Além da transcrição de seu discurso de posse e das demais autoridades que proferiram falas na ocasião, as notícias traziam descrição de sua roupa, algo pouco usual num mundo majoritariamente masculino, como era a política partidária da época¹²².

A escolha de Maryland Teotônio para presidente da Arena de João Pessoa teve repercussão positiva junto ao núcleo do regime autoritário. Presidente nacional do partido, Filinto Muller reservou espaço em sua fala na reunião do Diretório Nacional *arenista* de 1972,

¹¹⁹ Correio da Paraíba, 18 de jan de 1972, p. 1.

¹²⁰ Correio da Paraíba, 19 de jan de 1972, p. 8.

¹²¹ Ibid.

¹²² Ibid.

na qual se fazia presente a própria homenageada: “Sua presença significa que a mulher brasileira se interessa, também, pelos problemas políticos, e nos dá, com a sua feliz presença física, a presença de todas as mulheres brasileiras de todos os rincões do nosso país”¹²³.

A eleição de Maryland Teotônio traduzia aquilo que o regime pretendia como projeto de renovação partidária: trazer setores sociais pouco representados no sistema político para o interior da Arena. De acordo com o colunista José Soares Madruga, o presidente Médici externara sua aprovação pela indicação de uma mulher a uma chefia partidária durante visita de Dona Mary ao Palácio do Planalto. Entendia-se que a mensagem transmitida com sua presença no cargo era um convite para as mulheres participarem da política. Para Madruga: “[A] Presidente da ARENA em João Pessoa, apresentava-se ao nosso governante como a lição a ser dita a todas as senhoras do Brasil, na década em que se reclama igualdade para os sexos”¹²⁴.

Como presidente de diretório, Maryland Teotônio era responsável pela coordenação das ações da Arena na escolha e homologação dos candidatos a vereador para a capital. Entre os tradicionais candidatos lançados pela Arena pessoense para a disputa, destacam-se os nomes de Ofélia Gondim e Levi Borges, uma mulher e um jovem estudante que representariam a renovação proposta pelo regime militar para a política nacional, perpassada no discurso proferido por Dona Mary naquela ocasião. Na imprensa destacou-se o entusiasmo popular naquela convenção:

Nos últimos tempos, as reuniões desta natureza têm sido carentes de vibração popular. Porque as circunstâncias assim determinam, ou por falta de atrativos no procedimento e na função das agremiações políticas, certo é que o povo, mais recentemente, não se tem interessado muito pelos atos públicos dos partidos¹²⁵.

Buscava-se transparecer no evento um sentimento de identificação daquela secção partidária com a população de uma maneira mais ampla. Representação de mulheres, jovens, trabalhadores, pessoas de diferentes credos: “[...] todas as atividades foram convocadas por nós, numa exortação cívica que ninguém pode fugir, pois se inspira no apelo nacional que pede a união dos brasileiros em favor da plenitude democrática”¹²⁶. A inserção das amplas camadas populares na política através da Arena, no entendimento de Maryland Teotônio, não se desprende dos ideais defendidos pelo golpe de 1964 e pela ditadura militar. No complemento de sua fala, a presidente do Diretório pessoense indica:

¹²³ Correio da Paraíba, 02 de jul de 1972, p. 1.

¹²⁴ MADRUGA, 09 de jul de 1972, p. 3.

¹²⁵ Correio da Paraíba, 27 de ago de 1972, p. 8.

¹²⁶ Ibid.

É no nosso entendimento que, sem a participação de todos, demorará a remoção dos obstáculos para o reestabelecimento da democracia preconizada na Revolução de Março e defendida com ardor patriótico do presidente Médici. Este ponto de vista induziu-nos ao critério seletivo que procura, no elemento humano, a sua identificação com o pensamento da comunidade a que pertence, antes de ver as suas condições de captação de votos. Pretendemos, na Câmara Municipal, uma representação bem distribuída entre as classes que atuam no município, a fim de que ali, esteja na verdade, a opinião do eleitorado pessoense. [...] A tônica de nossa campanha será a obra extraordinária da Revolução de Março, analisando-a para o povo como a resultante de uma filosofia de governo que tem, na ARENA, o seu suporte político-partidário, para se completar como o modelo nacional que vinhamos procurando¹²⁷.

Na campanha eleitoral pessoense, os candidatos *arenistas* contavam com um espaço no jornal *Correio da Paraíba* denominado “Arena em João Pessoa”, uma coluna diária que desempenhou o papel de meio de divulgação partidária; nela foram discutidas as ideias renovadoras, como a defesa do sistema político implementado pela ditadura, a manutenção do poder concentrado nas mãos dos militares, a forma como a “renovação política” foi implementada pelo regime, a propaganda das obras realizadas pelo prefeito biônico da cidade e críticas à atuação da oposição¹²⁸.

Numa de suas colunas, repreendeu-se o alto número de votos brancos e nulos na eleição de 1970. Na ótica dos autores, votar branco ou nulo seria um “desserviço à democracia”, pois demarca uma posição omissa em relação aos projetos políticos nacionais¹²⁹. Criticou-se ainda o que eles chamavam de “lideranças carismáticas”, definidas pelos autores como opositores do regime, usuários de práticas personalistas e de um discurso raso para atrair a atenção da população: “São os que arrotam imprudências e vomitam críticas infundadas e inconsequentes contra as realizações governamentais e confundem a si mesmos defesa do povo com posição sistemática contra tudo que não saia de seu partido”¹³⁰. Em contrapartida a essas lideranças carismáticas, foi ressaltado o perfil do candidato da Arena na capital:

Podemos afirmar apenas, de nossa parte, que essa demagogia superada não se verificará na campanha eleitoral da ARENA em nossa capital, porquanto a presidente do Diretório Municipal, D. Maryland Teotônio e os demais diretorianos esquematizaram uma fórmula que previu, justamente para evitar, apelação ao vergonhoso, ao inconsequente¹³¹.

A retórica dos críticos da ditadura era interpretada pelos *arenistas* de João Pessoa como “demagogia”, numa argumentação muito semelhante à crítica aos políticos ditos “populistas” da primeira metade do século XX. Tomando por base a interpretação de autores

¹²⁷ Ibid.

¹²⁸ Correio da Paraíba, 30 de ago de 1972, p. 12.

¹²⁹ Correio da Paraíba, 02 de set de 1972, p. 12.

¹³⁰ Correio da Paraíba, 06 de set de 1972, p. 12.

¹³¹ Correio da Paraíba, 15 de set de 1972, p. 12.

como Gomes (2005) e Ferreira (2006), a crítica ao populismo pode ser classificada como uma característica do elitismo da sociedade brasileira, avesso à participação das massas trabalhadoras na política. Nessa lógica, o político que ganhasse simpatia, que falasse para o povo sobre suas necessidades, seria um sujeito manipulador dos interesses populares. Na lógica da coluna acima mencionada, o período de 1945-1964 é conhecido como “República Populista” em virtude do progressivo aumento da participação social na política nacional, assim levando os políticos a um diálogo cada vez mais próximo do povo, submetendo-se ao “populismo”.

A vitória da Arena pessoense nas eleições de 1972 e o discurso renovador do partido não significaram mudanças no modo de fazer política daquela secção e seus membros. A atuação de Maryland Teotônio como presidente da Arena não trouxe a unidade partidária em torno do projeto político renovador. Ao longo de sua gestão, foi divulgado pela imprensa que setores dentro da Arena queriam seu afastamento, acusando-a de favorecer determinadas figuras dentro do partido, ou pela falta de atenção com lideranças de bairros da capital¹³².

No processo de reorganização partidária proposta por Bichara em 1975, é indicado Euclides Dias de Sá para substituir Maryland Teotônio. À frente do cargo em um único mandato, Dona Mary representou a iniciativa renovadora proposta pelo regime, buscando, junto às bases, uma participação na política do regime. Contudo, sua atuação não promoveu o engajamento esperado, tampouco renovou a forma de atuar daquela secção municipal. Foi ao longo de sua gestão que buscou-se implementar os departamentos *arenistas* no Estado, órgãos partidários formulados pelo regime pelos quais passaria a renovação da Arena.

Eleitoralmente, apesar do significativo número de candidatos a vereador eleitos pela Arena na capital, o Diretório Municipal de João Pessoa apresentou resultados insatisfatórios na conversão de votos dos pessoenses para os candidatos majoritários nos pleitos estaduais. Em 1974, Ruy Carneiro, candidato *emedebista*, obteve expressiva vantagem na capital sobre seu adversário, o *arenista* Aluísio Afonso Campos. Fenômeno similar ocorreria em 1978, quando Humberto Lucena, candidato opositor, derrotou Bichara, representante da Arena. Além dos problemas internos, é possível indicar que esse baixo apelo dos candidatos *arenistas* na capital tem relação com o fracasso da diretriz renovadora da secção pessoense do partido.

1.3.2. O Departamento Feminino

¹³² O Norte, 27 de set de 1975, p. 3; O Norte, 16 de jul de 1975, p. 3.

Historicamente um âmbito de atuação masculina, os partidos políticos no Brasil começaram a mudar esse panorama a partir da segunda metade do século XX. Com o processo de democratização política – e mesmo em períodos autoritários –, a mulher passou a ter, progressivamente, participação ativa na política partidária. Com a Lei Orgânica de 1971, o regime militar buscava inseri-las no cotidiano partidário, numa tentativa de angariar uma participação feminina ativa no partido oficial, considerando que elas representaram um setor significativo de mobilização em favor do golpe de 1964¹³³.

A criação dos departamentos femininos, jovens e de trabalhadores estava prevista no título IV da Lei Orgânica de 1971, que os designava como órgãos de caráter consultivo dos diretórios regionais e municipais. Contudo, a presença feminina na Arena é anterior à estruturação concreta dos departamentos, a partir de 1972. Algumas mulheres atuaram no partido antes dessa data, podendo ser destacadas a alagoana Ieda Collor de Mello, a gaúcha Dercy Furtado¹³⁴ e Maryland Teotônio na Paraíba. Elas compartilhavam um perfil social similar: mulheres de classe média alta que tinham alguma vinculação com tradicionais famílias políticas em seus estados.

A ideia de participação feminina na política *arenista* estava muito distante das pautas defendidas pelo movimento feminista na década de 1960-1970. Uma das poucas referências ideológicas das mulheres na Arena identificadas nas fontes foi a ativista norte-americana Betty Friedman, quando, na coluna “Arena em João Pessoa” foi descrito os considerados verdadeiros anseios das mulheres: “O que uma mulher de verdade deseja, sem perder o mínimo de sua feminilidade, é sentir-se útil além das paredes do seu lar”¹³⁵. Esses temas eram abordados de maneira superficial, dando pouca margem de problematização, ao mesmo tempo que sua mensagem é passível de ser interpretada como antagonismo a certos valores majoritariamente associados à esquerda, mas que a direita não poderia ignorá-los ou mesmo rechaça-los.

A concepção do papel da mulher na política *arenista* foi abordado também na pontual manifestação da presidente do Diretório de João Pessoa, Maryland Teotônio, quando em sua posse falava em: “[...] provar que, além da santa tarefa reservada para o lar, somos também capazes de participar e ocupar o lugar que é reservado à mulher na sociedade de hoje”¹³⁶.

¹³³ Ao longo do governo João Goulart e especificamente no golpe de 1964, uma série de organizações de mulheres se mobilizaram contra a atuação das esquerdas no país, especialmente contra o projeto de Reformas de Base. Entre seus principais aliados políticos estavam partidos conservadores, como a UDN e a Igreja Católica. Sobre a participação das mulheres no golpe de 1964, ver Simões (1985).

¹³⁴ Sobre a atuação de Dercy Furtado na Arena-RS, ver Chaves (2016).

¹³⁵ Correio da Paraíba, 01 de set de 1972, p. 12.

¹³⁶ Correio da Paraíba, 19 de jan de 1972, p. 8.

Nesses discursos se afirmava necessidade de expandir o papel social e político das mulheres, mas não se indicava para onde se daria essa expansão.

Em nossas fontes pesquisadas não conterem informações mais profundas sobre que tipo de interpretação as mulheres *arenistas* na Paraíba tinham de seu papel na política e acerca do feminismo, nossa análise do Departamento Feminino terá como principal caminho a questão organizacional do partido: qual o lugar de atuação das mulheres na Arena, qual a trajetória dessas mulheres antes de ingressarem na vida partidária, e qual a dimensão atingida pelo departamento feminino dentro da secção paraibana do partido.

Iniciando pelo último aspecto indicado, podemos afirmar que o Departamento Feminino da Arena paraibana não foi além de pequenas notas publicadas no *A União*¹³⁷. Nelas, era informada a intenção do Diretório Regional em constituir um núcleo de atuação feminina, com instruções para a arregimentação de membros. Além das orientações vindas do comando nacional do partido, o número de mulheres eleitas nas eleições de 1972 foi um fator que fortaleceu a iniciativa de criar o Departamento Feminino na Paraíba. Naquele pleito foram eleitas 45 mulheres pela Arena paraibana em diversas cidades do estado: 43 vereadoras, uma prefeita e uma vice-prefeita¹³⁸.

Entre elas, foi a vereadora de João Pessoa, Ofélia Gondim, quem mais ganhou projeção na política estadual. Eleita com um total de 1.754 votos, Ofélia tinha uma posição social e política destacada em relação à maioria das mulheres da época, era bacharela em Direito, advogada e sobrinha de Pedro Gondim. Sua indicação para concorrer ao cargo não partiu de seu tio: foi um convite da presidente municipal da Arena, Maryland Teotônio. No trabalho de Bezerra (2016, p. 73-74), há um relato da própria Ofélia, no qual ela descreve uma visita feita por Maryland à sua casa com um grupo de mulheres, quando foi convidada para concorrer na eleição pela Arena.

O prestígio de Ofélia Gondim na política tornou-se uma forma de promover a participação feminina na Arena. Apesar de suas relações familiares, Ofélia foi colocada na política por um caminho diferente das demais mulheres de sua época. De acordo com Rabay e Carvalho (2010), as mulheres designadas para cargos representativos na Paraíba eram eleitas em função do prestígio político de seus pais ou maridos, perpetuando seu poder oligárquico: “[...] é a instrumentalização das ‘mulheres da família’ por parte das oligarquias [...] na Paraíba, as mulheres políticas, frequentemente estão ligadas a esquemas partidários e familiares” (RABAY; CARVALHO, 2010, p. 34).

¹³⁷ *A União*, 27 de mar de 1973, p. 3; *A União*, 10 de abr de 1973, p. 8.

¹³⁸ EDITORIAL, *A União*, 31 de jan de 1973, p. 2.

Apesar da tentativa de usá-la como instrumento de arregimentação política das mulheres, a atuação de Ofélia Gondim pouco influenciou nessas pretensões do regime, tampouco foi proveitosa para as oligarquias. Não houve uma contribuição na promoção da imagem do partido junto às camadas sociais mais amplas; ao contrário, em sua experiência na Câmara de Vereadores, ela fez severas críticas à classe política. Quando participou do VIII Congresso Nacional de Vereadores, ocorrido em 1973, Ofélia Gondim criticou o evento pela falta de objetividade dos espaços de debate e seus colegas parlamentares, por sua postura: “Os vereadores vivem de troca de favores – Ali não existe partido, mas uma luta individualista sem fronteiras. O interesse público não é um objetivo a ser atingido com prioridade, mas sim o do próprio vereador”¹³⁹.

Mesmo sendo uma crítica da estrutura política na qual atuava, Ofélia Gondim candidatou-se, sem sucesso, para o cargo de deputada federal em 1974. Deixou a política partidária justificando que na Arena não havia oportunidade para atuar de forma mais autêntica. Seu desalinhamento com a vida partidária pode ter sido um dos fatores que fizeram com que a criação do Departamento Feminino na Arena paraibana fracassasse, pois Ofélia não era o modelo de mulher que a ditadura pretendia trazer para suas fileiras.

Em uma das poucas entrevistas publicadas na imprensa, concedida ao jornal *O Momento*, ao final de seu mandato em 1976, Ofélia Gondim descreve os motivos de seu afastamento da vida pública. O principal fator teria sido o papel que o regime autoritário relegava ao poder legislativo:

Eu vou deixar a vida política porque não me adaptei ao sistema. Eu acho que a política não dá. Hoje [...] o Poder Executivo é autossuficiente, então, à medida que o Executivo começa a ter muitas funções, o Legislativo vai, em consequência, perdendo as suas. [...] Eu tenho a sensação de que não fiz nada pela Câmara Municipal¹⁴⁰.

Ofélia Gondim não se encaixava no sistema político implementado pela ditadura militar, assim como não se alinhava ao padrão de participação feminina que o regime buscava para seu departamento de mulheres. Na mesma entrevista, declarou-se feminista: “Existe um movimento feminista e eu sou desse movimento, embora não do exagero”¹⁴¹, e avaliou o papel da mulher na sociedade brasileira dos anos 1970, cada vez mais presente nos espaços de formação profissional, mas pouco ciente de seu papel na sociedade:

¹³⁹ Correio da Paraíba, 08 de ago de 1973, p. 8.

¹⁴⁰ O Momento, 25 a 31 de dez de 1976, p. 5.

¹⁴¹ Ibid.

[...] [As mulheres] vão à universidade, se formam, se qualificam e ficam em casa tomando conta dos serviços domésticos. [...] Então, elas não estão se valorizando ainda. Nós sempre vivemos marginalizadas e as mulheres nordestinas não sentiram esse problema. Essa nova geração é que já está se apercebendo que, como pessoa humana, a mulher vale tanto quanto o homem. Tem uma posição na sociedade igual a do homem¹⁴².

Seu raciocínio se completa com um trecho de entrevista publicada um ano antes, quando ela ressalta sua importância nas atividades político-partidárias das mulheres no estado: “Entrei na política apenas para mostrar que a mulher tem capacidade de lutar lado a lado do homem em qualquer setor. De qualquer maneira, abri um novo caminho na Paraíba. Deixo a política partidária, mas não a feminista”¹⁴³

Eleita vereadora e escolhida para encabeçar um projeto de participação das mulheres na Arena, Ofélia Gondim não se adaptou ao cotidiano partidário e não se identificou ao ideário de participação feminina na política traçado pelo regime. Ao longo de sua existência, a Arena conseguiu eleger uma série de prefeitas e vereadoras mulheres pelo estado, nenhuma para cargos de nível estadual ou federal. A própria forma de participação política das mulheres não possibilitava implantar um departamento feminino, pois dentro de um regime autoritário de viés conservador é improvável uma perspectiva de participação feminina, livre e igualitária à masculina.

1.3.3. *O Departamento Jovem*

Diferente do Departamento Feminino, os jovens tiveram atuação mais ativa na Arena. Sobre a participação da juventude no partido, Lima (2019, p. 375) tem ressaltado a necessidade de pesquisas que debatam o significado da participação dos jovens na ditadura e especificamente nos diretórios *arenistas*. Na análise da documentação presente no Arquivo do Diretório Nacional da Arena, é possível perceber que os chamados departamentos Jovens ou Estudantis – a Arena-Jovem – tiveram atuação marcante em determinados estados do eixo Sul-Sudeste, como Paraná e São Paulo. Nossa intenção aqui é analisar como esses indivíduos se organizaram na Paraíba, qual a sua importância para a dinâmica interna da Arena local e o que representaram para o projeto de renovação partidária *arenista* no estado.

Uma das chaves interpretativas dos jovens *arenistas* apontadas por Lima (2019, p. 380-387) foi a do engajamento e da participação, indicadoras da dimensão da sua adesão

¹⁴² Ibid.

¹⁴³ Correio da Paraíba, 22 de nov de 1975, p. 3.

institucional à ditadura, seja através de candidaturas ou atuando em outros setores departamentais, como a propaganda, promoção de eventos e a arregimentação de membros. Nesta tese seguiremos analisando pela perspectiva da cultura política brasileira, pois a forma como setores da juventude da Arena engajaram-se no partido demonstra identificação com práticas políticas arraigadas.

A primeira notícia de um Departamento Jovem da Arena paraibana é do ano de 1966, na ocasião da fundação do partido. À época chamada de Juventude Popular Renovadora, era formada pelos bacharéis Edme Tavares Albuquerque, Roberto Sá, Antônio Carlos Carneiro, Antônio Lima e Wellington Aguiar, pelos jornalistas José Octávio de Arruda Mello e Otinaldo Lourenço, e pelo universitário João Agripino Neto (SOBREIRA, 2016, p. 102).

Enquanto organização, a Juventude Popular Renovadora teve pouca ou nenhuma atuação no cenário político local, apesar de um de seus membros ter conquistado cargos políticos no estado ao longo da década de 1970, caso de Edme Tavares, eleito deputado estadual por diversas legislaturas seguidas. No entanto, não se pode afirmar que sua carreira política tenha se fundamentado nessa juventude partidária, mas pela sua participação no governo Agripino. Enquanto coletivo, sua ação política mais significativa foi um manifesto endereçado a Castelo Branco, demonstrando o caráter renovador daquela iniciativa partidária (SOBREIRA, 2016, p. 103).

A iniciativa de formar um Departamento Jovem da Arena só tornou a aparecer nos jornais a partir de 1970, em agosto daquele ano. Antes da Lei Orgânica dos Partidos determinar a obrigatoriedade de organizações juvenis, um informe publicado pelo *Correio da Paraíba* relatou reunião de um grupo de estudantes, liderados pelo universitário Aldson Salgado, com o presidente da Arena paraibana, Claudio de Paiva Leite, para fundar um Departamento Jovem no estado¹⁴⁴.

Mais notícias sobre a Arena Jovem paraibana só tornariam a aparecer nos jornais um ano depois, quando o partido enviou uma delegação para participar do I Encontro de Estudos Políticos, ocorrido na cidade de Garanhuns, Pernambuco. Segundo *A União*, a juventude *arenista* da Paraíba apresentou a tese “Integração da Juventude no Processo Político Nacional”, a qual tinha como fundamento os pronunciamentos do presidente Médici¹⁴⁵. Apresentada pela delegação da Arena Jovem paraibana e divulgada sem maiores detalhes pela imprensa, a tese

¹⁴⁴ Correio da Paraíba, 25 de ago de 1970, p. 8.

¹⁴⁵ A União, 22 de set de 1971, p. 8.

buscava vincular a atuação daquele departamento às ideias da Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁴⁶.

[...] a tese da delegação paraibana encara a fé no Brasil como um compromisso imposto pela união das classes e cita o general Souto Mallan, considerando que “o salutar influxo que recebemos do pensamento civil será a contrapartida à contribuição militar ao trato das questões, não especificamente, de sua profissão. Recentemente, na Escola Superior de Guerra, o ministro Delfim Netto enfatizou que aquela instituição já nos vinha preparando par as tarefas da responsabilidade política no conhecimento dos problemas de segurança nacional e das metas desenvolvimentistas. Disse ainda que o pensamento dos militares vem agora fortalecendo através da exortação da Arena e da Paraíba em favor da união de classes¹⁴⁷.

O primeiro grande evento político que o Departamento Jovem da Arena paraibana participou foi a eleição para vereador de João Pessoa em 1972. Através da presidente do Diretório Municipal da capital, Maryland Teotônio, foi escolhido como candidato a representar a juventude *arenista* o jornalista do *Correio da Paraíba* e universitário Levi Borges. Em texto de sua autoria, publicado no próprio *Correio da Paraíba*, é explicada a natureza de sua candidatura, cuja meta era contribuir com a “renovação” partidária almejada pelo regime através da participação da juventude: “O Brasil anseia pela renovação dos seus quadros políticos partidários. O Presidente Médici tem feito reiterados apelos à juventude para que ela participe, efetivamente, no processo político. Nós atendemos ao chamamento”¹⁴⁸.

No mesmo texto, Borges traça a diretriz da forma como se desencadeará sua candidatura, renovadora, longe do que julga ser “demagogia” e próxima de novos valores, contra os quais não discrimina:

O nosso trabalho guiará em torno de um novo comportamento político, longe das apreciações demagógicas, voltadas para a conscientização da juventude no que concerne a preparação de novos valores, que naturalmente surgirão para substituir àqueles bravos políticos, que na bela arte de bem governar os povos, terão cumprido os sérios objetivos que se propuseram¹⁴⁹.

¹⁴⁶ De acordo com Alves (2005), essa foi uma instituição composta por civis e militares visando o treinamento de pessoas para ocupar e dirigir o Estado no processo de implantação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Ela serviu como base legal e ideológica sustentadora do sistema autoritário, criando mecanismos de controle das instituições públicas, de modo que essas servissem aos propósitos da ditadura militar. Foi ela também que orientou a criação de órgãos de repressão e a forma como deveriam proceder no que se denominou “Operação Limpeza”, caracterizado pelos expurgos de indivíduos e ideologias considerados subversivos.

¹⁴⁷ A União, 29 de set de 1971, p. 8.

¹⁴⁸ Correio da Paraíba, 30 de fev de 1972, p. 5.

¹⁴⁹ Ibid.

Apesar de propor uma “renovação” da classe política, a campanha do candidato da juventude *arenista* foi pautada em visitas a lideranças políticas e sociais do estado, como o governador Ernani Sátiro, o prefeito de João Pessoa, Damásio Franca, e o reitor da UFPB, Humberto Nóbrega¹⁵⁰. Esse contato remete ao papel desempenhado pela Arena Jovem em reforçar o poder do governo federal, e pelo fato dessas personalidades serem todas figuras eleitas indiretamente, sendo figuras que representam o regime no estado.

A campanha e a eleição de Levi Borges influenciaram na expansão organizacional da Arena-Jovem, quando, ainda em 1972, o partido instituiu a Coordenação Estadual da Arena, encarregada de formar e manter contato com departamentos estudantis por todo o estado¹⁵¹. Tal processo foi consolidado em 1973, com a oficialização do departamento a partir de sua adequação às diretrizes firmadas na Lei Orgânica dos Partidos.

Quando formulado o Programa de Ação Arena Jovem, dividiu-se a articulação política no estado em Grades Áreas, sediadas nas seis principais cidades paraibanas (João Pessoa, Campina Grande, Monteiro, Patos, Sousa e Cajazeiras); a partir delas, se desencadearia a ação do Departamento pelo interior. Para o colunista Gilvan de Brito, do *A União*, esse projeto de interiorização era uma forma de angariar a atuação dos estudantes no estado em prol do regime militar, a partir do sucesso eleitoral de 1972:

Baseados nos resultados das últimas eleições de 72, como ficou evidenciado no preâmbulo, verificou-se que a juventude paraibana não está distanciada do processo revolucionário. Assim, a expansão do Departamento deverá ser acompanhada de uma melhora substancial da qualidade do nosso quadro de lideranças políticas, aproveitando-se a aceitação que a Arena Jovem vem obtendo em todo o Estado, para a conscientização política de nossa mocidade¹⁵².

O colunista relata ainda que essa carta programa tinha como objetivo preparar uma nova classe política “[...] capaz de dar continuidade aos acertos daqueles que nos governam e, paralelamente, apta a evitar os erros daqueles que por ausência de espírito público ou mesmo falta de capacidade administrativa conduziram o País ao caos político e econômico”¹⁵³. Acerca da formação política dos estudantes, essa se realizaria através dos Seminários de Politização da Juventude Paraibana, eventos “com um temário contendo assuntos de elevada importância para a formação de uma nova mentalidade”¹⁵⁴.

¹⁵⁰ *A União* 04 de out de 1972, p. 8; *A União*, 20 de out de 1972, p. 8; *A União* 01 de nov de 1972, p. 8.

¹⁵¹ *Correio da Paraíba*, 07 de jan de 1972, p. 8.

¹⁵² BRITO. *A União*, 21 de jan de 1973, p. 2.

¹⁵³ *Ibid.*

¹⁵⁴ *Ibid.*

Meses depois, é lançada uma carta de princípios, cujo direcionamento inspira-se “[...] nos supremos interesses do Brasil, com o espírito voltado para o progresso sócio-político e econômico do povo brasileiro e com expressão de seu mais puro idealismo e fé no futuro”¹⁵⁵. Nela, são fixados treze itens que versam sobre questões políticas e sociais sob o viés autoritário e conservador defendido pelo regime, sendo os doze primeiros:

- I. O Povo é a fonte do Poder a ordem, o fator primordial do progresso;
- II. O diálogo é o meio, por excelência, para equação dos problemas que ocorrem entre pessoas e entre comunidades;
- III. A equidade na distribuição de renda nacional (para que se consiga o bem-estar do homem) é instrumento pelo qual se manterá coesa a nação no sentido de perseguir seus objetivos;
- IV. A formação do homem para o exercício da cidadania é tarefa do Estado e a este cabe, antes de tudo, proteger a família, que é a formação social básica para sua consecução;
- V. A solidariedade social (de que resulta a unidade nacional) se fundamenta na identidade de interesses e valores culturais, no que tange aos princípios de independência, desenvolvimento e autodeterminação;
- VI. O respeito aos ideais e tendências do povo é o caminho por onde devem andar aqueles que aspiram seu progresso e paz social;
- VII. As organizações partidárias criam os meios pelos quais o povo influi na constituição dos poderes;
- VIII. A Liberdade é condição “sine qua non” para que se possa exigir da pessoa humana deveres e responsabilidade para com a sociedade;
- IX. A valorização do homem implica no oferecimento, antes de tudo, de garantia à saúde e à educação, depois, dos meios para seu aperfeiçoamento;
- X. O Direito é a força capaz de manter a função social;
- XI. Da Segurança Nacional depende a segurança das pessoas, naturais ou jurídicas;
- XII. O Departamento Estudantil da Arena é órgão de cooperação do Partido e, igualmente a ele, integrado nos ideais da Revolução de 1964;¹⁵⁶

No décimo terceiro item, são elencadas as aspirações políticas, sociais e econômicas da juventude *arenista*, pontos generalizantes e pouco propositivos, podendo ser destacada a “soberania nas decisões do governo” e a “manutenção da sociedade em consonância com as aspirações daqueles que a constitui, em sua maioria”¹⁵⁷, diretrizes que reforçam a natureza autoritária do engajamento da juventude na Arena.

Paradoxalmente às diretrizes conservadoras, o Departamento Jovem visava formar uma nova classe política já nas eleições de 1974. Um ano antes, os núcleos municipais da Arena-Jovem enviaram relatórios para o presidente do Diretório Regional relatando suas intenções em “[...] descobrir valores novos que se encontram inibidos por falta de condição de aparecimento, que poderá levar a ARENA apresentar, em 1974, um maior número de

¹⁵⁵ Correio da Paraíba, 30 de mai de 1973, p. 2.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Ibid.

candidatos a Assembleia Legislativa que expressem o pensamento da Juventude paraibana em todos os campos”¹⁵⁸.

Essa perspectiva de formar novas lideranças, conseqüentemente substituindo as antigas, gerou atritos na estrutura interna do partido. Entre 1973 e 1974, a imprensa local publicou notícias indicando o receio de antigos quadros do partido com a atuação da juventude partidária. Segundo relatos de membros da Arena Jovem à imprensa, as tradicionais lideranças viam naquele departamento um concorrente interno às oligarquias políticas locais, que criaram dificuldades para a instalação de núcleos do Departamento Jovem em seus municípios¹⁵⁹.

Essa percepção de rejeição da atividade partidária era corroborada por Sabiniano Maia, que buscava conciliar a presença das tradicionais oligarquias com a juventude emergente na política: “Temos que juntar o ardor, a fortaleza e o entusiasmo da juventude com a experiência dos mais velhos para que possamos ser realmente um partido forte e atuante”¹⁶⁰, declarava à imprensa. Essa rejeição não ocorria apenas entre as oligarquias das cidades interioranas: em João Pessoa havia relatos de boicote ao membro da juventude *arenista* na Câmara Municipal. O jornalista José Souto relata a existência de um “cinturão de ferro”, formado por uma “estranha coligação entre arenistas e emedebistas” no intuito de isolar o vereador Levi Borges¹⁶¹.

Esses problemas levaram a direção partidária a suspender temporariamente a formação de núcleos da Arena-Jovem na Paraíba. Segundo o colunista José Soares Madruga, a justificativa dada para a suspensão foi o “[...] desvirtuamento que se veem registrando quanto à finalidade daqueles órgãos dentro do partido”¹⁶². O receio dos quadros partidários mais antigos guardava seu fundamento, pois membros da Arena-Jovem almejavam posições políticas ocupadas pelas figuras mais tradicionais do partido, adotando práticas pouco renovadoras para alcançar tal prestígio¹⁶³. Para esses setores mais tradicionais da Arena, o papel que a juventude deveria desempenhar no partido era estritamente de colaborador para o sucesso de suas aspirações políticas. O Departamento Jovem, ao instigar jovens a se candidatarem para cargos políticos, criou um mal-estar dentro da legenda entre duas gerações de *arenistas*.

Contrapondo-se à essa rejeição da juventude entre os quadros partidários, tradicionais figuras políticas no estado utilizavam o Departamento Jovem para angariar apoio político junto

¹⁵⁸ Correio da Paraíba, 10 de jun de 1973, p. 8.

¹⁵⁹ Correio da Paraíba, 04 de jul de 1973, p. 1.

¹⁶⁰ O Norte, 11 de jul de 1973, p. 5.

¹⁶¹ SOUTO. O Norte, 16 de ago de 1973, p. 5.

¹⁶² MADRUGA. Correio da Paraíba, 06 de out de 1973, p. 3.

¹⁶³ De acordo com o jornalista Luiz Otávio, dois membros da Arena Jovem que ocupavam cargos públicos, Johnson Abrantes (então vice-prefeito de Sousa) e Nilo Feitosa (oficial de gabinete da Casa Civil do governador), buscavam alianças com grupos políticos pelo interior para a disputa de cargos de deputado estadual nas eleições de 1974 (OTÁVIO. Correio da Paraíba, 21 de abr de 1974, p. 5).

à população. Em 1974, o então deputado estadual Severino Ramalho Leite utilizava-se do nome da Arena Jovem para se promover politicamente. Insatisfeito com a utilização não autorizada, o departamento divulgou nota na imprensa desmentindo o apoio a Ramalho Leite:

O sr. Ramalho Leite está usando o nome da Arena Jovem indevidamente, ainda chegando a fazer críticas ao colegiado, quando ele não pertence à nossa agremiação. Antes que seja tarde, e para esclarecer a opinião pública, afirmamos que o sr. Severino Ramalho Leite não é candidato da Arena Jovem, embora continue afirmando o contrário. Os intrusos e amigos da discórdia serão repelidos, porque iremos escolher e trabalhar pelos nossos autênticos representantes, integrantes dos nossos quadros e que estejam dispostos a lutar com a facção, possuindo, é lógico, qualidades morais e bases para uma significativa votação, sem lançar mão de métodos ultrapassados¹⁶⁴.

A existência de candidatos da Arena Jovem dava a entender que o departamento se tornara um núcleo específico dentro do partido, que militava pelos seus correligionários e não em prol da legenda. Logo, tratava-se tanto de um conflito de gerações, como de uma disputa entre frações partidárias.

O ano de 1975, marcado pela busca por resolver problemas internos na Arena, é também um ano de mudança nos quadros de sua juventude partidária. Esse ímpeto renovador perdurou até a extinção da Arena e foi acompanhado pela imprensa, em textos nos quais os colunistas apontavam falhas que fizeram com que a Arena Jovem não tivesse o sucesso projetado. Os comentários ponderavam o confronto de gerações dentro da organização partidária¹⁶⁵ e a tentativa de fazer carreira política pelos membros da juventude *arenista*¹⁶⁶, passando até mesmo pelo questionamento se os integrantes da Arena Jovem eram, de fato, jovens¹⁶⁷.

Após as eleições de 1974, não houve uma organização mais concreta do departamento; as fontes não indicam qualquer busca por uma relação mais próxima com os movimentos estudantis. Bem como o regime militar já caminhava para diretrizes de redemocratização, não dando mais a mesma ênfase para a retórica autoritária e conservadora prevalecente no início da década. Na ótica do colunista Gilvan de Brito, a Arena Jovem viveu sob a ausência da juventude por toda a sua trajetória¹⁶⁸. Ao longo de sua existência, o departamento tornou-se instrumento de busca de poder dentro do partido, compartilhando as mesmas condutas políticas de seus membros mais tradicionais.

¹⁶⁴ Correio da Paraíba, 16 de jul de 1974, p. 1.

¹⁶⁵ MADRUGA. Correio da Paraíba, 17 de mai de 1975, p. 3.

¹⁶⁶ Correio da Paraíba, 19 de ago de 1975, p. 1.

¹⁶⁷ O Norte, 18 de ago de 1976, p. 3.

¹⁶⁸ BRITO. Correio da Paraíba, 17 de jul de 1977, p. 3.

1.4. Os problemas da Arena no plano regional

A partir do que foi trabalhado ao longo desse primeiro capítulo, é possível perceber a continuidade de uma série de práticas da cultura política brasileira dentro do Diretório Regional da Arena na Paraíba. A instância regional do partido demonstrou ser o principal espaço no qual uma série de práticas que a caracterizam continuam a ser aparentes. Nesse sentido, direcionamo-nos a avaliar como tais características da cultura política brasileira podem ser encontradas nos demais diretórios regionais, pensando a forma como cada uma delas abordava os problemas comuns entre as seções.

Como fonte para realizar tal análise, utilizaremos a ata da reunião promovida pelo Diretório Nacional da Arena junto aos representantes regionais do partido no ano de 1973. Em pauta, o presidente nacional do partido e os secretários executivos, atentavam para toda uma seara de relatos e queixas dos presidentes regionais *arenistas* em relação aos problemas vividos em suas seções¹⁶⁹. Em função disso, logo no início da sessão, Petrônio Portela (Arena-PI), presidente do partido, dá o tom de informalidade do evento, deixando os correligionários à vontade para externar qualquer contratempo ou dificuldade vivenciada em seu estado que impossibilitasse a melhor organização do partido, bem como informando que iria tratar de problemas internos mais específicos em foro íntimo com cada um dos presidentes do partido¹⁷⁰.

Ao longo das falas dos presidentes regionais, é possível perceber alguns assuntos em comum, reclamações e relatos de casos que envolvem boa parte dos Diretórios Regionais: unidade organizacional, comando partidário do governador, dificuldades financeiras e participação de jovens e mulheres no cotidiano da Arena. Percebe-se a diversidade da forma como esses problemas são apresentados a partir dos recortes estaduais, pois, apesar de os problemas e as dificuldades serem semelhantes, elas variam de acordo com a região e do processo histórico de formação do partido em cada estado.

Acerca da unidade partidária, às vésperas da eleição de 1974, os representantes regionais relatavam divergências internas em suas seções. Aldo Ferreira, presidente da Arena-RJ, relatou que as divergências internas em sua seção são constantes, reconhecendo a dificuldade em manter a coesão partidária. Em sua fala, apontou ainda a forma como seu diretório atua na contenção de divergências que pudessem vir a prejudicar a unidade do partido:

¹⁶⁹ A utilização apenas do documento da reunião de 1973 se dá em virtude de só constar a ata desse ano no Acervo da Arena no CPDOC da FGV.

¹⁷⁰ Ata reunião 1973 – ARENA op d 1973 12 04 p. 2-3.

[...] Então, surgido algum problema – e lamentavelmente ouvimos, de quando em quando, que o Executivo é desonesto, é corrupto – fosse o problema levado, exposto ao Diretório Regional, e este o remetesse à consideração da Comissão Executiva Regional, que, em trinta dias daria uma solução. Sr. Presidente, cada vez que surge um problema entre vereadores e prefeitos, toda a classe política é atingida por essa briguinha, por esses probleminhas municipais sofre enorme retrocesso¹⁷¹.

Outros dirigentes, ao se referirem às divergências de suas secções, tratam-nas como algo natural do cotidiano do partido, como faz Geraldo Freire, presidente da Arena-MG: “Por certo, existem dificuldades e, se não houvesse, não haveria necessidade de partido político. Se não há dificuldades, por que Partidos?”¹⁷²; e Leopoldo Peres, representante da Arena amazonense: “Creio que seria muito idealístico, Sr. Presidente, dizer que na ARENA do meu Estado não há divergências: elas existem, mas não são profundas ao ponto de nos separar”¹⁷³.

Havia, por outro lado, aqueles que negavam os relatos de divergências internas, caso do presidente da Arena-RS, João Bentes, quando afirmou que o que era publicado nos jornais sobre dificuldades de união daquela secção não condizia com a realidade: “Algumas cassandras, por aí, falam, às vezes, leio em jornais, de que nós temos algum problema com referência à senatoria. Não temos nenhum problema, Sr. Presidente”¹⁷⁴.

Em relação ao papel dos governadores como chefes do partido nos estados, a maioria relata como positivo o comando exercido pelo chefe do Executivo, porem sem unanimidade, pois alguns presidentes regionais apontam dificuldades de integração do governador com membros do partido. De acordo com o presidente da Arena-PA, Flávio Moreira: “[...] por uma questão de formação e de temperamento, o nosso Governador, eleito pela ARENA, não tem a afinidade político-partidária que seria desejável e, por isso mesmo, temos dificuldade para desenvolver as nossas atividades”¹⁷⁵.

Por outro lado, Vingt Rosado, representante do Diretório Regional da Arena potiguar, apesar de avaliar negativamente o governador do Rio Grande do Norte, Dinarte Mariz, exime de críticas o seu comando político-partidário: “[...] o nosso governador tem intensas falhas políticas, mas está tendo êxito administrativo que capitaliza, para o nosso Partido, uma posição privilegiada para podermos aguardar, esperar e confiar que, em 1974, obteremos uma vitória maior do que as últimas alcançadas nos últimos pleitos”¹⁷⁶

¹⁷¹ Ibid. p. 50.

¹⁷² Ibid. p. 56.

¹⁷³ Ibid. p. 4.

¹⁷⁴ Ibid. p. 87.

¹⁷⁵ Ibid. p. 7.

¹⁷⁶ Ibid. p. 22.

Vale pontuar ainda, na fala do representante do Rio Grande do Norte, uma queixa em relação à entrada de funcionários técnicos no partido e a intenção desses de lançarem-se candidatos a cargos eletivos. Apesar de não ser um problema recorrente na Arena paraibana, a disputa política dentro do partido com os cargos técnicos foi comum em diversos estados. Em aparente tom de deboche, Rosado conta que virá a ocupar os cargos deixados pelos técnicos quando esses ocuparem os cargos de políticos:

Outro dia, numa conversa informal com 5 deles, eu disse que ia ser técnico; perguntaram-me porquê. Respondi que iria ocupar o vazio que eles iriam deixar. Como político, vou me transformar em técnico para ocupar o vazio deixado por eles, porque os técnicos quando são nomeados se transformam automaticamente em políticos e candidatos em potencial e começam logo a fazer sua disputa, o seu trabalho, quase sempre usando a posição que desfrutaram naquele momento¹⁷⁷.

A fala de Rosado aparenta uma queixa subliminar em relação ao comando da ditadura militar por dar muito poder administrativo aos profissionais técnicos, em decorrência da desconfiança aos políticos profissionais, sendo que os primeiros passavam a angariar cargos políticos. Ao longo da década de 1970, houve um conflito entre profissionais técnicos e os políticos profissionais dentro do partido, embates que ganharam dimensões diferentes em cada estado, sobretudo decorrentes do perfil dos governadores indicados.

A questão financeira foi outro problema recorrente na organização interna da Arena, cuja principal queixa era a falta de repasse da verba do Fundo Partidário para os Diretórios Regionais. Os presidentes pleiteavam recursos para suprir gastos com a arregimentação de novos eleitores, um dos pontos da reforma partidária promovida entre 1969 e 1972. No relato de Rosado: “[...] infelizmente, a dolorosa verdade é que alistamento se chama dinheiro, se chama Delfim Netto, nem razoavelmente, nem legalmente poderemos dispor”¹⁷⁸.

O trânsito de eleitores para as zonas eleitorais era um custo necessário, em virtude das demandas de alistamento eleitoral promovidas pela legislação eleitoral nos anos 1970, mas que os membros da Arena não planejavam ter. O representante pernambucano relatou as dificuldades de cadastrar eleitores no seu estado:

[...] há dificuldade para o alistamento eleitoral, não só aquela do desinteresse dos Juízes, como se falam, alguns que não querem se deslocar até os distritos, ou até os municípios que são termos de municípios principais, obrigando o deslocamento de eleitores para a sede dos municípios, com o cartório eleitoral, fotografias e toda aquela demora, perdendo dois ou três dias, por vezes, para tirar o seu Título de Eleitor, e

¹⁷⁷ Ibid. p. 22.

¹⁷⁸ Ibid. p. 22.

prejudicando em grande parte o eleitorado da ARENA, formado nas capitais, mas também formado em grande parte na zona rural dos nossos Estados.¹⁷⁹

Essa dificuldade financeira para a arregimentação eleitoral era um problema vivido no interior dos estados, como relata o presidente da Arena-CE, Almir Pinto: “Quem vive no interior, quem faz política do interior sabe da *via crucis* por que passamos. Então, esse Fundo Partidário precisa funcionar”¹⁸⁰. É sobretudo na política interiorana que se apresentam as práticas de controle de eleitores pelas elites políticas, como o voto de cabresto. O clamor pelos recursos do Fundo Partidário para a arregimentação eleitoral indica o poder eleitoral da Arena no interior do país, nos pequenos municípios, tal qual afirma o presidente da Arena-RJ:

Trata-se de uma experiência muito séria e seu êxito depende do Partido, com o emprego de recursos que lhe devem ser fornecidos pelo Fundo Partidário. A Direção Nacional está ouvindo o clamor de todos os Presidentes de Diretórios Regionais, que só tem um interesse comum: a grandeza do País, a vitória da ARENA e a consolidação cada vez maior do nosso partido¹⁸¹.

A forma como os representantes regionais do partido reclamavam pelas verbas do Fundo Partidário caracteriza um sistema político no qual os eleitores ainda têm pouca autonomia em relação às lideranças locais. Mesmo após um período democrático – 1945 a 1964 – no qual se expandiram e se aperfeiçoaram as instituições democráticas, havia ainda um resquício do controle político da República Velha que determinava a forma como as classes mais baixas participavam da política.

Um último ponto discutido era relativo aos departamentos Feminino e Jovem da Arena, principal meio de angariar novos membros, que deveriam ser instalados em todo o país. Na maioria dos estados, os departamentos tiveram força durante as eleições de 1972, e as perspectivas relatadas eram otimistas, mesmo com os modestos números apresentados. O presidente da Arena-PA aponta a eleição de 20 candidatas mulheres no seu estado, sendo uma na capital¹⁸², no relatório apresentado pela Arena-CE:

A mulher está integrada perfeitamente na política. Nós temos nada menos de 5 Prefeitos; lá no meu Município, Maranguape, o Presidente da Câmara é uma senhora; há também outra colega que participa da Câmara Municipal; temos duas vereadoras em Fortaleza e, finalmente, o Departamento Feminino vai muito bem¹⁸³.

¹⁷⁹ Ibid. p. 29.

¹⁸⁰ Ibid. p. 15.

¹⁸¹ Ibid. p. 48.

¹⁸² Ibid. p. 7.

¹⁸³ Ibid. p. 20.

As perspectivas para a juventude eram igualmente positivas, segundo o relato do presidente da Arena-SP: “Já assumimos [...] o compromisso público, e queremos contar, nas próximas eleições, com alguns jovens disputando cadeiras, quer na Câmara dos Deputados, quer na Assembleia Legislativa”¹⁸⁴. Sobre a situação dos departamentos no Rio Grande do Sul, João Bentes (Arena-RS) relata:

[...] desejo comunicar que o departamento da juventude, o departamento feminino e o departamento dos trabalhadores foram, anteriormente criados oficialmente no Rio Grande do Sul. Existia, já em vários municípios, o departamento da mocidade, mas, hoje, nós temos uma estrutura, temos um órgão de cúpula a traçar diretrizes à mocidade.

Quanto ao departamento feminino, V. Exa. presenciou aquele movimento, aqui, através da alma emotiva do meu eminente co-estaduano, Deputado Arnaldo Pietro, que tanto êxito emprestou àquele Congresso, que se realizou na Capital do meu Estado¹⁸⁵.

É preciso considerar que, na análise das falas dos presidentes regionais, percebe-se uma maior organização dos departamentos no sul e sudeste do país em comparação aos estados do Norte e Nordeste. Para Chales Platon, da Arena-AP: “Quanto ao Curso de Informação Política não temos, ainda, oportunidade e nem ambiente para desenvolvê-lo no nosso Território, mas está em pauta, oportunamente, o seu início”¹⁸⁶.

Na análise dos relatos dos representantes dos diretórios estaduais, as diferenças regionais aparecem em maior ou menor grau, a depender do tema em questão. Porém, é possível avaliar que a maioria dos problemas são comuns a todos os estados: disputas internas, e dificuldade de coesão partidária, dependência financeira do partido em relação às verbas da União, baixa autonomia política da população e tendência ao controle do eleitorado, bem como pouca capacidade de renovação das lideranças políticas.

Esses aspectos são decorrentes da influência da cultura política nacional na forma de operacionalizar a política e as relações de poder nos estados. As elites políticas estaduais presentes na Arena guardam particularidades conjunturais, mas compartilham das formas de conduta características da cultura política brasileira. Ao afirmar um padrão e reconhecer as especificidades decorrentes das trajetórias dos indivíduos em cada recorte local, a historiografia demanda novas pesquisas que as expliquem e tragam perspectivas inéditas sobre a política na ditadura militar.

¹⁸⁴ Ibid. p. 61.

¹⁸⁵ Ibid. p. 82-83.

¹⁸⁶ Ibid. p. 88-89.

CAPÍTULO II – CONSERVADORISMO E MODERNIZAÇÃO: A ARENA NO GOVERNO ERNANI SÁTYRO (1970-1974)

A partir deste capítulo aprofundaremos a análise dos governos estaduais, com o objetivo de melhor compreender a atuação da Arena na Paraíba, sendo analisada, nesse primeiro momento, a administração de Ernani Sátiro. Primeiro governador indicado de maneira indireta na Paraíba¹⁸⁷, exerceu seu mandato entre os anos de 1971 e 1975, no ápice do autoritarismo e da modernização promovidos pela ditadura. Nesse período, a violência política contra opositores conviveu com obras de infraestrutura e transformações no aparelho burocrático estatal, representantes da ideia de uma modernização brasileira imposta pela ditadura.

Seu governo foi também o auge do que Abrucchio (1998) chamou de modelo unionista-autoritário, uma forma de gestão do Estado baseada na hipertrofia do poder Executivo federal sobre as unidades federativas e outras instâncias de poder. O controle do governo estadual foi fundamental para a organização da Arena no plano regional, e nele os governadores desempenhariam a função de representantes do regime militar e de suas diretrizes modernizadoras nos estados¹⁸⁸.

No âmbito partidário, a escolha do governador biônico passava por alguns trâmites: o presidente nacional da Arena era responsável por consultar as lideranças estaduais sobre suas preferências; posteriormente, era elaborada e entregue ao presidente da República uma lista de três a cinco nomes a serem avaliados, cabendo a ele indicar quem ocuparia o cargo. Nesse ritual, ao mesmo tempo que a cúpula federal considerava os contextos estaduais, cabia a ela escolher entre os nomes indicados. Em seguida, os indicados eram homologados pelas Assembleias Legislativas, e, como a Arena comumente possuía a maioria das bancadas legislativas, não havia qualquer possibilidade de resistência pela oposição.

Segundo Santos (1971, p. 125), em 1970, primeira vez em que todos os governadores estaduais seriam indicados pelo governo federal, a ditadura buscou homogeneizar suas escolhas visando adequar seu projeto modernizador nos estados. Priorizou-se a indicação de profissionais técnicos ou militares, com pouca ou nenhuma relação com a política partidária pregressa ao golpe de 1964, diretriz apoiada na desvalorização da classe política após o AI-5.

¹⁸⁷ Seu antecessor, João Agripino, foi eleito em 1965, no último pleito direto antes do AI-3.

¹⁸⁸ Esse controle político sobre os estados foi um dos três pilares do modelo unionista-autoritário, juntamente com o controle financeiro e administrativo da máquina pública. O primeiro foi exercido através da centralização das receitas tributárias pelo Executivo federal, dando-lhe controle completo sobre as transferências de recursos para estados e municípios. Já o controle administrativo foi exercido por meio da uniformização da administração pública nos três níveis de governo, guiados pelo planejamento do poder central (ABRUCCIO, 1998, p. 63).

Esse perfil fornecia ao regime um meio de exercer maior controle sobre a organização partidária, haja vista que os governadores não políticos que exerceriam ainda a chefia da Arena teriam menos, ou nenhuma, relação com os grupos oligárquicos e as antigas legendas partidárias.

A busca por governadores com perfil técnico também se enquadra na necessidade da ditadura de deslocar a busca por legitimidade social do campo político para o econômico, como aponta Prado e Earp (2014, p. 228). Nessa lógica, o regime ratificaria seu apoio popular através de grandes obras públicas construídas também por governos estaduais, as quais serviriam para impulsionar o desenvolvimento econômico, diminuindo a distância do Brasil em relação às potências capitalistas ocidentais como na propaganda ufanista do “Brasil grande”.

Contudo, é preciso ponderar nessa análise os estados onde a tecnoburocracia não exerceu maior influência, como a Paraíba. A escolha de Sátyro como governador, político de longa trajetória em cargos públicos, amplamente identificado com a classe política pré-golpe de 1964, é significativa para compreender como pesam algumas vicissitudes regionais para a compreensão da ditadura brasileira. Quando se orienta o olhar da pesquisa para o plano regional, surgem novos aspectos divergentes do padrão estabelecido pelas análises balizadas pelo olhar nacional.

Apesar de se tratar de um capítulo sobre o período da administração Sátyro, não aprofundaremos a análise de sua gestão, haja vista que esse trabalho tem como objeto de pesquisa a Arena¹⁸⁹. Aqui abordaremos sua atuação como governador, tentando entender seu papel como líder partidário e representante da ditadura no estado. Junto às demais fontes analisadas ao longo dessa tese, utilizaremos aqui o livro “Tradição de Renovação”, publicado em 1994, um ano após sua morte. Trata-se do terceiro volume de suas Obras Completas, editadas pelo Congresso Nacional, no qual constam 60 de seus discursos proferidos enquanto governador. Também serão utilizados os textos de sua coluna publicada no jornal *A União* ao longo de seu mandato, intitulada “Sempre aos domingos”, reunidos em livro de mesmo título, publicado em 1978¹⁹⁰.

Isto posto, dividiremos o capítulo em três partes. Na primeira, abordaremos as eleições de 1970, as confabulações para a escolha indireta de Sátyro e as articulações políticas para a escolha dos candidatos que disputariam os cargos diretos no pleito de 1970, sobretudo a

¹⁸⁹ Não desvinculamos a gestão do partido, mas a complexidade de uma administração estadual durante a ditadura podem ser objetos de análise de pesquisas específicas. Sobre o governo Sátyro, ver Mendes (2019).

¹⁹⁰ Cabe aqui destacar que os textos reunidos nessas coletâneas passaram pelo crivo de uma seleção, e nem todos discursos proferidos e colunas publicadas constam nos livros. Essas ausências foram compensadas com as publicações de jornais, nas quais constam as colunas e alguns discursos do governador.

tentativa de “pacificação política” promovida por João Agripino junto ao *emedebista* Argemiro de Figueiredo, e a vitória da Arena nas eleições proporcionais (deputados e senadores).

Na segunda parte, serão discutidas as ideias defendidas e propagadas por Sátyro enquanto ocupou o cargo de governador biônico: o contraste entre o conservadorismo de sua trajetória política e a diretriz modernizadora do perfil tecnicista do governo Médici; as diretrizes de sua gestão (comparando-as com as de seu antecessor – industrialização *versus* agropecuária); sua identificação com as chamadas “classes produtoras do estado”; e sua relação com o regime na busca por apoio para os projetos a serem desenvolvidos, na propaganda ditatorial no estado e como articulador da repressão política na Paraíba.

Na terceira parte, analisaremos a relação de Sátyro com seu partido e com os demais setores políticos no Estado: sua disputa com Agripino, nas eleições de Campina Grande em 1972, quando esse promoveu um boicote à candidatura de Álvaro Gaudêncio Filho e à organização de um esquema “pacificador”; e sua relação com a Assembleia Legislativa, seja na busca pelo controle sobre aquele poder ou no combate ao grupo chamado de “rebeldes da Arena”, entre 1973 e 1974.

2.1. As eleições de 1970: A indicação de Ernani Sátyro governador biônico e a tentativa de “pacificação política”

As primeiras eleições ocorridas na década de 1970 foram influenciadas pelas consequências do AI-5. A intensificação da censura e da repressão política, os questionamentos por parte do regime em relação à participação da classe política, o fechamento do Congresso Nacional e o processo de cassação de políticos ocorridos no ano de 1969 intervieram na dinâmica e na organização partidária no país.

Os expurgos promovidos contra a oposição após o AI-5 e a censura política levaram o MDB a alterar seu comportamento político, adotando uma postura mais moderada que marcou sua participação nas eleições como incapaz de expressar os sentimentos oposicionistas da sociedade. Inclui-se ainda que as diretrizes de reorganização partidária propostas pelo AC-54 afetaram seu poder de articulação política, regras que limitaram a formação de diretórios oposicionistas pelos países, uma estratégia do regime para restringir sua atuação¹⁹¹.

¹⁹¹ Na Paraíba, o MDB conseguiu reorganizar diretórios em apenas 61% dos municípios, um total de 102 cidades de 171, enquanto a Arena reorganizou seus diretórios em 100% dos municípios. Sobre a reorganização dos partidos políticos, ver primeiro capítulo.

Em relação à Arena, seus membros buscaram recuperar a credibilidade perdida junto aos militares, e reafirmarem nos espaços de poder. O partido iria para a campanha eleitoral de 1970, respaldado pela intensa propaganda pró-regime, marcada pelo alto índice anual do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, 9,5% naquele ano, pelo retorno do investimento na indústria nacional e pela realização de obras financiadas pela ditadura nos estados, todas acompanhadas de *slogans* otimistas e ufanistas.

Na Paraíba, a principal e mais popular liderança partidária paraibana, Agripino procurou conduzir o processo de sucessão governamental e da eleição dos candidatos a cargos parlamentares através do fortalecimento da atuação da classe política e da tentativa de conciliação com o partido de oposição. Para seu sucessor no governo do Estado, Agripino tinha predileção por alguém capaz de dar continuidade ao seu projeto de modernização do Estado, uma liderança civil com bom trânsito junto aos militares e o governo federal. Ernani Sátyro preenchia todos os pré-requisitos: foi líder da bancada *arenista* na Câmara Federal entre 1967 e 1968 e ministro do Superior Tribunal Militar (STM), nomeado pelo presidente Costa e Silva. Para Agripino: “[...] [Sátyro] tinha a mesma confiabilidade, a mesma credibilidade e o mesmo trânsito que eu tinha na área federal, e eu imaginava que ele pudesse aproveitar isso para fazer uma administração – o que eu imodestamente fiz na Paraíba”¹⁹².

Porém, diante de um cenário de descrédito da classe política junto ao regime, Sátyro tinha entre seus principais adversários na disputa pela indicação dois militares: os generais Aluísio Guedes Pereira e Jaime Portela, nomes sugeridos pelo presidente nacional da Arena, Rondon Pacheco (Arena-MG). A possibilidade de ter um militar governando o Estado foi rejeitada por Agripino, pois a Paraíba nunca fora administrada por militares e não havia intenção de sua parte em entregar o governo para um militar¹⁹³.

O temor de Agripino era que, com militares instalados no poder estadual, os espaços de atuação da classe política diminuíssem, reduzindo os meios de acesso ao poder na Paraíba. Isso afetaria seus interesses diretos, como a eleição de seus correligionários ou o atendimento de demandas particulares. Essa situação levou o governador a interceder em defesa da classe política e a brigar pelo nome de seu antigo correligionário de UDN, com quem dividiu a liderança do partido nos últimos anos de sua existência.

¹⁹² Entrevista João Agripino, Acervo NIDHR, 1978 p. 279.

¹⁹³ Ibid. À época, o estado vivia a experiência da administração de um militar, o general Paes de Lima, nomeado interventor federal em Campina Grande em maio de 1969, após a cassação dos direitos políticos do prefeito eleito em 1968, Ronaldo Cunha Lima (A União, 11 de mai 1969, p. 3). A administração de Paes de Lima não sofreu maiores contestações por parte dos políticos *arenistas*, contudo a classe política não aceitava uma normatização da indicação de figuras alheias ao mundo político-partidário, almejando retomar o controle de cargos públicos importantes.

A decisão pelo nome de Sátyro foi tomada após reunião entre o general Médici, Agripino e Cláudio Paiva Leite, presidente regional da Arena, em julho de 1970¹⁹⁴. Apesar de declarar preferências pelo nome de Sátyro, os jornais da época apontavam outros nomes civis apresentados por Agripino ao governo federal, que teriam sido: José Medeiros (secretário do Interior e Justiça) e Juarez Farias (secretário de Planejamento), dois profissionais técnicos e importantes quadros de sua equipe de governo¹⁹⁵. A probabilidade de algum deles ser escolhido era remota, tratava-se de uma estratégia recorrente entre os governadores indicar listas contendo mais de um nome, para não soar como imposição para o governo federal.

Havia entre o plano nacional e o plano regional um padrão de negociação, contudo não existia nela um equilíbrio de forças entre as partes. O governo federal consultava os governadores estaduais e demais lideranças partidárias para embasar suas decisões, pois não era prudente, para o funcionamento do regime, tomar decisões impositivas e unilaterais que desconsiderassem os anseios de um setor fundamental para a legitimação do autoritarismo¹⁹⁶.

Em sua primeira entrevista após sua indicação para governador biônico, Sátyro reiterou a preferência de Médici por seu nome, apesar de militares terem sido cogitados para o cargo, reforçando uma ideia de unidade entre políticos locais e o regime: “O Presidente Médici me garantiu que desde o primeiro instante fixou-se em meu nome e que nenhum outro nome chegou a ser cogitado”¹⁹⁷. Como vice-governador foi escolhido o deputado estadual e ex-presidente Regional da Arena, Clóvis Bezerra, político alinhado ao regime autoritário cuja postura de conciliador favoreceria a relação do governo com as frações da Arena.

Paralelamente à indicação do novo governador, a Arena se movimentava para escolher seus candidatos aos pleitos diretos, sobretudo para as duas vagas senatoriais. Nesse processo, destaca-se a composição política que Agripino tentara negociar junto a Argemiro de Figueiredo, do MDB. Buscava-se promover uma “pacificação política”¹⁹⁸ no estado, caracterizada como um acordo conciliatório, visando evitar o embate direto nas urnas, evitando despesas

¹⁹⁴ A União, 09 de jul 1970, p. 8.

¹⁹⁵ Correio da Paraíba, 20 de mar 1970, p. 8.

¹⁹⁶ Um caso que foge da regra de consulta e consideração do regime aos círculos políticos locais foi a imposição de Costa e Silva ao governador de São Paulo, Abreu Sodré, para que este indicasse Paulo Maluf prefeito da capital. Segundo Teixeira (2012), seu nome não era o preferido do governador, que pretendia reconduzir Faria Lima ao cargo, mas o nome de Maluf acabou sendo indicado pela confiabilidade que compartilhava com o núcleo do regime.

¹⁹⁷ A União, 29 de jul 1970, p. 8.

¹⁹⁸ Tal esquema não era inédito na Paraíba, tendo ocorrido nas eleições estaduais de 1958, quando por meio de um acordo firmado através da liderança de José Américo de Almeida, UDN e PSD organizaram uma chapa única, em que um *udenista* foi indicado governador e um *pessedista*, a vice (CITTADINO, 1998, p. 57). Já durante a ditadura militar, nas eleições municipais de 1968, Agripino tentou articular um esquema para “pacificar” politicamente os partidos em Campina Grande, manobra que foi rechaçada pelos membros das duas agremiações (SOBREIRA, 2016, p. 142).

exorbitantes em campanhas desgastantes e preservando seus membros de competições pelo eleitorado por meio de exposição de projetos e ideias políticas aperfeiçoadas.

É preciso destacar que não se tratava de uma coligação política, proibida pela legislação eleitoral¹⁹⁹. Numa coligação há a soma de forças entre partidos para melhor competir eleitoralmente, ao contrário do esquema “pacificador”. A “pacificação política” imposta pelas elites partidárias inviabiliza a efetiva participação dos eleitores na política, suprimindo seu direito de escolha; representa a continuidade dos mesmos estratos sociais no controle da máquina estatal e interfere na dinâmica partidária, barrando a ascensão de novas lideranças aos cargos representativos.

No esquema firmado entre Agripino e Argemiro, cada partido apresentaria um candidato ao Senado e, diante de um cenário adverso para o MDB, o acordo possibilitaria a eleição de um *emedebista* naquele pleito. Agripino consultou o presidente Médici sobre a viabilidade do acordo, o qual não teria apresentado qualquer restrição, especialmente em função de um dos envolvidos ser Argemiro, um *ex-udenista*, que, enquanto senador, evitava desempenhar uma oposição enfática à ditadura, um *emedebista* moderado. De acordo com Agripino: “Ouvi o presidente Médici, que me disse: ‘Olhe, governador, creio que não vai haver composição em nenhum estado. A única seria na Paraíba. Mas, sendo o Argemiro, acho que o senhor pode fazer’”²⁰⁰.

Apesar de enfraquecido politicamente, o principal opositor do esquema foi o MDB, através do deputado federal Humberto Lucena, que tinha intenção de se candidatar ao cargo de senador. À imprensa, apresentou seus motivos para não compactuar com o acordo: a necessidade de fortalecer a democracia e os partidos, especialmente a oposição²⁰¹. Sua rejeição ao acordo assevera que, mesmo integrando um partido enfraquecido, alguns setores do MDB se mostravam competitivos. Essa postura demonstra ainda a necessidade de não entregar totalmente o comando partidário a frações *emedebistas* que descaracterizavam seu viés oposicionista²⁰².

¹⁹⁹ A proibição da coligação entre partidos foi proibida junto à extinção do pluripartidarismo, em 1965. Porém, a vigência dessa norma não alterou a dinâmica do jogo político, haja vista que seria pouco provável o estabelecimento desse tipo de aliança em um sistema bipartidário (NICOLAU, 2016, p. 116).

²⁰⁰ Entrevista João Agripino, Acervo NIDHIR, 1978, P. 264-265.

²⁰¹ Correio da Paraíba, 08 de fev de 1970, p. 1.

²⁰² O MDB na Paraíba é um partido pouco estudado pelos pesquisadores do regime militar. A principal obra que aborda o partido no estado é a de Mello (2010), na qual o autor faz uma trajetória do partido de sua fundação até a primeira década do século XXI. Uma das principais teses apontadas no livro era de que o MDB paraibano era uma secção de resistência ao Estado autoritário. Contudo, ao olharmos a forma como se comportou politicamente ao longo da ditadura não é possível reconhecer esse perfil traçado por Mello. Formada em sua maioria por políticos conservadores, parte dos *emedebistas* locais via naquele partido um mero meio de disputar cargos políticos, sem interesse no combate à ditadura brasileira.

Diante da inviabilidade de articular uma “pacificação política”, Agripino se voltou para a escolha dos nomes dos candidatos a senador pela Arena. Os mais cotados para o cargo eram Milton Cabral²⁰³, empresário de Campina Grande, filho de Severino Cabral²⁰⁴; o deputado federal Francisco Teotônio Neto, liderança da ala egressa do PSD; José Medeiros, secretário do governo do Estado; e Domicio Gondim²⁰⁵, empresário e sobrinho de Pedro Gondim. Entre os quatro, Cabral largava com uma expressiva vantagem: herdeiro político de seu pai, histórica liderança da UDN, representaria Campina Grande, à época maior polo industrial do estado.

Para a segunda vaga, o governador era contra a indicação de Gondim, seu suplente quando fora senador, pois avaliava-o sem conhecimento intelectual para abordar os problemas paraibanos. Na sua concepção, os outros dois teriam condição de exercer um mandato mais produtivo para o estado, porém o governador não tinha meios para bancá-los, pois Gondim acenava aos quadros *arenistas* com financiamento de suas campanhas. Em reunião promovida por Agripino com a bancada governista na Assembleia Legislativa, tentou coagir os deputados contra Gondim, sem sucesso:

[...] eu sabia que seria o Domicio, porque era um homem que acenava com o dinheiro para a campanha; todos os candidatos a deputado estadual queriam o Domicio. Posto o problema nesses termos fiz uma reunião da bancada com membros do diretório, e lutei violentamente contra a candidatura de Domicio. Sugeri o José Medeiros e o Teotônio Neto como alternativas. [...] Mas, depois de falar, submeti a voto: o José Medeiros teve um voto; Teotônio, um ou dois; todos os outros foram para Domicio²⁰⁶.

Estando diante de um problema financeiro e evitando entrar em um “leilão” dentro do partido, Teotônio Neto recuou de sua candidatura. Em nota, justificou que seu gesto de renúncia seria pela unidade partidária: “[...] surgiu a necessidade de união do partido, de se dar força à agremiação para a luta eleitoral”²⁰⁷.

²⁰³ Nascido em 1921, na cidade de Umbuzeiro, formado em Engenharia Industrial pela Mackenzie em São Paulo. Empresário do setor industrial na área têxtil, foi presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP) e vice-presidente do Conselho Nacional das Indústrias (CNI). Elegeu-se deputado federal pelo PTB em 1962, porém, participou das articulações do golpe de 1964.

²⁰⁴ Nascido em 1897 e falecido em 1970, Severino Cabral, empresário, foi uma das principais lideranças da UDN em Campina Grande, sendo prefeito da cidade entre 1959 e 1963. Foi eleito, vice-governador em 1965, mas não pode assumir em virtude da Lei das Inelegibilidades. Apesar de membro da UDN, sua gestão como prefeito de Campina Grande foi marcada por políticas de viés clientelistas, que influenciaram na cassação de seu mandato como vice-governador.

²⁰⁵ Nascido 1922, no município de Areia, passou parte de sua vida no Rio de Janeiro e formou-se em Engenharia pela New York University. Representante de empresas estrangeiras no país, foi fundador de empresas de construção civil e mineradoras. Na política, atuou como suplente de deputado federal pelo PSD e suplente de senador pelo PDC, alçado ao cargo quando o titular, João Agripino, assumiu o Ministério das Minas e Energia no governo de Jânio Quadros.

²⁰⁶ Entrevista João Agripino, Acervo NIDHR, 1978, p. 267.

²⁰⁷ Correio da Paraíba, 08 de ago 1970, p. 1.

Escolhidos Cabral e Gondim como candidatos ao Senado, esses submeteram-se ao crivo dos membros do partido nas convenções partidárias ocorridas em agosto de 1970. Na primeira, 30 diretorianos homologaram Sátyro e Bezerra candidatos a governador e vice. Na primeira eleição indireta para o governo da Paraíba, havia um esforço dos membros da Arena em imputar um caráter democrático a um dos principais mecanismos autoritários da ditadura militar. Falando em nome dos diretorianos, o deputado estadual Nominando Diniz considerou democrática aquela eleição, pois Sátyro e Bezerra: [...] foram eleitos pelo povo, através de seus legítimos representantes no poder Legislativo, representantes eleitos por voto direto”²⁰⁸.

Em seu discurso para os convencionais, Sátyro julgou democrática a eleição indireta em virtude da crise política promovida por aqueles os quais chamou de “inimigos da democracia”. Uma retórica anticomunista comumente utilizada para justificar medidas arbitrárias, sendo sua concepção de democracia algo pouco preciso:

A eleição indireta é democrática também, porque os eleitores foram, através dos pleitos diretos, trazidos para esta casa pelo povo. São circunstâncias da vida dos povos, são episódios institucionais que acontecem nas crises políticas. A verdade é que nós não poderíamos sob alegação de pureza democrática, que todos nós almejamos, estar entregues à sanha dos inimigos da democracia²⁰⁹.

Após homologados, Sátyro e Bezerra foram submetidos ao sufrágio dos deputados estaduais em sessão solene realizada na Assembleia Legislativa em três de outubro, na qual toda a bancada *arenista* votou “sim”. Os deputados do MDB abstiveram-se de votar, a exceção de Antônio Gadelha, que acompanhou a votação dos governistas²¹⁰. Gadelha era um *udenista* que estava se retirando da política, e, como o próprio declarou, “sem compromissos partidários”²¹¹.

Para as eleições diretas para os cargos parlamentares, a campanha da Arena teve nítida e extensiva propaganda das obras do governo do Estado. Nesse sentido, a presença do governador nos comícios era fundamental para tornar o discurso dos candidatos coeso com o projeto de governo. No entanto, era preciso eleger um vice-governador para completar seu mandato, cargo vago desde a cassação de Severino Cabral, ainda em 1965²¹². Na reunião em

²⁰⁸ A União, 02 de ago 1970, p. 8.

²⁰⁹ Correio da Paraíba, 02 de ago 1970, p. 8.

²¹⁰ A União, 4 de out. de 1970, p. 8.

²¹¹ Correio da Paraíba, 23 de jul 1970, p. 8.

²¹² Severino Cabral não conseguira tomar posse no cargo em virtude de denúncias pela Lei das Inelegibilidades. Sobre cassação de Cabral, ver Carneiro (2014).

que foram escolhidos os nomes de Sátyro e Bezerra, foi definido Juarez Farias, secretário de Planejamento, como novo vice-governador²¹³.

A indicação de um novo vice-governador para cumprir um mandato que se encerraria em poucos meses era necessário para que o governador se dedicasse integralmente à campanha eleitoral. Os governadores utilizavam a máquina pública e suas obras de governo para persuadir os eleitores a votarem em candidatos pró-governo militar. Kinzo (1988) aponta o clientelismo governista como um recurso eleitoral dos candidatos da Arena, segundo a qual: “[...] o traço peculiar ao período pós-1964 é o monopólio do uso da máquina governamental, como meio de arregimentação de apoio eleitoral, pelas forças políticas que respaldavam o regime” (KINZO, 1988, p. 135). A necessidade da presença do governador nas atividades de campanha nos leva a outras características da cultura política brasileira, como o personalismo.

O candidato oposicionista ao senado, Humberto Lucena criticou a participação de Agripino na campanha eleitoral, considerada por ele como “abuso de Poder Público”²¹⁴. Seu partido ameaçava ir à Justiça, acusando o governador de promover desmandos na máquina pública, como se apropriar do aparato de segurança do Estado em benefício de seu partido; utilizar, com fins eleitoreiros, empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para pagar o funcionalismo estadual; e barganhar nomeações e contratações ilegais, e de perseguir funcionários alinhados aos candidatos da oposição²¹⁵.

Para descredibilizar as acusações, Agripino determinou à Polícia Militar (PM) uma série de recomendações de conduta para evitar excessos contra candidatos oposicionistas. As orientações eram para que nenhum comissário da PM acompanhasse qualquer candidato, não subisse em palanques e que os policiais municipais garantissem a realização de comícios dos candidatos de qualquer partido²¹⁶. Mesmo em um período de intensa repressão política, o empenho do governador em demonstrar a idoneidade do Estado nas eleições tem como fundamento o projeto de modernização implementado por ele na Paraíba, que deveria refletir na política partidária que ajudara a fundar no estado.

O resultado das eleições representou a preponderância da Arena na conjuntura pós-AI-5. Os dois candidatos do partido para o Senado foram eleitos: Cabral, com 236.452 votos válidos (28,36%), e Gondim, com 236.080 (28,32%), venceram os *emedebistas* Humberto

²¹³ Em entrevista dada a Cittadino (2006, p. 144-145), Farias declarou que sua escolha se deu devido à confiança junto a Agripino, seguro que esse seguiria suas diretrizes de governo enquanto esse estivesse afastado para participar da campanha.

²¹⁴ Correio da Paraíba, 31 de jul 1970, p. 8.

²¹⁵ A União, 14 de nov 1970, p. 8.

²¹⁶ A União, 07 de out de 1970, p. 8.

Lucena, com 185.332 votos válidos, e Argemiro de Figueiredo, com 175.845 (respectivamente 22,23% e 21,19%)²¹⁷. Uma preponderância relativa, haja vista que os percentuais de votação do MDB não foram tão díspares em relação aos dos candidatos governistas. Por outro lado, ao olharmos para os dados relativos aos votos brancos e nulos, esses, como no padrão nacional, estiveram acima da votação dos candidatos *emedebistas* (24,50%)²¹⁸.

Apesar da expressiva vitória eleitoral imposta pela Arena ao MDB nas eleições senatoriais, alguns pontos ponderados por Kinzo (1988, p. 136) em sua análise nacional servem para compreender a votação paraibana. O fato de que houve uma expressiva quantidade de votos nulos e brancos indica uma rejeição à ditadura expressa não por meio do partido de oposição, mas ao sistema político imposto pelo regime; além disso, em muitos estados, o MDB lançou apenas um candidato em uma eleição para dois cargos. Do ponto de vista oficial, não era interessante para a legitimidade do autoritarismo brasileiro uma oposição numericamente tão limitada; preferia-se uma oposição relativamente numerosa, porém fraca o suficiente para não criar problemas para o regime.

No resultado da eleição para deputados federal e estadual, a Arena obteve vantagem em relação aos opositores. Para a Câmara Federal, o partido governista elegeu cinco candidatos contra três *emedebistas*²¹⁹. Entre os candidatos destaca-se, como aponta a Tabela 5, a predominância de ex-membros da UDN, dois, completando a lista um ex-PTB, um ex-PSD e um candidato sem legenda anterior, Cláudio de Paiva Leite, à época presidente regional pela Arena.

Em relação aos deputados estaduais, a Arena elegeu 15 representantes para as 24 vagas em disputa²²⁰. O perfil dos *arenistas* eleitos para a Assembleia Legislativa – como aponta a Tabela 6 – assemelha-se aos da Câmara Federal: quatro ex-*udenistas* entre os candidatos eleitos a deputado estadual. Completando a lista: dois ex-PDC, dois ex-PSB, e sete candidatos eleitos sem filiação partidária anterior à Arena reconhecida.

²¹⁷ Ata eleição senador 1970, Acervo TRE-PB.

²¹⁸ No âmbito nacional a votação de brancos foi de 21,71%.

²¹⁹ Ata eleição deputado federal 1970, Acervo TRE-PB.

²²⁰ Ata eleição deputado estadual 1970, Acervo TRE-PB.

Tabela 5- Deputados federais eleitos, filiação partidária antes da Arena e área de atuação – 1970

Parlamentar	Partido anterior à Arena	Área de atuação
Antônio Mariz	PTB	Sousa
Álvaro Gaudêncio	UDN	Serra Branca
Wilson Braga	PSB/UDN	Conceição
Francisco Teotônio Neto	PSD	Piancó
Cláudio de Paiva Leite	-	João Pessoa

Fonte: Cittadino (2006) e TRE-PB

Tabela 6- Deputados estaduais eleitos, filiação partidária antes da Arena e área de atuação – 1970

Parlamentar	Partido anterior à Arena	Área de atuação
Múcio Sátyro	UDN	Patos
Edme Tavares	-	Cajazeiras
Jonas Leite Chaves	UDN	Vale do Pianco
José Lacerda Neto	PSB	São José de Piranhas
Inácio Bento de Moraes	UDN	Santa Luzia
Eilzo Matos	-	Sousa
Edvaldo Mota	-	Patos
Francisco de Assis Camelo	PSB	João Pessoa
Américo Maia	-	Catolé do Rocha
Francisco Pereira	UDN	Pombal
Waldir dos Santos Lima	PDC	Serraria
Egídio Madruga	PDC	Santa Rita
Luís de Barros	-	Teixeira
Jader Pimentel	-	Guarabira
Euvaldo Brito	-	Monteiro

Fonte: Cittadino (2006), TRE-PB e *Correio da Paraíba*

Analisando a trajetória dos candidatos eleitos, nota-se a influência de Agripino: Américo Maia, seu primo, elegeu-se ocupando a vaga de Otávio Mariz Maia, também seu parente; Edme Tavares, eleito pela primeira vez, foi chefe da Casa Civil de seu governo, no perfil traçado pelo *Correio da Paraíba* “considerado cria política do governador João Agripino”²²¹; Jonas Leite Chaves e Francisco de Assis Camelo desempenhavam a função de líder e vice-líder do governo Agripino na Assembleia Legislativa.

Na descrição do jornal identificam-se ainda vinculações dos deputados estaduais eleitos com outras lideranças políticas: Edvaldo Mota como “cria política do sr. José Cavalcanti”, ex-*udenista*, ex-prefeito de Patos; Múcio Sátyro, candidato mais votado do pleito, era sobrinho do novo governador; Euvaldo Brito era filho do ex-prefeito da cidade de Monteiro,

²²¹ *Correio da Paraíba*, 02 de fev1971, p. 6.

assim como Jader Pimentel, filho de ex-prefeito de Guarabira²²². Mesmo não tendo filiação partidária progressista reconhecida, parte dos *arenistas* eleitos pertenciam a linhagens familiares envolvidas na política paraibana.

Diante da participação da Arena paraibana no processo eleitoral e dos resultados no pleito de 1970, o partido demonstrava uma tendência de predominância dos membros da antiga UDN em seus quadros. Ao mesmo tempo, novas figuras políticas com pouca ou nenhuma trajetória política ascendiam a importantes cargos públicos, a exemplo dos dois empresários eleitos senadores. Seriam esses os representantes *arenistas* eleitos para atuarem durante a administração de Ernani Sátiro.

2.2. “Tradição e renovação”: o governo Ernani Sátiro e a ditadura na Paraíba

2.2.1. *Sátiro entre a política tradicional e o tecnicismo*

Advogado e escritor, Ernani Sátiro transparecia um perfil intelectual que se sobressaía às suas origens políticas tradicionais. Nasceu em Patos, no sertão do estado, onde sua família montou um aparato de controle político durante a República Velha. Seu pai, Miguel Sátiro, foi um poderoso coronel daquela região, um dos “generais do *epitacismo*”, grupo de chefes municipais liderados por Epiácio Pessoa²²³. Na década de 1960, foi um dos deputados federais paraibanos mais engajados no golpe de 1964, com discursos de forte viés anticomunista, crítico das reformas de base e do alinhamento do governo João Goulart com os grupos e ideais de esquerda. Pertenceu à Ação Democrática Parlamentar (ADP)²²⁴ e teve sua campanha para deputado federal em 1959 financiada pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)²²⁵.

²²² Ibid. É preciso mencionar ainda o caso de Eilzo Matos, cuja filiação partidária progressista ao bipartidarismo não é mencionada nas fontes, bem como não há menção a seus aliados políticos. Contudo, era notória sua vinculação ao deputado federal Antônio Mariz, como relatou em livro sobre o cinquentenário do golpe de 1964 (MATTOS, 2014, p. 63-68).

²²³ Epiácio Pessoa nasceu na cidade de Umbuzeiro, em 1865, foi uma das maiores personalidades políticas do estado no século XX, e principal liderança do Partido Republicano da Paraíba (PRP), comandando o partido até 1930. Ascendeu à presidência da República após a morte de Rodrigues Alves, em 1919, lançado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) como forma de conciliar os interesses dos grupos situacionistas. O longo controle político no estado, sua ligação com as tradicionais famílias políticas e sua ascensão à presidência transformaram-no em referência para a classe política tradicional do estado.

²²⁴ A ADP foi um bloco pluripartidário formado em 1961 no Congresso Nacional que atuou em torno de pautas anticomunistas e na oposição do governo João Goulart. Surgida como uma contraposição à Frente Parlamentar Nacionalista, grupo de deputados de esquerda defensores do desenvolvimento nacional, atuante no governo de Juscelino Kubitschek. Sobre a atuação da ADP, ver Delgado (2013).

²²⁵ Em entrevista, Sátiro relata que recebeu do IBAD, à época da campanha de 1962, um carro equipado com alto-falantes e uma kombi para auxiliar em sua candidatura a deputado federal. No mesmo relato, Sátiro confessa

A partir de 1967, Ernani Sátyro foi líder da bancada da Arena na Câmara dos Deputados, e, mesmo quando afastado do cargo por motivos de saúde, retornou ao Congresso para votar a favor da licença para cassação do deputado *emedebista* Márcio Moreira Alves em 1968. Antes de sua indicação como governador, foi ministro nomeado pelo regime para o STM. “Um homem da Revolução”, como gostava de se declarar em seus discursos públicos.

Ingressante na vida pública como deputado federal em 1934, Sátyro era o governador que carregava a mais longa carreira político-partidária entre os indicados em 1970, diferenciando-se dos técnicos escolhidos pelo regime militar, como demonstra os dados levantados por Duwe (2016, p. 118-123), na tabela 7.

Tabela 7- Governadores indicados, seu histórico profissional e partidário – 1970

Estado	Nome	Formação profissional	Histórico partidário
AC	Francisco Vanderlei Dantas	Professor, funcionário público, deputado federal	PSD
AL	Afrânio Lajes	Advogado, professor, funcionário público, deputado estadual, senador	UDN
AM	João Valter de Andrade	Militar, engenheiro	Sem filiação partidária
BA	Antônio Carlos Magalhães	Médico, professor, deputado estadual, deputado federal, prefeito nomeado	UDN, Arena
CE	César Cals	Militar, engenheiro, atuação no setor de energia	Sem filiação partidária
ES	Artur Carlos Gerhardt Santos	Engenheiro do DER, membro de órgão de planejamento econômico e secretário estadual	Sem filiação partidária
GB	Antônio de Pádua Chagas Freitas	Advogado, jornalista, deputado federal	UDN, PSP, PSD
GO	Leonino di Ramos Caiado	Engenheiro, membro de órgão de planejamento econômico, secretário estadual e prefeito nomeado	Sem filiação partidária
MA	Pedro Neiva de Santana	Médico, prefeito nomeado de São Luiz (1937-1945), funcionário público, professor e secretário de Estado	Sem filiação partidária
MG	Rondón Pacheco	Advogado, deputado estadual, deputado federal, chefe da Casa Civil do Governo Costa e Silva	UDN

que não sabia do que se tratava o IBAD, mas que aceitara aquela contribuição pelo respaldo que a organização tinha junto a quadros partidários de sua confiança (entrevista: Ernani Sátyro CPDOC-NIDHR, 1977, p. 85-86)

MT	José Fragali	Advogado, professor, secretário de Estado	UDN
PA	Fernando José Leão Guilhon	Engenheiro, funcionário público	Sem filiação partidária
PB	Ernani Sátyro	Advogado, deputado estadual, ministro do Supremo Tribunal Militar do governo Costa e Silva	PR, UDN
PE	Eraldo Gueiros Leite	Advogado, funcionário público, ministro do Superior Tribunal Militar do governo Costa e Silva	Sem filiação partidária
PI	Alberto Tavares Silva	Engenheiro, funcionário público, prefeito eleito, deputado estadual	UDN
PR	Haroldo Leon Peres	Advogado, professor, deputado estadual e deputado federal	UDN
RJ	Raimundo Padilha	Deputado federal	AIB, PRP, UDN
RN	Cortez Pereira	Advogado, professor, diretor do Banco do Nordeste, deputado estadual	UDN
RS	Euclides Triches	Militar, engenheiro, secretário de Estado, prefeito eleito e deputado federal	UDN, PDC
SC	Colombo Machado Sales	Engenheiro, funcionário público e secretário estadual	Sem filiação partidária
SE	Paulo Barreto Mendes	Engenheiro, funcionário público	Sem filiação partidária
SP	Laudo Natel	Banqueiro, economista e vice-governador do Estado	PR

Fonte: Duwe (2016)

Nos estados onde o regime militar promoveu uma “intervenção anti-oligárquica”, caso de Bahia, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, esses novos gestores buscaram se afastar das tradicionais lideranças políticas (DUWE, 2016, p. 180). Porém, havia situações nas quais esse padrão não era aplicado, como no caso da Paraíba, onde as tradicionais forças políticas exerceram maior influência sobre qualquer possibilidade de indicação de algum outro candidato de perfil técnico e militar.

Em sua trajetória em cargos públicos, Sátyro demonstrou seu apreço pela política como forma de ação. Em entrevista, declarou: “Quando me perguntam desde quando sou

político, costume dizer que nasci político”²²⁶. Mas, quando assumiu o governo do Estado, Sátyro identificava-se como político e administrador, dando um sentido técnico ao termo:

[...] eu seria político e administrador. Nem iria permitir que a política prejudicasse a minha administração, nem ia também permitir que o excesso de tecnicismo prejudicasse a minha ação política. eu recebia naquele momento da Revolução um mandato realmente para essas duas coisas: para fazer a administração pública do governo da Paraíba, e para fazer a política da ARENA.²²⁷

No cargo de governador, Sátyro buscou desempenhar o que Carvalho (2008, p. 161) designou como um tipo híbrido de político: um político profissional capaz ou simplesmente intencionado a desenvolver habilidades técnicas e burocráticas para elaboração de um projeto de governo e gestão do Estado. Ou seja, o novo governador pretendia conciliar a diretriz modernizadora e tecnicista com os interesses das tradicionais elites políticas locais presentes na Arena, fazendo com que essa modernização gerasse ganhos políticos para tais grupos e para o partido de uma forma geral.

Essa postura híbrida também foi adotada pelos governadores classificados como técnicos, como no caso de Colombo Machado Salles, em Santa Catarina. Esse descrevia a si mesmo em seus discursos como sendo um governador desvinculado das tradicionais oligarquias locais, numa retórica anti-oligárquica, mas que ao longo de seu governo adotou uma postura ambígua: ora combativa das elites políticas, ora conciliatória de seus interesses; quando estabelecia diálogos com os membros dessas famílias, buscava não as caracterizar como oligarquias (DUWE, 2016, p. 189).

Na Bahia, Antônio Carlos Magalhães foi indicado diretamente por Médici, mas ele não era um *outsider* da política: já havia sido deputado federal, prefeito biônico de Salvador e presidente do Diretório Regional da Arena. Esses cargos ajudaram na construção de uma rede de relações com a ditadura. Apesar de não ser apoiado por nenhuma das lideranças estaduais do partido, mantinha boa articulação com o diretório estadual e os parlamentares da Assembleia Legislativa, uma relação bem vista pelo regime (DIAS, 2016, p. 155-158).

Haroldo Leon Peres também não era preferido por nenhuma das lideranças paranaenses quando assumiu o governo estadual, contrapondo-se às administrações anteriores. Porém sua passagem pelo Palácio Iguazu, sede do governo paranaense, terminou em virtude de acusações de corrupção, o que levou o general Médici a pressioná-lo para que deixasse o cargo.

²²⁶ Entrevista Ernani Sátyro, CPDOC-NIDHR, 1977, p. 1.

²²⁷ Ibid. p. 118.

Em seu lugar assumiu Parigot de Souza, que possuía bons vínculos com os grupos políticos da Arena paranaense (BATISTELA, 2019, p. 159-177).

Definir-se como político e administrador pode ser uma das conotações do lema de governo de Sátyro: “Tradição e renovação pelo desenvolvimento da Paraíba”, na qual a renovação aludia à perspectiva de administrar tecnicamente o estado, enquanto a tradição se remetia à velha classe política com a qual se identificava. *Slogan* com diretriz semelhante ao de outros governos estaduais, como o “Plano catarinense de desenvolvimento”, de Colombo Machado Salles, ou “A Revolução chegou ao Paraná”, promovido por Haroldo Leon Peres.

Ao ser empossado governador do Estado em 15 de março de 1971, Sátyro discursou na Assembleia Legislativa e, em sua fala, descreveu longamente a perspectiva de tradição que guiaria sua gestão. Em suas palavras:

Quando declarei, pela primeira vez, que o lema do meu Governo seria – Tradição e Renovação pelo Desenvolvimento da Paraíba – houve quem estranhasse o pensamento, como se entre essas palavras houvesse uma contradição. [...] Esquecem os censores que tradição significa entrega, e a própria vida é uma graça que recebemos de Deus, através de nossos pais. Cada ser humano constitui o elo de uma corrente, em que é, ao mesmo tempo, continuado e continuador, efeito e causa, recepção e transmissão.

Só os que adotam uma filosofia estranha e exótica é que repudiam a tradição, como se pudessem negar também o passado, esquecendo que neste milésimo de segundo que é nossa vida no cronômetro da eternidade, todos nós somos passado, presente e futuro: passado, em nossos pais, presente, em nós mesmos, futuro, nossos filhos, em termos de vida terrena.

Como eliminar, pois, uma condição elementar da existência? O que cumpre fazer, para efeito de conservar a tradição, é preservá-la de tudo quanto negue uma visão correta da vida. Querem desenvolvimento? Só se pode desenvolver renovando. Querem renovação? Só se pode renovar o que existe. Nunca ninguém, a não ser Deus, conseguiu tirar nada do nada. Mesmo assim, preexistindo, Ele era a negação do nada. Era a afirmação de tudo. E depois, tornando-se homem, não deixou de ser Deus, o que vale dizer, foi fiel a si mesmo, conservou a tradição, entregando-se ao ser, que era parte Dele próprio. (SATYRO, 1994, p. 22)

A ideia de tradição expressa por Sátyro busca numa linearidade histórica a valorização de valores pregressos, interpretados como naturais, tendo a família patriarcal como um ponto fundamental para concepção do que seria o tradicional. Segundo Nisbet (1987, p. 49), a tradição é um dos principais dogmas dos ideais conservadores ao redor do mundo, entendida como a busca seletiva no passado não somente por um referencial de culto, mas também por valores ou estruturas que possam fundamentar nossos processos construtivos para o futuro. Para o novo governador *arenista*, elevar a ideia de tradição para seu lema de governo significava a manutenção das características da sociedade paraibana, que a modernização, ou renovação promovida, não transformaria, tampouco romperia com essa estrutura.

Discorrer sobre seu lema de governo foi parte importante de seus discursos, seja na inauguração do novo e moderno maquinário de *A União* (SÁTYRO, 1994, p. 35-38) ou ao entregar obra pública na pequena cidade de Brejo das Freiras (SÁTYRO, 1994, p. 95-98). Nesses espaços, o governador falava para políticos e personalidades civis e militares, mas também discursava para o povo, de modo a atrelar benfeitorias promovidas com o que há de tradicional na política local, não apenas aos militares e ao regime, como era costumeiramente associado pela propaganda estatal.

Essa tradição com a qual o governador se identificava remete especificamente ao passado da República Velha e do coronelismo, período no qual parte das influentes famílias de políticos se estabeleceram na política estadual e permaneceram atuando junto às instituições públicas nos partidos pós-1945 e na Arena²²⁸. Sendo a República pré-1930 o período de consolidação política de sua família no estado, e o poder político municipal a maior referência de Sátyro para sua conduta política.

No seu entendimento, a avaliação histórica do coronelismo dependia da figura de cada coronel, pois havia os de “boa índole” (caso de seu pai) e os “déspotas”: “[...] o coronelismo em si não era o mal; o mal era o mau coronel, o mal estava no chefe político”²²⁹. Ele ignora a ideia do coronelismo enquanto sistema que criou uma rede de relações patrimonialistas. Nessa perspectiva, Sátyro não se identifica apenas como descendente de coronéis da República Velha, mas ele próprio seria um coronel:

[...] eu sou proprietário rural, sou descendente de família política, sou bacharel em Direito e sou coronel político. [...] eu não sou um chefe político de poder absoluto, mas não deixo e ser um coronel político, e me honro de ser um sucessor do coronel político, dentro de uma visão democrática da vida, dentro de uma concepção ética do que seja a vida política.²³⁰

Essa referência à República Velha e ao coronelismo perpassava os discursos de Sátyro ao longo de seu governo, quando fazia alusão à Epiácio Pessoa como uma histórica personalidade política local, junto a Vidal de Negreiros, João Pessoa e José Américo de Almeida (SÁTYRO, 1994, p. 22). Contudo, quem mais representou essa tradição da República Velha para o governador foi seu pai, tendo como ponto alto a nomeação do fórum de Patos com seu nome, Miguel Sátyro (SÁTYRO, 1978, p. 105-109). A base familiar da atuação política junto à máquina burocrática foi um aspecto marcante no seu governo, fator que se atrelava ao seu entendimento daquilo que era politicamente tradicional na Paraíba.

²²⁸ Sobre a trajetória dessas famílias, destaca-se o trabalho de Gurjão (2020).

²²⁹ Entrevista: Ernani Sátyro, CPDOC-NIDHR, 1977, p. 5.

²³⁰ Ibid. p. 5-6.

Sua identificação com esse período passava ainda pelo seu autorreconhecimento como um municipalista, vendo nesse núcleo – fundamental para o funcionamento do sistema coronelista – a base de sua atuação política com as demais escalas de representação política, defendida em seminário dado aos prefeitos logo após sua posse (SÁTYRO, 1994, p. 39-45). Era dessa mesma base política municipal da qual o regime era dependente politicamente: grandes proprietários rurais, lideranças políticas em seus domicílios eleitorais, que angariavam votos para a eleição de parlamentares que dariam sustentação política ao regime no Legislativo.

Nessa interpretação conservadora das tradições políticas paraibanas, o governador buscava fazer um uso político do passado da República Velha, o qual remetia à origem do poder das principais oligarquias políticas anteriores. Trazer à tona esse passado como parte de seu *slogan* de governo era uma forma de vincular suas bases políticas ao projeto modernizador a ser implementado, dando sentido ao seu governo.

Apesar de sua defesa das tradições políticas do estado, Sátyro fugia do rótulo de conservador ou de um homem de direita. Diante da incumbência de implementar um projeto que se propunha a modernizar a Paraíba, tentava enquadrar-se como um político progressista. Sentia-se confortável ao situar-se no centro do espectro político, longe das ideologias da extrema direita fascista: “Fui adversário intransigente do fascismo e do nazismo. Não admito que ninguém me traga a pecha de direitista [...], eu sou um homem de centro e, dentro do progresso político, eu me inclino até um pouco para a esquerda”²³¹. Mesmo declarando-se inclinado à esquerda como uma alusão ao progressismo, isso não implicava tolerância com essas ideologias, ao contrário, já que proferiu discursos de forte apelo ao imaginário anticomunista.

Outros aspectos políticos defendidos por Sátyro o situam, na verdade, à direita do espectro político. Um exemplo é seu entendimento sobre a democracia, quando, em seu discurso de posse, o governador declarara ser partidário de uma “democracia orgânica” (SÁTYRO, 1994, p. 26). Apesar de não se aprofundar no conceito mencionado, ele remete ao franquismo, regime autoritário vigente na Espanha na década de 1930 e que tinha inspiração totalitária²³². A oportunidade de ser nomeado governador de forma indireta fez com que Sátyro abandonasse qualquer perspectiva liberal, marcante na sua atuação enquanto deputado federal pela UDN:

²³¹ Ibid. p. 32.

²³² Sobre o conceito de democracia orgânica, ou representação orgânica, esse era um modelo político de viés corporativista, no qual prevaleciam famílias e organizações políticas da direita conservadora e autoritária no comando das instituições democráticas, que davam respaldo ao poder da liderança personalista que comandava o regime. Modelo comum entre as ditaduras europeias no período entreguerras, tal como o Salazarismo em Portugal, o Franquismo na Espanha, o Fascismo na Itália de Mussolini e na Áustria de Engelbert Doufuss. Sobre corporativismo e representação orgânica, ver Pinto (2014)

[...] eu não sou mais liberal [...] eu sou um homem que acha que a fase desse liberalismo já passou. Não significa que eu não seja partidário da liberdade. Eu sou partidário da liberdade. Eu chamaria hoje o liberalismo a hipertrofia da liberdade. O excesso de liberdade contra o interesse nacional contra a própria segurança nacional. Desse liberalismo não soufiro.²³³

A defesa do que chamou de “interesse” e “segurança” nacional é parte do enquadramento do governador no regime autoritário que o havia nomeado. Como seu representante na Paraíba, Sátyro comungava das diretrizes de “desenvolvimento e segurança”, fundadas na Doutrina de Segurança Nacional instaurada pela ditadura²³⁴. Assim, ao mesmo tempo que se colocava em prol de valores tradicionais, Sátyro declarou à imprensa que buscava um “equilíbrio” entre os políticos e técnicos para montar seu secretariado²³⁵.

Quando analisamos a relação dos secretários nomeados, disponíveis na Tabela 8, percebemos que há, de fato, uma predominância de figuras com um perfil técnico sobre os políticos entre as doze pastas do chamado “alto escalão” do governo estadual. Desses, apenas Milton Vieira, secretário de Finanças, já havia ocupado cargo eletivo. Por outro lado, ao analisar alguns casos específicos, percebem-se vinculações familiares com quadros políticos da Arena paraibana. César Paiva Leite era irmão do deputado federal Claudio Paiva Leite, Manoel Gaudêncio era irmão do também parlamentar federal Álvaro Gaudêncio Filho, e Isa Maia era sobrinha de João Agripino. Tais figuras podem não ter exercido cargos públicos, mas têm alguma vinculação com lideranças partidárias, sendo parte deles permanências da administração anterior: Noaldo Dantas, Isa Maia, José Carlos Freitas, Luiz Almeida e Manoel Gaudêncio.

²³³ Entrevista Ernani Sátyro CPDOC-NIDHR, 1977, p. 32.

²³⁴ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver Alves (2005) e Borges (2014).

²³⁵ Correio da Paraíba, 29 de jul 1970, p. 8.

Tabela 8- Secretários nomeados para o governo Ernani Sátiro, profissão e perfil – 1971

Nome	Secretaria	Profissão	Perfil
Milton Vieira	Finanças	Contador/economista	Técnico/político
Evaldo Gonçalves	Administração	Advogado/ Administrador	Técnico
César Paiva Leite	Planejamento	Economista	Técnico
Noaldo Dantas	Divulgação e Turismo	Jornalista	Técnico
Manoel Gaudêncio	Casa Civil	Médico	Técnico
Propício Caldas	Saúde	Engenheiro	Técnico
Cláudio Ribeiro	Agricultura	Agrônomo	Técnico
José Carlos Dias de Freiras	Educação	Engenheiro	Técnico
Isa Maia	Trabalho e Serviço Social	Assistente Social	Técnico
Luiz Almeida	Comunicações, Transportes e Obras	Engenheiro	Técnico
Francisco Soares	Interior e Justiça	-	-
Valmir Alves da Nóbrega	Segurança Pública	Militar	Técnico

(O Norte, 04 de mar 1971, p. 8)

Uma importante indicação de Sátiro foi Dorgival Terceiro Neto como prefeito de João Pessoa, cargo cujo *status* era de um secretário de Estado, ressaltando a perda de autonomia da capital. Seu perfil foi traçado por reportagem do *O Norte* junto aos demais auxiliares do governador, destacando seu enquadramento como técnico em sua atuação como diretor do Banco do Estado da Paraíba (BEP)²³⁶.

O tecnicismo assumido por Sátiro não deixou de considerar os interesses de seus correligionários nas ações de seu governo. Após a cerimônia de posse de seu secretariado, o governador promoveu audiência com lideranças *arenistas* de cidades do interior do estado para ouvir suas reivindicações. Na ocasião ele teria declarado aos presentes: “Sempre que puder harmonizar, eu harmonizarei [...] quero que as portas do Palácio permaneçam abertas aos senhores que aqui devem entrar como uma revoada alegre de pássaros [...] para visitar o colega investido nas funções de governar seu Estado”²³⁷.

A instrução para a boa relação dos secretários com a classe política se apresentou na posse do economista José Ferreira Costa como presidente do BEP. Na ocasião, o governador destacou o tratamento que deve ser dado pelos técnicos aos políticos: “No meu governo, todo e qualquer auxiliar há de ter apreço ao político, há de trata-lo bem, porque fazendo como fiz

²³⁶ O Norte, 04 de mar 1971, p. 8.

²³⁷ A União, 17 de mar 1971, p. 1.

política durante a vida inteira, não admitiria nunca que no meu governo se subestimasse e se desprezasse a ação do político” (SÁTYRO, 1994, p. 33).

Essa perspectiva híbrida de harmonizar as indicações técnicas com os interesses da classe política tradicional reverberava nas indicações para cargos de segundo escalão do governo de Sátyro. Um caso significativo foi a nomeação de seu filho, Bertholdo Sátyro, um bacharel em Direito, para a diretoria financeira da Sociedade de Eletrificação da Paraíba (Saelpa). A nomeação foi um evidente rompimento da diretriz técnica que deveria guiar a administração estadual, manifestada no familhismo, prática derivada do patrimonialismo e destoante do discurso renovador.

O caso se tornou um problema político partidário para a Arena quando, um mês após a indicação de Bertholdo Sátyro, o presidente da empresa, engenheiro José Mariz, divulgou na imprensa carta anunciando seu desligamento do cargo de presidente da Saelpa. Mariz, que era primo de Agripino e irmão do deputado federal *arenista* Antônio Mariz, ocupava o mais alto cargo naquela empresa desde a gestão Agripino.

Apesar de parente do ex-governador João Agripino, a passagem de José Mariz pela empresa foi marcada pela modernização e otimização da ação da Saelpa no estado – o que não acoberta o problema crônico de patrimonialismo presente nas instituições paraibanas. Como justificativa para sua saída, Mariz apontou a falta de critérios técnicos do governador na sua escolha²³⁸:

Minha decisão resultou da escolha do bel. Bertholdo Sátyro para a Diretoria Financeira da empresa, consumada na Assembleia Geral [...]. Não me anima a intenção de julgar o ato de Vossa Excelência nem de suscitar qualquer crítica à indicação do bel. Bertholdo Sátyro. Outra é a minha motivação: considero essa Diretoria de suma importância na gestão da SAELPA e preocupo-me sobremaneira a substituição do ex-diretor financeiro, engenheiro Sérgio Massa, dada a sua especialização para o cargo e seu longo tirocínio, tendo inclusive, curso de administração de empresa realizado na França. Desse modo, não poderia, como Presidente e, portanto, comprometido com o bom ou mau êxito da Sociedade eximir-me do dever de participar da escolha do substituto, peça fundamental na estrutura administrativa da empresa.²³⁹

Em resposta, Sátyro endereçou carta à imprensa, apontando as razões que o levaram à nomeação de seu filho para alto cargo na Saelpa: contestou a justificativa dada por Mariz de que sua renúncia tinha sido por motivos técnicos, mas pelo fato de o indicado ser seu filho; e

²³⁸ A mesma notícia traz declaração de Inácio Pedrosa, deputado estadual do MDB, feita na Assembleia Legislativa, na qual apontou que a saída de Mariz se deu, além das pressões de engenheiros do alto escalão da empresa, em virtude de extraordinário aumento a funcionário da empresa e ex-vereador de Patos, correligionário de Sátyro, feito através de determinação expressa do governador (Correio da Paraíba, 04 de ago 1971, p. 1).

²³⁹ Correio da Paraíba, 04 de ago 1971, p. 1.

que a indicação dele não demonstraria qualquer despreço para com os engenheiros da empresa. O governador ressaltou sua autoridade para realizar indicações em relação ao corpo técnico da Saelpa: “Dentro de minhas atribuições constitucionais ninguém, absolutamente ninguém, interfere nas minhas decisões, a não ser que eu solicite. [...] A decisão, no entanto, será sempre minha”²⁴⁰.

O caso repercutiu na imprensa como uma grande crise política na história da Paraíba, sendo utilizado pelo MDB para desacreditar o governo na Assembleia Legislativa, como quando o deputado opositor Orlando Almeida pediu na tribuna que o governador apresentasse o currículo de seu filho, questionando sua capacidade para ocupar o cargo²⁴¹, ou na fala de Rui Gouveia, denunciando a conduta clientelista de Sátyro na administração do Estado:

Nesse particular, a gestão do ministro Ernani Sátyro é uma cópia das anteriores, onde impera o afilhadismo político-partidário. As nomeações continuam a ser feitas sob o disfarce de contratos, uma válvula de escape encontrada na Constituição para garantir o protecionismo aos correligionários, desprezando-se a renovação de costume a que se propôs a Revolução de 1964.²⁴²

A posse de Bertholdo Sátyro como membro da diretoria da Saelpa ocorreu em cerimônia atípica para aquele cargo: no Palácio da Redenção, com a presença de autoridades civis e militares, transmitida ao vivo na televisão pela Secretaria de Comunicação. Como justificativa para a suntuosa cerimônia, Sátyro declarou que não fazia distinção entre os funcionários de órgãos de governo, mas que esse caso em específico ocorrera na sede do governo estadual em virtude da vontade sua e de sua esposa de assistir a investidura do filho no cargo²⁴³.

Lançar holofotes na posse de Bertholdo Sátyro, mais do que um capricho do governador após uma ação paternalista, foi a oportunidade de dar maior amplitude às justificativas pela indicação. O discurso de posse de Bertholdo foi transcrito na íntegra pelo jornal *A União*, e nele foi explicada a natureza do convite feito por seu pai:

Quando aceitei o convite do governador Ernani Sátyro para ocupar uma diretoria da SAELPA, estava consciente de minhas responsabilidades. Não foi apenas o convite de um pai para um filho. Foi o convite de um homem a outro homem. Assim é que sempre nos tratamos.

²⁴⁰ Correio da Paraíba, 05 de ago 1971, p. 8.

²⁴¹ SOUTO, O Norte, 05 de ago 1971, p. 2.

²⁴² O Norte, 11 de ago 1972, p. 8.

²⁴³ A União, 18 de ago 1971, p. 8.

[...] Quero ser aqui um diretor como os outros. Não reivindico regalias nem privilégios. No governo Ernani Sátyro não existe privilégios para ninguém²⁴⁴.

Bertholdo apontou ainda em seu discurso o papel que buscava desempenhar no novo cargo, destacando sua perspectiva de mudar o perfil “demagógico” e “parernalista” da Saelpa: “Uma empresa de energia elétrica não pode deixar de ter preocupação de lucro, de equilíbrio financeiro. Há de servir a todas as comunidades, na medida do possível, mas não pode permanecer eternamente deficitária, paternalista, demagógica”²⁴⁵. A reversão dada por ele no discurso antipaternalista dá a dimensão do seu entendimento do que seria demagogia, para ele algo presente apenas nos governos e partidos anteriores à ditadura militar; após o golpe de 1964, todas as práticas tachadas de demagógicas ganham novo fôlego, mas, aos seus olhos, são moralmente diferentes do passado renegado. Ou seja, a demagogia era problemática apenas quando promovida por governos com políticas dirigidas às massas.

A busca por harmonizar diretrizes técnicas com interesses políticos era uma estratégia de Sátyro para contemplar correligionários, no intuito de angariar seu apoio, reforçando sua liderança. Porém, o movimento de lançar o próprio filho, um profissional não habilitado para o cargo, abriu fissuras com alas dentro do partido que não se demonstraram satisfeitos com aquela indicação política. Entre eles estavam setores do grupo político liderado por Agripino, sobretudo aqueles aliados ao deputado Antônio Mariz. A deposição de seu irmão gerou especulações de que haveria uma saída dos *agripinistas* do governo Sátyro.

O chamado “caso da Saelpa” tornou-se, para os analistas políticos da época, o estopim para o rompimento entre as lideranças políticas *arenistas* de Sátyro e Agripino²⁴⁶, algo que iria demarcar a eleição de 1972 para prefeito de Campina Grande, como veremos adiante. Ao final daquele ano, três secretários de Estado vinculados ao *agripinismo* deixaram seus cargos: a secretária de Trabalho e Assistência Social, Isa Maia, e os secretários Cláudio Ribeiro e Luís Almeida, das pastas de Agricultura e Transportes, respectivamente. Na imprensa, foi publicada uma carta de Maia informando que o motivo de sua renúncia seria a quebra de hierarquia por parte do governador na pasta, que nomeara funcionários para sua secretaria sem a sua anuência²⁴⁷.

²⁴⁴ Ibid.

²⁴⁵ Ibid.

²⁴⁶ RODRIGUES, O Norte, 16 de mar 1972, p. 4.

²⁴⁷ LEAL, O Norte, 13 de out 1972, p. 2. A secretária justificava que o ex-deputado estadual e diretor do administrativo da secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Nivaldo Brito, contava com o respaldo do governador para fazer nomeações de cargos na pasta (LEAL, O Norte, 21 de out 1972, p. 2).

Havia a avaliação de que as renúncias tinham fundamentação político-partidária, sendo explicada pelo rompimento das relações entre Agripino e Sátyro. Em discursos proferidos na Assembleia Legislativa, os deputados estaduais Américo Maia e Múcio Sátyro, da Arena, buscaram defender seus parentes/correligionários. Enquanto Maia apontava a interferência política do governador no trabalho dos secretários *agripinistas*²⁴⁸, Sátyro ressaltava que suas saídas foram motivadas por questões político-partidárias, especialmente a disputa entre as lideranças, o que criaria um movimento “anti-ernanista” dentro do partido:

O que nós sustentamos, os amigos de Ernani Sátyro, é que existe um anti-ernanismo que se confunde com o agripinismo. Quem é o seu verdadeiro guia inspirador, só os agripinistas devem saber. Eu não conheço os segredos da casa alheia.
[...] O mal que estão fazendo à Paraíba. Estão procurando entrar a marcha de uma administração cheia de programas, de tão vasto planejamento.²⁴⁹

Se por um lado a saída dos secretários tinha motivações político-partidárias, ela também servia para desestabilizar o governo. Percebe-se nesses casos que o viés tecnicista do governo tinha limites bem estabelecidos, e cada vez mais os interesses políticos das alas que compunham o partido influenciavam diretamente num governo que apontava para uma diretriz renovadora. Esse caso ainda é emblemático no sentido de demonstrar como, em determinados contextos regionais, a diretriz tecnicista, empregada pelo regime e propagandeada como uma das principais características de um projeto de modernização do país, na realidade era limitada devido à manutenção de práticas políticas tradicionais.

2.2.2. A questão agrária e a modernização conservadora na Paraíba

A equipe de secretários e chefes de órgãos estaduais escolhidos por critérios técnicos, mas com interferências políticas, seria responsável por implementar um projeto de modernização do Estado, de sua estrutura burocrática e econômica. Tal projeto não começaria do zero na administração de Ernani Sátyro, sendo herdada uma série de ações desenvolvidas no governo de João Agripino; tampouco se esgotaria em seu governo, ganhando novas dimensões nas administrações subsequentes.

Quando tomou posse como governador, em 1966, Agripino promoveu mudanças na forma de administrar o Estado. Segundo Cittadino (2006, p. 152-153), sua plataforma de governo não se restringia a obras pontuais: “[...] a perspectiva de Agripino era a de provocar

²⁴⁸ Correio da Paraíba, 20 de out 1972, p. 3.

²⁴⁹ A União. 26 de out 1972, p. 8.

uma completa mudança na autocrática política local, assentada em valores arcaicos herdados da República Oligárquica e estruturados no sistema coronelista, sua base de sustentação”.

Baseado nas diretrizes do Programa de Ação Econômica de Governo (PAEG) e do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, Agripino almejou implementar na Paraíba um projeto de desenvolvimento econômico baseado na introdução do planejamento e da estratégia como fundamentos de sua gestão. Para isso, elevou o patamar das pastas de Administração e Finanças e criou a Secretária de Planejamento (SEPLAN), pilar para a execução das diretrizes de planejamento²⁵⁰. Fundamentava-se, assim, um programa de modernização da infraestrutura do Estado capaz de suportar a implementação de um projeto de industrialização da Paraíba.

Agripino compartilhava do ideário desenvolvimentista do Nordeste propagado pela Sudene e acreditava que a expansão da atividade industrial na Paraíba resolveria o desequilíbrio econômico do estado em relação ao Sudeste. Por meio de incentivos fiscais e criação de órgãos que viabilizassem a conclusão das obras dos distritos industriais de João Pessoa e Campina Grande, o então governador proporcionou uma das primeiras experiências de diversificação das atividades econômicas da Paraíba.

O projeto de industrialização promovido por Agripino não contemplava os tradicionais setores econômicos ligados ao agronegócio, que perderam privilégios econômicos junto ao Estado. Ao tomar posse, Sátyro, mais alinhado ideologicamente às classes econômicas tradicionais, tornou-se uma oportunidade para que tais setores recuperassem a predominância de seus interesses junto ao poder público²⁵¹.

Ressalve-se que não havia necessariamente uma mentalidade progressista, ou menos conservadora, nos grupos de empresariais da indústria, como se houvesse uma divisão entre latifundiários tradicionalistas e industriais modernizantes. Ambos os setores faziam representar seus interesses junto aos *arenistas* paraibanos, ao mesmo tempo que, mesmo os industriais, através de suas associações representativas, homenagearam e confraternizaram com Sátyro.

Na conjuntura inicial de seu governo, é importante destacar, ocorreu uma grave seca que afetou a região Nordeste, deixando a população rural em situação de calamidade, levando setores da classe política a exercer pressão junto ao presidente Médici, que o levou a adotar um

²⁵⁰ Para Cittadino (2006, p. 156-157), Agripino visava superar uma perspectiva predominante sobre a execução de projetos pelos governos estaduais através de dois pontos, planejamento e tecnicismo, com a introdução do planejamento como estratégia de ação e a escolha de membros do governo com base em perspectiva técnica.

²⁵¹ Não estamos afirmando que Agripino romperia completamente com os grupos políticos mais tradicionais, mas que, de acordo com a análise de Cittadino (2006) sua plataforma de governo estava mais voltada para o desenvolvimento da indústria local, promovendo uma gestão que procurou valorizar a diretriz técnica.

“programa de impacto” para atenuar os efeitos da crise. Implementado a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)²⁵², os programas voltados à região Nordeste foram: o Plano de Integração Nacional (PIN), de 1970; o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte-Nordeste (PROTERRA), de 1971; o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE), de 1972; Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas (POLONORDESTE), de 1973; e o Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste (PDAN), de 1974.

Tais medidas resultaram em uma diretriz modernizadora da área rural, enviesada pelo conservadorismo compartilhado pelos grupos políticos oligárquicos apoiadores do governo de Sátyro. O novo governador elevou a questão agrária a um patamar prioritário de sua administração, ao mesmo tempo que tentava harmonizar as diretrizes de seu governo contemplando a tradicional economia rural e o processo de industrialização iniciado no governo de seu antecessor (SÁTYRO, 1994, p. 22-28). Em seus discursos, assegurava um equilíbrio entre o desenvolvimento industrial e o investimento no setor primário. Durante inauguração de rede elétrica na cidade de Sapé, o governador ressaltou:

A agricultura e a indústria haverão de marchar de mãos dadas, correndo em linhas paralelas e não separadas, e nunca em antagonismo ou em contradição. Precisamos de agricultura próspera, da pecuária sadia, ao mesmo tempo que de um parque industrial desenvolvido e próspero, para que a Paraíba possa atingir, respeitados também, atendidos também todos os outros problemas que com isso se relacionam, para que a Paraíba possa atingir as metas do progresso, objetivo do Governo Médici, ainda ontem anunciado em seu extraordinário pronunciamento. (SÁTYRO, 1994, p. 93)

Em seu discurso, Sátyro atrelava as obras e os programas de governo destinados à produção rural como medidas que beneficiariam o pequeno agricultor e o equacionamento do problema da seca. Contudo, ao final da década de 1970, o que se apresenta em dados analisados por Amorim (1999, p. 87) é o benefício e a valorização da produção do latifúndio:

[...] no que se refere à dinamização das atividades empresariais do setor agropecuário, essas ações estatais se constituíram em alavanca fundamental para a modernização/aparelhamento desse setor e a sua tão esperada possibilidade de integrar-se ao projeto de desenvolvimento. E mais, tudo isto realizado sem gerar maiores preocupações com o problema das relações de trabalho e com os conflitos sociais daí decorrentes.

²⁵² Segundo Prado e Earp (2014), o I PND foi formulado a partir do plano “Metas e Bases para a Ação do Desenvolvimento”, que visava superar o subdesenvolvimento brasileiro. Suas diretrizes orientavam para a viabilização de grandes programas de investimentos a partir do financiamento público e privado de grandes obras no país.

Amorim (1999, p. 70) aponta ainda que foi no governo Sátyro que se estabeleceu o perfil da industrialização paraibana, voltada para a transformação de produtos primários (têxteis e alimentares), e da chamada indústria dinâmica (química, papel e papelão, e produtos minerais não metálicos). Apesar do investimento financeiro e de infraestrutura prestado pela administração de seu antecessor para atrair novas indústrias para o estado, na década de 1970 houve uma redução desses investimentos, resultando em movimentos de êxodos de indústrias da Paraíba, como apontado pela imprensa em 1973²⁵³.

Esse perfil da industrialização paraibana se consolida no governo Ivan Bichara, sucessor de Sátyro, com as medidas adotadas pelo regime militar para o incentivo à indústria açucareira, visando amenizar a crise do petróleo, como o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) e o Programa Nacional de Melhoramento da Cana-de-açúcar (PLANALSUCAR), projetos que suplementaram a produção das históricas usinas de cana-de-açúcar do estado, muitas delas controladas por tradicionais famílias políticas da Paraíba (AMORIM, 1999, p. 74-76).

A promoção de um projeto de modernização da agricultura no estado era algo compartilhado por outros setores da classe política. Em 1971, Sátyro contou com a colaboração da bancada da Arena na Assembleia Legislativa para promover o I Seminário de Avaliação do Desenvolvimento da Agricultura, evento destinado à elaboração de projeto para o desenvolvimento da agricultura da região através de medidas políticas e econômicas, em conjunto com outros estados nordestinos e órgãos públicos e particulares²⁵⁴.

O evento teve a participação do ministro do Interior, Costa Cavalcanti, e grande repercussão na imprensa, mas essa não mostrou maiores resultados desse encontro. Em seu editorial, o *A União* afirmou haver a promoção de um viés tecnicista no seminário: “Estamos vivendo a época da técnica. A técnica que deve conduzir ao humanismo, às grandes realizações do homem pelo homem. Investigando as suas potencialidades, observando as conquistas, revelando os erros cometidos, chegamos à objetivação dos nossos grandes ideais”²⁵⁵.

Nessas ocasiões, buscava-se a valorização da indústria tradicional no estado pelos políticos da Arena, e, enquanto esteve no cargo, Sátyro agiu como um articulador dos interesses desses setores econômicos junto ao governo federal. Essa intermediação por vezes transcendia os espaços de atuação política do Estado, como no jantar oferecido junto às chamadas “classes produtoras” ao presidente do Banco do Brasil, Nestor Jost, durante sua visita à Paraíba em 1971.

²⁵³ *A União*, 04 de fev 1973, p. 2.

²⁵⁴ *A União*, 02 de nov 1971, p. 8.

²⁵⁵ *A União* 04 de nov 1971, p. 3.

No encontro, o industrial Renato Ribeiro Coutinho²⁵⁶, liderança do Grupo da Várzea, fez uma saudação ao presidente do Banco do Brasil e entregou-lhe um memorial com as reivindicações dos latifundiários do estado²⁵⁷.

Esses eventos do governador com as elites econômicas vêm desde antes de sua posse no cargo. Entidades como a Federação das Indústrias de Campina Grande e a Junta Comercial da Paraíba prestaram homenagens a Sátyro em solenidades promovidas em suas sedes. Esses espaços eram propícios para a defesa dos interesses das elites econômicas e para o respaldo das políticas implementadas pelo governo do Estado junto a esse setor social.

Logo após a indicação de Sátyro como governador biônico, um grupo de empresários promoveu um jantar em sua homenagem na Federação das Indústrias de Campina Grande²⁵⁸. Ao final de seu governo, em evento promovido pela Junta Comercial da Paraíba, o governador ressaltou a integração dos interesses dos empresários paraibanos com o seu governo: “As classes conservadoras da Paraíba são tradição e são renovação. É a Paraíba sempre em marcha, sem parar nunca, até atingir seus eternos e luminosos destinos de paz, de concórdia, de progresso e desenvolvimento”²⁵⁹

O projeto de modernização para a Paraíba proposto pelo governo Ernani Sátyro tinha como principais ações a construção de grandes obras de concreto armado. As mensagens enviadas anualmente pelo governo do Estado para a Assembleia Legislativa relatavam as iniciativas desenvolvidas na Paraíba²⁶⁰. Tais obras eram a forma pela qual buscava-se modernizar a política, a administração pública, o turismo e a economia paraibana. A partir delas, Sátyro ambicionava construir sua imagem política como um grande administrador no Estado e consolidar sua liderança dentro da Arena.

Em 1972, nas celebrações do sesquicentenário da Independência do Brasil, o governo do Estado promoveu um *rush* de inaugurações de 150 obras em alusão àquela data. Tais obras

²⁵⁶ Descendente de uma das mais longevas famílias da aristocracia rural vinculada ao cultivo da cana-de-açúcar, Renato Ribeiro Coutinho nasceu no então distrito de Sapé em 1913, assumindo seu primeiro cargo público em 1938, a prefeitura do município de Cruz do Espírito Santo. A partir de 1945, filiou-se à UDN e ocupou diversos cargos no Diretório Estadual. Pela legenda, elegeu-se deputado estadual por diversas legislaturas até 1950. Com o bipartidarismo, filiou-se à Arena e por ela elegeu-se deputado federal em 1966. Fora da política ocupou cargos importantes em entidades representativas de usineiros, empresários, latifundiários e comerciantes, atuando em defesa das elites econômicas paraibanas.

²⁵⁷ A União, 28 de mai 1971, p. 1.

²⁵⁸ Correio da Paraíba, 15 de ago 1970, p. 1.

²⁵⁹ A União 20 de ago 1974, p. 8.

²⁶⁰ Entre os principais projetos listados estavam a finalização das obras do Hotel Tambaú, a pavimentação de estradas e conclusão do anel do brejo, o melhoramento do Porto de Cabedelo, investimento em pesquisas minerais no solo paraibano, execução da terceira etapa do Conjunto Habitacional Castelo Branco, construção das Centrais de abastecimento Agrícola (CEASA) e expansão dos Distritos Industriais em João Pessoa e Campina, criação de 12 colégios estaduais, construção do Centro Administrativo do Estado e do novo prédio da Assembleia Legislativa Estadual.

tinham o papel de demonstrar seu desempenho como administrador, mas também miravam a eleição municipal que se aproximava. No evento que marcou o primeiro ano de sua gestão, em 15 de março de 1972, Sátyro destacara:

[...] desde o primeiro instante, eu me recusei a esse mero papel de um arrumador de casa, como é comum dizer no Brasil inteiro, em alusão a quem quer que seja. Desde que anunciado candidato, criei um grupo de trabalho, chamei homens competentes e homens responsáveis para fazer comigo aquilo que chamei a minha linha de ação, ou meu programa de governo. E temos, na medida do possível, cumprido esse programa. Há naturalmente, as retificações ao longo da caminhada. Muitas vezes o administrador tem um grande empenho em determinada obra e as dificuldades que surgem não lhe dão possibilidade de atacar essa obra. [...] Estamos, pois, integrados no verdadeiro espírito dessas comemorações patrióticas dos 150 anos da nossa independência política, entregando ao povo também 150 obras para a sua emancipação econômica. (SÁTYRO, 1994, p. 84)

A partir dessas obras, observa-se a forma como Sátyro se relacionava com o regime autoritário. Nesse sentido, o governador aparecia como um articulador do regime militar, que gozava de alta popularidade nos primeiros anos da década de 1970, com as instâncias regionais. Essa relação era utilizada politicamente por Sátyro, que tornou a sua coluna semanal “Sempre aos Domingos” um espaço através do qual relatava suas atividades junto ao regime militar nas várias visitas feitas à capital federal.

Nesses textos, o governador comunicava suas reuniões, transcrevia os relatórios apresentados ao governo federal, e ressaltava seu trabalho junto ao regime, sempre destacando seu perfil de político e administrador: “Como veem, é mesmo uma batalha. [...]. Não se trata de burocracia. Trata-se de exigências tecno-econômicas, dentro de critérios globais de ação, sem os quais nada mais pode ser realizado” (SÁTYRO, 1978, p. 48). Ou quando relatara: “Embora político, ou talvez por isso mesmo, entendo que a melhor maneira de fazer política é administrar bem. Não há incompatibilidade, antes existe harmonia entre as suas atividades” (SÁTYRO, 1978, p. 60).

Em várias dessas colunas, o governador discutiu a busca por financiamento federal para a execução de diversas das obras desenvolvidas em sua gestão. Uma das obras mais abordadas por Sátyro em suas colunas sobre reuniões com o governo federal foi seu trabalho para trazer uma refinaria de petróleo para Cabedelo, requisição não acatada pelo governo federal. A primeira vez que o governador fez menção ao seu interesse em trazer a refinaria para a Paraíba foi durante a visita de Médici ao estado, ainda em seu primeiro ano de governo. Segundo notícia de *A União*, em audiência com o presidente, Sátyro teria solicitado que seu

pedido fosse ponderado em virtude de outros estados nordestinos já receberem sedes de grandes órgãos estatais²⁶¹.

O mesmo argumento foi reforçado em nova viagem, na qual debateu com o presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel, sua solicitação da refinaria de petróleo para a Paraíba. Em coluna publicada em fevereiro de 1972, o governador relatou:

Com o General Ernesto Geisel [...] tratei principalmente da refinaria de petróleo. Sem pieguismo nem emotividade, renovei apenas o meu apelo, para que se examinassem as excepcionais condições geográficas oferecidas por Cabedelo, sem esquecer que, entre os órgãos importantes da região – Sudene, Banco do Nordeste, DNOCS – nós não éramos sede de nada. Ora, o sol nasce é para todos, embora nem todos tenham sombra, como diz um de meus personagens de ficção. A conversa foi franca, elevada. O general – velha praça paraibana – com a sua seriedade de sempre, sem nada prometer, assegurou que o problema, no momento oportuno, seria resolvido dentro de critérios justos e, então, as razões da Paraíba seriam devidamente medidas e pesadas. Era o que eu queria. (SÁTYRO, 1978, p. 49)

Em 1973, Sátyro relatou novo encontro com o general Geisel, no qual entregou relatório com elementos favoráveis à instalação da refinaria de petróleo em Cabedelo (SÁTYRO, 1978, p. 134-135). Seu esforço pela implementação dessa grande obra do governo federal seria fundamental para que Sátyro se elevasse enquanto liderança do partido no estado. Ao fazer um balanço de suas realizações no seu último ano de governo, Sátyro publica uma coluna na qual aponta que a não implementação da refinaria de petróleo na Paraíba se deu por razões técnicas, não por desprestígio político seu junto ao governo federal (SÁTYRO, 1978, p. 329)²⁶².

Mesmo diante de revezes como a empreitada pela refinaria de petróleo, as obras promovidas pelo governo estadual através do apoio financeiro do governo federal foram os principais trunfos políticos do governador e para a Arena. Nas cerimônias de entrega e inauguração desses empreendimentos, Sátyro demonstrava uma ligação fisiológica e ideológica com a ditadura, sendo esses espaços utilizados para a promoção do regime e de seu discurso otimista para o país.

As obras do governo Sátyro na Paraíba foram o meio que o governador encontrou para anunciar a promoção da modernização do Estado. O Centro Administrativo dinamizaria sua ação burocrática, assim como o novo prédio da Assembleia Legislativa representaria a modernização da atuação da classe política constantemente reiterada pela ditadura militar. O primeiro, um conjunto de prédios no bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, acomodou diversas

²⁶¹ A União, 11 de nov 1971, p. 1.

²⁶² A refinaria de petróleo foi instalada no município de Araucária, no Paraná.

secretarias de Estado, dinamizando a ação conjunta desses órgãos; o segundo foi um edifício localizado na praça João Pessoa, no centro da cidade, local onde já estava sediado o Palácio da Redenção, sede do poder Executivo, e o Tribunal de Justiça do Estado.

Em seu discurso no lançamento do edital de concorrência para a construção do Centro Administrativo em outubro de 1973, Sátyro ressaltou o caráter técnico e modernizador da obra, rechaçando qualquer pretensão de se promover em cima de um projeto dito “faraônico”, ou de que buscasse promover seu governo através dessa obra.

Nunca é demais acentuar que a construção desse Centro Administrativo, longe de ter uma preocupação faraônica, longe de ter uma preocupação de luxo ou de grandeza, obedece a uma necessidade elementar, qual seja a de concentrar num só ponto todas as Secretarias do Estado da Paraíba.

[...] Não temos a preocupação de fazer nenhuma imagem majestosa de um Governo. Não há majestade nisso. O que há é consciência, consciência da necessidade, consciência das condições, das péssimas condições em que trabalham as Secretarias de Estado. (SÁTYRO, 1994, p. 182)

A construção do prédio da Assembleia tinha como objetivo transparecer um respeito ao Legislativo e à divisão dos poderes de uma república. Nesse sentido, o utilizou seu discurso proferido na inauguração do novo prédio da Assembleia Legislativa para defender a ideia de uma boa relação entre a ditadura e aquele poder:

Em frente, está o Palácio da Justiça, o Palácio da Justiça que guarda a cripta de Epitácio Pessoa, que foi o maior de todos nós. Ali, à nossa direita, o Palácio da Redenção, onde João Pessoa ensinou ao Brasil as melhores lições de civismo, bravura e de democracia. E, aqui, a Assembleia Legislativa, entregue à inteligência e à honra de Vossas Excelências.

E assim, unidos, estes Três Poderes têm uma única missão: continuar a dizer ao Brasil que a Paraíba é a terra do Direito, do Civismo, da Democracia, dentro do espírito da Revolução. (SÁTYRO, 1978, p. 198)

Na mesma semana, o tema da inauguração do novo edifício da Assembleia Legislativa voltou a ser abordado pelo governador, dessa vez na sua coluna semanal. Sátyro tornou a atrelar a construção daquele prédio com a validação do discurso de que a ditadura valorizava a democracia. No texto, valoriza-se a ideia de democracia concebida pelo regime autoritário dentro dos preceitos de “segurança” e “ordem”, sem espaço para a atuação do que ele definiu como “inimigos”, em contrapartida à democracia liberal, vigente no Brasil entre 1945 a 1964.

[...] para a Revolução, o conceito de democracia está subordinado ao conceito de segurança. Nós não somos inocentes, para nos entregarmos, de mãos amarradas, covardes e inermes, à fúria de nossos inimigos. [...] Ninguém pode negar que a própria Revolução procurou antecipar o reestabelecimento de certas garantias, ou a extinção de certas restrições. O resultado foi o que se viu. Quase foi de águas a baixo todo o seu trabalho. Estivemos à beira do caos e da destruição. Os fatos são de ontem. Não

exigem especificação. Eles provaram que toda e qualquer conquista, no sentido das franquias constitucionais, há de processar-se dentro dos requisitos de segurança. Não vamos dar aos inimigos do regime instrumentos para nos destruírem. *O passado não voltará. O passado de uma democracia inorgânica, apática, indefesa.* Temos de praticar uma democracia dinâmica, orgânica, consciente e eficiente. [grifos nossos] (SÁTYRO, 1978, p. 209-210)

Repudiar uma democracia vigente no passado poderia soar como uma contradição para o governador que defende uma tradição política progressista à ditadura militar. Porém, o regime ao qual Sátyro se refere são os anos de 1945-1964, período no qual houve a maior amplitude da democracia liberal no país até então. O passado que o governador rechaça em seu discurso é o passado da luta dos trabalhadores por igualdade de direitos, aniquilado pelo golpe de 1964. O liberalismo passou a ser rechaçado por Sátyro ao abrir espaços para a contestação das estruturas sociais excludentes pelas quais as elites econômicas e políticas mantinham seus espaços de poder. O governador reforça nesse texto a ideia de democracia que ele apontara no discurso de sua posse em 1971, atrelada às ideias da Doutrina de Segurança Nacional.

Sátyro utilizou as inaugurações de obras públicas para promover o discurso anticomunista. Tais obras, como realizações econômicas, legitimavam o autoritarismo de Estado, e eram transformadas em capital político partidário pelos governadores biônicos. Durante inauguração de obra de abastecimento de água na cidade de Espírito Santo, município localizado na várzea do Rio Paraíba, Sátyro apontou a assistência prestada pelas lideranças *arenistas* locais, sobretudo a família Ribeiro Coutinho, no apoio daquela oligarquia ao seu governo e à ditadura militar.

Agradeço ao meu amigo e companheiro de lutas – Batista Brandão – as expressões de solidariedade política, como não me tem faltado a solidariedade e o apoio de Renato Ribeiro [Coutinho] e de seus comandados.

Nós estamos numa época que o governador precisa ter a segurança deste apoio, a certeza desta confiança e desta solidariedade. Porque nós somos o Governo da Revolução que não dará mais um passo para trás. Ela prosseguirá, depois de ter salvo o Brasil do caos, da destruição, do comunismo e da miséria. Ela prosseguirá dentro do conceito de democracia e de Governo forte, embora identificado com o povo, não se preocupando senão com a segurança, a saúde, o desenvolvimento e a felicidade desse povo. (SÁTYRO, 1994, p. 86)

Havia um esforço para atrelar a imagem do seu governo ao da ditadura militar, valendo-se da popularidade desfrutada pelo regime autoritário junto ao povo. Durante a inauguração de grupo escolar em João Pessoa, o governador descreveu em seu discurso a forma como essa lógica era aplicada: “Estamos fazendo uma revolução dentro de outra revolução.

Uma grande Revolução – a de 64 – em que as Forças Armadas evitaram a destruição da nossa Pátria. Outra é a revolução do nosso governo dentro da de 64”²⁶³.

Na ocasião de assinatura de convênio entre a Saelpa e a Eletrobrás, o governador apontou como a ditadura evitou o crescimento das esquerdas e de pautas reformistas da estrutura social brasileira, promovendo uma perspectiva “integrada” de desenvolvimento nacional. Integração, na perspectiva de Sátyro, não está atrelada às classes subalternas e trabalhadoras:

Uma das coisas que a Revolução fez, depois de ter salvo o Brasil do caos, da destruição e da comunização, o que vale dizer, o próprio aniquilamento do país; uma das coisas mais sérias, mais importantes, que a Revolução fez foi trazer essa noção de solução integrada dos problemas brasileiros.

Dentro da expressão integração, nós vemos, assim, todos os ângulos da problemática brasileira, cada um deles funcionando de acordo com o respectivo setor, tudo, porém, confluindo para a meta geral, que é o desenvolvimento do País. (SÁTYRO, 1994, p. 77)

O dia de 31 de março, assumido pelos partidários do golpe de 1964 como data da tomada de poder pelos militares, passou a ser uma data importante para a promoção de inaugurações de obras públicas. Era ainda uma ocasião na qual o governador buscava rememorar o passado pré-golpe de 1964, enfatizando negativamente as lutas das esquerdas por direitos sociais. Sátyro enfatizava o anticomunismo para abordar o perigo do passado que a ditadura teria erradicado da vida pública brasileira. Em 1972, o governador discursou na inauguração do reservatório d’água em João Pessoa, traçando um paralelo entre a emancipação da então colônia em 1822 com o golpe de 1964, descrevendo-os como dois marcos fundamentais da história política nacional:

[...] talvez seja o de 31 de março, ao lado da Independência – em 1822, os dois movimentos mais importantes da nossa história política.

Mas, naquele tempo, nós nos emancipávamos como povo e nos tornávamos uma Nação livre nos quadros das demais nações do mundo, libertando-nos dos laços que nos prendiam à mãe-pátria, mas que, de certo modo, laços de dependência e de subordinação.

Se aí atingíamos, perante os quadros do mundo, a nossa independência política; em 1964, nos salvávamos do caos, nos salvávamos do comunismo e da destruição. E esse era o destino a que nos levava o governo nefasto que foi deposto pelo patriotismo das Forças Armadas brasileiras.

Estamos, pois, comemorando este marco decisivo da nossa história: o brado de Dom Pedro I. e estamos comemorando também o gesto das Forças Armadas, em 1964, ajudadas por uma campanha tenaz no Congresso, nas ruas – com as mães brasileiras de rosários nas mãos, com os deputados – tendo eu entre os menores e outros muito maiores, a bradar, a gritar, a advertir que aquela era a última oportunidade, de que aquele era o último instante, pois praticávamos naquele momento um gesto heroico, porque o Brasil teria se despenhado no pior dos abismos, na mais desgraçada das destruições. (SÁTYRO, 1994, p. 92)

²⁶³ SÁTYRO. A União, 09 de abr 1972, p. 8.

Era no imaginário político nacional que o governador buscava uma legitimação para o autoritarismo do regime, ao mesmo tempo que reforçava uma perspectiva heroica daquele movimento golpista. Oito anos após a deposição de João Goulart, ainda fazia-se necessário construir narrativas sobre a ditadura militar, sobretudo baseadas na retórica anticomunista, discurso reeditado nas ocasiões de 31 de março dos anos subsequentes. Em 1973, durante a inauguração da Escola Estadual Presidente Médici, no bairro Castelo Branco, em João Pessoa, Sátyro visita em seu discurso o passado do governo Goulart, criando uma narrativa sobre aquele momento da história política nacional. Em um primeiro momento, o governador aponta uma conjuntura geral do Brasil naquele período:

Devem estar lembrados os brasileiros qual era a situação do Brasil antes da Revolução. Era a inflação desenfreada, no pior estilo e no pior exemplo de inflação que medra nos países subdesenvolvidos. Era a indisciplina e a falta de hierarquia nos quartéis, nas escolas, na própria vida. Era o comunismo infiltrado no Governo, no Congresso, nas próprias Forças Armadas. Era uma minoria universitária exercendo uma verdadeira tirania sobre os estudantes, na sua grande maioria, que não queriam ser comunizados. Eram as greves ilegais de serviços essenciais: greves no Branco do Brasil e em outros estabelecimentos de créditos particulares. Greves feitas por uma minoria, mas com os piquetes armados, não só pelos grevistas como pelo próprio governo, para que aqueles que não quisessem participar da greve não tivessem sequer o direito de opção, de continuar trabalhando pelo desenvolvimento da Pátria. (SÁTYRO, 1994, p. 137-138)

Em seguida, Sátyro nomeia uma série de organizações de esquerda, datas e momentos que ele julga importantes para a construção dessa situação dita “caótica” que o Brasil vivia. Ressalte-se ainda a narrativa de “infiltração” de agentes soviéticos no governo e nas instituições públicas brasileiras, uma das matrizes do anticomunismo brasileiro. O medo da influência da União Soviética foi parte importante da construção do imaginário anticomunista brasileiro, especialmente na década de 1970. Foi contra essa situação, que o governador considerou como “à beira do caos”, que as Forças Armadas se movimentaram. Segue abaixo longa citação do discurso:

E eram as Ligas Camponesas, em alguns Estados apoiadas pelo próprio Governo, a lançar desordem, a lançar a subversão e o crime no campo, desrespeitando até os viajantes que passavam indefesos pelas estradas. Era o Grupo dos 11. Era a Ação Popular. Foi o comício feito pelo próprio presidente da República em frente à Central do Brasil, numa afronta ao Congresso, às Forças Armadas, ao próprio povo brasileiro. Era o comunismo apossado de duas poderosas forças: a União Nacional dos Estudantes e a Petrobrás. Era o apoio oficial do Governo e o financiamento pelos cofres da União de comunistas, que foram participar do II Congresso do partido do Kremlin. Receberam instrução ali os delegados brasileiros, instruções na Rússia sobre a maneira como deveriam fazer a revolução comunista no Brasil. Era o pleno domínio da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria pelos comunistas. Eram as passeatas dos estudantes francamente subversivos. Era o

Exército atacado, criticado, ridicularizado pelos comunistas e pelas Ligas Camponesas. Era o próprio movimento da cultura popular com o apoio da UNE e do próprio Ministério da Educação pregando a subversão no Brasil. Era o saque de 300 estabelecimento privados na cidade de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro e dali fazendo irradiar livremente a propaganda comunista no Brasil. Era o Presidente da República presente a uma assembleia de cerca de dois mil sargentos atacando os seus superiores, desrespeitando a disciplina e a hierarquia e procurando menosprezar os mais puros sentimentos de civismo, e patriotismo. Era a reunião do Sindicato dos Metalúrgicos e dos Marinheiros. Era, em suma, a porta do abismo. Não era só “à beira do abismo” simbólico, de que tanto se fala nos discursos e nos artigos, e nos pronunciamentos das mais diversas naturezas. Era já o último ou penúltimo passo para o caos, para a destruição da própria nação brasileira. (SÁTYRO, 1994, p. 138)

Sendo os presidentes militares os maiores representantes do regime, foram comuns as homenagens aos generais que comandaram a ditadura militar, sobretudo batizando as obras públicas com seus nomes, caso da escola acima referida, ou de um bairro inteiro – caso do Castelo Branco, conjunto habitacional construído em 1968. Na inauguração da entrega da terceira fase, em maio de 1974, Ernani Sátyro apontou a importância do homenageado na consolidação da ditadura. Para um bairro destinado à moradia das classes trabalhadoras, o governador discursou:

Este é o Conjunto III, que tem o nome de Castelo Branco, o grande, o imenso, o extraordinário primeiro Presidente revolucionário do Brasil, aquele que institucionalizou a Revolução, aquele que abriu a estrada, aquele que desbravou o caminho para que depois viessem ficando os marcos definitivos os outros, esses também que se chamam Costa e Silva, Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel. [...] O que se verifica, pois, através da ação de todos esses presidentes, é que a Revolução Brasileira é uma marcha que não se deterá mais nunca. É uma marcha definitiva para o progresso, para o desenvolvimento, dentro da segurança, da ordem, da paz social, e do respeito ao próprio povo, que precisa disto para viver. (SÁTYRO, 1994, p. 212-213)

Ao mesmo tempo, era contraditório um discurso do governador do Estado voltado para a democracia quando se operavam na Paraíba diversos órgãos de repressão e tortura. Esses espaços de repressão que funcionavam durante o governo Sátyro foram mapeados no Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (Relatório Final da CEV, 2017, p. 273-346). O discurso anticomunista proferido nos palanques de inaugurações de obras estatais foi parte de legitimação das violências políticas promovidas pelo aparato repressivo da ditadura na Paraíba. Se não estavam diretamente vinculados, chefes de Estado e agentes da violência estavam igualmente alinhados com a diretriz repressiva do autoritarismo militar²⁶⁴.

²⁶⁴ A estreita vinculação entre Sátyro e as diretrizes autoritárias da ditadura não significaram que, para os órgãos de vigilância, o então governador estivesse acima de qualquer suspeita. Assim como os outros governadores que exerceram mandatos – eleitos direta ou indiretamente –, Sátyro esteve sob a vigilância do regime. É o que aponta Nunes (2018, p. 235-240), demonstrando a complexidade dessa relação entre a classe política e a ditadura militar.

A história do governo Sátyro é parte importante para compreender a trajetória da ditadura militar na Paraíba, pois ele buscava passar uma imagem de representação das diretrizes de modernização conservadora empregadas pelo regime. Leva-se em conta a força da conjuntura histórica regional, política, social e economicamente para essa adaptação das diretrizes do regime pelo governador. Quando se estuda partidos, sobretudo as agremiações que ascendem ao poder ou que a eles se vinculam, torna-se difícil para o pesquisador separar o que da administração pública não diz respeito ao partido. E, sobre a Arena, ao compreender as diretrizes tomadas por Sátyro, percebe-se sua constante necessidade de utilização da máquina do governo do Estado para fortalecer sua posição como liderança política no partido.

Ernani Sátyro, enquanto governador instrumentalizou a renovação política promovida pela ditadura militar para consolidar sua tradicional liderança no estado. O governador buscou se enquadrar como representante fiel dos interesses do governo federal na Paraíba, sua ideologia e seu projeto de modernização conservadora. Tal alinhamento fez com que esse reforçasse seus vínculos com a mais tradicional elite política e econômica estadual, estabelecendo uma relação que beneficiava sua liderança na Arena, e os interesses daqueles grupos, compostos por empresários e latifundiários.

Se por um lado Sátyro foi reprodutor de um discurso direcionado para uma gestão técnica do Estado, que eliminaria práticas políticas patrimonialistas, por outro, o que se viu ao longo de seu governo foi a influência dos grupos políticos mais tradicionais na administração estadual, bem como a utilização da máquina pública para alavancar a liderança do governador e de seus aliados na Paraíba. Essas tradicionais lideranças políticas buscavam exercer sua influência política dentro do estado e do partido. Sátyro, enquanto governador, ressaltou a política oligárquica tradicional como forma de administrar o Estado, mas foi essa lógica oligarquizada que levou aos seus maiores problemas dentro da Arena.

2.3. O governo Ernani Sátyro e a Arena paraibana: A eleição de Campina Grande e os “rebeldes”

2.3.1. *A eleição de Campina Grande em 1972*

A análise da eleição municipal de Campina Grande em 1972 implica diversas questões que permeiam nossa pesquisa da Arena paraibana: a imposição da chefia estadual do partido pelo governador do Estado, a disputa entre as lideranças partidárias de Sátyro e Agripino, a

interferência do Diretório Nacional da Arena nas disputas em torno da candidatura *arenista* em Campina Grande, e a competição dos grupos políticos locais pelo legado político de Severino Cabral, importante líder da política campinense entre 1945-1964.

Entre 1969 e 1973, a cidade foi administrada por dois interventores federais – termo utilizado pela imprensa na época –, o general Paes de Lima (1969-1970) e o industrial Luiz Motta (1970-1973). Desde as cassações pós-AI-5, em 1969²⁶⁵, e a morte de Severino Cabral, em 1970, a cidade passou por um processo de renovação de suas lideranças políticas que incorporou a classe política, profissionais técnicos e burocratas do Estado, empresários e industriais.

Na Arena, os grupos políticos se articulavam para ocupar a chefia política local deixada por Severino Cabral; desde seus correligionários até as novas lideranças políticas emergiam dentro da secção campinense do partido. Os empresários aspiravam a ocupar cargos públicos e viam no partido governista uma boa plataforma para suas pretensões políticas. O principal nome era o de Milton Cabral, filho de Severino, eleito senador em 1970 e natural herdeiro do *cabralismo*. Além dele, havia outros nomes, como um grupo de empresários, liderados por Antônio Gomes, que organizou o projeto de financiamento da construção da nova sede da Arena na cidade como forma de se aproximar do partido²⁶⁶.

Havia ainda a família Gaudêncio, que, visando expandir sua atuação política no estado, transferiu sua base política de Serra Branca para Campina Grande. Um dos grupos políticos mais favorecidos pelas ações do governador, eles eram conhecidos como os “Kennedys do Cariri”, pelo *status* social e postura liberal. Durante a República Velha, os Gaudêncio estiveram vinculados à liderança de Eptácio Pessoa e foram filiados à UDN de 1945 até o fim do partido em 1965²⁶⁷.

A conquista da prefeitura campinense era um passo fundamental para as pretensões políticas do clã, e o membro da família que se apresentava como candidato a prefeito era o deputado federal Álvaro Gaudêncio Filho. Apoiado por Sátyro, grupos *cabralistas* e setores do MDB, Gaudêncio Filho lança, em dezembro de 1971, sua pré-candidatura pela Arena à Prefeitura de Campina Grande²⁶⁸.

²⁶⁵ Os políticos campinenses cassados foram Ronaldo Cunha Lima, Pedro Gondim e Antônio Vital do Rêgo em 1969. Além deles, o prefeito Newton Rique perdeu seu mandato em 1964.

²⁶⁶ Correio da Paraíba, 16 de ago 1970, p. 8.

²⁶⁷ Sobre a política no Cariri paraibano, ver Moreira (2012).

²⁶⁸ A União, 15 de out 1971, p. 1. Na oposição, os setores alinhados com o deputado estadual Orlando Almeida e com Petrônio Figueiredo, aprovam um entendimento com os setores *arenistas*, e a fração liderada por Ivandro Cunha Lima, aposta no enfrentamento contra a Arena (MADRUGA, Correio da Paraíba, 26 de jan 1972, p. 3).

Contudo, a candidatura Gaudêncio Filho sofreu o veto de Agripino, em reunião ocorrida no gabinete presidencial, na presença do governador Sátyro. O ex-governador justificou seu veto em razão de improbidade administrativa cometida por Gaudêncio Filho enquanto fora prefeito de Serra Branca, entre 1962 e 1968²⁶⁹. Mediante a solicitação do presidente Médici, Agripino entregou um dossiê sobre a atuação da família Gaudêncio na Paraíba, o qual foi encaminhado ao Serviço Nacional de Informações (SNI)²⁷⁰.

Não cabe a esta pesquisa averiguar a procedência de tais denúncias, mas é importante ponderar a forma como essas acusações serviam para fomentar disputas entre grupos políticos na Arena. O tema da anticorrupção foi parte importante do discurso conservador para o golpe de 1964, junto ao anticomunismo, mas nunca foi vista como um problema sistemático pelo regime. Esse era visto por um prisma meramente instrumental, e as denúncias de irregularidades eram comumente articuladas como forma de obter vantagens políticas.

É possível avaliar que Agripino tinha em vista um horizonte político a ser perdido na Arena caso Gaudêncio Filho chegasse à Prefeitura de Campina Grande. Barrar sua candidatura representava impedir o fortalecimento de outra oligarquia dentro do partido, mantendo o poder de decisão dos rumos partidários nas suas mãos. Perder a liderança política de Campina Grande significaria perder influência no estado. O que se apresenta com tais informações é a tentativa de utilização de um órgão do regime para contemplação de pretensões político-partidária dos *arenistas* paraibanos.

O veto de Agripino à indicação de Gaudêncio Filho soou à Sátyro como uma afronta à sua chefia partidária no estado. Em pronunciamento transcrito pelos jornais, o governador teria declarado: “Não quero ser dono [da Arena], mas enquanto estiver no Governo, [...] essa chefia não cairá das minhas mãos porque saberei defende-la com o mesmo vigor, com a mesma dignidade como sempre defendi na minha vida pública”²⁷¹. As eleições municipais de 1972 foram um momento fundamental para o fortalecimento de seu poder político no estado, e o

²⁶⁹ Em depoimento, João Agripino relata dificuldades em contratar empresas através de licitações para realizar pequenas obras nas cidades do interior, e como solução, seu governo, estabeleceu convênios com as prefeituras para desenvolvimento dessas obras com dinheiro repassado pelo Estado. O andamento das obras era fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que apurou desvios de recursos promovidos pelo então prefeito de Serra Branca, Álvaro Gaudêncio Filho. Interpelado pelo procurador da Fazenda do Estado, Agripino assinara um despacho para que esse tomasse as medidas cabíveis. Segundo sua avaliação, não poderia apoiar a candidatura de Gaudêncio Filho havendo esse despacho seu contra as irregularidades por ele cometidas. (Entrevista João Agripino, CPDOC-NIDHR, 1977 p. 283-285)

²⁷⁰ Entrevista João Agripino, CPDOC-NIDHR, 1977 p. 285.

²⁷¹ O Norte, 16 de mar 1972, p. 8.

governador buscou exercer influência na articulação de candidaturas *arenistas* em todas as cidades da Paraíba naquela eleição²⁷².

O problema sucessório campinense foi transferido para o presidente nacional da Arena, o senador Filinto Muller (Arena-MT), como descrito em nota divulgada à imprensa por Sátyro: “[...] o problema da eleição Municipal de Campina Grande está nas mãos do Presidente da ARENA, Senador Filinto Muller, por deliberação do Presidente da República, com o meu prévio conhecimento”²⁷³. Na nota, o governador defende seu candidato das acusações de improbidade e reafirmou sua autoridade política dentro do partido, contra aqueles que chamou de “desleais”:

Apresentei aos órgãos competentes defesa cabal contra as acusações que pesavam sobre o Deputado Álvaro Gaudêncio. Mesmo assim, desfeitas as denúncias caluniosas, o problema sensibiliza altas esferas do Governo e do Partido, e só me cabe aguardar a sua decisão.

[...] Em nenhum momento esteve sequer arranhada minha autoridade moral.

Reconheço as dificuldades internas da ARENA paraibana, com a sua harmonia comprometida por um clima de divergências, denúncias e deslealdades. Mesmo assim, lutarei para mantê-la forte e consciente de seus deveres perante a Revolução, a que sempre fui fiel. Os infiéis serão identificados.

[...] As forças que se mobilizaram contra mim seriam desencadeadas de qualquer modo, quaisquer que fossem os meus atos. Só uma coisa surpreendeu essas forças: minha determinação de não me render. Não me renderei. Resistirei até o último dia do meu governo ou até o dia da vitória.

O episódio de Campina Grande é apenas um lance de partida. Não é o resultado do jogo.²⁷⁴

A situação da Arena campinense ganhou dimensões nacionais, sendo tema de reportagens de jornais do Sul/Sudeste do país. O rompimento entre duas lideranças da Arena e a interferência federal no cotidiano de uma secção partidária municipal trouxe à tona problemas da Arena que, apesar de não serem inéditos, tampouco desconhecidos, apareceram em Campina Grande de forma nítida. Sobre o caso campinense, o editorial do jornal *Estado de São Paulo*, transcrito pelo *O Norte*, apontava:

Não só em razão da inexistência de eleições mais importantes, mas porque o seu desenrolar chegou a um impasse de consequências dramáticas, a disputa pela Prefeitura de Campina Grande, na Paraíba, é hoje objeto de especulações e apreensões em todo o meio político. Mais uma vez um episódio de dimensão reduzida assume

²⁷² Um dos principais objetivos de Ernani Sátyro era harmonizar os grupos divergentes na Arena das principais cidades. Além de Campina Grande, o governador influenciou na escolha do candidato *arenista* em Patos, sua cidade natal, tentando conciliar os grupos existentes dentro da Arena patoense. Contudo, mesmo em seu domicílio eleitoral, Sátyro viu a Arena dividida quando o deputado Edvaldo Mota, representante do *agripinismo* naquela cidade, não compactuou com a indicação do industrial Aderbal Martins (A União, 03 de ago 1972, p. 3).

²⁷³ *O Norte*, 28 de jun 1972, p. 8.

²⁷⁴ *Ibid.*

proporções nacionais não apenas pela falta de outros, mas pelos efeitos que começa a causar”.²⁷⁵

Para resolver a candidatura da Arena em Campina Grande, foi proposta a articulação de um esquema de “pacificação política” que conciliasse os interesses das lideranças envolvidas; esquema semelhante ao proposto para as eleições senatoriais de 1970 e para as eleições campinenses de 1968, todas fracassadas.

Filinto Muller passou a contatar essas chefias políticas locais para elaborar o acordo, como foi apontado pelo colunista Oliveira Bastos no semanário *Politika*, em texto transcrito pelo *O Norte*. Segundo é relatado, o senador Milton Cabral teria levado as seguintes soluções para a crise: “[...] a) prorrogação da interventoria no município; b) inclusão do município de Campina Grande na área de Segurança Nacional [...]; c) [...] intervenção do diretório nacional da Arena no diretório estadual e municipal para a escolha do candidato”²⁷⁶. Em todas as soluções ditas “pacificadoras” o resultado seriam medidas autoritárias, e a proposição feita por Cabral demonstra o caráter antidemocrático da classe política, desde as mais tradicionais hostes partidárias até os novos quadros ascendentes nesse período de renovação política.

Um ponto importante para o desenrolar – e o fracasso – do esquema conciliatório foi a “degola”²⁷⁷ da candidatura de Gaudêncio Filho. Mesmo sendo uma prática tradicional na política e comum entre os *arenistas*, essa nem sempre foi bem sucedida. Em virtude do dossiê entregue por Agripino ao presidente Médici, foi empreendida uma série de perseguições aos membros da família Gaudêncio que ocupavam cargos públicos no Estado. Por pressão federal, se afastaram de seus cargos o chefe da Casa Civil, Manoel Gaudêncio, e o superintendente do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), Amir Gaudêncio²⁷⁸.

Em carta dirigida ao governador, publicada pela imprensa, Manoel Gaudêncio referiu-se àqueles que se colocaram contra a candidatura do Álvaro Filho como “inimigos”, expressou sua lealdade a Sátyro, uma fidelidade herdada de seu pai, mas, diante da situação, afirmou que deixaria o cargo em solidariedade ao irmão “degolado”:

Sempre contestei seus inimigos e ao investirem contra a pessoa do Governador, numa campanha do ridículo.

²⁷⁵ O Norte, 11 de jul 1972, p. 3.

²⁷⁶ O Norte, 27 de jun 1972, p. 8.

²⁷⁷ O termo “degola”, utilizado pelos jornais para se referir à decisão de barrar a candidatura de um membro da Arena pelos seus próprios companheiros de partido ou pelo governo, tem origem na República Velha e diz respeito ao não reconhecimento de um candidato eleito pela Comissão de Verificação da Câmara dos Deputados. Tal procedimento eliminaria adversários, anulando sua eleição. Na história da Arena paraibana, o termo também foi utilizado quando o partido preteriu a candidatura de Ernani Sátyro ao Senado em 1966 (SOBREIRA, 2016, p. 124-125).

²⁷⁸ O Norte, 28 de jun 1972, p. 8.

Era a preocupação de quem tem afeição de filho. O dever de amigo e uma reverência à memória do meu pai, o velho Álvaro, que lhe tinha como irmão. Era mais que isso: o chamado da minha mãe que, ao perder o chefe da família, lhe transferiu a fraternidade paternal. Cumprir minha parte.

Agora, no episódio de Campina, não lhe faltamos com o acatamento à decisão de conciliar os interesses do partido.

Outros foram os responsáveis pelo rompimento do acordo, os mesmos inimigos de ontem queriam atribuir-nos o ônus.

E V. Excia. acatou a opinião deles.

Resta por isso entre a opção de ficar com os que sempre lhe combateram, ou ao lado do meu irmão Álvaro, combatido por todos, decidi por este que tem gestos de grandeza.²⁷⁹

Através de reportagem produzida pela revista *Veja*, transcrita em partes pelo *O Norte*, Gaudêncio Filho denunciou a perseguição sofrida por sua família em virtude do dossiê produzido por Agripino. Nela, declarava: “Agripino fez denúncias contra mim no Serviço Nacional de Informações e nos altos escalões da República. [...] Acusam-me de violento e arbitrário. Acusam-me de corrupção. E não provam nada”²⁸⁰.

O veto à candidatura de Gaudêncio Filho foi reprovado por diversos setores da Arena, e, segundo a imprensa, Filinto Muller passou a receber telefonemas de políticos locais pedindo a manutenção daquela candidatura²⁸¹. Na mesma linha, Sabiniano Maia, presidente estadual da Arena, declarou: “[...] se a candidatura Álvaro Gaudêncio não prevalecer, a Arena perderá as eleições de 15 de novembro em Campina Grande”²⁸².

Diante da pressão promovida pelos setores regionais da Arena em favor da candidatura de Gaudêncio Filho, Muller desistiu de articular a “pacificação”, devolvendo para a secção municipal a responsabilidade de indicar seus candidatos. De volta à escala regional, ficou a cargo de Aluísio Afonso Campos organizar o esquema “pacificador”. Com boa circulação entre os meios políticos *agripinista*, *ernanista* e *cabralista*, Campos montou um esquema junto a Sátyro, no qual foram lançados os nomes do engenheiro e ex-presidente da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA), Nilson Feitosa, e do ex-vereador campinense pela UDN, Evaldo Cruz, para os cargos de prefeito e vice-prefeito. Ainda no esquema “pacificador”, o MDB não apresentaria candidatos nesta eleição²⁸³.

O acordo “pacificador” articulado pela cúpula da Arena e subscrito por lideranças *emedebistas* não obteve apoio dos demais setores do partido. Na oposição criticou-se

²⁷⁹ Correio da Paraíba, 30 de ago 1972, p. 3.

²⁸⁰ O Norte, 20 de jun 1972, p. 1.

²⁸¹ FERNANDES, Correio da Paraíba, 06 de jul 1972, p. 3.

²⁸² Correio da Paraíba, 16 de jul 1972, p. 12.

²⁸³ A anuência de lideranças do MDB campinense, Orlando Almeida e Petrônio Figueiredo, justificava-se por avaliarem seu partido sem condições de articular o nome de um candidato popular para a disputa eleitoral (A União, 23 de ago 1972, p. 8; A União 30 de ago 1972, p. 1).

ferrenhamente o acordo, acusando Orlando Almeida e Petrônio Figueiredo de promover um “cambalacho” com o governo. Em sua defesa, Orlando Almeida retrucou: “Cambalacho é um acordo com permuta de interesses. Nem acordo houve. Houve decisão firme do MDB movido pelo espírito de renúncia, desprendimento, para que o governador lançasse um candidato alto”²⁸⁴. No lado situacionista, os setores contrários ao acordo conciliatório foram vereadores vinculados à chefia política de Severino Cabral, que viam no vereador Juracy Palhano um melhor representante do legado *cabralista*, devido a sua alta popularidade para a disputa municipal²⁸⁵.

No dia 29 de agosto, uma semana após a divulgação do acordo conciliatório, a chapa “pacificadora” foi submetida à homologação na Convenção Municipal do partido. Logo após serem iniciados os trabalhos, o acordo foi derrubado com a leitura de carta em que Nilo Feitosa retirava sua candidatura. Em seguida, foi apresentado um documento para registro da candidatura de Palhano e do engenheiro Everaldo Agra como vice, abrindo precedente para Gaudêncio Filho registrar sua candidatura a prefeito em chapa composta pelo desportista Ermínio Leite, candidato a vice-prefeito. Em seguida, o esquema “pacificador” se rearticulou e indicou a chapa Evaldo Cruz para prefeito e José Salvador Neto, empresário do ramo industrial, como vice²⁸⁶.

Diante do desacerto do esquema elaborado por Campos junto aos setores da Arena campinense, Sátyro vai à imprensa e desautoriza o lançamento da candidatura de Gaudêncio Filho. Segundo seu pronunciamento:

Sem querer entrar em pormenores, a verdade é que ninguém conteve a convenção. Quando para lá saiam os convencionais, já se sabia nitidamente que havia duas chapas: uma encabeçada pelo sr. Juracy Palhano e outra pelo deputado Álvaro Gaudêncio Filho. [...] sou o responsável maior pela candidatura de Evaldo Cruz. Não apenas a ele aderi, não apenas a aceitei, eu a promovi. Antes, porém, o deputado Álvaro Gaudêncio foi devidamente advertido, cientificado do modo mais claro e mais expresso de que a apresentação do seu nome como candidato a Prefeito de Campina Grande importava, neste episódio, o seu afastamento de mim²⁸⁷.

Diante de um possível rompimento com o esquema governista, Gaudêncio Filho retira sua candidatura, publicando a seguinte declaração: “[...] resolvo espontaneamente comprovar desambição pessoal, manifestando meu inteiro apoio à solução adotada pelo governador Ernani

²⁸⁴ A União, 23 de ago 1972, p. 8.

²⁸⁵ O Norte, 26 de ago 1972, p. 8.

²⁸⁶ Na convenção da oposição, foram escolhidos Ivandro Cunha Lima e Petrônio Figueiredo, que seriam substituídos pela candidatura de Nestor Alves de Melo Filho e Manoel Joaquim Barbosa. Posteriormente substituídos pela chapa (O Norte, 29 de ago 1972, p. 8)

²⁸⁷ A União, 30 de ago 1972, p. 8.

Sátyro na sucessão campinense. Essa atitude decorre da solidariedade que lhe devo como amigo e liderado²⁸⁸. A viabilidade do esquema “pacificador” só ocorreu com a desistência de Gaudêncio Filho, garantindo uma coesão mínima junto ao governador.

Saíram candidatos pela Arena campinense Evaldo Cruz e José Salvador prefeito e vice-prefeito, pela Arena-1; e Juracy Palhano e Everaldo Agra, pela Arena-2. Ao analisarmos o perfil dos candidatos, reconhecemos indivíduos ligados ao setor empresarial campinense, com carreiras políticas modestas pela UDN e Arena. Apesar da intervenção estadual e federal, que contava com o apoio de Milton Cabral, haviam grupos dentro do partido que almejavam disputar espaços de poder deixados após a morte de Severino Cabral, seu pai.

Ao longo da campanha, as candidaturas de Cruz e Palhano demonstraram diferentes posicionamentos: o primeiro utilizou-se do aparato do governo estadual e das lideranças políticas *arenistas*, como Sátyro e Cabral, geralmente presentes em seus comícios e eventos, enquanto o segundo descrevia-se como um candidato “não subordinado” a Milton Cabral, promovendo atividades independentes em sua campanha²⁸⁹. Para a imprensa, Palhano declarava que: “Mais importante que o apoio de certos e determinados líderes é a preferência do povo [...], que vai crescendo gradativamente à medida que visito o povo e expondo meus pontos de vista e minha luta pelo bem-estar desta cidade”²⁹⁰.

Contudo, mesmo demonstrando desvinculação com o governo estadual, Palhano não se desassociou do regime militar e de Sátyro, representante da ditadura na Paraíba: “[...] sempre [fui] fiel aos ideais revolucionários, integrando a filosofia partidária e sempre cumpridor das determinações do Presidente Médici e do Governador Ernani Sátyro”²⁹¹. Na disputa pelo legado do *cabralismo* em Campina Grande, alguns dos antigos correligionários de Severino Cabral não se subordinavam ao seu filho, teoricamente o herdeiro natural da liderança do pai²⁹².

²⁸⁸ Correio da Paraíba, 31 de ago 1972, p. 12. O jornalista Nelson Coelho (2011, p. 312-313), em livro no qual aborda momentos considerados notórios da política paraibana, relata que, mesmo com a retirada do apoio de Ernani Sátyro à candidatura de Álvaro Gaudêncio e um pedido de Filinto Muller para que desistisse de seu nome da disputa, esse ainda manteve sua candidatura para prefeitura campinense. Na narrativa de Coelho, quem convenceu Gaudêncio Filho de retirar sua candidatura foi o secretário-geral da Arena, deputado federal Marco Maciel (Arena-PE), que em visita não anunciada à Paraíba deu um ultimato à Gaudêncio Filho: caso ele não desistisse de sua candidatura, sofreria punições do regime militar. O jornalista não detalha que tipo de represália sofreria o parlamentar, mas sugere-se que fosse a cassação de seu mandato. Essa versão dos fatos não aparece em nenhuma outra fonte disponível.

²⁸⁹ Correio da Paraíba, 03 de out 1972, p. 3.

²⁹⁰ Correio da Paraíba, 22 de set 1972, p. 3.

²⁹¹ *Ibid.*

²⁹² Essa disputa pelo legado *cabralista* influenciou na composição das sublegendas *arenistas*. De acordo com as pesquisas de opinião, a sublegenda de Palhano apresentava vantagem em relação à de Cruz, e jornais relatavam que os comícios de Palhano tinham mais apelo popular (Correio da Paraíba, 04 de out 1972, p. 12). A interpretação dada pela candidatura de Cruz à baixa popularidade de sua campanha era o seu candidato a vice, José Salvador Neto, que apesar de colocar-se como representante do *cabralismo* não agregava os votos de Severino Cabral. Como solução, os organizadores da campanha de Cruz promoveram uma mudança no candidato a vice, sendo designado

A candidatura de Cruz recebeu 48,56% dos votos (20.468 votos), enquanto a candidatura de Palhano obteve 46,34% (19.533 votos). A chapa emedebista obteve 5,10% (2.150 votos)²⁹³. O processo eleitoral de 1972 em Campina Grande demarcaria dois aspectos da política paraibana na década de 1970. A disputa entre Cruz e Palhano indicaria uma busca por renovação na classe política local, mas esses não podem ser interpretados como movimentos que rompem com os tradicionais grupos políticos estaduais. Mesmo sendo candidatos com limitadas trajetórias políticas, suas vinculações com o governo estadual e a busca pela herança do *cabralismo* são fatores que se contrapõem à perspectiva renovadora.

Além disso, a eleição de Campina Grande mostrou a continuidade das disputas de caráter personalista, em especial entre Sátyro e Agripino, que buscavam exercer influência sobre outros grupos para promover ou barrar seu crescimento dentro do partido. Analisada dentro de uma perspectiva processual da história da Arena paraibana, a eleição campinense foi um ponto que se interliga a outros momentos do partido, como o processo eleitoral de 1974.

2.3.2. Sátyro e os “rebeldes” da Arena na Assembleia Legislativa

Os anos de 1973 e 1974 ficaram marcados por uma nova disputa dentro da Arena paraibana contra o governo do Estado: a dos “tupamaros”, ou “rebeldes” da Arena, contra Sátyro. Esse foi um grupo de deputados estaduais *arenistas* que se declararam independentes do governo do Estado, cuja denominação dada pela imprensa inspirava-se no grupo de guerrilheiros uruguaio Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T). Alcinha que remetia a uma postura de guerrilha daqueles parlamentares contra o governo estadual.

Apesar de identificado a um grupo de esquerda, sua atuação pouco ou nada se alinhava com oposições radicais à ditadura militar brasileira. Formado por Waldir dos Santos Lima, Edvaldo Mota e Eilzo Mattos, o grupo “rebelde” apareceu pela primeira vez em janeiro de 1973, durante a escolha da Mesa Diretora da Assembleia, quando posicionaram-se contra a indicação do deputado estadual Egídio Madruga como presidente do Legislativo pelo governador Sátyro²⁹⁴.

o empresário Antônio Gomes, aliado político da família Gaudêncio que traria os votos daquela família para a chapa (Correio da Paraíba, 22 de out 1972, p. 12).

²⁹³ Ata Eleição Campina Grande 1972, Acervo TRE-PB.

²⁹⁴ O Norte, 24 de jan 1973, p. 8. Quando da eleição para a Mesa Diretora, houve ainda a tentativa de atenuar a insatisfação do grupo “rebelde”, indicando Matos como segundo vice-presidente na chapa *ernanista*, o que foi imediatamente desautorizado pelo parlamentar. Naquela ocasião, a quebra da homogeneidade da bancada *arenista* surtiu pouco efeito, haja vista que o MDB – excetuando-se o deputado Rui Gouveia, que votou no próprio nome – absteve-se de votar (Correio da Paraíba, 02 de fev 1973, p. 8).

Os “tupamaros” não eram um grupo de *agripinistas* fazendo oposição ao governo do Estado, pois seus perfis não os vinculavam diretamente ao ex-governador: Santos Lima havia feito oposição a Agripino quando esse fora governador²⁹⁵, e Matos era próximo do deputado federal Antônio Mariz, que, mesmo aliado de Agripino, também atuava independente ao *agripinismo* dentro da Arena. Apenas Mota respondia ao comando *partidário agripinista* sendo seu principal representante na cidade de Patos.

O afastamento entre Sátyro e os “tupamaros” resultou na acusação pelos dissidentes de que o governador os teria expulsado do coquetel oferecido à bancada da Arena no Palácio da Redenção²⁹⁶. A versão foi desmentida pelo governador em sua coluna semanal, na qual denunciou se tratar de “[...] uma trama que se arma, perversa e calculada, contra meu governo e minha pessoa.”²⁹⁷. Mesmo não havendo outras versões sobre a veracidade da expulsão dos “rebeldes”, outros indícios apontavam para uma retaliação do governador aos dissidentes, a exemplo do veto dado à manutenção de Santos Lima na presidência da Comissão de Justiça e Orçamento da Assembleia Legislativa, e da presença dos outros dois “rebeldes” na chamada “crise das comissões técnicas”²⁹⁸.

Na Assembleia Legislativa, os “rebeldes” promoveram críticas ao governo do Estado e a seus órgãos, muitas delas em conjunto com parlamentares *emedebistas*, como quando denunciaram irregularidades promovidas pelo secretário de Saúde, Propício Caldas, na Fundação de Saúde do Estado da Paraíba (FUSEP); quando criticaram o governador por não dar continuidade às obras de infraestrutura iniciadas na gestão anterior; ou quando Matos convocou o secretário de Educação, José Carlos de Freitas, para explicar problemas existentes em sua pasta, como a ausência de oferta de ensino primário em algumas regiões do estado²⁹⁹.

A imprensa repercutiu a ação do grupo como uma articulação parlamentar “anti-ernanista”, desobedientes às diretrizes apontadas pelo governo do Estado, mas, ainda assim, “fiéis à Arena”, ou ao regime militar³⁰⁰. De acordo com perfil traçado pelo *Correio da Paraíba*, a atuação dos “rebeldes” *arenistas* seria pautada pela independência e pela defesa dos interesses de suas áreas de influência no estado:

²⁹⁵ Entre 1966 e 1968 Santos Lima integrou uma coalizão de parlamentares vinculados à liderança de Pedro Gondim na Assembleia Legislativa para interceder junto ao governo de João Agripino pelos seus interesses políticos diretos (SOBREIRA, 2016, p. 130-131).

²⁹⁶ O Norte, 23 de mar 1973, p. 8.

²⁹⁷ SÁTYRO, A União, 25 de mar 1973, p. 8.

²⁹⁸ O Norte, 23 de mar 1973, p. 8; O Norte, 30 de mai de 1973, p. 8.

²⁹⁹ O Norte, 19 de mai de 1973, p. 8; Correio da Paraíba, 01 de jun 1973, p. 3; Correio da Paraíba, 18 de set 1973, p. 3; O Norte, 07 de set 1973, p. 5.

³⁰⁰ MADRUGA, Correio da Paraíba, 03 de fev 1973, p. 3.

O Deputado Evaldo Motta, da Arena, fará oposição ao Governo Ernani Sátyro, segundo afirmou, porém, não deixará de votar uma Mensagem Governamental que tenha fundamento o interesse popular. Uma série de críticas serão formuladas por ele ao Poder Executivo, principalmente no setor educacional no que respeito a taxa de matrículas cobradas pelos colégios estaduais, cobrança que ele considera inconstitucional e que está prejudicando o ensino na Paraíba. A conduta do Deputado Eilzo Matos será a defesa dos interesses de sua região e com o respeito ao Governo do Estado pautará sua atuação como homem da Arena, porém não aceitará as coisas erradas que sejam praticadas. O Deputado Waldir dos Santos Lima terá também uma conduta de total independência apontando todos os erros praticados pelo Poder Executivo, seguindo sua própria orientação³⁰¹.

Segundo reportagem do *Correio da Paraíba*, a postura dos “tupamaros” justificava-se pela marginalização dos deputados e de suas demandas pelo governo estadual. “A origem da resistência [...] está na marginalização de um grupo de deputados, cujas reivindicações não tem tratamento condigno na área governamental”³⁰². Essa posição aparece em discurso feito por Matos na tribuna da Assembleia Legislativa, no qual culpa o governador pela crise instalada na Arena. De acordo com a notícia:

[Matos] Salientou que, quando o governador, por capricho, ódio ou perseguição, deixa de atender “aos meu pedidos, o povo é que sofre as consequências do seu rancor, do seu ódio. Quando S. Excia. deixa-se levar pelo capricho e pela intolerância, colocando em segundo plano o interesse público, compromete com tal conduta a dignidade do cargo para o qual foi escolhido, despreza os princípios políticos e morais da Revolução de Março de 64, de que se diz defensor.”³⁰³

A imprensa repercutiu a ação do grupo como uma articulação parlamentar “anti-ernanista”, desobedientes às diretrizes apontadas pelo governo do Estado, mas, ainda assim, “fiéis à Arena”, ou ao regime militar³⁰⁴. De acordo com perfil traçado pelo *Correio da Paraíba*, a atuação dos “rebeldes” *arenistas* seria pautada pela independência e pela defesa dos interesses de suas áreas de influência no estado:

O Deputado Evaldo Motta, da Arena, fará oposição ao Governo Ernani Sátyro, segundo afirmou, porém, não deixará de votar uma Mensagem Governamental que tenha fundamento o interesse popular. Uma série de críticas serão formuladas por ele ao Poder Executivo, principalmente no setor educacional no que respeito a taxa de matrículas cobradas pelos colégios estaduais, cobrança que ele considera inconstitucional e que está prejudicando o ensino na Paraíba. A conduta do Deputado Eilzo Matos será a defesa dos interesses de sua região e com o respeito ao Governo do Estado pautará sua atuação como homem da Arena, porém não aceitará as coisas erradas que sejam praticadas. O Deputado Waldir dos Santos Lima terá também uma conduta de total independência apontando todos os erros praticados pelo Poder Executivo, seguindo sua própria orientação³⁰⁵.

³⁰¹ Correio da Paraíba, 01 de mar 1973, p. 8.

³⁰² Correio da Paraíba, 11 de jan 1973, p. 3.

³⁰³ Correio da Paraíba, 29 de mar 1973, p. 8.

³⁰⁴ MADRUGA, Correio da Paraíba, 03 de fev 1873, p. 3.

³⁰⁵ Correio da Paraíba, 01 de mar 1973, p. 8.

Segundo reportagem do *Correio da Paraíba*, a postura dos “tupamaros” justificava-se pela marginalização dos deputados e de suas demandas pelo governo estadual. “A origem da resistência [...] está na marginalização de um grupo de deputados, cujas reivindicações não tem tratamento condigno na área governamental”³⁰⁶. Essa posição aparece em discurso feito por Matos na tribuna da Assembleia Legislativa, no qual culpa o governador pela crise instalada na Arena. De acordo com a notícia:

[Matos] Salientou que, quando o governador, por capricho, ódio ou perseguição, deixa de atender “aos meu pedidos, o povo é que sofre as consequências do seu rancor, do seu ódio. Quando S. Excia. deixa-se levar pelo capricho e pela intolerância, colocando em segundo plano o interesse público, compromete com tal conduta a dignidade do cargo para o qual foi escolhido, despreza os princípios políticos e morais da Revolução de Março de 64, de que se diz defensor.”³⁰⁷

Em outro momento, Motta reforçou na tribuna da Assembleia Legislativa a versão de que os “rebeldes” vinham sofrendo tratamento discriminatório por parte do governador e dos órgãos estaduais. Sua posição não era de sabotar o governo federal, tampouco o partido situacionista, mas obter do Executivo estadual tratamento igualitário àquele dado aos demais parlamentares *arenistas* sobre as demandas das regiões às quais representam. Para Motta: “[...] não somos secretários ou assessores do governador, mas representantes das regiões paraibanas que nos outorgaram os mandatos que exercemos”³⁰⁸.

No intuito de consertar a situação, o vice-governador Clóvis Bezerra, junto ao presidente regional da Arena, Sabiniano Maia, buscou articular um entendimento entre as partes por meio de reuniões com os “rebeldes”. Na reunião, os deputados dissidentes reclamaram à Bezerra um tratamento condigno, semelhante ao prestado pelo governador aos demais *arenistas*, sendo a solução proposta pelo vice-governador um “armistício” entre as partes. Ou seja, os “rebeldes” não atacariam o governador na Assembleia, nem Sátyro marginalizaria os deputados³⁰⁹.

Apesar do esforço de Bezerra em promover uma trégua entre as partes, tratava-se de algo além da sua alçada, pois, como vice-governador, não tinha a autoridade de barganhar diretamente as demandas dos rebelados. Além de não se tratar de uma questão estritamente partidária – como as que ele costumava conciliar quando fora presidente do partido –, mas algo

³⁰⁶ *Correio da Paraíba*, 11 de jan 1973, p. 3.

³⁰⁷ *Correio da Paraíba*, 29 de mar 1973, p. 8.

³⁰⁸ *O Norte*, 05 de abr de 1973, p. 1.

³⁰⁹ MADRUGA, *Correio da Paraíba*, 31 de mar 1973, p. 3; *O Norte*, 03 de abr 1973, p. 1.

da esfera pública estadual, demandas financeiras e de cargos públicos, que afetavam a convivência partidária, mas não se restringiam a ela.

Problemas com insubordinação de membros da Arena aos governos estaduais não eram exclusivos da Paraíba, como apontou José Souto no *O Norte*. Segundo o colunista, houve um encontro desses grupos não governistas na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Além dos “rebeldes” paraibanos e potiguares, estavam presentes representantes do Amazonas e Acre. A intenção do grupo era articular-se em uma “frente única” dentro do partido para melhor defender seus interesses junto aos respectivos governos estaduais. De acordo com o texto:

O noticiário local se refere a entendimento que deputados rebeldes da Aliança Renovadora Nacional, de muitos Estados, entretiveram no fim de semana passada, na cidade de Natal, para formação de uma frente única. Reunir-se-iam num órgão, espécie de clube político que, pelo número de sócios, adquirira poder de pressão sobre setores em que se sentem desprestigiados, hostilizados, ou o que queiram dizer: os governos estaduais dos respectivos Estados e a comissão executiva nacional do partido³¹⁰.

Não há, entre as fontes selecionadas para esta pesquisa, registro da natureza das demandas ou maiores informações sobre grupos de outros estados semelhantes aos “rebeldes” paraibanos. Contudo, cientes de que o patrimonialismo e a lógica municipalista de ação política nos estados não são exclusividade da Paraíba, é possível indicar que as demandas de *arenistas* insatisfeitos em outros estados também estejam fundadas no atendimento de demandas em suas áreas de influência municipais.

Como apontado, essência das insatisfações dos “rebeldes” *arenistas* com o governo do Estado era a lógica da política municipal, a qual era defendida pelo próprio governador, identificado com o sistema coronelista, auge do municipalismo na política brasileira. Assim, em um partido cujo principal papel era congregar lideranças municipais para apoiar o regime autoritário, essas disputas pelo apoio do governo estadual não se limitariam a um grupo de três deputados.

Havia, na Assembleia Legislativa, um movimento por parte do deputado estadual *arenista* José Lacerda Neto que contestava a liderança governista de Edme Tavares. O primeiro, com domicílio eleitoral na cidade de São José de Piranhas, apresentava-se insatisfeito com as posições galgadas por Tavares, oriundo de Cajazeiras – ambos os municípios localizados na mesma microrregião –, no governo Sátyro³¹¹.

³¹⁰ SOUTO, *O Norte*, 31 de mai 1973, p. 2.

³¹¹ *O Norte*, 18 de jul 1973, p. 8.

Lacerda Neto foi também o articulador de um pedido de *impeachment* do presidente da Assembleia Legislativa, Egídio Madruga. O deputado, segundo secretário da Mesa Diretora, articulou-se com deputados do MDB para formular o pedido, acusando Madruga de “corrupção administrativa”, “tráfico de influência”, “descompostura moral”, bem como reclamavam de “procrastinação” por parte do presidente para o encaminhamento dos processos apresentados pelas comissões técnicas³¹².

Os articuladores do *impeachment* de Madruga estavam cientes de que o processo encaminhado dificilmente teria êxito, mas que estavam elaborando um relatório, a ser apresentado ao governador do Estado para que ficasse ciente de suas queixas. O grupo ressaltou ainda que não encaminharia o relatório para o SNI, no intuito de resguardar as lideranças civis no estado: “[...] seria desmoralizante para nós, políticos, para a classe civil e para a Paraíba”³¹³.

O pedido de *impeachment* apresentado por Lacerda Neto foi endossado pela bancada do MDB e pelo grupo de “rebeldes” da Arena³¹⁴. Em pronunciamento, Egídio Madruga justificou que seus atos estavam enquadrados dentro da lei e que tais denúncias careciam de provas³¹⁵. Porém, as especulações de que o regime militar poderia decretar seu fechamento levaram à desistência daquela iniciativa³¹⁶.

Voltando à atuação dos “rebeldes”, sua insatisfação ultrapassou as barreiras regionais e suas demandas foram levadas pelo deputado federal Antônio Mariz ao presidente nacional da Arena. Em entrevista ao *Correio da Paraíba*, Mariz declarou que só a cúpula nacional do regime e do partido teria isenção suficiente para mediar a situação dos “rebeldes”. Outro parlamentar paraibano, o deputado federal Cláudio Paiva Leite, aliado de Santos Lima em suas zonas de influência política no estado, reforçou o apelo de Mariz para que houvesse uma intermediação federal no problema paraibano, enquanto o senador Domício Gondim apontou que os problemas “domésticos” da Arena paraibana não devem extrapolar o âmbito estadual³¹⁷.

Continuando a ecoar as insatisfações dos “rebeldes”, Mariz promoveu em 1974 a elaboração de um memorial “anti-Ernani”, no qual seriam apresentadas ao comando federal do regime denúncias de irregularidades cometidas por Sátyro durante o processo eleitoral. A principal delas seria a denúncia de que o governador teria efetuado 4 mil contratos sob o regime de CLT (irregular, segundo os dispositivos do Ato Complementar nº 52 e a Constituição

³¹² *Correio da Paraíba*, 20 de dez 1973, p. 3.

³¹³ *Ibid.*

³¹⁴ *Correio da Paraíba*, 23 de ago 1974, p. 1.

³¹⁵ *Correio da Paraíba*, 28 de ago 1974, p. 3.

³¹⁶ *Ibid.*; *Correio da Paraíba*, 28 de ago 1974, p. 12.

³¹⁷ *Correio da Paraíba*, 06 de mar 1973, p. 1.

Federal). Para o *Correio da Paraíba*, os deputados “rebeldes” afirmaram que criticavam a natureza daquelas nomeações, pois servem de suporte eleitoral para seus correligionários mais próximos³¹⁸.

O memorial endereçado a Petrônio Portela visava estabelecer um alicerce para o grupo se promover na campanha eleitoral de 1974. De acordo com Mattos:

[...] “muitos fatos até agora escondidos serão revelados, bem como a demonstração, através de dados irrefutáveis, de que o governador Ernani Sátiro, na medida que desprestigia correligionários, está levando a Arena à derrota no pleito de 15 de novembro. [...] Acho que as coisas mudarão depois do memorial encaminhado ao presidente nacional da Arena, com cópias para o general Ernesto Geisel, presidente Médici e outras fontes capazes de apurar os desmantelos praticados no Estado”³¹⁹.

A atuação dos “rebeldes” da Arena durante as eleições de 1974 interferiu diretamente na orientação e na liderança de Sátiro sobre as questões partidárias para aquele pleito, sobretudo na escolha do candidato a senador pelo partido. A ação conjunta desses deputados estaduais com Mariz denota que essa quebra de homogeneidade da bancada *arenista* na Assembleia Legislativa não era uma questão estritamente municipal, mas que, quando alinhada à atuação de parlamentares federais do partido, ganha novas dimensões. A atuação de Mariz na Câmara Federal foi marcada por engajamento em movimentos de “rebelia” contra o governo federal. As eleições de 1974 e a atuação parlamentar de Mariz serão temas abordados no próximo capítulo.

Para encerrarmos esse tópico, cabe aqui apontar que a quebra da unidade da bancada da Arena representava uma afronta à liderança partidária de Ernani Sátiro e possíveis entraves ao andamento de projetos e medidas do governo do Estado. As Assembleias Legislativas nos estados, especialmente as bancadas da Arena eram fundamentais para a legitimação dos governadores biônicos.

A natureza da relação entre Executivo e Legislativo é discutida por Rêgo (2008, p. 22-24), na qual, em sua análise sobre o Congresso Nacional e os militares – que não foi retilínea ao longo de todo o período autoritário – aponta para um “autoritarismo consultivo”. Contudo, o Congresso continuou, mesmo com suas prerrogativas limitadas, a exercer seus interesses, fundados nos contextos locais, tal qual ocorre no país desde o século XIX. A mesma análise pode ser aplicada à relação entre o Executivo e o Legislativo no plano estadual.

Os parlamentares das assembleias legislativas, no nosso caso, os pertencentes ao partido governista, possuíam interesses de natureza política e econômica que precisavam ser

³¹⁸ *Correio da Paraíba*, 08 de fev 1974, p. 1.

³¹⁹ *Correio da Paraíba*, 17 de fev 1974, p. 3.

atendidos, pois ainda que sua indicação fosse feita de cima para baixo pelo presidente, não era completamente dispensável o capital político dos parlamentares. Na análise da Arena, torna-se impossível considerá-la como um corpo homogêneo. Cada parlamentar tem seus interesses (políticos, econômicos ou de outra natureza). Algumas vezes esses *arenistas* fazem seus interesses se sobreporem ao apoio incondicional ao governo federal e estadual.

CAPÍTULO III – CONCILIAÇÃO PARTIDÁRIA E A “DISTENSÃO”: O GOVERNO IVAN BICHARA E A ATUAÇÃO DE ANTÔNIO MARIZ NO CONGRESSO NACIONAL (1974-1978)

Passado o auge do chamado “milagre brasileiro”, em 1974 a ditadura militar não vivia a popularidade dos anos 1970-1972. A “crise do petróleo” de 1973, desencadeada a partir do conflito entre os países árabes e Israel e o modelo de distribuição de renda no qual deveria “fazer o bolo crescer para depois dividir” mergulharam o país num progressivo colapso econômico que afetara a avaliação do governo militar pela sociedade. Politicamente, a perspectiva de renovação da classe política nacional e a predileção de governadores com perfil técnico não passaram de uma ilusão criada pelo regime através de seu partido, gerando descrença do eleitorado na Arena.

Os anos de 1974 a 1978 marcaram uma nova fase no regime autoritário: nela a política, e não mais a economia, tornou a ser seu principal âmbito de legitimação. O apoio social dado ao golpe de 1964 já não era o mesmo de dez anos depois, e a sociedade civil estava cada vez mais reticente com os rumos autoritários dado pelos militares ao país. Julgava-se necessário que militares deixassem o protagonismo político, mas esses só deixariam o comando do país mantendo as bases do Estado de Segurança Nacional.

O novo presidente da República, general Ernesto Geisel, assumira o cargo indicando o retorno das liberdades democráticas, e, junto ao ministro-chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, implementou o projeto de redemocratização política caracterizado de “distensão”³²⁰ do regime. Nele, procurava-se criar mecanismos elásticos de cooptação política, incorporando setores da oposição cujo objetivo era dismantelar, gradativamente e com segurança, os mecanismos de repressão impostos pelo AI-5.

Segundo Alves (2005, p. 224-225), essa “distensão” proposta pelo governo Geisel tinha como objetivo maior “[...] concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e criar uma representação política mais flexível, de modo a baixar os níveis de dissensão que havia tornado muito forte as ‘pressões’”. O regime militar desejava, de forma “lenta, gradual e segura”, como ficou amplamente conhecida a redemocratização brasileira, instaurar um processo político que, com a colaboração da sociedade civil e suas instituições representativas,

³²⁰ Os termos “abertura” e “distensão” indicam o processo político iniciado em 1974 e concluído em 1985 e o projeto de político especificamente operado durante o governo Geisel respectivamente. Tal perspectiva é amparada na obra de Alves (2005), sendo também considerados os apontamentos de Silva (2014), o qual relata a existência de diversas propostas de “aberturas” do regime, inclusive antes de 1974, abortadas ou modificadas em virtude das circunstâncias sociais, quando os militares viam como ameaçadas a estabilidade do Estado de Segurança Nacional.

lhes devolvesse o controle da política nacional, sem permitir o retorno dos atores sociais expurgados após o golpe de 1964.

No entanto, não houve uma colaboração automática da sociedade civil ao projeto de “distensão”, resultando em diversas demonstrações de discordância com a forma controlada como era proposta a reabertura democrática. Desta forma, o objetivo deste capítulo é analisar a atuação da Arena da Paraíba nesse processo de abertura, e seu diálogo com o projeto de “distensão” política proposto por Geisel. Buscaremos observar suas implicações na conjuntura política regional e como os *arenistas* paraibanos adaptaram seus interesses partidários mais específicos.

Para tanto, abordaremos três aspectos da atuação da Arena: o primeiro deles é a eleição de 1974, quando, além da indicação do novo governador biônico, o partido sofreu a mais significativa derrota nas urnas, na qual elegeu apenas seis senadores das 21 cadeiras em disputa, entre as quais estava a Paraíba. A derrota *arenista* teve forte impacto no processo de abertura política, pois, com a impossibilidade de votar para cargos de governador e presidente, o pleito senatorial ganhou *status* de eleição majoritária.

Em seguida será analisada a condução do projeto de “distensão” no plano regional pelo novo governador do Estado. Ivan Bichara assumira o cargo com a missão de dar continuidade ao projeto de modernização conservadora, adaptando-o à nova conjuntura vivida pelo regime. Era objetivo do novo governador reerguer o partido após a derrota eleitoral de 1974, conciliando setores partidários, bem como intermediar novos conflitos que surgiriam durante sua administração.

Um terceiro ponto a ser analisado são as eleições municipais de 1976 e suas implicações para a política local e nacional, visto que o poder municipal cada vez mais consistia num lastro de sustentação política do regime. Abordar esse pleito tem importância, pois essa eleição passou a ser vista como uma fase importante para o andamento do processo de “distensão”, haja vista que uma derrota na eleição municipal provocaria novos questionamentos sobre o regime, por parte de setores mais radicais, acerca da viabilidade da devolução do poder aos civis.

Por fim, sairemos do plano estadual para analisar a atuação do deputado federal Antônio Mariz no Congresso Nacional, buscando entender a forma como setores da Arena se comportavam nesse processo de abertura. Mariz, mesmo integrando a Arena, partilhava de um histórico de defesa das liberdades democráticas; como deputado federal, adotou uma postura flexível entre a defesa de seus interesses políticos particulares e sua conduta democrática.

3.1. As eleições de 1974: A solução *americista* e a derrota *arenista* na eleição senatorial

Entre 1970 e 1972, a Arena surfou na onda da alta popularidade da ditadura, obtendo vitórias eleitorais importantes para o partido que vivera uma crise com o regime após o AI-5. Enquanto a legenda alcançava exitosas votações, internamente o partido convivia com conflitos nas suas secções regionais, e essas disputas entre as frações partidárias influenciariam na forma como a Arena se apresentou para a eleição de 1974. Concomitantemente, recaía sobre o partido o ônus da crise econômica que se instaurava no país após anos de investimento em grandes obras, importantes para a propaganda eleitoral dos governistas.

O MDB, por outro lado, buscava capitalizar politicamente a crise econômica sentida, sobretudo, pelas camadas mais baixas da população. A eleição de 1974 tornara-se um momento chave para a oposição apontar a ineficácia do regime em controlar a crise e os excessos autoritários dos governos militares, sendo um ponto marcante o lançamento de uma “anticandidatura” à presidência da República, nome dado à chapa composta pelo deputado Ulysses Guimarães e pelo ex-deputado Barbosa Lima Sobrinho. De acordo com Kinzo (1988, p. 153-157), a chapa era meramente simbólica, um protesto contra as eleições indiretas. A “anticandidatura” realizou comícios e reuniões que serviram como forma da população dispor de um contato maior com as ideias oposicionistas.

Além disso, um grupo de intelectuais, reunidos em torno do Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (CEBRAP), elaborou uma cartilha na qual eram pontuados os problemas sociais, políticos e econômicos do Brasil a serem abordados pelos candidatos do MDB na campanha de 1974. Nessa campanha, o fenômeno da propaganda eleitoral transmitida via televisão foi importante para a disseminação das ideias da oposição, que através de vídeos dos candidatos com discursos curtos e imagens didáticas apresentou sua mensagem para o eleitorado (KINZO, 1988, p. 153-154).

Na política paraibana, enquanto o MDB se organizava em torno de Ruy Carneiro, sua maior liderança, para a disputa senatorial, a Arena encontrava-se no meio de uma instabilidade sem precedentes na história do partido. A ruptura entre as lideranças de Ernani Sátyro e de João Agripino demarcava um conflito partidário pelas eleições diretas e indiretas no estado. Ao mesmo tempo, as eleições de 1970 e 1972 e as disputas promovidas durante o governo Sátyro indicaram que novos grupos políticos almejavam estabelecer sua posição de poder e influência dentro do partido.

Visando amenizar rivalidades e evitar problemas para o partido, em março de 1974 realizou-se uma reunião na residência do senador Milton Cabral, em Brasília, na qual estiveram

presentes Aluísio Afonso Campos, Sátyro e Agripino. Nela foi elaborado um documento denominado pela imprensa de “Protocolo de Brasília”, um tratado político firmado pelas duas principais lideranças partidárias que se estenderia para os demais quadros. Sua função era orientar as decisões em torno da sucessão estadual e a escolha dos demais candidatos às eleições diretas, sendo discriminado onde cada setor do partido exerceria influência.

Servia ainda como um manual de conduta para seus membros na campanha, evitando que o desgaste das disputas internas interferisse na vitória do partido. Publicado integralmente pela imprensa, o documento apresentava os seguintes pontos:

- 1 – Ainda não existe candidato escolhido ou indicado a Governador;
- 2 – A indicação de um ou mais nomes para candidato a esse cargo será feita, obedecidos os critérios estabelecidos pelo sistema político, de comum acordo entre as duas lideranças e submetidos à consideração das representações federal e estadual, dos membros do Diretório Regional e do presidente do Diretório Nacional da Arena, quando de sua visita ao Estado;
- 3 – A escolha do candidato a senador deverá ser feita pelas representações federal e estadual e membros do Diretório Regional e submetida à decisão da Convenção, de comum acordo com as duas lideranças referidas;
- 4 – A escolha dos candidatos à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa será feita pela Convenção do partido, procurando-se obter o maior número possível de candidatos, que satisfaçam os requisitos legais, com o propósito de mobilizar novas vocações, constituindo pré-requisitos das indicações fidelidade à Revolução, probidade e o compromisso de lutar pela unidade partidária e pela eleição do candidato a senador;
- 5 – Os dois líderes se comprometem a lutar pela reeleição das atuais representações federal e estadual, sem prejuízo da oportunidade que se deve dar aos novos candidatos;
- 6 – Não merecerão apoio dos dois líderes os candidatos escolhidos à representação federal e estadual que não se empenharem pela eleição do candidato ao Senado;
- 7 – Constituem atributos para a indicação à candidatura a Governador do Estado a fidelidade à Revolução, capacidade administrativa, probidade e o compromisso de assegurar a manutenção da unidade partidária e o propósito de continuidade administrativa, não constituindo alas dentro do partido, ou fomentando a sua existência;
- 8 – Será dispensado aos candidatos à representação estadual e federal, sem distinção, tratamento igual no que concerne aos atos político-administrativos, com o propósito de manter a unidade partidária, respeitando os critérios do Governo.³²¹

No texto do “protocolo”, era reservado às bancadas legislativa, federal e estadual do partido a indicação do candidato a senador. Essa prerrogativa visava contemplar as lideranças menores, abrindo possibilidade para que o escolhido saísse da bancada federal do partido.

O “Protocolo de Brasília” foi celebrado como um tratado de paz, que uniria a Arena visando à eleição do maior número de candidatos em 1974. Em sua coluna semanal publicada pelo *A União*, Sátyro o descreveu como um “[...] reencontro de dois velhos amigos e

³²¹ *A União*, 20 de mar 1974, p. 1.

companheiros de lutas, há algum tempo afastados de maior entendimento político, embora não rompidos pessoalmente”³²².

Era fundamental para a condução do acordo que ambas as lideranças abrissem mão de seus interesses particulares e conduzissem em conjunto os rumos do partido. Prova maior foi a reunião ocorrida um mês após a divulgação do “protocolo”, quando Sátyro, Agripino e Campos se encontraram na Granja Santanna, residência oficial do governador em João Pessoa, para decidir quais seriam os nomes escolhidos pelo partido para o governo estadual. Enquanto Sátyro defendia a indicação única de Ivan Bichara, Agripino argumentava a favor da elaboração de uma lista, contendo o nome de Bichara e outros três ou quatro indicados³²³.

Essa falta de entendimento abriu uma fissura no “Protocolo de Brasília”, a partir da qual cada liderança impulsionaria seu favorito: Bichara era o escolhido de Sátyro, e o economista Juarez Farias era o candidato de Agripino. O governo federal colheria os nomes dos candidatos de cada secção da Arena através da “Missão Portela”, uma excursão do presidente nacional da Arena, senador Petrônio Portela (Arena-PI), pelos estados para consultar lideranças e demais membros do partido sobre a sucessão nos governos estaduais. Através desses contatos, pretendia-se articular os melhores nomes dentro de cada secção para conduzir o Estado e o partido.

A chegada da “Missão Portela” à Paraíba ocorrera no início de maio, e seu itinerário foi relatado pelo jornal *A União* em três etapas: reunião de Portela com Sátyro e Agripino no Palácio da Redenção; audiência com deputados e senadores na Assembleia Legislativa; e, por fim, ida à casa de José Américo de Almeida. Aparentemente uma visita cordial de dois antigos correligionários da UDN, o encontro entre Portela e Zé Américo guarda sua importância para o processo sucessório. Mesmo retirado da vida partidária, o ex-ministro atuava nos círculos *arenistas* locais como um consultor, um mentor, sobre assuntos político-partidários³²⁴.

No impasse das decisões em torno da escolha do governador biônico e seu vice, Zé Américo desempenhou o papel de fiel da balança, decidindo pela escolha de Bichara para governador e do então prefeito de João Pessoa, Dorgival Terceiro Neto, como vice. Em entrevista ao jornal *O Norte*, Zé Américo confirmou sua participação nas indicações, quando confirmou que foi consultado por Portela durante visita à sua residência:

³²² SÁTYRO, *A União*, 24 de mar 1974, p. 8.

³²³ *O Norte*, 16 de abr 1974, p. 5; De acordo com os principais colonistas, João Agripino queria compor a lista com os nomes de Dorgival Terceiro Neto, prefeito de João Pessoa, Juarez Farias, economista e secretário de seu governo, e de Gilardo Martins, reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (*O Norte*, 16 de abr 1974, p. 5).

³²⁴ *A União*, 09 de mai 1974, p. 1.

Fui ouvido pelo senador Petrônio Portela. Quando ele passou pela Paraíba para consultar as áreas políticas, foi até minha casa e me pediu para eu dar o meu depoimento sobre a sucessão. Eu falei com isenção. Reconheci os méritos de cada candidato e não deixei de analisar a situação que se formava.³²⁵

A interferência de Zé Américo na escolha do governador do estado é confirmada por relatos de políticos envolvidos no processo sucessório. O presidente regional da Arena, Sabiniano Maia, em suas memórias relata que “Um dos elementos fortes que concorriam para manter o Bichara foi o Ministro José Américo, por intermédio de seu filho, o gal. [Reynaldo] Almeida, que era amigo do Presidente da República”³²⁶. As narrativas divergem sobre as motivações que o levaram a interferir no processo sucessório.

Para Agripino, as motivações de Zé Américo foram de natureza familiar, pois Bichara era casado com sua sobrinha. Na versão de Agripino, após a passagem da “missão Portela” pela Paraíba, o nome de Juarez Farias ganhava força na esfera federal junto ao general Golbery do Couto e Silva, ministro do Gabinete Civil. Sátyro, ciente da preferência por Farias, teria escrito uma carta a Zé Américo requerendo que este intervisse junto ao governo federal, sob a justificativa de que Agripino estaria difamando a família de Bichara perante o comando do regime³²⁷.

Por sua vez, Bichara relata que a interferência de Zé Américo em favor do seu nome teria sido uma manobra partidária para recompor o partido.

O Ministro José Américo, teve uma participação quando foi ouvido aqui, na Paraíba, pelo Ministro Petrônio Portella, [...] e o José Américo, com muita habilidade, combinou pela solução do meu nome, sob a alegação principal de que eu tinha condições de reunir mais elementos e pacificar o próprio partido mais tarde, por ser um homem de temperamento equilibrado, sensato, não vinha para brigar, vinha para unir, para administrar, de modo que a participação de José Américo foi decisiva porque o Portella sentiu que ele estava interessado.³²⁸

A tendência pela motivação conciliatória se repete na escolha de Terceiro Neto para vice-governador, o que minimiza a versão de Agripino. De acordo com a narrativa apresentada pelo jornal *O Momento*³²⁹ havia interesse de Sátyro indicar outros nomes mais próximos à sua ala partidária (como o secretário Milton Vieira), vetados por Zé Américo por aparentar uma intervenção maior do governador no processo sucessório, em prol de Dorgival Terceiro Neto:

³²⁵ O Norte, 28 de mai 1974, p. 1.

³²⁶ Entrevista Sabiniano Maia, Acervo CPDOC-NIDHR, 1985, p. 63.

³²⁷ Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHIR 1977 p. 286-287

³²⁸ Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 46.

³²⁹ A versão conciliatória coincidia com as páginas dos jornais, como o *Correio da Paraíba* (Correio da Paraíba, 27 de jun 1974, p. 3). Porém, o próprio jornal publicara uma versão de que haveria um acordo estabelecido entre Sátyro e Agripino durante a visita de Portela, no qual o primeiro indicaria o governador e o segundo indicaria o vice-governador, o candidato ao Senado e seu suplente (Correio da Paraíba, 02 de jul 1974, p. 1).

“O nome de Dorgival, lembrado pelo ministro José Américo de Almeida foi, na verdade, o que reuniu melhores condições para o partido”³³⁰.

A escolha de Bichara e Terceiro Neto, portanto, surgiu como solução *americista* para as disputas internas dentro do partido, como o próprio Zé Américo declarou: “A minha maior preocupação, era que se mantivesse a paz na Paraíba, a unidade partidária, mas sobretudo que se conservasse a paz na Paraíba”³³¹. Conservar a “paz” significava manter os postos de decisões nas mãos da tradicional elite política local que comandava o Estado desde antes da República. Ao analisarmos a postura de Bichara no governo, é nítida sua missão em conciliar os divergentes e garantir o predomínio dos mesmos grupos políticos nos espaços de poder.

Havia, em 1974, uma tendência dentro dos diretórios estaduais a procurar saídas conciliatórias. Caso semelhante ocorreu no Espírito Santo, quando, dividido o partido entre as indicações do senador Eurico Rezende e José Carlos Fonseca, optou-se por um *tertius*, Élcio Álvares. A solução por uma terceira via no Espírito Santo foi apelidada de “solução Guazzelli”, por se assemelhar à forma como foi escolhido o governador do Rio Grande do Sul, Sinval Guazzelli (OLIVEIRA, 2018, 302-303). De todos os modelos possíveis, a indicação dos governadores em 1974 foi marcada por acordos conciliatórios, que visassem unir um partido marcado pela fragmentação interna de seus quadros.

Mesmo diante de uma solução conciliatória, a escolha de Bichara representava uma vitória política de Sátyro sobre Agripino, passando o governador a tirar proveito dessa indicação em benefício de sua liderança partidária. Em discurso proferido na capital, Sátyro afirmou sua importância naquela escolha:

[...] sempre me bati com todo o meu esforço pela indicação de Ivan Bichara para governador do Estado, mas sou também o primeiro a compreender que ele pertence não somente a nós, mas também a toda família arenista da Paraíba.

[...] Eu tenho, neste momento, mais do que em qualquer outro, o dever de dizer que sou um comandante da ARENA. Que, sendo um comandante da ARENA, quero ser comandante da ARENA-unida, da ARENA decidida para os grandes pleitos que se aproximam.

É verdade que esta escolha me trouxe muito entusiasmo, como a todos que aqui se encontram. Ela me trouxe, acima de tudo, tranquilidade para que possa continuar até o fim a obra administrativa do meu governo. Ela me trouxe, mais uma vez, a confiança, porque aqui se encontram muitos daqueles a quem eu disse: “Não tenha dúvidas que o candidato é Ivan Bichara”³³².

³³⁰ O Momento, 01-07 de jul 1974, p. 3.

³³¹ O Norte, 28 de mai 1974, p. 1.

³³² A União, 31 de mai 1974, p. 1.

Nos dias que se seguiram ao anúncio, os jornais locais publicavam mensagem de políticos e demais setores da sociedade civil parabenizando Bichara e Sátyro³³³. O teor das mensagens era ainda um indicativo de que havia uma confiança da elite política e econômica estadual de que o governo Bichara representaria uma continuidade do projeto de modernização conservadora promovida na Paraíba. As mensagens enfocavam a questão do “consenso” ou “entendimento” partidário, a “continuidade” a ser dada ao governo Sátyro e a “renovação” dos valores, ideais e iniciativas do golpe de 1964.

A solução *americista* não abarcava as divergências para a candidatura a senador, um problema que dizia mais respeito à competição interna do partido. Sátyro tinha intenção de se lançar candidato ao Senado, porém, de acordo com o colunista José Souto, sua candidatura foi abandonada em virtude de orientação expressa pelo regime para que nenhum governador abandonasse o cargo para disputar a senatoria. Segundo ele, os militares julgavam crucial a participação dos governadores na campanha, utilizando as obras realizadas por suas administrações como meio para impulsionar as candidaturas *arenistas*. Impedia-se ainda que o ímpeto político de alguns governadores candidatos ao Senado limitasse a atuação de outras lideranças, provocando conflitos que influenciassem a votação do partido³³⁴.

Com o governador fora da disputa, quem mais almejava a indicação era Aluísio Afonso Campos, uma personalidade engajada nos problemas partidários, responsável pela articulação do esquema que elegeu o candidato *arenista* na eleição de Campina Grande, em 1972, e do “Protocolo de Brasília”, em 1974. Devido aos seus trabalhos na organização interna do partido, o economista era o preferido de Sátyro e pelos deputados estaduais, para os quais acenava com verbas para suas campanhas³³⁵.

Todavia, Campos não era uma unanimidade dentro do partido, contestado por parlamentares do Congresso Nacional, especialmente os deputados federais Antônio Mariz e Claudio Paiva Leite. Essa rejeição era uma forma de se contrapor ao governador, o qual era acusado de “tratamento discriminatório”, favorecendo parlamentares alinhados à sua liderança.

³³³ Destacam-se falas de Sabiniano Maia, representando o Diretório da Arena na Paraíba (Correio da Paraíba, 25 de mai 1974, p. 1); da Casa Civil do governo do Estado, na pessoa de seu chefe, Amaury Vasconcelos (Correio da Paraíba, 25 de mai 1974, p. 5); de políticos *arenistas*, como Clóvis Bezerra (O Norte, 25 de mai 1974, p. 1) e Domício Gondim (GONDIM, O Norte, 25 de mai 1974, p. 5); pelo MDB, através do senador Ruy Carneiro (O Norte, 25 de mai 1974, p. 1) pela classe empresarial, através do empresário Antônio Cabral, irmão do senador Milton Cabral (O Norte, 25 de mai 1974, p. 1) e pelo Clube de Diretores Lojistas de João Pessoa (A União 26 de mai 1974, p. 3); e pela própria imprensa, através de textos editoriais, como o do *O Norte* (EDITORIAL, O Norte, 25 de mai 1974, p. 4).

³³⁴ SOUTO, O Norte, 23 de ou 1973, p. 5

³³⁵ MADRUGA, Correio da Paraíba, 07 de fev 1974, p. 3.

Sua oposição à candidatura de Campos culminou com o envio do “memorial anti-Ernani”, que apontava os desvios partidários do governador enquanto chefe da Arena³³⁶.

Diante da situação, Petrônio Portela organizou reunião entre a bancada federal da Arena e Ernani Sátiro no intuito de discutir a candidatura e a campanha senatorial *arenista* na Paraíba. Nela, foi sugerido ao partido a candidatura de Mariz para o Senado, equilibrando o interesse dos deputados federais com os de Sátiro, contemplado com a escolha de Bichara. A proposta, que já constava do fracassado “Protocolo de Brasília”, segundo a imprensa, teria sido veementemente recusada pelo governador³³⁷.

O veto de Sátiro ao acordo, bem como sua predileção por seus aliados políticos dentro do partido, motivou Agripino a vir à Paraíba para participar ativamente da campanha em prol de seus aliados, como forma de se contrapor à intransigência do governador³³⁸. Em entrevista, Agripino afirmara que: “Se o governador entender de ter candidatos exclusivos, eu também terei os meus e anunciarei aos paraibanos quais os que eu prefiro e os que têm condições de bem representar a Paraíba no cenário nacional”³³⁹.

O clima de tensão presente entre as lideranças não repercutiu na convenção que homologou a candidatura de Campos ao Senado. Segundo descreveu o *A União*, o clima do evento era de euforia da militância que participou da Convenção.

Desde as 14 horas, o Ginásio do Sesc transformou-se no centro de operações da Arena, para onde convergiam políticos, representantes de classe, delegações dos bairros da Capital e de cidades do interior, e o povo. À noite, quando se iniciou, às 20h45m, a sessão de encerramento da convenção, as arquibancadas estavam literalmente tomadas, com a multidão empunhando faixas, bandeirolas e cartazes, saudando os líderes do partido. A união da Arena em torno de seu candidato ao Senado estava representada nesse comportamento do auditório.³⁴⁰

Anunciado suplente de senador na chapa de Campos, o vice-governador Clóvis Bezerra proferiu discurso otimista para as bases partidárias, reforçando a união e a confiança na vitória: “Nosso partido é imbatível, e nós estamos unidos, comandados e comandantes, para obedecer às ordens do supremo comando e levar o partido a uma vitória”³⁴¹. Mais comedido, Campos apontou em sua fala como a Convenção foi um marco para a união do partido, mas que só se elegeria com o apoio de todos os seus membros: “Declarei aos líderes estaduais e nacionais

³³⁶ O Norte, 03 de ago 1974, p. 8.

³³⁷ Correio da Paraíba, 04 de ago 1974, p. 1.

³³⁸ À época, Agripino trabalhava como executivo na empreiteira Camargo Correia, e tirou licença do cargo para participar da campanha (Correio da Paraíba, 19 de set 1974, p. 3).

³³⁹ Correio da Paraíba, 11 de ago 1974, p. 1.

³⁴⁰ A União 13 de ago 1974, p. 1.

³⁴¹ Ibid.

da ARENA que só admitiria ser candidato com o apoio e o empenho de todas as correntes do Partido, e esta convenção se realiza como a primeira demonstração de comunhão de forças”³⁴².

O otimismo e a união demonstrados pelas bases *arenistas* na sua Convenção Estadual não prosseguiram na campanha eleitoral, pois as desavenças internas e a presença das duas lideranças estaduais juntas nos comícios geravam situações desconfortáveis, esvaziando a campanha de Campos. No comício de abertura da campanha *arenista* no bairro de Cruz das Armas, em João Pessoa, o *Correio da Paraíba* relata que Agripino só aceitou subir no palanque após a saída de Sátyro, que teria se retirado do evento em protesto à presença do ex-governador³⁴³.

Em seu discurso, Agripino mais acusou o ex-governador de promover perseguições políticas aos seus correligionários, do que promoveu o candidato *arenista* ao Senado: “[...] [Ernani Sátyro] dividiu a Arena, tratando uns afilhadescamente e outros como se fossem adversários, dentro do próprio partido”³⁴⁴. Em resposta às críticas proferidas por Agripino, Sátyro declarou à imprensa: “[...] [Agripino] não tendo coragem de contestar a decisão do Presidente da República e de combater ao futuro governador Ivan Bichara, me faz alvo de seus ataques”³⁴⁵.

Criava-se assim o problema da impossibilidade das duas principais lideranças do partido estarem no mesmo palanque. O colunista político Djaci Andrade do *Correio da Paraíba* apontava que havia dois roteiros para as atividades de campanha entre as quais Campos se dividia: um oficial (comandado por Sátyro e Bichara) e outro extraoficial (organizado por Agripino)³⁴⁶.

O problema da secção estadual da Arena era de conhecimento do presidente nacional do partido e despertava preocupação do regime. Logo no início da campanha eleitoral, Petrônio Portela reuniu-se com Sabiniano Maia para tratar da atuação do partido na Paraíba, e este teria afirmado que Campos só venceria caso houvesse uma união de Agripino e Sátyro³⁴⁷. Mas essa

³⁴² Ibid.

³⁴³ *Correio da Paraíba*, 17 de set 1974, p. 3.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ *O Norte*, 17 de set 1974, p. 1.

³⁴⁶ ANDRADE, *Correio da Paraíba*, 18 de out 1974, p. 4. Para contornar esse problema, algumas saídas para o comício de encerramento que ocorrera na Praça 1817, em João Pessoa, foram apresentadas: organização técnica da campanha sugeriu um “palanque duplo”, dividido ao meio por um tapume; outra ideia foi a realização de dois comícios simultâneos, em João Pessoa e em Campina Grande, onde cada liderança comparecesse a um, opção adotada pela organização (*O Norte*, 19 de nov 1974 p. 5).

³⁴⁷ *Correio da Paraíba*, 30 de ago 1974, p. 3.

desunião não se limitava aos dois, estendia-se aos demais quadros, muitos descontentes com a postura do governador ao fazer campanha apenas para seus aliados mais próximos³⁴⁸.

O problema paraibano era percebido em outras secções estaduais, e isso levou o Diretório Nacional da Arena a orientar os presidentes regionais a agir com rigor contra os chamados “infiéis”. De acordo com a nota de recomendação escrita pelo vice-presidente em exercício do partido, Perachi Barcellos (Arena-RS):

Recomenda-se maior atenção dos diretórios no sentido de estimular o comparecimento ao pleito, acompanhando atentamente o desenrolar da campanha, a de aquilatar o cumprimento da determinação do comando partidário, bem como observar as apurações com o objetivo de verificar a aplicação do princípio legal da fidelidade partidária³⁴⁹.

As chefias municipais deveriam exercer controle sobre os eleitores para que esses votassem na “chapa caixaão”, em que todos os candidatos da célula deveriam ser *arenistas*. De acordo com a imprensa, a nota da direção nacional da Arena não foi bem recebida junto às bases municipais do partido, que a consideraram “muito infeliz”, transmitindo desconfiança em seus membros. Segundo o *Correio da Paraíba*: “Arenistas irritados afirmaram que é o próprio presidente do Partido quem deixa a entender que tem membros da Arena inclinados a vota no senador Ruy Carneiro”³⁵⁰.

Apesar do esforço por parte do Diretório Nacional em orientar e propor medidas para atenuar a influência dos problemas de organização interna no desempenho eleitoral da Arena, estas não foram suficientes para levar o partido a uma vitória na eleição senatorial. Ruy Carneiro venceu o pleito no estado com 297.780 votos (51,66 %), contra os 278.590 (48,34%) obtidos por Campos³⁵¹. A derrota eleitoral da Arena na Paraíba fez parte do quadro nacional, marcado pela vitória da oposição no pleito, que elegeu 17 senadores contra apenas cinco da Arena.

Em relação às eleições proporcionais, a Arena manteve a supremacia contra o MDB no estado. Para deputado federal a Arena elegeu sete candidatos, contra quatro *emedebistas* (Ata eleição deputado federal 1974, Acervo TRE-PB). Para deputado estadual a Arena elegeu 21 parlamentares, contra 11 candidatos da oposição, destacando-se que os 17 candidatos mais

³⁴⁸ Um desses eventos ocorrera na cidade de Guarabira, município com dois candidatos a deputado estadual, um *agripinista* e outro *ernanista*. Em comício, Clóvis Bezerra teria recomendado aos presentes o nome do aliado de Agripino junto ao nome do aliado do governador, gerando irritação de Sátyro (*Correio da Paraíba*, 04 de out 1974, p. 3). Em Itabaiana também havia dois candidatos a deputado estadual, sendo um apoiado publicamente por Sátyro e outro por Bichara. A imprensa apontava que situação semelhante ocorria em João Pessoa, Cajazeiras, Catolé do Rocha e Bananeiras. (*Correio da Paraíba*, 05 de out 1974, p. 3).

³⁴⁹ O Norte, 26 de set 1974, p. 8.

³⁵⁰ *Correio da Paraíba*, 27 de set 1974, p. 3.

³⁵¹ Ata eleição Senador 1974, Acervo TRE-PB.

votados foram do partido governista (Ata eleição deputado estadual 1974, Acervo TRE-PB). Uma análise das áreas de influência dos candidatos (ver tabelas 9 e 10) demonstra a permanência do perfil do candidato da Arena: lideranças políticas cuja maior parte dos votos encontram-se em cidades do interior do estado.

Tabela 9- Deputados federais eleitos e suas zonas de influência – 1974

Parlamentar	Área de influência
Wilson Braga	Conceição
Antônio Mariz	Sousa
Ademar Pereira Vieira	Pombal
Francisco Teotônio Neto	Piancó
Maurício Brasilino Leite	Patos
Antônio Gomes	Campina Grande
Álvaro Gaudêncio Filho	Campina Grande

Fonte: Ata eleição deputado federal 1974, Acervo TRE-PB

Tabela 10- Deputados estaduais eleitos e suas zonas de influência – 1974

Parlamentar	Área de influência
Enivaldo Ribeiro	Campina Grande
Edme Tavares	Cajazeiras
Evaldo Gonçalves	-
José Lacerda Neto	São José de Piranhas
Severino Ramalho Leite	-
Inácio Bento de Moraes	Santa Luzia
Antônio Nominando Diniz	Princesa Isabel
Francisco Soares de Sá	Patos
José Soares Madruga	Itaporanga
Francisco de Assis Camelo	João Pessoa
Juracy Palhano	Campina Grande
Ananias Gadelha	Sousa
Francisco Pereira Vieira	Pombal
Waldir dos Santos Lima	Serraria
Américo Sergio Maia	Catolé do Rocha
Antônio Montenegro	-
Egídio Madruga	Santa Rita
Luiz Ferreira Barros	Teixeira
Manoel Gaudêncio	Campina Grande
Edvaldo Motta	Patos

Fonte: Ata eleição deputado federal 1974, Acervo TRE-PB

Alguns aspectos devem ser considerados quando abordamos os números eleitorais da Arena na eleição de 1974, sendo o primeiro deles a votação apertada entre os candidatos na eleição senatorial – uma diferença de pouco mais de 20 mil votos – e a quantidade de deputados federais e estaduais eleitos. Em virtude desses números, Aluísio Afonso Campos passou a

questionar o resultado, solicitando uma recontagem dos votos, havendo de sua parte uma desconfiança da fidelidade partidária de seus correligionários, os quais acusava de “desviar votos” de suas bases eleitos para o candidato de oposição³⁵².

As acusações de Campos foram rejeitadas pelo Diretório Regional da Arena que, em nota, desvinculou o partido do pedido de recontagem de votos apresentada pelo seu candidato: “A medida foi requerida pelo Dr. Aluísio Afonso Campos, através de um de seus advogados, perante a Primeira Zona e Primeira Zona A, tratando-se assim de postulação da exclusiva responsabilidade daquele candidato”³⁵³.

Pela segunda vez Campos justificava sua derrota para Carneiro à infidelidade partidária, haja vista que o mesmo apontou esse fator para sua derrota em 1966 (SOBREIRA, 2016, p. 126). Contudo, outros elementos podem ser considerados para explicar sua derrota, como a popularidade de seu adversário no estado. Uma das lideranças políticas mais populares da Paraíba, Carneiro era detentor de um rico capital político e forte apelo junto às massas, o que lhe rendera o quarto mandato consecutivo como senador da República em 1974³⁵⁴.

Um segundo elemento é a votação da oposição na capital do Estado. A partir de 1974 o acervo do TRE-PB disponibilizou uma ferramenta para consulta dos resultados eleitorais por município, e quando olhamos para a votação senatorial em João Pessoa houve uma larga vantagem do candidato da oposição sobre o da situação: 42,692 votos (69,77%) contra 18,512 votos (30,23%)³⁵⁵. A diferença de votos obtidos pelo MDB contra a Arena na capital é maior do que a diferença geral dos partidos em todo o estado, podendo-se considerar que a votação em João Pessoa foi fundamental para a eleição de Carneiro senador.

Diante desses dados, é preciso questionar a natureza do voto pessoense em Ruy Carneiro, se era meramente em virtude de sua liderança política, ou se havia algum sentimento antigovernista e antitadura nesse eleitorado, haja vista que o *emedebista* nunca fora um opositor mais atuante dentro de seu partido. Nas fontes aqui analisadas não há maiores descrições sobre os discursos de campanha, que pudessem nos indicar se havia ou não um apelo a críticas contra o governo. A existência de um sentimento opositorista entre os eleitores da capital aparece em relato de Aluísio Afonso Campos sobre a campanha, segundo o qual:

³⁵² Correio da Paraíba, 19 de nov 1974, p. 1.

³⁵³ ARENA, Correio da Paraíba, 19 de nov 1974, p.1.

³⁵⁴ Apelo que pode ser não só medido nas diversas eleições sucessivas que vencera no estado, mas também na ocasião de sua morte, no ano de 1977, quando em seu velório reuniram-se mais de cem mil pessoas, parando a cidade de João Pessoa (Correio da Paraíba, 23 de jul 1977, p. 3).

³⁵⁵ Ata votação João Pessoa Eleição Senador 1974, Acervo TRE-PB

[...] Rui Carneiro simbolizava a oposição, e pelo fato de simbolizar a oposição, e também como ele era tradicionalmente vitorioso em João Pessoa, era um nome muito divulgado nos bairros, nos subúrbios, na zona rural, nos municípios, em toda a parte, então ele alcançou uma vitória expressiva em João Pessoa, que suplantou a diferença que eu havia conquistado sobre o MDB no interior.³⁵⁶

Outro fator que pode indicar a vinculação de Carneiro a um sentimento oposicionista é a participação de políticos cassados pela ditadura em sua campanha, como relatado pelo jornal *O Momento*, ao publicar matéria na qual relatou a participação de Pedro Gondim nos comícios do MDB na capital; e em entrevista concedida pelo ex-ministro de João Goulart, cassado pelo AI-1, Abelardo Jurema, na qual declarou participar da campanha de Ruy Carneiro em João Pessoa³⁵⁷. Esses podem ter trazido um tom crítico à ditadura para os comícios e demais eventos da candidatura de Carneiro. Some-se a isso, o fato de a Arena não dispor da maior popularidade em João Pessoa, em virtude da rejeição dos pessoenses à figura de Sátyro e as medidas do prefeito de João Pessoa por ele indicado, como a demolição do Mercado Central³⁵⁸.

A análise dos dados eleitorais da Paraíba em 1974 converge para problematização da análise feita por Lamounier (1980, p. 31) sobre o voto antigovernista do eleitorado de São Paulo nas eleições de 1974, para o qual o MDB teria se transformado em uma “sigla mágica”, um elemento catalizador do voto de oposição naquele estado. Em João Pessoa havia um sentimento antigovernista e um viés ideológico favorável a oposição na votação dos pessoenses. Tendo a derrota nas eleições senatoriais de 1974 na Arena afetado diretamente o governo de Ivan Bichara, que precisou trabalhar tanto na harmonização do partido, como na recomposição de sua imagem e na do governo do Estado junto aos paraibanos.

3.2. Conservadorismo e conciliação partidária: o governo Ivan Bichara entre a ditadura militar e os grupos *arenistas*

3.2.1. *O passado integralista e o conservadorismo autoritário*

Ivan Bichara, novo governador biônico escolhido para a Paraíba, era quase um desconhecido da população quando fora indicado em 1974. Seu último cargo público havia sido o de deputado federal pelo Partido Liberal (PL), terminado em 1962. Sua indicação tinha como principal objetivo político dar continuidade ao projeto de modernização conservadora no estado

³⁵⁶ Entrevista Aluísio Afonso Campos, Acervo NIDHR, 1977, p. 153

³⁵⁷ *O Momento*, 04-11 de nov 1974, p. 3; *O Norte*, 19 de nov 1974, p. 5.

³⁵⁸ *Ibid.*

e reorganizar a Arena, conciliando as frações partidárias, sobretudo as lideradas pelos caciques políticos Ernani Sátiro e João Agripino.

Nascido em Cajazeiras, Bichara atuou como advogado e foi autor de romances. Apelidado de “Tarde fria” pelos círculos políticos locais por transparecer personalidade serena e calma para lidar com os problemas vividos pela Arena paraibana, Bichara era considerado um sujeito de origens modestas, que “construiu com sacrifícios seu patrimônio moral”³⁵⁹ – fator que o diferenciava de seu antecessor, herdeiro de importantes lideranças oligárquicas do estado. Bichara contrastava com Sátiro em diversos aspectos, ao mesmo tempo que tinha perspectivas de governo e concepções políticas tão conservadoras quanto as dele.

Sua vinculação com a política partidária foi através da família Almeida, com quem tinha relações familiares. Ocupou seu primeiro cargo eletivo em 1946 como deputado estadual pela UDN, transferindo-se para o PL em 1951, acompanhando Zé Américo quando este promoveu uma dissidência entre os *udenistas*. Pela nova sigla elegeu-se deputado federal em 1955, participando da oposição ao governo Juscelino Kubitschek na Câmara Federal. Quando perdeu as eleições de 1961, não reelegendo-se deputado federal, afastou-se da política partidária, sendo nomeado em 1964 – já no governo Castelo Branco – vice-presidente do Conselho Superior da Caixa Econômica Federal, permanecendo no cargo até 1974.

Católico, na década de 1930 Bichara foi editor do jornal *A Imprensa*, periódico vinculado à Cúria Metropolitana da Paraíba. Nesse período, participou da organização da Ação Integralista Brasileira (AIB)³⁶⁰ na Paraíba, agremiação cuja ideologia inspirava-se nos regimes fascistas europeus. A AIB posicionava-se contra a liberal democracia brasileira da República Velha e seus vícios políticos, tinha um forte viés anticomunista, e era defensora dos valores cristãos e da tradicional sociedade brasileira. Sob a liderança nacional de Plínio Salgado, organizou-se como primeiro partido de estrutura nacional no período republicano, funcionando até 1937.

Em seu estudo sobre a AIB na Paraíba, Souza (2020) relata a estreita relação dessa organização com as elites políticas tradicionais que ocupavam os partidos preponderantes no

³⁵⁹ SOUTO, O Norte, 14 de dez 1974, p. 3.

³⁶⁰ Formada em 1932, a AIB foi o primeiro partido republicano que atingiu proporções nacionais, tendo como principais lideranças Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso. Segundo Chor Maio e Cytrynowicz (2014), foi um movimento que arregimentava sobretudo classes médias urbanas, num período em que havia uma expansão das grandes cidades no país. Caracterizava-se por sua forte estrutura hierarquizada, ideologia centrada no culto à liderança política, exacerbação de valores da nacionalidade oposição radical às ideologias de esquerda, crença na colaboração de classe e ideal corporativo, atribuição do aparato estatal central na dinâmica econômica, social e política, domínio absoluto do Estado sobre a informação, eliminação de qualquer pluralismo político embasado no terror. Compactuava ainda com ideias antisemitas, inspiradas em tendências católicas de extrema-direita. Enquanto existiu, o partido do sigma foi composto por 1123 núcleos estruturados em 548 municípios, tendo 400 mil ativistas, e elegeram 500 vereadores, 20 prefeitos e 4 deputados estaduais.

estado e com a Igreja Católica³⁶¹. A partir de 1936, Bichara ocupou a chefia do Departamento de Estudantes da AIB paraibana, e, em entrevista, apontou como motivos para o seu ingresso na AIB a valorização dos princípios de ordem e autoridade representados por aquela organização e sua posição contra o comunismo, em defesa de valores tradicionais de nossa sociedade e de um Estado forte e centralizador:

Eu vi no Integralismo uma restauração da ordem, do princípio de autoridade, vez que se visava naquele tempo as duas posições. Uma era o comunismo, combatido por ser uma doutrina contra a família, contra a religião, contra a Pátria e por outro lado, a decadência dos costumes. Então acenavam para os jovens, com a possibilidade de um movimento que trouxesse algo de novo para o país, algo que implicasse ideia de renovação dos costumes políticos. De modo que foi isso o que me levou a ingressar na Ação Integralista Brasileira.³⁶²

Porém, ao mesmo tempo que participara da organização da AIB, nas eleições de 1937 Bichara não apoiou a candidatura de Plínio Salgado, mas a de Zé Américo, seu padrinho político, indicando que algumas afinidades ideológicas não se sobrepõem às vinculações políticas familiares, o que é típico da cultura política brasileira³⁶³. Ainda assim, segundo apontou Souza (2020, p. 271-272), Bichara continuou na organização da AIB na Paraíba, sendo um dos integralistas presos em 1938 após o golpe do Estado Novo que extinguiu a AIB³⁶⁴. Talvez esse episódio o tenha levado a repensar a influência dos valores integralistas na sua formação política. Segundo afirmou em entrevista:

[...] O Integralismo, basicamente, era um movimento, não vou dizer, antidemocrático, mas antiliberal. O Integralismo representava justamente o oposto daquilo que mais tarde, eu vim a admitir, e que, apesar de ter seus defeitos, era o melhor dos regimes, a democracia. De modo que eu acho que o Integralismo não trouxe para a vida pública brasileira nada de importante, a não ser aquele idealismo, aquele despertar de muitos jovens para a vida pública brasileira, baseada na preocupação de estudar os problemas maiores e na ilusão de criar uma coisa nova para o país. Fora isso, as ideias integralistas ficaram bem arquivadas e devem ficar onde estão.³⁶⁵

³⁶¹ De acordo com Souza (2020), em 1933, um ano após a fundação da AIB, formou-se a secção paraibana do partido integralista, em João Pessoa. Inicialmente restrita à capital, logo atingiu o interior do estado por meio de caravanas que divulgavam a doutrina integralistas pelos municípios interioranos. A baixa adesão inicial, de acordo com o autor, se explica pelo predomínio das oligarquias no controle político local. Com o passar dos anos, o ideário anticomunista e a identificação com o catolicismo fez com que os integralistas paraibanos recebessem certo apoio de lideranças oligárquicas locais. Com o golpe de 1937, a AIB paraibana sofreu perseguições do governador Argemiro de Figueiredo, encerrando suas atividades naquele ano.

³⁶² Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 3.

³⁶³ Ibid. p. 7.

³⁶⁴ O episódio no qual, por orientação do governo federal, o interventor paraibano reprimiu os integralistas paraibanos sob a suspeita de que planejavam se rebelar contra o governo de Getúlio Vargas no Estado, ficou conhecido como “Intentona Integralista” (SOUZA, 2020, p. 271).

³⁶⁵ Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980, p. 9.

Mas nem todos os valores integralistas outrora defendidos por Bichara ficaram no passado de sua trajetória; alguns seguiram influenciando seu comportamento político, levando-o a apoiar o autoritarismo pós-1964. Em discurso na Assembleia Legislativa após sua eleição indireta, o novo governador pregou pela defesa da ordem institucional baseada em um Estado forte, garantidor da ordem e dos valores tradicionais:

Ninguém em sã consciência pode desejar o retorno da desordem, da greve comandada pelo governo, do custo de vida disparado todos os recordes de elevação. Compreendemos e louvamos, mais uma vez, o esforço consciente e salvador da Revolução de Março e desejamos que se aperfeiçoem num clima de confiança, de progresso e de tranquilidade os instrumentos da evolução democrática e da harmonia social.
[...] Disse e repito: a democracia tem raízes na ordem, na plenitude do respeito da pessoa humana. Não será nunca fruto da confusão e no desprezo dos valores fundamentais para a convivência fraterna, humanizada pelo Evangelho.³⁶⁶

Como representante da ditadura militar na Paraíba, Bichara apresentou-se na sua posse, ocorrida em março de 1975, com discurso menos pomposo que o de seu antecessor, mas igualmente alinhado às diretrizes do Estado de Segurança Nacional: “Sob a inspiração do lema adotado pelo presidente Ernesto Geisel – Desenvolvimento com Segurança – [o regime militar] desfruta, apesar das investidas da subversão, de um clima de ordem, paz e trabalho, de progresso, de liberdade com responsabilidade” (BICHARA, 1978, p. 17-18).

Tal qual seu antecessor, Bichara era igualmente conservador e atrelado aos valores de ordem e moralidade promovidos pela ditadura militar, mas suas identificações políticas progressas guardam diferenças. Enquanto Sátyro se atrelava com as oligarquias coronelistas da República Velha, o novo governador participava ativamente da AIB, partido que rejeitava toda a ideia liberal da Primeira República, defensora de um Estado centralizador mas igualmente conservadora, tal qual as elites que dominavam o país no início do século XX. Ao mesmo tempo, o novo governador vinculava-se aos grupos oligárquicos da política local; sua relação com a família Almeida é um indicativo da forma como as características da cultura política brasileira interferem na forma como os indivíduos assimilam as ideologias políticas.

Seu ingresso na UDN, um partido de características declaradamente liberais, e posteriormente no PL, uma agremiação que defendia pautas como a organização federativa do Estado brasileiro e o regime parlamentarista para nomeação do presidente, aponta que tais ideias integralistas conviviam com outra visão de Estado. Essas influenciavam na forma como Bichara

³⁶⁶ MADRUGA. Correio da Paraíba, 16 de ago 1974, p. 1.

analisava suas filiações partidárias entre 1945-1964, como quando ressaltou as características conservadoras e moralistas da UDN:

Eu explico pelo próprio conteúdo ideológico do Partido a que me filiei. Era um Partido de centro, conservador. Depois, houve a esquerda democrática, saída da UDN, com vistas largas, mais abertas, mais novas. Mas, como era um Partido de centro, as preocupações fundamentais da UDN eram a austeridade, a aplicação do dinheiro público. Era uma linha de centro, uma posição centrista da UDN. Por isso, eu acho que todos defendiam (os que faziam carreira política, dentro dos quadros da UDN) uma linha moralizadora rígida, inflexível, conservadorista (sic).³⁶⁷

Moralizar a administração pública foi uma das diretrizes que nortearam a atuação política de Bichara desde a década de 1930, junto aos integralistas, até a sua participação na ditadura militar. Sua perspectiva moralizadora era dotada de um forte viés anticomunista, o qual carregou ao longo de toda a primeira metade do século XX, como ele próprio relatou, sendo contrário às propostas de reformas sociais de João Goulart, especialmente a reforma agrária, que movimentava a política estadual por meio das Ligas Camponesas³⁶⁸. Para os anticomunistas, as ideologias de esquerda compartilhavam valores incompatíveis com a moral cristã ocidental, sobretudo a defesa da família e de sua fé, mas também a corrupção, através do desvirtuamento moral da gestão pública.

Havia uma lógica no alinhamento de Bichara com o regime que o fez governador do Estado, e sua defesa do conservadorismo autoritário ficava evidente quando se utilizava das datas e eventos considerados marcantes para o regime para proferir discursos em prol de uma ditadura que já não era tão bem aceita pela sociedade. No 11º aniversário do golpe de 1964, Bichara enalteceu aquele movimento golpista como popular, apontando – como de praxe nessas ocasiões – o anticomunismo como uma das causas que levaram à tomada de poder dos militares (BICHARA, 1978, p. 25-128). Não obstante, destaca-se a perspectiva de abertura democrática com a qual o novo governador se preocupava em seu discurso:

A Revolução não veio para perpetuar-se, nem para esquecer as forças vivas da Nação. Seus princípios, seus objetivos, seus ideais são permanentes. O que devemos fazer, os homens de governo, e os que se encontram na oposição é, em primeiro lugar, ter confiança no povo.

[...] A Revolução não se considera infalível; tem tido a coragem de confessar erros e desacertos; mas pede, também, que se reconheça a luta em benefício do país, da ordem legal, das relações sociais, do sucesso do plano econômico e financeiro, mesmo na confusão internacional da hora presente.

[...] A Revolução atingiu, de certo modo, os principais objetivos que perseguiu. Restando-lhe a abertura para a institucionalização do modelo político pretendido, conciliando-o com a ampla e intensa reformulação de sua política social e econômica. (BICHARA, 1978, p. 31-32)

³⁶⁷ Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 10.

³⁶⁸ Ibid. p. 38.

Apesar da identificação com o autoritarismo e centralização do regime, percebe-se nessas falas a mudança de perspectivas no discurso do novo governador, reconhecendo erros promovidos pela ditadura e já apontando para uma reabertura democrática, alinhando-se às diretrizes de “distensão” traçadas pelo governo do general Geisel.

A “distensão” promovida por Geisel reabria espaços para atuação da classe política, pouco aceita pelo regime no pós-AI-5. Após a tentativa de promover uma renovação baseada na nomeação de profissionais com o perfil técnico, sem experiência política, a ditadura viu que tal estratégia não teve o êxito almejado. Num horizonte de abertura do regime, os governadores selecionados pela ditadura em 1974 incorporaram mais políticos profissionais, não havendo uma preferência declarada pelos técnicos. Como apontado na Tabela 11, havia ainda indicados sem histórico de ocupação de cargos eletivos, seis deles não apresentando filiação partidária anterior à Arena, mas a quantidade de políticos profissionais aumentou.

Tabela 11- Governadores indicados, seu histórico profissional e partidário – 1974

Estado	Nome	Formação profissional	Histórico partidário
AC	Geraldo Mesquita	Jornalista, deputado estadual, deputado federal e senador	PSD
AL	Divaldo Surugy	Economista, prefeito e deputado estadual	PSD
AM	Enoque Silva Reis	Advogado, prefeito nomeado e ministro do STF	Sem filiação partidária
BA	Roberto Santos	Médico	Sem filiação partidária
CE	Adauto Bezerra	Militar e deputado estadual	UDN
ES	Élcio Alvarez	Advogado e deputado federal	PSD
GO	Itapuã Costa Júnior	Engenheiro	Sem filiação partidária
MA	Nunes Freire	Médico, secretário de Saúde e deputado federal	PST, PSD, UDN
MT	José Garcia Neto	Engenheiro, prefeito, vice-governador e deputado federal	UDN
MG	Aureliano Chaves	Engenheiro, deputado estadual e deputado federal	UDN
PA	Aloysio Chaves	Professor	Sem filiação partidária
PB	Ivan Bichara	Advogado, deputado estadual, deputado federal	AIB, UDN, PL
PR	Jaime Canet	Empresário	Sem filiação partidária
PE	Moura Cavalcanti	Advogado, governador, ministro da Agricultura	Sem filiação partidária
PI	Dirceu Arcoverde	Médico, secretário de Saúde	UDN
RJ	Faria Lima	Militar	Sem filiação partidária

RN	Tarcísio Maia	Médico, secretário de Educação e deputado federal	UDN
RS	Sinval Guazzelli	Advogado, deputado estadual e deputado federal	PDC
SC	Konder Reis	Advogado, deputado estadual e deputado federal	UDN
SP	Paulo Egídio Martins	Engenheiro	Sem filiação partidária
SE	José Rollemberg	Engenheiro, governador e senador	PSD

Fonte: CPDOC

As pesquisas sobre a Arena nos estados têm discutido o tema do retorno de políticos para cargos públicos, caso da escolha de Jayme Canet Júnior no Paraná, indicação que trouxe de volta o prestígio político da histórica liderança estadual de Ney Braga (BATISTELLA, 2019, p. 191-196), ou o caso da Bahia, quando, contrapondo-se ao governador Antônio Carlos Magalhães, as lideranças de Luís Vianna Filho, Juracy Magalhães e Lomanto Júnior uniram-se em torno de Roberto Santos; este, apesar de não ter filiação partidária anterior, representaria os interesses dessas lideranças marginalizadas durante o governo de ACM (DIAS, 2016, p. 211).

Na montagem de seu governo, Bichara buscou alinhar seu plano de gestão com as diretrizes propostas no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)³⁶⁹, e designou uma comissão técnica para a análise dos problemas administrativos do Estado, presidida pelo economista do Banco do Nordeste, Francisco Cartaxo Rolim, que posteriormente assumiria a Secretaria de Planejamento (SEPLAN). O trabalho da comissão resultou na elaboração de relatório, no qual foram apontados os principais problemas econômicos e administrativos do Estado, aos quais o governo deveria dar prioridade.

Em dois discursos, um primeiro proferido em seminário destinado ao novo secretariado, e um segundo, durante seminário da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), o governador explicou suas diretrizes de governo e as mudanças que pretendia imprimir no Estado. Esses constam em coletânea publicada em 1978, com os principais discursos de Bichara enquanto governador.

De acordo com Bichara, a comissão avaliou uma dependência do setor primário na economia paraibana, sendo esse setor a base para a indústria local, ao mesmo tempo que ressalta os investimentos feitos na infraestrutura estadual para promover o desenvolvimento industrial:

³⁶⁹ O II PND, de acordo com Luna e Klein (2014, p. 100-101) fundamentou a formação de um complexo setor de capital de insumos básicos no país. Ele representava a estratégia brasileira para sair da crise econômica: enquanto a maioria dos países atingidos pelo choque do petróleo adotou medidas restritivas à demanda interna, o Brasil seguiu um caminho alternativo, com um ambicioso programa de desenvolvimento de capital e insumos básicos que visava reduzir a demanda por importações a médio prazo.

“Em verdade, a Paraíba registrou grandes sucessos na montagem e fortalecimento de sua infraestrutura econômica, principalmente em energia elétrica, abastecimento d’água, esgotos e estradas de rodagem” (BICHARA, 1978, p. 39).

Entre os principais objetivos de seu governo, estavam a conclusão e melhoramento das obras e serviços iniciados na gestão anterior, como os estádios de futebol e as Centrais de Abastecimento (CEASA). Esses pontos eram uma forma de não descontinuar a gestão passada, enquanto apontava quatro objetivos que seriam primordiais em seu governo:

- 1- Promover uma maior integração do Estado no processo de desenvolvimento regional e nacional;
- 2- Assegurar uma crescente melhoria na qualidade de vida da população paraibana;
- 3- Acelerar o crescimento da economia do Estado visando melhorar sua posição relativa na região;
- 4- Integrar o processo de desenvolvimento de modo a assegurar uma distribuição espacial mais harmônica (BICHARA, 1978, p. 41).

A partir dos objetivos apresentados, percebe-se a necessidade de equilibrar a administração pública do Estado, contemplando economicamente toda a Paraíba. Presume-se que o diagnóstico traçado pela comissão apontara como negativa a distinção dada ao setor agropecuário no governo Sátyro, e o foco dado às duas maiores cidades do estado, João Pessoa e Campina Grande. Nesse plano de governo não se destacavam grandes obras que marcariam sua gestão, o que pode significar uma prioridade na resolução de problemas econômicos.

Vazaram na imprensa dados do relatório que apontavam a inconclusão das obras iniciadas pelo ex-governador³⁷⁰ e uma dívida herdada do governo de seu antecessor. Segundo apurou reportagem do *O Momento*:

O montante da dívida deixada pelo sr. Ernani Sátyro, resultante da desorganização administrativa e da falta de planejamento que foram a tônica de seu governo, alcança mais de meio milhão de cruzeiros, de acordo com levantamento meticuloso e detalhado que vem sendo feito por técnicos e especialistas junto a todo os órgãos de administração estatal.³⁷¹

Havia ainda denúncias feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) de irregularidades administrativas promovidas pelos secretários de Estado, especialmente pela Secretaria de Administração (comandada por Evaldo Gonçalves, eleito deputado estadual em 1974)³⁷². Tais denúncias indicavam que o projeto modernizador do governo Sátyro deixou uma herança negativa para seu sucessor.

³⁷⁰ O Momento, 07-13 de mar 1975, p. 3.

³⁷¹ O Momento, 05-11 de abr 1974, p. 3.

³⁷² O Momento, 17-23 de março 1975, p. 3.

Evitando a promoção de uma crise interna no partido, o governador adotou a postura de postergar a divulgação total dos dados em caráter oficial, que poderiam resultar, de acordo com a reportagem do *O Momento*, no iminente rompimento de Bichara com Sátyro. No texto, consta nota do governador, na qual afirmava que “[...] a situação financeira do Estado não é tão catastrófica como se apregoava”³⁷³. Anos depois, Bichara avaliou que a dívida herdada não foi construída exclusivamente na administração de Sátyro, mas oriunda de governos anteriores, sendo dívidas como essa comum em Estados limitados economicamente como a Paraíba:

Eu sabia que havia uma dívida flutuante, porque eu sabia o total, o teor, não só resultante de operações do governo de Ernani, como também do próprio governo de João Agripino. De modo que eu sabia a situação qual era. Considerei normal. Nunca falei desse assunto em nenhuma crítica. Achei que era natural que um governador de um Estado no Nordeste deixasse dívidas, desde que o prazo seja longo e estejam dentro das possibilidades orçamentária do Estado. É inevitável que isso ocorra. Ocorreu com todos os governadores.³⁷⁴

Bichara, que assumira o governo com um dos objetivos de reorganizar a Arena paraibana, utilizou-se do aparelho burocrático para contemplar todas as principais alas e famílias políticas dentro do partido. A necessidade de reagrupar as alas *arenistas* foi apresentada pelo próprio presidente aos novos governadores no início de 1975, conforme aponta reportagem do *A União*. De acordo com a fala do presidente destacada pelo jornal:

Segundo expressou o Presidente da República: “é necessário que o partido mantenha à altura de suas pesadas responsabilidades perante todo o povo brasileiro” e que “essa conquista [da união partidária] se dará através do perfeito entrosamento entre os vários órgãos de hierarquia partidária, da mobilização de todos os líderes de real densidade política, distritais e municipais, sem quaisquer interesses personalistas ou de facções, para que se crie um real espírito de corpo e um partido verdadeiro pela coesão, tanto na doutrina como na ação”.³⁷⁵

Apesar da retórica do governo federal – discurso esse que nunca se transformou em ações efetivas –, era inviável para qualquer governador, dentro de uma conjuntura marcada pelas práticas patrimonialistas da cultura política brasileira, como a da política estadual, reagrupar um partido como a Arena sem lançar mão dessas práticas. Nesse sentido, destaca-se a maior ocupação de políticos tradicionais em cargos do chamado “primeiro escalão” do governo, comparativamente aos inicialmente nomeados pelo seu antecessor – apenas um.

O secretariado anunciado por Bichara tinha importantes figuras com histórico de cargos eletivos – ver Tabela 12 –, como o nome do ex-presidente da Arena e ex-vice-governador

³⁷³ *O Momento*, 05-11 de abr 1974, p. 5.

³⁷⁴ Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 49.

³⁷⁵ *A União*, 21 de fev 1975, p. 1.

do Estado, Clóvis Bezerra. Mas quem melhor representou a presença da classe política na equipe de governo foi Joacil de Brito Pereira, o qual terá sua participação no governo analisada mais adiante neste capítulo.

Tabela 12- Secretários nomeados para o governo Ivan Bichara, profissão e perfil – 1975

Nome	Secretaria	Profissão	Perfil
Fernando Milanez	Casa Civil	Advogado	Técnico
Benedito Lima Júnior	Casa Miliar	Coronel da PM	Técnico
Homero Leal	Administração	Advogado	Técnico
Joacil de Brito Pereira	Interior e Justiça	Advogado	Político
Otinaldo Lourenço	Divulgação	Jornalista	Técnico
Francisco Cartaxo Rolim	Planejamento	Economista	Técnico
Luiz Coutinho	Finanças	Engenheiro	Técnico
Humberto Freitas	Agricultura	Agrônomo	Técnico
Clóvis Bezerra	Saúde	Médico	Político
M ^a Violeta de Brito Lyra Salviano	Trabalho e Serviço Social	Professora	Técnica
José Carlos Dias de Freitas	Transportes	Engenheiro	Técnico
Tarcísio Burity	Educação	Professor	Técnico
Audísio Seabra	Segurança Pública	Militar	Técnico

O Norte, 25 de jan 1975, p. 1

Ainda sobre a montagem do governo Bichara, uma nomeação para um cargo em específico permite levantar discussões importantes presentes na gestão de Sátyro. A escolha de Hermano Almeida para prefeitura de João Pessoa, retoma o debate sobre a predominância de laços familiares nas relações dentro do Estado. Engenheiro, Almeida era parente de Zé Américo, e foi apresentado com o objetivo de resolver problemas de infraestrutura da capital e reverter a imagem negativa da Arena naquela cidade³⁷⁶.

O familhismo tornara a ser pauta na montagem do governo Estadual desde a indicação do prefeito de João Pessoa até a distribuição de cargos no chamado “segundo escalão”. Assim como no governo Sátyro, destaca-se a Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba (Saelpa), com a promoção de Bertholdo Sátyro, filho de Ernani, da diretoria financeira para a presidência daquele órgão, e a nomeação de José Augusto Bichara, irmão do governador, para o antigo cargo de Bertholdo. Além deles, houve o retorno da família Gaudêncio ao governo do Estado

³⁷⁶ O Norte, 20 de mar 1975, p. 1.

após serem afastados de seus cargos em 1972 por pressão do regime militar: Amir Gaudêncio foi o escolhido do governo para ocupar a recém-instaurada PB-Tur³⁷⁷.

Tais nomeações não passavam despercebidas pelo governo federal e pelas instituições de controle do regime; estas estavam cientes e compactuavam com tais práticas promovidas pelos governadores no âmbito estadual. Apesar de o regime apontar e rejeitar o atendimento de interesses personalistas de frações partidárias, a ditadura compactuava com essa lógica que atravessava todas as instâncias de poder do sistema político nacional, o qual era parte importante da sustentação e legitimação da ditadura militar brasileira, sobretudo nessa nova etapa de abertura do regime.

3.2.2. *O governo Bichara e a conciliação da Arena paraibana*

O trabalho empreendido por Ivan Bichara no governo do Estado tinha outro objetivo: equacionar as disputas internas no partido. E, ao mesmo tempo que utilizar a máquina pública era um meio de sanar as divergências partidárias, foi através dela que se promoveram novos conflitos na Arena. Isto posto, o presente tópico analisará a atuação do governador em dois momentos: no reagrupamento da ala *agripinista/marizista* ao governo do Estado, e como esse movimento desencadeou divergências entre Bichara e Sátyro; e a ação do governador na conciliação dos conflitos políticos promovidos pelo secretário e ex-deputado estadual, Joacil de Brito Pereira, que influenciaram tanto o andamento de seu governo.

Como apontado no primeiro capítulo, Bichara buscou conciliar o partido através de intervenções nas secções municipais feitas pela Comissão de Reestruturação Partidária. Além dela, o novo governador atuou na organização de uma chapa para a mesa diretora da Assembleia Legislativa, conciliando os interesses de Ernani Sátyro, que pretendia fazer do deputado estadual Assis Camelo novo presidente, e de um grupo de deputados estaduais, Edvaldo Mota, Severino Ramalho Leite e Inácio Bento de Moraes, contrários àquela indicação. Os três deputados tinham o apoio de Antônio Mariz, contrário à interferência de outros poderes nas decisões da Assembleia, prática comum ao longo do governo Sátyro. Segundo Mariz:

Quem deve resolver sobre a Mesa da Assembleia é a própria Assembleia, são os deputados. E se alguém de fora dos seus quadros pode ter autoridade para coordenar legitimamente a indicação de nomes é o Governador eleito, pela boa razão de que com a Assembleia irá lidar no plano institucional nos próximos anos.³⁷⁸

³⁷⁷ O Momento, 17-23 de março 1975, p. 3.

³⁷⁸ O Norte, 10 de jan 1975, p. 1.

Para evitar o aprofundamento de antigos conflitos, o governador articulou uma chapa agregando todas as tendências conflitantes dentro partido para compor a Mesa Diretora da Assembleia. Para tanto, promoveu a formação de uma “mesa eclética”, incorporando *ernanistas*, *agripinistas*, “rebeldes” e setores do MDB (da ala moderada do partido), algo nunca antes feito na Assembleia durante a ditadura militar. Foram os escolhidos: Waldir dos Santos Lima (presidente), Américo Maia (1º vice-presidente), Inácio Pedrosa (2º vice-presidente), Evaldo Gonçalves (1º secretário), Orlando Almeida (2º secretário), Sócrates Pedro (3º secretário) e Juracy Palhano (4º secretário)³⁷⁹.

É interessante pontuar que o diálogo entre a Arena e a oposição na Paraíba não foi estabelecido pela primeira vez em 1975. Ao longo da existência desses partidos, em diversos momentos os *arenistas* dialogavam sobre questões políticas com os *emedebistas*, em casos de tentativas de pacificação política para fins eleitorais, como em 1968, na eleição para prefeito de Campina Grande; 1970, na campanha para o Senado; e 1972, quando foi cogitado o apoio de opositoristas à candidatura de Álvaro Gaudêncio Filho no pleito campinense. Ao mesmo tempo, essa relação dos governistas com opositoristas não envolvia todo o MDB, pois nele ainda havia setores combativos, críticos ao autoritarismo e aos governadores indiretos³⁸⁰.

As articulações promovidas por Bichara tinham como objetivo imediato estabelecer uma coesão dentro da Arena para a campanha eleitoral de 1976. Uma das formas encontradas pelo governador para amenizar quaisquer dissensões na Arena foi prestigiar o grupo *agripinista/marizista*, afastados da administração estadual no governo de seu antecessor. Para isso, foram promovidas inaugurações de obras e serviços estaduais nos domicílios eleitorais daquelas lideranças – Catolé do Rocha, Sousa e adjacências –, convidando Agripino, Mariz e seus correligionários mais próximos para participar daquelas solenidades. A atitude foi reconhecida por Mariz, que em entrevista declarara que essas regiões foram esquecidas pelo governo Sátyro em virtude das desavenças políticas dentro da Arena.

No governo passado, apesar de pertencermos à Arena, fomos tratados como inimigos, ficando o município de Sousa esquecido durante quatro anos consecutivos. Com Ivan Bichara temos recebido o apoio necessário, servindo para um maior fortalecimento da Arena no município.³⁸¹

³⁷⁹ A União, 04 de fev 1975, p. 8.

³⁸⁰ O MDB paraibano, em virtude do ingresso de *ex-pessedistas* correligionários de Ruy Carneiro, tornou-se pouco combativo. Mas, na década de 1970, algumas “ilhas”, como apontou Melo (2010, p. 98-101), ao relatar os “três mosqueteiros” *emedebistas* na Câmara Municipal de João Pessoa, os vereadores Derivaldo Mendonça, Oswaldo Jurema e Álvaro Magliano, denunciavam as arbitrariedades do regime no estado. Além deles, os deputados estaduais Bosco Barreto e Rui Gouveia, durante seus mandatos ao longo da década de 1970, denunciavam as arbitrariedades promovidas pelos governadores indicados pelos militares para a Paraíba.

³⁸¹ O Norte, 31 de jan 1976, p. 3.

Mariz reforçou sua avaliação de marginalização promovida pelo governo Sátyro à cidade de Sousa, quando, na ocasião da inauguração de agência do Banco do Estado naquele município, exaltou a atitude de Bichara:

Esta data marca, realmente, o reencontro de Sousa com o Governo do Estado. Esta data marca, realmente, o reencontro da Arena com o Poder Estadual. O governador Ivan Bichara traz para nós [...] a certeza de que também Sousa está no mapa da Paraíba, e também os trabalhadores de Sousa, os operários, os homens que aqui vivem e lutam não serão jamais esquecidos pelos nossos governantes.³⁸²

Esses eventos eram utilizados para promover as lideranças *agripinistas* e *marizistas*, como feito na inauguração de obras do Estado em Brejo das Freiras, município próximo a Catolé do Rocha. Nele estiveram presentes todos os seus correligionários no estado e fora dele, incluindo seu irmão e governador do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia. Em discurso, Bichara rememorou a passagem de Agripino pelo governo estadual:

A alegria experimentada e aqui manifestada de aqui está, neste momento, ao lado do seu povo, dos seus amigos, tem uma significação especial para aquele que fala a vocês neste instante. Não sou eu que estou fazendo um favor a Sua Exa [João Agripino]. Ele marcou sua presença na história e na vida da Paraíba, pois, por onde ando, neste primeiro ano de administração, encontro as marcas da sua passagem, de sua ação vigilante, objetiva, do seu espírito público, quer como governador, quer como deputado federal, quer como senador.³⁸³

Em meio a discursos e promoções públicas de aproximação dos *arenistas* outrora segregados do governo do Estado, uma atitude de Bichara para com o *agripinismo* e o *marizismo* demonstrava a reaproximação daquelas lideranças com o poder estatal: a nomeação do deputado estadual Eilzo Matos para a Secretaria de Segurança. “Rebelde” da Arena no governo de Sátyro, Matos assumiu o lugar do coronel Audízio Seabra, tornando aquela pasta a ser ocupada por um civil³⁸⁴.

A nomeação de um político para um cargo historicamente ocupado por militares durante a ditadura poderia ter causado atritos entre o governador e o núcleo militar do regime. Contudo, o governador relatou que a indicação de Matos foi bem recebida pelo presidente Geisel, mas acarretando problemas dentro da Arena, especialmente junto ao ex-governador Sátyro:

³⁸² O Momento, 02-08 de fev 1976, p. 13.

³⁸³ A União, 23 de mar 1976, p. 5.

³⁸⁴ O Norte, 04 de abr 1976, p. 3.

Encontrei algumas dificuldades [para a substituição do secretário], mas procurei contornar isso e graças a Deus eu sempre tive apoio do Presidente Geisel. Eu convenci o Presidente, que nós estávamos caminhando para uma eleição e não havia, na Paraíba, problemas na área de segurança. A Segurança tinha de ser enfrentada sobre outro aspecto também. Seria o aspecto civil, e começou daí, infelizmente, a desavença com Ernani Sátyro. Eu não sabia, ou não lembrava, que o Eilzo era mal quisto por parte de Ernani. Mas depois de enfrentar as dificuldades da revolução e conseguir o placet para nomear para a Secretaria de Segurança Pública um civil, para o que suei muito, eu não poderia recuar sob a pena de ficar mal perante as autoridades militares. Disse a ele que no dia em que Eilzo fizesse um ato contra ele ou um amigo dele de forma indevida, grosseira, ele sairia. Era a garantia que eu lhe dava.³⁸⁵

Na medida em que os antigos “rebeldes” recuperavam seu prestígio junto ao partido e ao poder estatal, aumentavam os atritos entre Bichara e Sátyro. O ex-governador tinha em mente que poderia fazer da administração de seu sucessor uma continuidade da sua, no sentido de indicar e escolher aliados para ocupar cargos, excluindo seus desafetos políticos. As interferências de Sátyro eram relatadas pelos jornais da época como uma forma de perpetuar seu comando político no estado. O colunista Marcone Formiga relatara no *Correio da Paraíba*: “É muito clara a posição assumida pelo ministro Ernani Sátyro, que não perdoa o tupamaro Eilzo Matos, e vê com antipatia sua ida para aquela pasta”³⁸⁶. Em editorial, o jornal *O Momento* comentou a interferência de Sátyro:

Pelo visto, o sr. Ernani Sátyro não quer apenas nomear, quer também impedir que o governador aja, livremente, na escolha de seus auxiliares diretos. O ex-governador tem um filho na SAELPA (presidente), um sobrinho na CINEP (diretor) e outro sobrinho no Tribunal de Contas (conselheiro). Um outro sobrinho afim permaneceu quase quatro anos na superintendência do INPS, afóra outros amigos e parentes menores que foram nomeados pelo atual governador. Agora, não satisfeito, o sr. Ernani Sátyro está pressionando abertamente o Governo no sentido de impedir a nomeação do sr. Eilzo Matos pra a pasta da Segurança Pública, sob o débil argumento de que o escolhido há quatro anos fez restrição ao seu governo.³⁸⁷

Essa aproximação de Bichara com os grupos *agripinista* e *marizista* tinha como objetivo o sucesso eleitoral da Arena em 1976, não permitindo que o fator dissensão partidária interferisse, como ocorreu na eleição de 1974. O pleito municipal de 1976 e a vitória da Arena sobre o MDB serão abordados mais adiante nesse capítulo, porém desde já é preciso frisar que o aparente sucesso do partido situacionista não indicava a superação de divergências entre grupos políticos dentro do partido, especialmente conflitos que levavam a interferências diretas na administração estadual.

³⁸⁵ Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 63-64.

³⁸⁶ FORMIGA, *Correio da Paraíba*, 30 de mar 1976, p. 3.

³⁸⁷ EDITORIAL. *O Momento*, 29 de mar-04 de abr 1976, p. 2.

Outro vetor de conflitos dentro da Arena, que influenciaram diretamente no governo Bichara, foi o então ex-deputado estadual Joacil de Brito Pereira. Sua trajetória política na Arena paraibana não é linear: *ex-udenista* e notório *lacerdista*, foi um dos articuladores do golpe de 1964 no estado³⁸⁸, e responsável direto pela cassação dos deputados estaduais que atuavam junto às Ligas Camponesas. Atuava em prol dos interesses do chamado Grupo da Várzea³⁸⁹, com o qual tinha relação. Foi um dos articuladores da formação da Arena no estado em 1966, intermediando o ingresso de diversas oligarquias interioranas no partido.

Depois de uma participação ativa na política estadual na década de 1960, o início dos anos 1970 marcou uma decadência da carreira político-partidária de Brito Pereira, em virtude da sua não eleição para deputado federal em 1970. Afastado dos cargos públicos, dedicou-se à sua carreira de advocacia e professor universitário, mas manteve-se próximo dos círculos de poder, sendo, como relatou, considerado para ocupar cargos no governo de Sátyro (BRITO PEREIRA, 1997, p. 223).

Tal qual o relato acima, parte das informações que constam nesse tópico originam-se no livro que Brito Pereira escreveu nos anos 1990. Nele, há narrativas de suas memórias acerca de sua vida pública, e sua visão particular do passado contribuiu para a análise dos fatos discutidos nesse tópico. Em um deles, é abordada a forma como o governador o convidou para ocupar a secretaria de Interior e Justiça, ocorrida durante festa na casa do posteriormente chefe da Casa Civil, Fernando Milanez:

Estava o Ministro José Américo no terraço e eu me sentei ao seu lado. Chegou, em seguida, o Governador Ivan Bichara com sua esposa e sentaram-se do outro lado. Vi o Ministro debruçar-se para Ivan e este inclinar o ouvido para perceber melhor o que ele tinha a dizer. Ouvi alguma coisa como essa pergunta:

– Por que não o convida agora?

O governador respondeu:

– Se o Sr. quer, que seja logo.

Ivan dirigiu-me, em seguida a palavra:

– Joacil, você esteve com Agnaldo [Veloso Borges]? [...] Perguntei porque havia dito a Agnaldo que você será meu Secretário de Interior e Justiça. (BRITO PEREIRA, 1997, p. 225)

³⁸⁸ Em fevereiro de 1964, quando da visita de Carlos Lacerda para palestrar na Faculdade de Direito da Paraíba, os estudantes ocuparam o prédio para impedir que o governador da Guanabara falasse. A manifestação foi repreendida por um grupo de simpatizantes do *lacerdismo* na Paraíba, liderados pelo então deputado estadual Joacil de Brito Pereira, que tentaram, à força, invadir e expulsar os estudantes do local. O conflito foi apartado por soldados do 15º Batalhão de Infantaria da Paraíba, sendo alguns estudantes detidos (SOBREIRA, 2016, p. 66). Tal conflito influenciou no acirramento dos ânimos entre os movimentos sociais de esquerda e os grupos de direita no estado.

³⁸⁹ Uma das principais manifestações de aliança entre Brito Pereira e o “Grupo da Várzea” foi em decorrência do assassinato de João Pedro Teixeira, liderança das Ligas Camponesas, em 1962. Crime de repercussão nacional, teve como acusado o suplente de deputado estadual Agnaldo Veloso Borges, eleito pela coligação entre UDN e PL. Para que Veloso Borges gozasse da imunidade parlamentar, Brito Pereira articulou o afastamento temporário de dois deputados eleitos pela coligação para que o mandatário do crime assumisse a titularidade na Assembleia Legislativa (NUNES, 2014, p. 85).

No relato de Brito Pereira, percebe-se a participação de Zé Américo em diversas etapas do governo Bichara, que continuava a ser uma espécie de mentor das elites políticas locais, circulando entre os espaços de poder, orientando e interferindo nas nomeações de cargos públicos. Não frequentava o Palácio do Governo nem a sede da Arena na Paraíba, tampouco era filiado ao partido, mas intermediava relações políticas no âmbito privado, nas festas em residências de importantes figuras políticas locais.

Para a imprensa local, Brito Pereira era considerado o homem certo para o cargo de secretário de Interior e Justiça, “*the right-man*”, por sua formação e atuação como bacharel em Direito. Sua nomeação visava recuperar o prestígio político da pasta, ofuscada pela secretaria de Segurança Pública (geralmente comandada por militares)³⁹⁰. O colunista do *O Momento*, Severino Ramos, aponta que sua escolha significava a volta da Paraíba às suas tradições políticas: “Estou certo de que, com Joacil Pereira na Secretaria do Interior, pela sua formação humanista e sua consciência democrática, a Paraíba vai voltar às suas antigas tradições”³⁹¹.

O próprio Brito Pereira apontou, em discurso proferido no seminário realizado pelo governo do Estado junto ao novo secretariado, que sua atuação à frente daquela pasta teria um forte viés político:

Acrescentei que faríamos administração e também Política. Não politiquice, mas Política com P maiúsculo. Referi, no final, as esperanças de populares no novo governo e garanti que no término desse quadriênio, essas esperanças seriam uma efetivação palpável das realizações, de progresso econômico, político e social. (BRITO PEREIRA, 1997, p. 228)

No primeiro ano de governo, o novo secretário teve atuação intensa: participou da Comissão de Reestruturação Partidária encarregada de reorganizar diretórios municipais pelo estado, e acumulou as pastas de Interior e Justiça e Segurança Pública como interino. Nessa última, concedeu abertura para interferência de políticos na nomeação de delegados e oficiais de polícia, tanto da oposição como da situação (BRITO PEREIRA, 1997, p. 231-232).

Em 1976, Brito Pereira entregou a pasta de Segurança Pública para o coronel do Exército Aldísio Seabra, passando a dedicar-se exclusivamente à secretaria de Interior e Justiça. Em suas narrativas, seu projeto de reforma do sistema carcerário estadual o alavancou a um protagonismo no governo do Estado, despertando inveja de outros membros do governo e da Arena e levando-o a ser acusado de utilizar do seu cargo para se promover politicamente,

³⁹⁰ *O Momento*, 24-30 de mar 1975, p. 3

³⁹¹ *O Momento*, 24-30 de mar 1975, p. 2.

almejando a candidatura a deputado federal em 1978. Isto era veementemente negado por ele, mas foi confirmado quando apresentou sua candidatura em 1978 (BRITO PEREIRA, 1997, 247-248).

Mesmo fora da secretaria de Segurança Pública, Brito Pereira continuou a intervir naquela pasta, quando, segundo a coluna de João Manoel de Carvalho no *O Norte*, advogava pelos interesses de seus correligionários *arenistas* que acusavam o coronel Aldísio Seabra de ter “muito pouca sensibilidade” para as demandas dos políticos da Arena nas suas áreas de atuação³⁹². Essa interferência levou Seabra a entregar o cargo, para o qual foi nomeado o deputado Eilzo Matos.

O trabalho de Brito Pereira à frente da secretaria de Interior e Justiça, percorrendo todo o estado promovendo estudos sobre o sistema penitenciário paraibano, resultou em diversas denúncias de arbitrariedades e violações dos direitos humanos praticadas pela Polícia Militar (PM) da Paraíba (BRITO PEREIRA, 1997, p. 275-276). Essas acabaram por atingir diretamente o comandante da PM e parente de Agripino, coronel Adolfo Maia, e o secretário de Segurança Pública, o *marizita* Eilzo Matos.

O estopim para um conflito foi a entrevista dada por Brito Pereira após visita à penitenciária de Cajazeiras em 1977, no qual relatou ter identificado um esquema de tortura comandado por um capitão da PM, Eugênio Freire de Lima, que envolvia outros dois policiais e um escrivão. O caso, que já vinha sendo sistematicamente denunciado na Assembleia Legislativa pelo deputado estadual *emedebista* Bosco Barreto, ganhou novas proporções a partir da entrevista, quando Brito Pereira relatou:

Custa crer que essa insensibilidade moral desses elementos da Polícia os leve a conter tais destinos, como quem desafia e hostiliza, na própria terra do Governador do Estado, como que uma afronta direta à Sua Excia, e não só ao povo de Cajazeiras. É uma miséria moral o que está havendo aqui e o Governador terá ciência por meu intermédio. E eu vou comprar essa luta. [...] Essa não é a polícia que me habituei a admirar. Não é a polícia dos bravos que lutaram em Princesa Isabel, não é a polícia que repeliu com toda a bravura o cangaço. Esta polícia que está aqui em Cajazeiras é outra polícia, diferente, que estaria até a exigir o reaparecimento de Antônio Silvino ou Jesuíno Brilhante para defender o povo, mas sem a necessidade de voltar a esses tempos.³⁹³

O conflito promovido por Brito Pereira junto ao coronel Adolfo Maia fez com que este enviasse carta às lideranças *arenistas* na Assembleia Legislativa em nome de toda a corporação policial do Estado. Divulgado na íntegra pela imprensa, o texto de Maia indica que estaria

³⁹² CARVALHO. *O Norte*, 11 de fev 1976, p. 3.

³⁹³ *O Momento*, 09-15 de mai 1977, p. 5.

havendo, no governo estadual, abuso de autoridade por parte de grupos políticos em relação aos setores militares, cuja pressão iria de encontro às instâncias da lei. Segundo Maia:

Este governo tem dado provas constantes que não permite abuso de autoridade, e muito menos a violência como forma de trabalho. Mas é preciso também que as autoridades policiais estejam a salvo das paixões políticas, e que a perda do cargo que desempenham, siga o rito normal da Justiça, não se negando a esses o direito de defesa.³⁹⁴

Ao mesmo tempo em que criticava a interferência de políticos no funcionamento das instituições militares do Estado, o comandante da PM requeria a Edme Tavares que o deputado estadual da Arena intercedesse em prol dos policiais militares em carta endereçada ao parlamentar: “A POLÍCIA MILITAR tem encontrado em V. Excia. um amigo e defensor. Nesse momento de incompreensão, seja também nosso porta voz”³⁹⁵.

Como forma de resolver o atrito entre Brito Pereira, os setores *arenistas* e os militares, Bichara promoveu uma reunião na qual estiveram presentes o secretário de Interior e Justiça, o comandante da PM e os deputados estaduais Evaldo Gonçalves, (na qualidade de líder da bancada da Arena na Assembleia), Edme Tavares, Tarcísio Telino, e o deputado federal Wilson Braga, os três últimos representantes de Cajazeiras. Segundo a exposição de Brito Pereira, o coronel Adolfo Maia advogava pela sua exoneração do cargo em virtude das críticas feitas à corporação policial, enquanto os deputados presentes interpelavam para que o secretário não interferisse nos assuntos políticos daquela região:

O coronelão-comandante da PM disse que não aceitava “a interferência indébita de outro Secretário em sua Pasta”. Os Deputados Edme e Telino (suplente) – com o apoio do Deputado Federal Wilson Braga, manifestado através de telefonema de Brasília – declararam que não admitiam a minha maneira de agir, sobretudo levando-se em conta as minhas pretensões de candidatar-me a Deputado Federal nas próximas eleições. (BRITO PEREIRA, 1997, p. 280-281)

Não cedendo a nenhuma das partes, Bichara selou um acordo pedindo moderação e discrição nas declarações públicas de Brito Pereira e ignorando as denúncias de tortura em instituições estaduais. O governador indicara que não tomaria nenhuma medida mais drástica em relação aos envolvidos pela sua proximidade com ambos, como apontou reportagem do *O Norte*:

O governador [...] revelou aos seus dois auxiliares não pretender tomar “nenhuma medida mais drástica”, demissão, no caso, por se tratar de dois amigos ressaltados, ao mesmo tempo, o apreço que tinha pelo coronel, auxiliar que o Chefe do Executivo

³⁹⁴ O Norte, 01 de mai 1977, p. 5.

³⁹⁵ Ibid.

considera imprescindível para o Governo, pelas “suas altas qualidades morais de homem de Governo”. Elogiou o Secretário do Interior e afirmou não poder demiti-lo por ser “um velho companheiro e não poder abandoná-lo neste episódio, além de temer pelo seu futuro”.³⁹⁶

Em relação à bancada da Arena na Assembleia Legislativa, o governador orientou os deputados estaduais a não abordarem o assunto em plenário³⁹⁷, mas o tema continuou sendo explorado pela oposição, cuja estratégia era constranger a Arena até que se posicionasse perante o caso. Foi nesse sentido que o deputado estadual *emedebista* Bosco Barreto encaminhou um pedido de congratulações ao secretário Brito Pereira, vetado pelo voto da bancada *arenista*³⁹⁸.

Enquanto Bosco Barreto elogiava a postura e as críticas de Brito Pereira à atuação da PM em Cajazeiras, outros parlamentares agiam pelo conflito interno do partido governista. O *emedebista* Rui Gouveia assinalou: “Tenho a honra de votar a favor do requerimento de aplausos ao secretário Joacil de Brito Pereira, pois reconheço nele um homem de atitudes sérias. O dr. Joacil não vai aguentar essas mágoas da Arena”³⁹⁹. O MDB defendia a ideia de que estaria havendo, por parte do governo do Estado, uma pressão para que Brito Pereira renunciasse, como apontou Orlando Almeida:

O MDB não pode comprar a briga, apenas fez uma análise, pois é claro que está havendo um complô da Arena com a complacência do Governador Ivan Bichara para que o dinâmico Secretário de Interior e Justiça abandone a secretaria política do Governo. Porque não é possível que em assunto político o Secretário Joacil de Brito Pereira não mereça apoio da bancada do governo. Está claro que o Governador fala mais alto e quis a derrota de Joacil.⁴⁰⁰

O líder da bancada *arenista*, Evaldo Gonçalves, defendeu a postura adotada de vetar o apoio dado às declarações de Brito Pereira, reconhecendo sua obra administrativa ao mesmo tempo que indicava a não subserviência dos deputados da Arena ao governador⁴⁰¹. O deputado José Soares Madruga, por sua vez, apontou em sua coluna no jornal *Correio da Paraíba* que as críticas de Bosco Barreto seriam uma forma de deslegitimar a atuação do governo do Estado naquele município, minimizando as denúncias de tortura promovidas pelos policiais locais⁴⁰².

Brito Pereira tornou a ser um problema para o governo do Estado quando seu nome e o do chefe da Casa Civil, Fernando Milanez, foram apontados como mandantes do assassinato do estudante Paulo Maia, parente de João Agripino, ocorrido na praia de Camboinha, município

³⁹⁶ O Norte, 03 de maio 1977, p. 1.

³⁹⁷ O Norte, 12 de mai 1977, p. 5.

³⁹⁸ Correio da Paraíba, 11 de mai 1977, p. 3.

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² MADRUGA. Correio da Paraíba, 10 de mai 1977, p. 3.

de Cabedelo. Após ter seu nome envolvido no que foi chamado pelos jornais locais como “crime de Cabedelo”, Brito Pereira concedeu coletiva de imprensa para explicar sua versão dos fatos⁴⁰³.

A versão dada por Brito Pereira era de que existiriam interesses político-partidários por parte de Adolfo Maia, o qual denominou “um Coronel da Polícia Militar”, na vinculação de seu nome e do chefe da Casa Civil no “crime de Cabedelo”, como aponta a nota divulgada por ele na imprensa:

Descobre-se, facilmente, as conveniências táticas desses rumores. De um lado, é um sintoma claro de faccionismo político, para atingir, na pessoa dos auxiliares do governador, o próprio Governo na sua totalidade, que estaria assim sobrenadando em “um mar de lama”. Do outro, é a subversão do princípio da autoridade dando-se guarida à fantasiosa de um Coronel da Polícia Militar, que teria difundido a calúnia numa conversa irresponsável, embora esse oficial tenha reduzido o episódio a uma mera generalidade quando chamado às falas no inquérito. Mas, de qualquer forma, enquanto tudo não ficar esclarecido, está atingida a hierarquia do escalonamento administrativo.⁴⁰⁴

Afirmando ser uma questão de disputas internas entre frações *arenistas* para desestabilizar o governo estadual, Brito Pereira passou a pressionar Bichara para que ele exonerasse Adolfo Maia, como forma de punição pelos boatos e pela suposta tentativa de desestabilizar o governo do Estado. De acordo com reportagem do *O Norte*, Bichara não atendeu por se sentir incomodado com as “exigências de reparações”, uma posição política que não dizia respeito ao perfil conciliador que o governador adotara para sua administração⁴⁰⁵.

Ao negar tomar partido no caso, Bichara tentava sustentar sua autoridade como governador, pois ceder às pressões de uma das frações indicaria uma fragilidade de sua liderança política. Todavia, o governador relatou em entrevista que as notas divulgadas por Brito Pereira na imprensa eram uma afronta à sua posição como governador, para a qual havia requerido moderação:

A razão foi a manutenção do princípio da autoridade. Apesar de bom Secretário, trabalhador, o Joacil entrou em atrito com outro setor da administração e publicou uma nota no jornal, em que ele, praticamente, atacava outro colega do governo. Eu chamei sua atenção e adverti que aquilo estava errado e que uma equipe que não tivesse unidade não valia de nada. Mas, ele repetiu a dose. Eu fui prevenido, mandei chama-lo e disse-lhe que não admitia isso. Ele disse: “Não. Eu vou dar uma nota, mas não tem nada de ofensiva. Estão fazendo intriga”. Mas foi uma nota pior do que a outra. Então, eu fui obrigado a afastá-lo, só por uma questão de manutenção do

⁴⁰³ Não é o objetivo dessa pesquisa analisar a veracidade das acusações que recaiam sobre os auxiliares do governo do Estado. O que nos interessa nessas denúncias é a forma como o “crime de Cabedelo” desencadeou mudanças na política partidária da Arena e no governo do Estado. Sobre o assassinato do estudante Paulo Maia, ver Ramos (1989).

⁴⁰⁴ *O Norte*, 09 de jul 1977, p. 5.

⁴⁰⁵ *O Norte*, 10 de jul 1977, p. 1.

princípio da autoridade, porque você pode governar sem dinheiro, sem prestígio, mas sem moral você não pode governar.⁴⁰⁶

Ao saber da sua demissão, Brito Pereira divulgou nova nota na imprensa reafirmando seu apoio ao governo em relação às críticas contra a administração do Estado, ao mesmo tempo que criticava a atitude do comandante da PM em criticar um secretário de Estado, classificando-a como “quebra de hierarquia”, princípio tão caro à ditadura militar. Segundo o texto da nota:

[...] estão todos esquecidos de que a Revolução de 1964 foi feita justamente para restauração do princípio de autoridade, contra a subversão dos sargentos querendo passar por cima de generais? Bem certo é que não se sabe direito onde estavam esses hoje “revolucionários”, na hora da luta e do perigo da revolução. Sendo certo também que, de mim, não se pode dizer o mesmo.⁴⁰⁷

Também acusado de envolvimento no “crime de Cabedelo”, Fernando Milanez, chefe da Casa Civil, decidiu afastar-se do cargo em solidariedade ao seu aliado político⁴⁰⁸. Após a saída dos dois secretários vinculados ao “grupo da Várzea”, o governador passou a receber pressões de lideranças políticas, como o prefeito de Campina Grande Enivaldo Ribeiro e seu sogro, o ex-deputado e industrial Agnaldo Veloso Borges, para que os reconduzisse às suas secretarias⁴⁰⁹. O governador recebeu irrestrito apoio da bancada da Arena na Assembleia Legislativa pela demissão do secretário de Interior e Justiça⁴¹⁰.

Com as saídas de Brito Pereira e Milanez, o governador promoveu uma mudança no seu secretariado: Eilzo Matos, da pasta de Segurança Pública, migrou para Interior e Justiça; e o coronel Adolfo Maia deixa o comando da Polícia Militar para assumir a secretaria de Segurança Pública, tornando a pasta a ser comandada por um militar. Por sua vez, na chefia da Casa Civil, foi promovido o “número dois” da pasta Deusdedit Leitão. As mudanças empreendidas na equipe de governo demonstram a força que o *agripinismo/marizismo* ganhou no governo do Estado.

O esforço de reagrupar o partido em torno de seu governo e de seu projeto político é notório quando analisamos os casos acima descritos. Apesar de prestigiar todas as lideranças políticas em sua administração, contemplar todas as frações partidárias em seu governo, o histórico das disputas políticas entre tais grupos e o desejo de hegemonia da máquina pública impossibilitava a convivência desses grupos no governo. Esse privilégio de interesses políticos particulares é parte fundamental para o entendimento da cultura política brasileira

⁴⁰⁶ Entrevista Ivan Bichara, Acervo CPDOC-NIDHR, 1980 p. 67.

⁴⁰⁷ Correio da Paraíba, 12 de jul 1977, p. 1.

⁴⁰⁸ Correio da Paraíba, 12 de jul 1977, p. 12.

⁴⁰⁹ O Norte, 12 de jul 1977, p. 5.

⁴¹⁰ Ibid.

compartilhada pelos *arenistas*. Contudo, como será abordado nos tópicos seguintes, as divergências da Arena não se limitavam a esse tipo de prática.

O que se percebe é que havia um ponto de conflito entre as diversas alas da Arena, o *agripinismo/marizismo*. Contra sua presença no governo se postavam *ernanistas* e membros do Grupo da Várzea, o que, como apontado no segundo capítulo, pode significar não apenas uma questão de patronagem e ocupação de cargos públicos, mas uma divergência de pensamento político ideológico. Agripino e Mariz tinham um viés nacional desenvolvimentista, enquanto os demais grupos privilegiavam uma linha liberal-conservadora para o Estado.

3.3. As eleições municipais de 1976: a conciliação promovida por Ivan Bichara e os significados da vitória *arenista*

As eleições municipais de 1976 foram marcadas pelo esforço do regime em reverter o resultado eleitoral de 1974, quando a Arena sofreu um importante revés nas eleições senatoriais. Segundo Alves (2005, p. 230), os órgãos da comunidade de informação avaliavam como principal aspecto explicativo para a vitória da oposição sua massiva e intensa utilização da propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Visando frear esse crescimento em votos que transformou o MDB numa “oposição real”, o governo Geisel promulgou, em 1976, um decreto formulado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, alterando a legislação eleitoral acerca da propaganda político-partidária.

Denominado de “Lei Falcão”, o decreto restringia a forma como os candidatos poderiam usar seu tempo de propaganda eleitoral nos veículos de comunicação em massa. Segundo suas determinações, rádio e televisão só poderiam divulgar nome, número e um breve currículo dos candidatos, uma forma de censurar discursos mais críticos à ditadura, marcantes na campanha de 1974. No seu texto, estava vetado aos candidatos fixar outros tipos de matéria de propaganda em lugares públicos, o que, na avaliação de Alves (2005, p. 230), reduziu a campanha de 1976 “[...] a um silêncio virtual, negando-se à oposição o emprego de seu principal recurso – o debate e a argumentação”.

O andamento da política de liberação do regime também dependia do resultado eleitoral de 1976, pois uma nova vitória do MDB provocaria mais uma onda de repressão e a quebra do projeto de “distensão” do governo Geisel. O controle da política municipal pela Arena era parte fundamental do sistema político instaurado pela ditadura militar, na qual parte significativa dos votos destinados aos seus parlamentares em nível federal advinha das práticas de manipulação eleitoral em municípios de pequeno e médio porte.

Ao mesmo tempo que procurava vetar o triunfo da campanha eleitoral oposicionista, o regime fornecia ao seu partido todo o suporte para uma campanha robusta e conectada às massas. Ostentando o *slogan* “Ainda há muito o que fazer”, a Arena visava reencontrar o apoio recebido por parte do eleitorado nas primeiras eleições da década de 1970, apostando num discurso que pressupunha a necessidade de continuidade do funcionamento do regime, de seu projeto de modernização conservadora e de seu trabalho de repressão aos indivíduos considerados “subversivos”⁴¹¹.

Era determinação do regime que a Arena e seus candidatos utilizassem do aparato burocrático do Estado, de órgãos federais e estaduais, em suas campanhas: de carros oficiais, funcionários públicos, material para impressão de panfletos, tudo deveria estar à disposição de candidatos governistas. Além disso, se era proibido aos candidatos proferir discursos em rádio e televisão, a lei não desautorizava que o presidente, ministros e governadores o fizessem em nome de seus preferidos (ALVES, 2004, p. 230).

Para completar a estratégia da campanha *arenista*, era necessário que fossem equacionados os problemas internos dentro do partido. Nível mais baixo entre as instâncias de poder, era na política municipal que mais despontavam as dissidências que afetavam toda a política da Arena. Aos governadores, comandantes da política local, ficou incumbida a tarefa de organizar o partido para que elegeisse prefeitos no maior número de municípios. Todavia, uma vitória do governismo não se limitava apenas a uma questão quantitativa; era necessário eleger os prefeitos nos principais municípios, grandes redutos eleitorais ou cidades com histórico de votações do MDB.

Na Paraíba, as prioridades em 1976 eram as cidades de Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa, polos políticos estaduais nos quais as lideranças *arenistas* dividiam o partido, fator que poderia resultar em derrotas situacionistas. A Arena paraibana almejava ainda eleger os prefeitos dos municípios localizados na Grande João Pessoa: Cabedelo, Santa Rita e Bayeux, cidades com notável crescimento populacional durante a década de 1970, habitadas por trabalhadores do campo e da indústria local.

A estratégia elaborada pela Arena para aquela eleição não era a conciliação das lideranças políticas municipais para a escolha de um único candidato da Arena, mas a utilização do esquema de sublegendas em favor do partido. Com organização interna muito maior, com superior número de Diretórios Municipais ao longo de todo o estado, a Arena utilizou seu gigantismo para atingir os números esperados no pleito de 1976.

⁴¹¹ A União, 25 de ago 1976, p. 3.

Diversas foram as medidas tomadas para que houvesse uma mobilização das lideranças políticas no trabalho de articular os diretórios partidários em suas praças, desde a suspensão nos trabalhos da Assembleia Legislativa até a transferência provisória do gabinete do governador para Campina Grande, maior domicílio eleitoral no interior do Estado e ponto central entre os municípios do interior⁴¹².

Em três das quatro cidades consideradas fundamentais para o pleito – Campina Grande, Cajazeiras e Sousa –, o partido lançou candidatos por todas as sublegendas disponíveis. Os candidatos da Arena campinense foram Enivaldo Ribeiro, representante do senador Milton Cabral, Ermínio Leite, candidato da família Gaudêncio, e Juracy Palhano, representando sua fração do partido no município⁴¹³. Em Sousa, o racha entre o prefeito Gilberto Sarmiento e o grupo *marizista* levou ao lançamento de dois candidatos, um de cada corrente. E em Cajazeiras, apesar da tentativa de pacificação promovida pelo governador e pelo deputado Edme Tavares naquele município, foram lançadas três sublegendas *arenistas*⁴¹⁴. Apenas em Patos lançou-se um único candidato, o secretário municipal Edmilson Leite, conciliando os interesses da família Sátyro e do deputado estadual Edvaldo Mota, representante do *agripinismo* naquele município⁴¹⁵. Note-se que muitas das frações políticas que disputavam a eleição nesses municípios não se vinculavam às lideranças de Sátyro e Agripino, o que demonstrava a ascensão de outros grupos e lideranças, independentes dos tradicionais caciques da antiga UDN.

Nesse cenário de conciliação e abertura de espaços para as diferentes alas partidárias, os dados eleitorais apontam para uma incontestável vitória da Arena nas eleições municipais de 1976. Contudo, as análises dos dados acerca das eleições de 1972 e 1976, contidos nas tabelas 13 e 14, respectivamente, demonstram um pequeno, mas perceptível declínio eleitoral da Arena, e um crescimento do MDB no estado.

Tabela 13- Dados relativos à representação partidária na eleição municipal – 1972

	Arena	MDB
Municípios com representação do partido	165	80
Municípios com duas ou três sublegendas do partido	80	29
Municípios onde só haviam sublegendas desse partido	88	5
Municípios com vitória desse partido	133	37
Municípios onde o partido ganhou pelo fator da sublegenda	8	3

Fonte: TRE-PB

⁴¹² CARVALHO O Norte, 03 de mar 1976, p. 3.

⁴¹³ A União, 15 de ago 1976, 3.

⁴¹⁴ A União, 26 de ago 1976, p. 3.

⁴¹⁵ O Norte, 05 de set 1976, p. 3.

Tabela 14- Dados relativos à representação partidária na eleição municipal – 1976

	Arena	MDB
Municípios com representação do partido	168	110
Municípios com duas ou três sublegendas do partido	113	53
Municípios onde só haviam sublegendas desse partido	60	2
Municípios com vitória desse partido	127	45
Municípios onde o partido ganhou pelo fator da sublegenda	1	0

Fonte: TRE-PB

O primeiro ponto é o número de vitórias, em que houve um crescimento da oposição na Paraíba, aumento também no número de representantes oposicionistas nas eleições, fenômeno igualmente perceptível quando olhamos para o declínio no número de municípios em que a Arena concorreu contra ela mesma. Ambas as legendas apresentaram um aumento no seu fracionamento, ou seja, o artifício das sublegendas foram cada vez mais recorrentes para compor as diversas alas presentes nos dois partidos. Contudo, em 1976, o artifício das sublegendas (somatório da votação dos candidatos do partido para se sobrepôr ao seu adversário) não foi fundamental para a vitória da Arena, partido com mais representantes nos municípios.

A Arena visava ainda a eleição de uma maior bancada na Câmara Municipal de João Pessoa, pois, apesar de a capital do Estado ter seu prefeito indicado de maneira indireta pelo governador do Estado desde 1966, a eleição dos vereadores da capital ganhou um *status* importante em 1976, haja vista que o candidato da Arena ao Senado em 1974 teve uma baixa votação na capital. O pleito de 1974 indicou que o partido situacionista, o governo do Estado e o regime militar tinham uma baixa popularidade entre os pessoenses, mesmo com as diversas obras implementadas pelas administrações municipais durante a ditadura. Na avaliação do partido, eleger um alto número de vereadores na Câmara de João Pessoa poderia influenciar positivamente nas eleições estaduais de 1978.

Os dados eleitorais relativos à eleição para a Câmara Municipal de João Pessoa em 1976 expõem um empate da quantidade de candidatos eleitos por cada partido, nove⁴¹⁶. Um declínio eleitoral, pois, se olharmos para as eleições de 1972 para a Câmara Municipal de João Pessoa, a Arena elegeu a maioria dos vereadores (nove candidatos *arenistas* contra sete do MDB), período auge de popularidade eleitoral do partido⁴¹⁷. Havia uma tendência entre os eleitores da capital pelo voto nos candidatos do MDB, local onde a oposição conseguia ser competitiva perante os governistas.

⁴¹⁶ Ata eleição vereador João Pessoa 1976, Acervo TRE-PB.

⁴¹⁷ Ata eleição vereador João Pessoa 1972, Acervo TRE-PB.

Mesmo com um perceptível declínio eleitoral da Arena e crescimento eleitoral do MDB, Ivan Bichara avaliou como positivo o desempenho de seu partido em 1976. No jornal oficial do Estado foi publicada nota assinada pelo governador relatando que os números atingidos pela Arena significariam uma boa avaliação do trabalho do governo estadual, da Arena e do regime autoritário por parte do povo:

Esta é a grande lição a colher da eleição: ninguém engana o povo.
 O povo sabe, o povo sente quem está a seu serviço e quem está procurando servir-se dele.
 O povo atendeu a conclamação do Presidente Ernesto Geisel e demonstrou confiança no seu governo e apoio a sua convocação.
 O povo disse sim ao presidente que foi o grande trunfo dessa vitória.
 O povo apoiou, também, o governador, compreendendo que estamos trabalhando, que estamos servindo com lisura e tenacidade, sem orgulho, com humildade e coragem, honrando a tradição dos nossos maiores e pensando num futuro que depende de todos nós.⁴¹⁸

Ao escolher olhar apenas para os números totais, o governador ignorava o fato de que a oposição crescia organizacionalmente e eleitoralmente no estado, bem como que seu partido estava cada vez menos coeso. Ao contrário do que fora descrito por Bichara em sua nota, não há nos dados eleitorais de 1976 a aprovação popular ao seu governo ou ao regime militar.

Acerca do resultado eleitoral de 1976, Reis (1981, p. 202-203) aponta que é preciso tomar cuidado com algumas avaliações, a exemplo da comparação entre os pleitos de 1974 e 1976, quando muitas vezes é ignorada a existência de padrões de votação diferentes entre eleições municipais e parlamentares, ou quando são estabelecidos perfis para os partidos: Arena rural e MDB urbano, indicando uma dualidade entre o rural “atrasado”, vinculado a padrões tradicionais de controle do eleitorado, e o urbano “moderno”, de uma classe trabalhadora dinâmica e crítica ao projeto autoritário.

O autor aponta algumas problematizações a serem traçadas: não era exatamente o “mundo urbano” que estava inconformado com o regime, mas determinadas parcelas da população, sobretudo os assalariados, sendo possível apontar fortes redutos governistas nas grandes cidades; tais centros urbanos, antes de 1964, foram redutos políticos do PTB e do trabalhismo, o que poderia indicar uma visão histórica que imediatamente vinculasse o voto *petebista* ao MDB, ou às pautas oposicionistas; devem ser levados em consideração outros fatores, como o grau de escolaridade, que influenciam e tornam mais complexa a avaliação dos dados eleitorais (REIS, 1981, p. 204-205).

⁴¹⁸ BICHARA. A União, 26 de nov 1976, p.1.

Não há dados disponíveis para levar em consideração aspectos como a escolaridade dos eleitores da Arena ou do MDB na Paraíba, bem como é inviável analisar o histórico de votação em cada cidade, não sendo possível indicar a transferência de votos de uma legenda para outra na mudança do sistema partidário. Existem muitos elementos na história do sistema bipartidário paraibano, como apontado ao longo dessa pesquisa, que impossibilitam essa análise mecânica, ao mesmo tempo que muitas práticas políticas da cultura política brasileira, tais como o clientelismo e o patrimonialismo, foram constantes na atuação dos *arenistas*. E, em relação a isso, é possível sempre ponderar que essas práticas tradicionais não eram um fenômeno exclusivamente do meio rural.

O que se pode indicar a partir dos dados disponíveis é a progressiva fragmentação da Arena. A eleição de uma maioria de prefeitos, por mais que possa indicar um fortalecimento da legenda para o pleito de 1978, não garantiu qualquer resultado positivo para o partido. Como apontado acima, a lógica da votação nas eleições municipais não é a mesma empregada no pleito parlamentar em nível estadual e federal, especialmente na Arena, pois o jogo de poder entre as lideranças de um partido altamente dividido pode indicar uma evasão de votos para o partido de oposição.

Assim, ressalta-se que o gigantismo partidário da Arena era vantajoso para uma lógica política municipalista, mas não contemplava o partido nas escalas de poder estadual e federal. O que, de fato, implicará como fatores de influência na dinâmica para as eleições de 1978 na Paraíba são os interesses dos atores partidários já consolidados e em ascensão na política estadual, a forma como eles se relacionam com o governo federal, e aspectos como a crise econômica e as medidas autoritárias que impossibilitavam a plena participação popular na política nacional.

3.4. A atuação de Antônio Mariz no Congresso Nacional: entre a dissidência e o governismo

Na análise da Arena, alguns atores políticos ganham destaque na narrativa da história do partido, como os governadores. Nesta tese, todavia, buscamos ressaltar outros políticos que também guardam sua importância para a análise do partido, como senadores, deputados, prefeitos ou secretários de Estado. Seguindo nessa perspectiva, para este tópico apontamos Antônio Mariz como um *arenista* de fundamental importância para compreendermos a história da seção paraibana do partido.

Ao nos prestarmos a analisar a atuação de um parlamentar federal, incorporamos às fontes já apresentadas para esta abordagem os discursos proferidos por Mariz na Câmara dos

Deputados, especialmente os compilados em seu perfil parlamentar (2006). As peças destacadas pela coleção ajudam a construir um entendimento mais complexo sobre seu desempenho e atuação político-partidária entre o governo federal e a sociedade civil. Por meio desses discursos, é possível perceber suas perspectivas nacionais desenvolvimentistas e democráticas dentro de um partido aliado a um regime autoritário.

A singularidade da atuação parlamentar de Mariz tem fundamento na sua trajetória política e nas motivações que o levaram a ingressar no partido de apoio ao regime autoritário. Natural de Sousa, filho do ex-deputado federal José Marques da Silva Mariz e primo de João Agripino, uma das principais lideranças políticas locais da segunda metade do século XX, Mariz ingressou na política partidária no início da década de 1960, através do PTB (SOBREIRA, 2016, p. 106).

Apesar de sua família ser vinculada à UDN, Mariz filiou-se ao PTB devido a sua participação no movimento estudantil, quando foi aluno na Faculdade de Direito no Rio de Janeiro. Na então capital federal, Mariz participou da campanha nacional para a criação da Petrobrás, em 1953, o que o aproximou de uma visão nacional-desenvolvimentista do Estado. Já bacharel, atuou como promotor público no sertão paraibano, exercendo simultaneamente cargo na diretoria da empresa Anderson Clayton S/A, multinacional que atuava no comércio algodoeiro, principal cultura produzida na região. Nesse mesmo período, engajou-se no trabalho de base com os trabalhadores rurais, divulgando seus direitos trabalhistas ignorados por seus patrões, uma situação de ambiguidade que marcaria sua atuação política (SOBREIRA, 2016, p. 106).

Esse trabalho junto aos agricultores do algodão impulsionou sua popularidade e, em 1963, Mariz disputou seu primeiro cargo eletivo, sendo eleito prefeito de Sousa. Na Prefeitura, ele alinhou sua administração à tradição trabalhista do PTB, como é destacado por Eilzo Matos (2014), que aponta: “Em Sousa, vigorosa atividade de proselitismo, promovia a divulgação de princípios de uma política de cunho social, trabalhista, nacionalista” (MATOS, 2014, p. 66).

Após o golpe de 1964, Mariz organizou um movimento de resistência política na cidade de Sousa junto a seus auxiliares e aliados políticos mais próximos no município. Convocou a população sousense para a frente de uma difusora de rádio local, de onde proferiu inflamado discurso contra a deposição de Jango. Mariz foi levado preso ao Grupamento de Engenharia, e a sede da prefeitura de Sousa foi submetida a investigação, na qual se buscava achar documentos que comprovassem irregularidade administrativa. O fracasso das investigações levou à recondução de Mariz ao cargo de prefeito, permanecendo até o final de seu mandato (SOBREIRA, 2016, p. 106-107).

Quando houve a extinção dos partidos políticos e a formação do bipartidarismo, Mariz, por intermédio de Agripino, filiou-se à Arena, trazendo consigo todos os seus correligionários do PTB sousense (SOBREIRA, 2016, p. 109). No seu novo partido, ocupou a secretaria de Educação do governo do Estado, colaborando com uma administração que reprimiu severamente as manifestações estudantis ocorridas em 1968 na Paraíba⁴¹⁹. Logo em seguida, elegeu-se deputado federal pela primeira vez em 1970, e sua votação – mais votado no pleito – é resultado da popularidade construída quando atuou pelo PTB e de sua participação no governo de Agripino.

O ingresso de Mariz na Arena demonstra a predominância das relações familiares sobre as perspectivas ideológicas, indicando que a influência da cultura política brasileira não se exercia apenas junto aos conservadores. Diante de um regime que se instaurava promovendo o expurgo dos indivíduos alinhados ao governo Jango e ao trabalhismo, a filiação de Mariz à Arena era uma estratégia de sobrevivência política.

Na primeira metade da década de 1970, ele ganhou destaque dentro da Arena defendendo interesses de seus correligionários em choque com o governador Ernani Sátyro, caso do respaldo dado aos chamados “rebeldes da Arena” na Assembleia Legislativa. Sua ascensão partidária é perceptível ao longo desse trabalho, quando se observa nas fontes seu deslocamento como um aliado subordinado a Agripino para uma figura que dividia o comando de uma fração política, fração esta que passou a ser tratada pela imprensa como *agripinista/marizista*.

No Congresso, Mariz destacou-se por posicionamentos que fugiam dos extremos, não se mostrando um rebelde irrestrito, tampouco um governista convicto. No decorrer das conjunturas de cada legislatura que atuou no Congresso, passou a se sentir mais à vontade para demonstrar-se contrário ao governo em temas que versavam sobre a defesa das liberdades democráticas, especialmente o direito de a população eleger seus representantes de maneira direta.

A conjuntura a partir de 1974 era de início do processo de “distensão” por parte do regime e de revigoração dos defensores da democracia liberal. No contexto internacional, a eleição de Jimmy Carter para a presidência dos Estados Unidos, em 1976, e os posicionamentos do Papa Paulo VI em repúdio às violações dos direitos humanos promovidas contra os opositores do regime militar brasileiro, influenciaram os rumos dos regimes autoritários latino-

⁴¹⁹ Em 1968, o assassinato do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro pelo aparato repressivo do regime motivou manifestações estudantis em todo o país. Na Paraíba, os estudantes realizaram comícios relâmpagos e passeatas duramente reprimidas pela Polícia Militar sob as ordens do governo do Estado (SOBREIRA, 2016, p. 186-190).

americanos. O posicionamento dessas personalidades amplificava as denúncias sobre as brutalidades cometidas pela ditadura militar feitas por exilados políticos e militantes relegados à clandestinidade.

Na Paraíba, de acordo com Koury (2007, p. 73-74), as mudanças na dinâmica de trabalho no mundo rural ocorridas em virtude da modernização da produção agrícola, promovida ao longo das décadas de 1960 e 1970, levaram à substituição da mão-de-obra permanente, os moradores, pelos boias-frias, trabalhadores temporários submetidos ao trabalho na lavoura por ganhos irrisórios. Essa precarização do trabalho gerou conflitos entre os camponeses expulsos da terra contra as milícias dos latifundiários e o aparato de repressão do Estado. Em apoio aos trabalhadores rurais, a Arquidiocese da Paraíba, sob o comando do arcebispo Dom José Maria Pires⁴²⁰, forneceu auxílio através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), as quais, ao mesmo tempo que evangelizavam a população, defendiam seus interesses e davam suporte para seu trabalho e sua produção.

Nas principais cidades do estado, o trabalho da Arquidiocese da Paraíba somava-se aos dos professores universitários, que promoviam debates sobre as mazelas sociais vividas pelo Brasil dentro Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que passava por uma progressiva expansão de seu campus. A partir do trabalho da comunidade universitária, foram criados Comitês para a Anistia, que desde 1976 discutiam questões envolvendo direitos humanos e a violência promovida pelo aparato repressivo do Estado na Paraíba. Havia ainda os comitês e organizações de bairros que agiam junto aos moradores das áreas periféricas de João Pessoa, habitadas por pessoas que migraram do interior, em prol de melhorias na infraestrutura de seus bairros (KOURY, 2007, p. 87-90).

Essas movimentações sociais impulsionaram a oposição institucional à ditadura a enrijecer sua atuação nas instituições públicas, paralelamente ao momento em que o regime propunha um maior diálogo com o Congresso Nacional. No plano de “distensão”, mirava-se um consenso com os parlamentares para a aprovação de reformas políticas que garantissem o reestabelecimento das liberdades democráticas, sem comprometer o aparato institucional autoritário que fora construído ao longo da ditadura. Contudo, nesse contexto político em que apresentava um exponencial crescimento eleitoral, a oposição não poderia limitar-se àquilo que

⁴²⁰ Mineiro, Dom José Maria Pires atuou como arcebispo da Paraíba de 1965 até 1995. Durante seu mandato, agiu pela defesa de liberdades democráticas e por justiça social no estado, junto a movimentos sociais urbanos e rurais. Utilizava-se de sua posição como representante da Igreja Católica para interceder junto às instituições de poder pelos setores reprimidos pela ditadura. Sobre sua atuação, ver Pereira (2012).

era estabelecido a ela pelo regime, e sua atuação mais incisiva acabou encontrando apoio em setores do governismo.

Com o afastamento de parte da sociedade civil que anteriormente apoiara o golpe de 1964 e a ditadura, grupos dentro da Arena se sentiram encorajados a se contrapor ao governo no Congresso Nacional, endossando metas comuns ao MDB, pela própria dificuldade de articula-las dentro do partido. De acordo com Grinberg (2009, p. 192-195), o apoio de *arenistas* às pautas oposicionistas eram notórios quando se tratava da quebra da autonomia do Legislativo, sobretudo quando se utilizava das prerrogativas do AI-5 para cassar o mandato de parlamentares⁴²¹. Esses, contudo, não foram hegemônicos, pois ainda eram maioria os grupos que seguiam irrestritamente apoiando as diretrizes do governo militar, e outros que advogavam por um fechamento mais severo do regime.

Diante do pouco apoio do MDB e de grupos *arenistas* minoritários ao projeto de “distensão” sob controle dos militares, o governo baixou em 1977 um conjunto de decretos denominado de “Pacote de Abril”⁴²², alterando as regras do processo eleitoral: instituição de eleições indiretas para governador em 1978, e mudava a forma de composição dos colégios eleitorais nos estados, impossibilitando o MDB de eleger governadores; instituição de eleições indiretas para um terço das cadeiras senatoriais, eleitos pelos mesmos colégios eleitorais dos governadores; criação da sublegenda para eleições senatoriais diretas; ampliação da Lei Falcão para eleições legislativas; alteração do colégio eleitoral para as eleições presidenciais; e redução de quórum mínimo para aprovação de pautas governamentais no Congresso Nacional. Tal medida era um recado direto para o Congresso: só haveria abertura sob o controle total do regime.

O diálogo de Mariz com os parlamentares oposicionistas vem desde antes de 1974, e para esse tópico destacam-se três momentos de seu primeiro mandato. Ainda em 1971, Mariz posicionou-se favorável ao projeto apresentado pelo líder da bancada *emedebista* na Câmara dos Deputados, Pedroso Horta (MDB-SP), o qual se destinava a revogar o decreto que restringia a ação política no meio estudantil. Seu posicionamento foi tema de coluna no *Correio da Paraíba*, escrita pelo jornalista José Soares Madruga:

⁴²¹ Entre 1974 e 1978, foram cassados dez *emedebistas* e dois *arenistas*, o senador Wilson Campos (Arena-PE) e o deputado federal Ney Lopes de Souza (Arena-RN)⁴²¹. Outro ponto de divergências foi quando a Assembleia Legislativa do Acre rejeitou a indicação do governador Geraldo Mesquita para a prefeitura de Rio Branco, levando o governo federal a intervir na capital acreana.

⁴²² Recorrendo a um dispositivo previsto no AI-5, o presidente Geisel emitiu o Ato Complementar nº 102, que decretou o recesso do Congresso Nacional, possibilitando o governo redigir esse conjunto de medidas dispostas no Ato Constitucional nº 7 e nº 8, e seus decretos de leis que versavam sobre questões políticas e econômicas (KINZO, 1988, p. 181-182).

O parlamentar paraibano, que tem demonstrado na Câmara Federal a sua preocupação na solução dos verdadeiros problemas brasileiros, no seu voto, segundo afirmou, não entrou o mérito político do problema. Não foi isto, portanto, uma desobediência à Arena, mas a manutenção de seu ponto de vista, reconhecendo que desta geração estudantil de hoje depende o Brasil do futuro, não só no campo técnico-científico, mas também no político-social. Como serão nossos homens públicos de amanhã se não tiverem uma base de conhecimentos dos problemas políticos de hoje, e não participam da vida nacional, se não se integram a problemática sócio-econômica da Nação?⁴²³

Outro tema no qual Mariz destoava do regime na Câmara Federal foi a defesa de eleições diretas para os cargos do Executivo, quando o governo federal apresentou ao parlamento, em 1972, emenda constitucional que estabelecia eleições indiretas para governadores em 1974. Mariz foi o único *arenista* na Câmara a manifestar-se favorável ao pleito direto, mesmo seu voto acompanhando a orientação do partido. Seu discurso foi transcrito pela imprensa local:

Voto, portanto, afirmativamente. Quero ainda assim manifestar minha convicção de que o Regime Democrático consagrado nas leis e nas tradições brasileiras, melhor se realiza através das Eleições Diretas. Verifico não ser outro o ponto de vista do Poder Executivo, pois mesmo propondo a reforma limitou-se ao pleito de 1974, permanecendo em vigor o princípio geral das escolhas pelo voto popular. A história desse País autoriza-nos a confiar na capacidade de discernimento da Nação Brasileira, a afirmar a sua maturidade, a crer na sua vocação de grandeza e, sobretudo, a proclamar seu amor à liberdade e a democracia.⁴²⁴

Por último, Mariz foi o único deputado federal da Arena a posicionar-se favorável ao requerimento de aplauso apresentado pela bancada do MDB à chamada “tese dos bispos”, documento elaborado por membros da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no qual eram denunciadas a situação de opressão, miséria e injustiça, fruto da crise econômica e dos altos índices de desemprego e subemprego aos quais eram submetidos os trabalhadores. Apesar de, mais uma vez, seu voto acompanhar a orientação deliberada pelo líder da Arena, Mariz requereu que sua declaração de voto fosse transcrita nos anais da sessão. Nela, defendeu a ação da CNBB, justificando o desencontro com o posicionamento da bancada da Arena:

Admitindo, mesmo para argumentar. A prática das deliberações democráticas no âmbito dos partidos atuais e as lideranças como legítima expressão da vontade coletiva, há de deduzir-se a necessidade de seguirem as bancadas parlamentares a orientação das lideranças, uma vez manifestada pelo voto dos líderes, tal como aconteceu ontem, ao ser apreciada a iniciativa da oposição, de aplauso às conclusões da última reunião da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros. A disciplina, contudo, requer a subordinação do voto, nunca a renúncia das convicções individuais. E estas devem ser externadas, senão pelo poder de proselitismo que talvez encerrem, ao menos pelo amor do debate.

⁴²³ MADRUGA. Correio da Paraíba, 21 de out 1971, p. 12.

⁴²⁴ Correio da Paraíba, 05 de mai 1972, p. 12.

Movido por tal crença é que exprimo o meu pensamento de aplauso à CNBB. Não nego o caráter polêmico de algumas de suas proposições, nem a carga de crítica de outras delas às instituições vigentes.

Louvo, todavia, a preocupação da Igreja com os problemas contemporâneos, a sua recusa ao imobilismo, o seu repúdio às injustiças e à violência sob todas as suas formas, o desejo de contribuir na construção de um país novo, formado na devoção aos mais altos valores morais e espirituais. (MARIZ, 2006, p. 63)

Nos três casos analisados, havia uma preocupação por parte de Mariz em se manter fiel aos seus preceitos democráticos, sem se contrapor ao que era deliberado pelo partido e, assim, sem causar maiores traumas em sua relação com o regime. Essa postura se tornaria mais aguda a partir da nova legislatura iniciada em 1975, juntamente a um grupo de parlamentares *arenistas* chamado “grupo renovador”, destinado a propor pautas mais amplas dentro do partido, não apenas aquelas determinadas pela liderança da Arena no Congresso e pelo poder Executivo.

O “grupo renovador” era formado por um amalgame de parlamentares em primeiro ou segundo mandato, caso de Mariz, Faria Lima (Arena-SP), Henrique Córdova (Arena-SC), Ricardo Fiuza (Arena-PE), Geraldo Bulhões (Arena-AL), Paulino Cícero (Arena-MG), mas também de deputados com longevas trajetórias parlamentares, caso de Teódulo Albuquerque (Arena-AL). Suas pautas giravam em torno de temas relacionados à burocracia partidária: um processo mais aberto para participação dos *arenistas* na escolha do novo presidente nacional do partido, na formulação do programa partidário e na valorização dos interesses dos membros do Congresso dentro do regime⁴²⁵.

O “grupo renovador” também se debruçava sobre temas relativos à democracia brasileira, como no caso do requerimento apresentado pela bancada do MDB, convocando o ministro da Justiça, Armando Falcão, para prestar esclarecimentos sobre violações de direitos humanos no Brasil. O episódio ganhou destaque na imprensa paraibana quando, durante a reunião da bancada da Arena, Mariz juntou-se aos deputados paranaenses Santos Filho e Nôrton Macêdo para endossar o requerimento da oposição. Em sua fala, ele aceitava o cumprimento da determinação da liderança, mas questionava a postura do governo federal em relação ao tema:

Curvo-me à decisão da maioria e no plenário votarei contra o requerimento do MDB. Mas considero um erro político e moral recusar o debate sobre direitos humanos. Se o Governo declara que não permite qualquer forma de tortura e pretende punir os responsáveis, porque não permitir informações ao Congresso, ao povo? É um insulto à Revolução afirmar-se que a presença do ministro na tribuna transformaria a Câmara num tribunal. Isto é até insultuoso. É um erro porque a opinião pública é muito sensível aos problemas dos direitos humanos. É a Arena, os deputados da maioria, que estamos fazendo o papel de bandido na História.⁴²⁶

⁴²⁵ O Norte, 16 de mai 1975, p. 1; O Norte, 15 de jun 1973, p. 3.

⁴²⁶ O Momento, 07-13 de 1975, p. 16.

Esse tema era caro a Mariz, haja vista que, em 1973, ele propôs a criação de um comitê internacional para a salvaguarda dos direitos humanos, ajudando a apontar diretrizes para a política externa brasileira sobre o tema (MARIZ, 2006, p. 67). Em sua declaração de voto, Mariz assumiu em plenário a postura adotada na reunião da bancada da Arena, afirmando que “[...] não se associaria a nenhuma ação que servisse de manto protetor a responsáveis por violações dos direitos da pessoa humana”⁴²⁷.

O deputado paraibano tornou-se, para a imprensa local, o porta-voz dos “renovadores” *arenistas*. Após reunião do “grupo renovador” com o presidente nacional da Arena, senador Petrônio Portela, Mariz descreveu os interesses dos dissidentes, sobretudo a não submissão irrestrita aos interesses do governo federal:

Queremos dinamizar a ação parlamentar e fazer da bancada da Arena veículo da concretização das mais legítimas aspirações nacionais. A Arena não será eco do Governo, será sim, suporte da ação governamental como expressão majoritária da vontade nacional.

[...] o que deseja a Arena para o Brasil como regime político, como ordem econômica, como organização social? Qual a forma de Governo, qual a forma de Estado? [...] a Arena deve esclarecer sua posição em relação à institucionalização do regime, à independência dos poderes do Estado, à autonomia das unidades federais e dos municípios, à proteção dos direitos da pessoa humana, assinalando sua posição sobre o *habeas corpus* e a liberdade de imprensa, por exemplo.

[...] a Arena deve estabelecer de modo claro e inequívoco os fins a que se propõe a ação partidária e, a parti daí, aglutinar as correntes de opinião objetivando o mesmo objetivo.

[...] o programa da Arena pode e deve ser mais amplo e ambicioso. O partido tem objetivos permanentes de longo alcance. Os governos renovam-se a cada cinco anos.⁴²⁸

Mariz advogava para que houvesse uma independência entre o que era pautado pelo partido em relação ao governo federal, e que a Arena se engajasse em temas do interesse da sociedade. Muitos desses temas foram significativos para a formação política de Mariz, como quando defendeu o monopólio nacional do petróleo⁴²⁹ ou quando atuou pela instituição de eleições diretas em 1978, onde afirmara: “Quem se dispõe a fazer eleições deve, necessariamente, admitir a hipótese de perde-las. [...] o regime brasileiro se vera diante de um impasse sério se não admitir, desde logo, a rotatividade dos Partidos no Poder”⁴³⁰.

Outro tema debatido por Mariz na Câmara dos Deputados foi a defesa do desenvolvimento nordestino e a erradicação das desigualdades regionais. Porém, sua defesa do

⁴²⁷ O Norte, 13 de abr 1975, p. 3.

⁴²⁸ O Norte, 15 de jun 1975, p. 3.

⁴²⁹ CARVALHO, O Norte, 14 de out 1975, p. 3.

⁴³⁰ O Momento, 20-26 de dez 1976, p. 3.

desenvolvimento do Nordeste não foi totalmente desalinhada às diretrizes determinadas pelo regime nesses dois mandatos parlamentares. No governo Médici, Mariz incorporou-se ao *lobby* dos *arenistas* nordestinos pela implementação de programas de incentivo e investimento federal na produção agrícola da região, sendo um dos componentes da Comissão Coordenadora de Estudos do Nordeste (COCENE).

De acordo com Rêgo (2008, p.175-176), a COCENE foi criada em 1971 visando garantir a participação dos parlamentares governistas na formulação de políticas de desenvolvimento para o Nordeste. Sua atuação limitou-se a elaborar relatórios sobre os problemas nordestinos, mas sem se contrapor ao que era pregado pelo governo federal. Para Rêgo (2008, p. 186):

Na medida em que a lealdade da Arena à revolução começava a ser colocada em dúvida, o partido estava desenvolvendo um novo papel, tentando se apresentar como um instrumento para o processo de formulação de políticas públicas.

A Arena estava tentando assumir novos deveres técnicos no seio do regime, os quais tinham uma relação direta com a função representativa. O partido procurava dar ciência ao governo de problemas específicos, sobre os quais julgava ter condições privilegiada de estar informado, devido seu relacionamento próximo com a população.

Ao passo que o trabalho da COCENE e as exigências feitas pelos interlocutores *arenistas* do Nordeste giravam em torno de influenciar a formulação dos projetos de suporte à produção agrária regional. Concomitantemente, esse trabalho dos parlamentares e seus discursos lhes rendiam garantias de publicidade para campanhas eleitorais.

A partir de 1975, Mariz diferenciou-se da grande parte dos parlamentares da Arena paraibana ao buscar resgatar o propósito original da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)⁴³¹. A Sudene foi desenvolvida com o intuito de promover projetos que dinamizassem a produção agrícola nordestina e potencializassem sua industrialização, valorizando particularidades regionais e equiparando sua economia com as regiões mais desenvolvidas do país.

De acordo com Carvalho (1987, p. 85-91), o golpe de 1964 e o alinhamento do regime militar aos interesses do capital internacional levaram a um desmantelamento dos objetivos originais da Sudene. O órgão sofreu uma vigorosa intervenção do Estado autoritário: sua autonomia foi quebrada ao ser submetida ao comendo do ministério do Interior; houve corte

⁴³¹ A Sudene foi um órgão criado em 1959, a partir da ação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, cuja função era analisar as condições da região para a dinamização das atividades econômicas nordestinas, sobretudo a industrialização, setor que apresentava uma tendência de crescimento desde a década de 1940.

das verbas destinadas à realização de projetos e expurgos dos profissionais técnicos alinhados ao governo Jango. A partir de 1964, a Sudene passa a funcionar como um órgão de repasse de verbas entre o governo federal e os estados nordestinos, limitando-se a articular os interesses de empresários do grande capital brasileiro naquela região.

As críticas de Mariz ao esvaziamento da Sudene já eram proferidas no plenário da Câmara desde 1973. Na ocasião, era argumentada a perda da capacidade do órgão, sobretudo seu Conselho Deliberativo, de elaborar programas de desenvolvimento regionais e autonomia para aplicação das verbas públicas. “O Conselho Deliberativo, que funcionava [...] como um órgão supra-estatal, constituindo-se numa inovação na política brasileira, viu-se [...] reduzido a praticamente coisa alguma, com suas deliberações carentes de força executiva” (MARIZ, 2006, p. 65).

O tema da Sudene vinha à tona em seus discursos quando era abordada a seca no Nordeste, o qual Mariz sustentava não ser um problema meramente climático, mas uma questão de gestão pública. Em 1976, ele apontou os diversos órgãos e programas criados pela União ao longo de décadas para solucionar a crônica estiagem, e que o fracasso desses órgãos explicava-se pela sua atuação enquanto agentes de repasse de verbas para os governos locais, pouco intencionados a resolver estruturalmente o problema da seca:

Geraram siglas – Iocs, Ifocs, Dnocs, BNB, Openo, Sudene, Proterra, Polonordeste – inspiraram política, nutriram polêmicas, motivaram o romance regional, criaram empregos e empreguismo, fizeram chorar presidentes. Tudo isso não mudou, porém, um dado essencial: a seca lança hoje na miséria, como lançava em 1845, as massas rurais. (MARIZ, 2006, p. 95)

Para Mariz, só o ideário inicial da Sudene, voltado para o desenvolvimento regional e equiparação do Nordeste com as áreas desenvolvidas economicamente, resolveria problemas crônicos como a seca. No mesmo discurso, ressaltara:

A primeira providência, pois, seria restaurar a Sudene em seu prestígio passado, restituir-lhe a condição de parcela do poder central, dar-lhe nível de Ministério do Nordeste. Nenhuma causa econômica é suficiente para explicar o terrível descompasso entre o desenvolvimento do país e o desenvolvimento regional. (MARIZ, 2006, p. 109)

Mariz entendia que o desenvolvimento do Nordeste deveria seguir um padrão pelo qual a região não fosse mera fornecedora de mão-de-obra, ou reduzir-se a prover incentivos fiscais para receber indústrias de fora, cuja produção se fazia com alto índice de automação, utilizando pouca mão-de-obra local⁴³².

⁴³² O Momento, 29 de mar-04 de abr 1976, p. 3.

Mariz não era o único *arenista* paraibano no Congresso interessado no debate em torno da Sudene, mas era o único declaradamente engajado na recuperação de sua finalidade como formuladora de projetos para o desenvolvimento independente da economia nordestina. Traçando um paralelo com outros representantes paraibanos, como o senador Milton Cabral, é possível avaliar a diferença de perspectiva. Industrial campinense, Cabral foi descrito por João Manoel de Carvalho em sua coluna no *O Norte* como um político engajado nos problemas nordestinos, tal qual a desigualdade social, mas “Sem se arriscar, obviamente, a interpretações do estilo do economista Celso Furtado”⁴³³.

Empresário e político com viés econômico nacionalista, Cabral olhava para a Sudene sob a mesma ótica limitada de órgão destinado ao repasse de verbas federais para o Nordeste. Sua perspectiva de fortalecimento da entidade era através do aumento destinado ao seu repasse, ponto em comum com os demais congressistas da Arena⁴³⁴. O discurso pelo desenvolvimento nordestino era uma tônica entre os *arenistas*, mas, quando estabelecemos tais parâmetros, é possível influir que a atuação de Mariz pelo desenvolvimento nordestino diferenciava-se da dos demais.

Porém, ao mesmo tempo em que criticava o desmantelamento da Sudene promovido pela ditadura, Mariz utilizava-se dos programas desenvolvidos pelo regime para se promover politicamente em suas zonas de influência eleitoral. Às vésperas da eleição municipal de 1976, proferiu discurso durante o lançamento do Programa de Desenvolvimento da Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE) no município de Catolé do Rocha. Na presença do ministro da Agricultura Alysson Paulineli e do governador Ivan Bichara, elogiou a atuação do regime daquela pasta na região. De acordo com notícia do *O Momento*:

Disse [Mariz] que este projeto faz com que cada vez mais o trabalhador rural possa trabalhar em melhores condições e usufruir do que a terra tem para nos doar, como ainda visa com isto uma melhor maneira de sustento próprio e de uma região carente de recursos em virtude do fantasma da seca, que sempre a visita.

Disse que o sistema de comercialização implantado pelo governo federal muito contribui para a melhora das condições do agricultor, pois o mesmo agora dispõe dos preços mínimos que são fixados pelo Governo Federal e ao mesmo tempo locais para armazenar os seus produtos e não vende-los por preços inferiores aos estabelecidos pelo governo.⁴³⁵

⁴³³ CARVALHO. *O Norte*, 09 de abr 1976, p. 3. Cabral era defensor de um caminho nacionalista para a economia. Em entrevista publicada em 1978, posicionou-se pelo fortalecimento da indústria nacional, uma melhor qualificação da mão-de-obra e uma política de distribuição de renda compatível com o mercado interno (*O Norte*, 18 de fev 1978, p. 5). Foi ainda um crítico do modelo econômico formulado pelos ministros Delfim Netto e Roberto Campos (CARVALHO. *O Norte*, 10 de abr 1976, p. 3).

⁴³⁴ *O Norte*, 18 de fev 1978, p. 5.

⁴³⁵ *O Momento*, 12-18 de jul 1978, p. 3.

Em ano eleitoral, Mariz trabalhava para canalizar os benefícios políticos que o governo federal poderia destinar aos seus correligionários na Arena. Ao mesmo tempo, o parlamentar utilizava-se do prestígio alcançado junto ao “grupo renovador” no debate de temas de maior interesse social, como quando levou os deputados federais identificados àquele grupo para comício em Sousa⁴³⁶.

O processo eleitoral para a escolha do novo presidente torna-se um marco para compreendermos esse posicionamento entre o governismo e a dissidência. Em 1978, Mariz tinha pretensões de ser indicado como governador biônico pelo presidente da República e, para tanto, assumiu postura favorável ao indicado por Geisel (João Figueiredo) que o substituiria no cargo. Um processo marcado por movimentos dissidentes dentro das Forças Armadas, apoiados por setores da Arena e do MDB.

Em um tópico voltado para a análise dos desalinhamentos da bancada paraibana da Arena no Congresso, é interessante apontar para os deputados federais que apoiaram a candidatura dissidente do general Sylvio Frota à presidência da República. Segundo Chirio (2012, p. 198), Frota foi um general de forte viés anticomunista, cuja fama era a de um militar “[...] suficientemente arraigado aos regulamentos e costumes militares para se opor à tortura”. Então chefe do Estado-Maior do Exército, assumira o ministério do Exército após a morte do escolhido por Geisel, general Vicente Dale Coutinho, ainda em 1974, tornando-se um incômodo para o governo federal quando passou a demonstrar que não compactuava com o plano de abertura política proposta pelo regime.

Frota promoveu atritos com o presidente ao utilizar-se de seu posto para atravessar a autoridade presidencial, convocando o Alto Comando do Exército (ACE) para debater medidas presidenciais⁴³⁷. As motivações de Frota, segundo Chirio, eram a defesa do sistema político imposto pelo regime em 1969, baseado na soberania quase absoluta dos comandantes do Exército sobre as instituições civis e o poder do presidente. Para Frota: “[...] o presidente não passa de um delegado da ‘Revolução’, e a Revolução reside nas Forças Armadas, representadas por seus chefes” (CHIRIO, 2012, p. 200).

A autora aponta ainda um interesse particular nas posições de Frota, quando o general se colocava como presidente e declarava-se contrário à posição do presidente em influenciar na

⁴³⁶ CARVALHO. O Norte, 18 de set 1976, p. 3.

⁴³⁷ Frota requereu ao ministro da Justiça, Armando Falcão, que exigisse reparação pelas declarações do deputado federal do MDB Francisco Leite Chaves, que comparou os órgãos de repressão da ditadura brasileira à Alemanha nazista, ou ao convocar o Alto Comando do Exército (ACE) para discutir a decisão de Geisel em demitir o comandante do II Exército, general Ednardo D’Ávilla Lins, e o diretor do Centro de Informações do Exército (CEI), coronel Danton de Paula Avelino (CHIRIO, 2012, p. 199).

escolha de seu sucessor – assim como fizera Médici. Para isso, pôs-se em campanha por apoio político de civis para sua candidatura, junto a deputados com convicções enraizadas na extrema-direita, criando-se assim o chamado “grupo frotista” (CHIRIO, 2012, p. 200-201). Destacaram-se entre os parlamentares “frotistas” Marcelo Linhares (Arena-CE), Sinval Boaventura (Arena-GO) e Dinarte Mariz (Arena-RN), sendo Teotônio Neto, Wilson Braga e Maurício Brasilino Leite os representantes paraibanos desse movimento dissidente.

Em 1977, *O Momento* publicou matérias abordando a participação dos “frotistas” paraibanos na Câmara dos Deputados, nas quais destacava-se Teotônio Neto pela sua atuação no “Comitê Central”, ou “Grupo dos 11”, ativistas articuladores da candidatura de Frota, enquanto Braga e Brasilino Leite atuavam nos corredores da Câmara, na equipe de articulação e aliciamento de deputados⁴³⁸. Teotônio Neto explicou seu interesse pela iniciativa “frotista” em entrevista dada ao *Correio da Paraíba* em 1978, quando classificou aquela candidatura como representante da sua formação e da tradição política da Paraíba, mas que, após seu fracasso, tornara ao apoio governista presente em toda sua carreira política⁴³⁹.

Os interesses da candidatura de Frota ficaram evidentes após sua demissão do cargo de ministro do Exército em outubro de 1977, quando publicou nota de forte teor anticomunista, classificando o general Geisel como um “esquerdista”⁴⁴⁰ (CHIRIO, 2012, p. 202). O apoio à candidatura de Figueiredo tornou a ser uma opção para os deputados “frotistas” da Paraíba quando uma nova dissidência nas Forças Armadas foi promovida por um general declaradamente nacionalista.

A candidatura do general da reserva Euler Bentes Monteiro surgiu a partir de um movimento denominado Frente Nacional de Redemocratização, formado pela união de dissidentes civis e militares do regime, descontentes com a imposição da candidatura de Figueiredo à presidência da República⁴⁴¹. O nome de Bentes era apoiado por setores militares, como o general ex-chefe da Casa Militar, Hugo Abreu, e por membros do MDB. Segundo Chirio (2012, p. 206-207), sua candidatura contava com o apoio de políticos opositoristas engajados em pautas democráticas liberais e de generais da “primeira linha-dura”, podendo ser

⁴³⁸ *O Momento*, 16-22 de out 1977, p. 3.

⁴³⁹ *Correio da Paraíba*, 21 de jan 1978, p. 1.

⁴⁴⁰ A nota de Frota aponta para “comportamentos desajustados com a conduta revolucionária”, como: política externa benevolente com governos comunistas, processo de domínio da economia nacional pelo Estado, “complacência” com o que classificou como “infiltração comunista” e “propaganda esquerdista” nos órgãos de imprensa e em setores estudantis, e por agir contra o Estado de Segurança Nacional (CHIRIO, 2012, p. 202)

⁴⁴¹ O primeiro postulante a candidato a presidente pela Frente foi o senador *arenista* mineiro Magalhães Pinto, um dos protagonistas civis no golpe de 1964, que desde aquela época tinha pretensões de assumir a presidência, vetado pelos subseqüentes governos militares. Seu nome perdeu espaço dentro da Frente por não ter o apoio de boa parte da bancada da Arena no Congresso (KINZO, 1988, p. 197-198).

melhor avaliada como um produto de um contexto específico da ditadura, do que por um enquadramento específico numa ala de atuação do regime.

Conhecido como o “general do MDB”, Bentes era engenheiro e fez parte de um grupo de militares identificados a políticas nacional-desenvolvimentistas dentro das Forças Armadas. Foi um anticomunista radical, mas, ao mesmo tempo, adepto de postura legalista, quando optou por não participar do golpe de 1964. Porém, na ditadura, assumiu em 1967 a superintendência da Sudene, demitindo-se do cargo em 1969 após o corte orçamentário imposto pelo ministro da Fazenda Delfim Netto (CHIRIO, 2012, p. 219).

Nome de oposição ao governo Geisel, Bentes passou a ser apoiado pelos “renovadores” da Arena, excetuando-se Mariz. Empenhado em emplacar sua indicação ao governo do Estado, Mariz precisava do apoio do núcleo militar do regime. Sua candidatura ao governo do Estado provocou uma dissidência importante na Arena paraibana, pois, mesmo não sendo o candidato preferido pelo governo estadual, Mariz levou seu nome para a Convenção Estadual do partido em 1978.

Pela celebridade adquirida como voz crítica ao regime e dissidente da Arena, o apoio de Mariz era fundamental para a candidatura de Bentes, levando um grupo de militares apoiadores do general a realizar viagem à Paraíba na tentativa de cooptar o apoio *marizista*, considerado meio de adquirir ampla cobertura política no Nordeste, formando um bloco de apoio ao general dissidente na região⁴⁴².

A visita dos generais dissidentes foi sem sucesso, e, para justificar seu posicionamento, Mariz divulgou na imprensa texto no qual apontava a necessidade de manter-se fiel ao seu partido. Segundo suas palavras:

A política se faz em partido, no Brasil com especialidade, bastando ver que não existem candidatos avulsos. Todos os candidatos, para que o sejam, devem optar por uma legenda. Não há campanha que não seja feita através dos partidos. Esta é uma constante da legislação brasileira e que é antiga. Em outros países há condições de cidadãos se submeterem ao voto popular sem estarem necessariamente vinculados a um partido.

Esta é a razão que acho mais do que suficiente para explicar porque voto no candidato do meu partido.⁴⁴³

O trânsito de Mariz entre o governismo e a dissidência é fruto de suas perspectivas ideológicas construídas ao longo de sua trajetória, e de seus interesses políticos partidários mais pragmáticos. Havia na atuação de Mariz uma ambiguidade típica da cultura política brasileira, na qual os projetos pessoais se sobrepõem a defesa de pautas políticas coletivas. Uma

⁴⁴² Correio da Paraíba, 20 de ago 1978, p. 1.

⁴⁴³ Correio da Paraíba, 16 set 1978, p. 1.

flexibilização de preceitos ideológicos em virtude de práticas políticas pouco condizentes com os projetos encampados em seus discursos.

Essas idiossincrasias podem estar presentes em qualquer político que atinja uma carreira no plano nacional. No caso de Mariz, elas se tornam pontos de problematização pelas pautas levantadas por ele no Congresso Nacional (defesa de liberdades democráticas dentro da bancada do partido de apoio à ditadura), que se contrapõem às suas ambições políticas no plano estadual (galgar cargos eletivos mais elevados por meio do sistema político da ditadura).

CAPÍTULO IV – A “REBELDIA” MARIZISTA E O FIM DA ARENA: ELEIÇÃO DE 1978 E O GOVERNO TARCÍSIO BURITY (1978-1979)

Os anos de 1978 e 1979, com a indicação e a posse do novo presidente, o general João Baptista de Figueiredo, representaram para a ditadura o prosseguimento da política de “distensão” iniciada no governo do general Ernesto Geisel, agora transfigurada numa abertura democrática. Esta continuaria a seguir o lema, mantendo-se “lenta, gradual e segura”, buscando o diálogo com setores da sociedade civil, ao mesmo tempo que mantinha, sobre suas mais amplas camadas sociais, o rigor das diretrizes do Estado de Segurança Nacional.

Para Napolitano (2014, p. 281-282), esse período de transição foi marcado pela incerteza dos rumos políticos do país, mas a perspectiva de redemocratização motivava as oposições a permanecerem atuantes frente às arbitrariedades do regime. Os anos de 1978 e 1979 foram marcados por greves de trabalhadores urbanos e rurais e manifestações públicas de grupos organizados da sociedade civil em prol das liberdades democráticas e políticas de reparação aos perseguidos.

No período agora analisado ocorreu o esgotamento e fim do sistema bipartidário. Apesar da vitória da situação nas eleições senatoriais de 1978 e demais cargos legislativos em todo o país, o modelo com apenas dois partidos já não servia aos interesses do regime, tampouco à classe política. A Arena via-se mergulhada em divisões internas, a partir das quais criavam-se blocos dissidentes na sua bancada de parlamentares federais, e no âmbito estadual de atuação do partido, onde grupos antagonistas rivalizavam pelas indicações de candidatos aos principais pleitos diretos e indiretos.

Em dois desses estados, São Paulo e Paraíba, surgiram grupos dispostos a levar às últimas instâncias suas disputas pela indicação de candidatos pela cúpula federal do regime, apresentando candidaturas ditas “rebeldes” nas convenções estaduais que se destinavam à homologação de candidatos aos pleitos diretos e indiretos. Consideramos esses movimentos representativos para a compreensão do estágio de degradação da Arena, levando o regime a editar nova Lei Orgânica dos Partidos, ao final de 1979, extinguindo o bipartidarismo e determinando a criação de novas siglas.

Nesse período, tomaram posse os últimos governadores biônicos eleitos pela Arena, os quais representavam nos estados o que Napolitano (2014, p. 282) chamou de nova hegemonia liberal moderada, caracterizada por grupos defensores dos interesses capitalistas nesse processo de abertura. Na Paraíba, o novo governador Tarcísio Burity assumiu o governo com a missão de comandar as diretrizes políticas da abertura democrática, promovendo uma conciliação pelo

alto: reagrupamento dos grupos *arenistas* divergentes no estado e privilegiando os interesses do grande capital estadual sobre as demandas dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais. divergentes no estado e privilegiando os interesses do grande capital estadual sobre as demandas dos movimentos de trabalhadores urbanos e rurais.

Neste capítulo, analisaremos as discussões do processo de abertura do regime, indo da eleição de 1978 até a extinção da Arena, em novembro de 1979. No primeiro momento, abordaremos o referido processo eleitoral na Paraíba: uma articulação política entre as alas historicamente divergentes na Arena, que levou à exclusão da liderança do governador Ivan Bichara, até a atitude dos articuladores desse esquema em lançar candidatura “rebelde” à determinada pelo governo federal. Essa dissidência teve ainda papel fundamental na derrota da Arena paraibana na eleição senatorial direta.

Em seguida, nos voltaremos para o primeiro ano de governo de Tarcísio Burity, pensando a forma como o novo governador representou a política de abertura do regime na Paraíba. Vamos contrapor o perfil liberal assumido por Burity e a real dimensão dessa sua postura no estado, sobretudo no seu trato com movimentos sociais e outras questões importantes para esse período de abertura, como a anistia. Discutiremos também a forma como o governador procurou conciliar o partido após o trauma da eleição de 1978, e como essa questão implicou a criação de novos grupos políticos dentro da Arena e a sobrevivência de outros grupos políticos historicamente presentes no partido.

Por último, abordaremos o fim da Arena e do bipartidarismo, tentando entender o que isso significou para a classe política local. No ano de 1979, foi levantado um debate sobre os resultados do bipartidarismo que envolveu a imprensa e os políticos, que debateram quais teriam sido seus problemas e os motivos para o seu fracasso. Foram também levantadas questões sobre qual o futuro partidário no Brasil e na Paraíba, e quais seriam os aspectos a serem considerados para a formação das novas legendas.

4.1. Do “acordo de Brasília” à “rebeldia” *marizista* e a derrota para o senado: a eleição de 1978 na Paraíba

As eleições de 1978 e o final do mandato do general Ernesto Geisel foram marcados por disputas dentro do governismo, tanto na cúpula militar do governo federal como dentro da Arena. Ocorreram ainda focos de cisão no âmbito regional, provocados por conflitos de interesses entre os *arenistas*. Essas dissidências apresentam-se como fundamentais para o entendimento dos últimos anos de atuação do partido governista, que, excessivamente

fragmentado, já não servia mais ao seu principal objetivo de dar sustentação ao regime autoritário nas instituições representativas. O fim do bipartidarismo também servia para dividir a oposição, que ganhava força eleitoral na segunda metade da década de 1970.

As principais dissidências na Arena ocorreram em São Paulo e na Paraíba. Entre os governistas paulistas, o candidato dissidente, Paulo Maluf, derrotou Laudo Natel, candidato dos dois presidentes, Geisel e Figueiredo, na homologação para a governança estadual⁴⁴⁴. A dissidência de Maluf, poderia ter sido barrada pelo regime, porém, o escolhido governador pela Arena paulista era alguém representante das elites econômicas e políticas daquele estado, e ir de encontro a esse segmento social colocaria em risco o controle sobre o processo de abertura. Segundo Gaspari (2016, p. 94): “[Geisel e Figueiredo] Não tinham simpatia por ele, mas um golpe contra o resultado da convenção paulista avacalharia o projeto que se desenhara. Se uma decisão do partido do governo no maior estado do país fosse desrespeitada, tudo não passaria de uma farsa”⁴⁴⁵.

Na Paraíba, o movimento dito “rebelde” contestou a indicação para governador feita pelo partido e pelo governo federal, lançando a candidatura do deputado federal Antônio Mariz à revelia do que fora decidido pela cúpula do poder. Personalidade já abordada nessa tese, Mariz transitou entre o governismo e a discordância com o regime, motivado por suas perspectivas ideológicas distantes daquelas que representavam a ditadura e por seus interesses políticos mais práticos.

A viabilidade de sua candidatura ao governo estadual surgiu quando houve a reaproximação das duas principais lideranças *arenistas* na Paraíba, João Agripino e Ernani Sátiro. Os dois ex-governadores, que permaneceram em conflito ao longo de toda a década de 1970, buscaram influenciar na indicação dos candidatos da Arena, sobrepondo-se à chefia partidária de Ivan Bichara. Para tanto, acertaram, em outubro de 1977, um entendimento denominado de “Acordo de Brasília”, uma conciliação política entre os dois chefes das frações *arenistas* no estado, estabelecendo um esquema para indicar nomes aos cargos de governador, senador biônico e senatoria direta.

A reaproximação entre Sátiro e Agripino foi promovida pelo deputado federal, e até então desafeto do *agripinismo*, Álvaro Gaudêncio Filho. Na sua residência, em Brasília, ocorreu

⁴⁴⁴ De acordo com Gaspari (2016), apesar de ter sido indicado prefeito de São Paulo entre 1969-1973, ele não era bem visto por nenhum dos generais presidentes, todavia, era apoiado por grupos políticos *arenistas* pelo no estado. Industrial, pertencia à elite paulista, construiu uma imagem de administrador dinâmico enquanto prefeito de São Paulo. Assim como Mariz, Maluf tinha tendências divergentes com o regime, mas pela via do reacionarismo: aproximava-se das ideias do general Sylvio Frota e defendera a inclusão do AI-5 na Constituição Federal.

⁴⁴⁵ Sobre a trajetória política de Maluf, ver Teixeira (2012).

a reunião na qual se firmou o esquema. Diferente do frágil “Protocolo de Brasília”, acertado pelas mesmas partes em 1974, nesse novo tratado conciliatório já estavam decididos os nomes a serem indicados: Mariz seria o governador biônico, Sátyro o senador indireto e Bichara seria candidato a senador por votação direta. Ficou acordado ainda que nenhum deles iria, perante o governo federal, vetar ou obstruir qualquer um dos nomes definidos no acordo⁴⁴⁶.

Contudo, o acerto de contas entre os dois ex-governadores, a reaproximação de Agripino e Gaudêncio Filho (o primeiro promovera veemente interferência contra a candidatura do segundo para prefeito de Campina Grande em 1972) e de Mariz com Sátyro (o primeiro acusou o segundo de boicote e tratamento discriminatório na campanha eleitoral de 1974), não ponderaram os interesses dos demais quadros partidários, que almejavam exercer maior influência nas decisões do processo sucessório.

Os setores do partido não contemplados pelo “Acordo de Brasília” fizeram pressão junto ao governador para que este desautorizasse o esquema e assumisse o comando do processo sucessório. Coagido, Bichara declarou em entrevista ao *O Norte* que, mesmo com seu nome estando envolvido, não fora ouvido na elaboração do acordo, tomando conhecimento dele pela imprensa: “[...] o Acordo tentou marginalizar-me do comando do processo sucessório estadual. [...] Dele [...] tomei conhecimento, primeiro, pelos jornais. O Acordo foi uma precipitação e um erro”⁴⁴⁷.

Antes dessa declaração do governador, Agripino afirmara em entrevista que ele teve total conhecimento do “Acordo de Brasília”: “Dele dei conhecimento ao Governador Ivan Bichara e lhe fiz ciente do seu objetivo e da necessidade de sua coordenação e comando”⁴⁴⁸. O ex-governador acusou ainda setores da Arena paraibana que boicotaram o acordo de privilegiarem demandas particulares sobre os interesses partidários:

[...] Buscamos a unidade do partido, para conduzi-lo seguramente à vitória nas eleições diretas. Somente podem considera-lo lesivo aos interesses do partido, os que queiram a divisando no interesse ou atendimento de aspirações pessoais, por que infelizmente em qualquer partido existem homens que preferem a sua vitória à do partido.⁴⁴⁹

A acusação de Agripino, referindo-se a “aspirações pessoais”, também se aplica aos signatários do “Acordo de Brasília”; seu entendimento com Sátyro tinha como meta manter seus espaços de poder dentro de um partido em que outras lideranças vinham despontando.

⁴⁴⁶ CARVALHO. *O Norte*, 09 de out 1977, p. 3.

⁴⁴⁷ *O Norte*, 21 de fev, 1978, p. 5.

⁴⁴⁸ *O Momento*, 15-21 de jan. 1978, p. 1.

⁴⁴⁹ *Ibid.*

Mesmo afastado dos cargos eletivos, Agripino participava ativamente de entendimentos partidários e das campanhas em 1972, 1974 e 1976, utilizando a influência adquirida em sucessivos mandatos eletivos para orientar os destinos do poder no estado.

O “Acordo de Brasília”, que ignorou a autoridade do governador como chefe partidário, menosprezava ainda todo o esforço feito por Bichara ao longo de seu governo em equilibrar as frações partidárias no estado. Após trabalhar para contornar as crises políticas, abrindo espaço em sua administração para aliados de Agripino e Mariz, antes desprestigiados pelo governo Sátyro, Bichara esperava contar com voz ativa no processo sucessório⁴⁵⁰.

O principal articulador da união do partido em torno da liderança do governador contra o “Acordo de Brasília” foi o deputado estadual e presidente regional da Arena, Waldir dos Santos Lima. Em sua residência, na praia de Camboinha, município de Cabedelo, foi elaborado um documento (o mesmo referido por Agripino na citação anterior), nomeado pela imprensa como “Manifesto de Camboinha”, no qual seus signatários expuseram seu apoio ao governador na condução do processo sucessório⁴⁵¹.

O documento foi entregue à Bichara em sessão solene no Palácio da Redenção, em janeiro de 1978, na qual os quadros governistas estiveram presentes⁴⁵². Em discurso, o governador agradeceu o respaldo de sua liderança no processo sucessório estadual e a união partidária demonstrado pelo documento⁴⁵³. Na ocasião, o deputado estadual Evaldo Gonçalves, líder da Arena na Assembleia Legislativa, criticou o “Acordo de Brasília”, sobretudo na exclusão promovida contra os senadores Domício Gondim e Milton Cabral: [...] será que a exclusão de dois senadores da República – Domício Gondim e Milton Cabral – em pleno exercício de seus mandatos e direitos políticos, não representa um atentado à unidade partidária?⁴⁵⁴.

Para os signatários do “Manifesto de Camboinha”, apoiar a liderança de Bichara no processo sucessório era uma forma de garantir a utilização da máquina pública durante a

⁴⁵⁰ Após o desalinhamento entre as lideranças signatárias do “Acordo de Brasília” e o governo do Estado, foram demitidos pelo governador Bichara Amir Gaudêncio, da PB-Tur e Eilzo Matos, da secretaria de Interior e Justiça (Correio da Paraíba, 11 de mar 1971, p. 1).

⁴⁵¹ Correio da Paraíba, 10 de jan 1978, p. 3.

⁴⁵² Foram signatários do documento: os deputados estaduais Evaldo Gonçalves, Edme Tavares, Sócrates Pedro, Egídio Madruga, Francisco Pereira, Juracy Palhano, Ananias Gadelha, Nilo Feitosa, Assis Camelo, Antônio Montenegro, Inácio Bento de Moraes, Luiz de Barros, José Soares Madruga e Waldir dos Santos Lima; os deputados federais Wilson Braga, Francisco Teotônio Neto, Antônio Gomes, Ademar Pereira e Maurício Brasilino Leite; os senadores Domício Gondim e Milton Cabral; o vice-governador Dorgival Terceiro Neto; o presidente do Diretório da Arena de João Pessoa Euclides Dias de Sá; e representantes dos Diretórios *arenistas* de diversos municípios do interior do estado (A União, 19 de jan 1978, p. 12).

⁴⁵³ A União, 19 de jan 1978, p. 1.

⁴⁵⁴ A União, 19 de jan 1978, p. 12.

campanha. Ao mesmo tempo, o destaque dado aos senadores Gondim e Cabral, enquanto lideranças políticas, decorre desses terem financiado campanhas eleitorais dos demais membros do partido. Os dois senadores estariam no esquema governista como candidatos indiretos: Cabral como governador biônico e Gondim como senador biônico, sendo Bichara o candidato à senatoria direta⁴⁵⁵.

Nos dias que se seguiram àquele evento, prefeitos de municípios localizados em áreas de influência de Agripino, Sátyro e Mariz elaboraram um “antimanifesto” favorável ao “Acordo de Brasília”⁴⁵⁶. Por sua vez, o “Manifesto de Camboinha” recebeu solidariedade da Comissão Executiva da Arena paraibana, que desautorizou o “Acordo de Brasília” e reafirmou a liderança do governador no processo sucessório:

A – Seja aprovada uma moção de apoio e confiança ao Exmo. Sr. Governador Ivan Bichara Sobreira, pela forma como vem se conduzindo no Comando do nosso Partido.
B – Desautorizar qualquer iniciativa de lançamento de candidatos às eleições marcadas para o corrente ano, antes de realizada a Convenção Nacional da ARENA, para homologação dos candidatos a Presidente e Vice-Presidente.
Diretório Regional da ARENA, em João Pessoa, 06 de março de 1978.⁴⁵⁷

Dessa forma, o problema sucessório dividia-se da seguinte maneira: Bichara, respaldado pelos signatários do “Manifesto de Camboinha”, apoiava a indicação de Cabral para governador biônico; contra a indicação governista, os articulistas do “Acordo de Brasília” defendiam que Mariz fosse o novo governador.

A disputa entre as duas pré-candidaturas girou em torno da influência de políticos junto à cúpula do regime militar e de uma disputa de narrativas entre os jornais do estado. *A União* mantinha-se como porta-voz do governador e de seus interesses, enquanto o *Correio da Paraíba* abordava o processo sucessório, inclinando-se para o discurso governista em virtude de seu proprietário ser o deputado federal Francisco Teotônio Neto, signatário do “Manifesto de Camboinha”. Já *O Norte* abordava o processo sucessório defendendo interesses antigovernistas, mas de maneira pouco incisiva.

O jornal *O Momento* ganhou destaque na imprensa paraibana em 1978 por colocar-se como porta-voz dos interesses *marizistas*. Seu fundador e editor chefe, Jório Machado, tinha estreitas ligações políticas com Mariz, tendo também sido perseguido pela ditadura, preso e

⁴⁵⁵ Meses depois, Domício Gondim se afasta do processo sucessório para realizar tratamento de saúde nos Estados Unidos, vindo a falecer em Niterói na véspera da Convenção Estadual do partido, no dia 05 de junho (O Norte, 06 de jun 1978, p. 1).

⁴⁵⁶ Os principais signatários foram os prefeitos de Sousa, Clarence Pires; Patos, Edmilson Motta; e de Desterro de Malta e Coremas, áreas de influência do deputado estadual Américo Maia (O Norte, 25 de jan 1978, p. 1).

⁴⁵⁷ A União, 07 de mar 1978, p. 3.

torturado logo após o golpe de 1964⁴⁵⁸. Ao longo de toda a campanha, *O Momento* publicou reportagens e textos defendendo a indicação de Mariz como governador biônico e criticando a forma como o governo do Estado se posicionava. Essa atuação resultou na publicação, ainda em 1978, do livro “Resistência ao medo: a história de uma eleição indireta para governador”, no qual Machado conta bastidores do processo sucessório e divulga documentos a ele relacionados.

Entre os documentos divulgados por Machado (1978) está o dossiê denominado “Balanço de Forças-Lideranças”, entregue por Bichara à Geisel, Figueiredo e a Francelino Pereira (Arena-MG), presidente nacional do partido. Elaborado pelos deputados estaduais Waldir dos Santos Lima, Evaldo Gonçalves, José Soares Madruga e pelo deputado federal Wilson Braga, o documento descrevia a situação organizacional da Arena paraibana. Através de um levantamento de números, recortes de jornais e listas nominais de membros do partido, o dossiê abordava as chances eleitorais dos pretendentes a cargos eletivos indiretos e diretos em 1978. No quinto e sexto item de sua introdução, após descrever o “Acordo de Brasília”, é apontada a seguinte avaliação:

5. As razões da reação ao referido “acordo” para fazer o Deputado Antônio Mariz o Governado do Estado e Ernani Sátyro Senador indireto são inúmeras, a começar pelas profundas divergências e conflitos que marcaram as relações pessoais das partes envolvidas, de largo conhecimento público. O “acordo”, assim, não contribuiu para a unidade do Partido, muito ao contrário, provocou acentuada divisão pela radicalização assumida pelos seus integrantes. Esta pacificação por força de divisão de cargos e pela forma como se processou, marginalizando a ação política do Governador do Estado e de importantes forças partidárias, provocou generalizada reação no seio da Arena.
6. Assim sendo, em face da precipitação da candidatura de Mariz, a Arena paraibana está dividida em 2 blocos. O balanço de forças, conforme adiante demonstrado, espelha a verdadeira situação dos mesmos. (Dossiê “Balanço de Forças-Lideranças” *apud* MACHADO, 1978, p. 17-18)

Apresentada a avaliação da situação da Arena da Paraíba, o dossiê traduz em números o apoio que cada uma das frações partidárias possuía. Em relação aos ocupantes de cargos representativos, é apontado um majoritário apoio ao esquema do governador, em detrimento das lideranças de Sátyro e Agripino, como observado na tabela 15:

⁴⁵⁸ Sobre a repressão promovida pela ditadura contra Machado e outros jornalistas paraibanos ver Machado (1991).

Tabela 15- Divisão da Arena a partir do dossiê “Balanço de Forças-Lideranças” – 1978

	Bichara		Agripino/Sátyro	
Senadores	2	100%	0	0%
Deputados Federais	5	71%	2	29%
Deputados Estaduais	16	75%	6	25%
Membros do Diretório	25	80%	6	20%
Convencionais	199	69%	87	31%
Prefeitos	91	70%	38	30%

Fonte: Dossiê “Balanço de Forças-Lideranças” *apud* MACHADO (1978)

O que se pretendia apresentar era um consenso partidário em torno da chefia do governador e dos candidatos indicados por ele. Diante do constante problema das divisões internas na Arena, uma liderança estadual teria mais credibilidade junto ao governo federal se pudesse fomentar a unidade partidária. Assim, a principal forma de tirar o respaldo do “Acordo de Brasília” era demonstrar seu baixo apelo dentro do partido.

Além do dossiê com contabilização em números, Machado (1978, p. 40) afirma que foram enviados aos gabinetes de Geisel e Figueiredo relatórios sobre Mariz que apelavam para uma retórica anticomunista e vinculavam-no a práticas denominadas “subversivas”. No relatório, do qual não constava discriminação de autor, associava-se a candidatura de Mariz a grupos políticos atuantes no estado no período anterior ao golpe de 1964, à liderança religiosa do arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires⁴⁵⁹, e ao jornal *O Momento*. O relatório descreve como esses indivíduos agiam para a “rearticulação do movimento esquerdista na Paraíba”, sendo listadas as formas como eles influenciavam no processo de sucessão estadual:

O trabalho efetuado pelos agentes carbonários do comunismo no processo de sucessão estadual realiza-se em várias frentes:

- a) – Pela subversão da ordem e tranquilidade públicas no interior do Estado, induzindo os camponeses à depredação de propriedades, invasão de terra e queima de lavouras, já iniciadas nos municípios de Mogeiro, Salgado de São Felix, Ingá do Bacamarte e Itabaiana, onde sua atuação se faz mais intensa sob a coordenação do advogado Walderley Caixe.
- b) – Pela pressão exercida junto aos proprietários rurais ante a ameaça de violências a serem praticadas pelos camponeses, organizados em blocos partidários nas sacristias paroquiais de algumas cidades interioranas.
- c) – Pela propaganda jornalística feita através dos jornais “O Momento” e “O Norte”, dois antros de comunistas, com repercussões sobre os outros órgãos de imprensa falada e escrita, incitando-se a opinião pública e especialmente as esquerdas a uma retomada do processo subversivo.
- d) – Pela educação das massas feitas através de entrevistas e artigos de políticos cassados e de simpatizantes do credo comunista, inseridos, também, no jornal “O Momento”, mas, igualmente, em outros órgãos da imprensa.

⁴⁵⁹ Arcebispo paraibano é classificado como “marxista” e aparece no documento como um dos principais articuladores do “levante” de trabalhadores rurais ocorrido em 1977 na Paraíba (Relatório Comunismo Paraíba *apud* MACHADO, 1978, p. 43).

e) – Pela solidariedade ostensiva emprestada pelos deputados cassados Assis Lemos, José Joffily, Langstein Almeida, Agassis Almeida e Osmar de Aquino ao nome do deputado federal Antônio Mariz ao Governo do Estado.

f) – Pela confusão política promovida junto a deputados estaduais, prefeitos e vereadores, compelidos a assinarem documentos de apoio ao chamado “Acordo de Brasília”, pelos quais os ministros João Agripino e Ernani Sátyro manifestaram o seu empenho em levar à cúpula do partido governista, em Brasília, usando do prestígio de que desfrutaram junto aos altos escalões da República e entre os militares o nome do deputado federal Antônio Mariz (sobrinho do ministro João Agripino) à sucessão do atual Chefe do Executivo paraibano (Relatório comunismo Paraíba, *apud*, MACHADO, 1978, p. 44)

Por fim, o relatório traça sua avaliação da figura política de Mariz, descrito como “marxista”, não ajustado aos “ideais revolucionários de 1964”, sendo:

[...] [incapaz de] integrar-se num ambiente de moralidade administrativa, de probidade cívica e de absoluta fidelidade aos princípios democráticos, incapaz de resistir às solicitações espúrias de seus antigos liderados da esquerda, que pensam em retomar ao poder, montados na cauda da tolerância que tem sido o apanágio da revolução no seu atual estágio de redemocratização nacional e de quem tem recebido apoio ostensivo, calculado e medido. (Relatório comunismo Paraíba, *apud*, MACHADO, 1978, p. 45)

Ao final da década de 1970, a Paraíba vivia uma nova onda de manifestações populares no meio rural; os grupos e figuras políticas acima relatados voltavam a ganhar espaço na sociedade paraibana daquele período e simpatizavam com a atuação política de Mariz, que não agia organicamente junto ao regime, posição que o projetou como liderança do chamado “grupo renovador”. Ainda assim, é preciso considerar que sua atuação política, apesar de não ser completamente subserviente às demandas e interesses da ditadura, não se enquadra nas classificações do relatório.

Por sua vez, foi entregue aos órgãos de vigilância do regime um documento denominado “Dossiê Beirute”, no qual Cabral era acusado de estar envolvido com contrabando de mercadorias do exterior para o Brasil⁴⁶⁰. Além disso, os deputados federais favoráveis ao governador eram denominados como “frotistas”, numa referência aos apoiadores do general Sylvio Frota, exonerado por Geisel por tramar contra o regime para promover um enrijecimento do autoritarismo. O termo denotava uma característica conspiratória àqueles deputados, descredibilizando sua atuação política em um período de redemocratização. Os *marizistas* distribuíram panfletos criticando a postura dos “frotistas” no processo sucessório, em que se afirmava:

Até que fossem frustrados os planos e aspirações políticas do ex-Ministro do Exército, Sylvio Frota, nenhuma objeção surgiu no âmbito estadual contra a possível indicação

⁴⁶⁰ O Norte, 15 de abr 1978, p. 8.

do nome de Mariz. A partir daquele período, outros candidatos à sucessão, como o deputado Wilson Braga, acompanhado de outros companheiros também frustrados e até chamados de frotistas, encenaram uma sistemática campanha contra a indicação de Mariz ao governo. A pretexto de que o Governador teria sido marginalizado no chamado Acordo de Brasília, forjaram manifestações de desagravo e de solidariedade a Ivan Bichara, com a elaboração de um manifesto que pecou por sua origem: o divisionismo. Foram solicitadas assinaturas de deputados, algumas delas com ameaças veladas ou até bem claras de que uma negativa seria o ostracismo perante o Palácio do Governo.⁴⁶¹

A atuação de *arenistas* junto aos órgãos de vigilância da ditadura tinham motivações políticas particulares. O envio de relatórios e dossiês com informações sobre adversários políticos era algo recorrente na Arena paraibana – como no caso da eleição municipal de Campina Grande, em 1972. Contudo, os próprios órgãos de vigilância produziam seus próprios dossiês contra membros da Arena, como aponta Soares (2020) ao analisar as informações da Agência de Recife do SNI.

Simultaneamente, ocorreu um confronto de força entre lideranças *arenistas* estaduais e membros da cúpula do regime. De acordo com Machado (1978, p. 50), a candidatura de Mariz contava com o apoio do ministro da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, do sucessor presidencial, general Figueiredo, e do senador Francelino Pereira, presidente nacional da Arena. Já Cabral era apoiado pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, e dos generais Reynaldo de Almeida e Antônio Bandeira, próximos ao presidente Geisel.

Devido ao desgaste promovido pela campanha de desconstrução das candidaturas através de relatórios e dossiês, a decisão sobre o novo governador da Paraíba teria surgido através de um esquema articulado por Reynaldo de Almeida. O general, filho de José Américo de Almeida, propôs a indicação de um nome que representasse uma “terceira via”. A explicação do esquema foi dada por Agripino: “O Reinaldo, desde o começo, manifestou a dificuldade da escolha do Mariz, por achar que dividia o partido. Ele queria que fosse um *tertius* e nunca fugiu dessa tese”⁴⁶².

De acordo com Agripino, ele e Bichara teriam acordado em proceder a partir do esquema proposto pelo general, contudo, o governador teria se adiantado e entregue uma lista ao presidente Geisel com nomes a serem escolhidos, na qual não constavam os indicados de Agripino. Entre os nomes da lista, acabou sendo escolhido o então secretário de Educação do Estado, Tarcísio de Miranda Burity⁴⁶³, ficando Cabral com a indicação para a senatoria indireta:

⁴⁶¹ O Momento, 09-15 de abr 1978, p. 4.

⁴⁶² Entrevista João Agripino, Acervo CPDOC-NIDHR, 1977, p. 288.

⁴⁶³ Nascido em 1938 na cidade de João Pessoa, Tarcísio Burity era advogado e professor universitário, formado pela Faculdade de Direito da Paraíba, e bacharel Sociologia pela Universidade de Poitiers, na França, e doutor em Ciência Política no Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais, na Suíça.

Eu, Mariz; e ele [Ivan Bichara,] Milton Cabral. Combinamos que, se os dois fossem inviáveis, voltaríamos a conversar para escolher o tertius, dentro da tese de Reinaldo. [...] Ele [Bichara] ficou de me dar notícias dos entendimentos com Geisel, mas não deu. Encontrei-o várias vezes, mas não perguntei e ele também não me comunicou. Depois eu soube que ele havia levado relatórios, rebuscando acusações contra Mariz e invocando o risco para a Revolução de Mariz e Marcos Maciel, governadores da Paraíba e de Pernambuco, com d. José Maria Pires e d. Helder Câmara, avançados arcebispos nesses dois estados.

Soube que ele disse que isso impressionara o presidente, que então indicou uma lista em que figuravam, o Milton Cabral e vários outros, inclusive Tarcísio, mas que estava interessado no Milton Cabral e não teve força para fazê-lo. A indicação de Tarcísio teria sido do Reinaldo e do Bandeira, embora ele figurasse na sua lista. ⁴⁶⁴

Após a indicação de seu favorito, o governador proferiu fervoroso discurso, considerado por analistas políticos como fora do seu padrão de comportamento, geralmente parcimonioso e sereno. No texto, transcrito em livro de Rolim (1979) sobre o processo eleitoral de 1978, Bichara avaliou a candidatura de Mariz como “apressada” e “desconectada das bases partidárias” (BICHARA *apud* ROLIM, 1979, p. 118), e apontou os signatários do “Manifesto de Camboinha” como fundamentais para a manutenção de sua autoridade e da união partidária: “Encontramos a solução. Não uma solução conciliatória só, mas um nome que, entre outros, poderia resolver o problema político do nosso partido” (BICHARA *apud* ROLIM, 1979, p. 118).

A solução tomada com a escolha de Burity deveria ter resolvido o processo sucessório do governo do Estado, todavia, a escolha do vice-governador que completaria a chapa endossou o movimento de contestação da liderança de Bichara como chefe da Arena. Como articulador do esquema de apoio à liderança partidária do governador, Waldir dos Santos Lima acordara com o governador que ele completaria a chapa na vaga de vice-governador. À imprensa, Santos Lima afirmava ser o único candidato à vice-governador, com o apoio das bancadas parlamentares federal e estadual do partido⁴⁶⁵.

Contrariando as expectativas, o escolhido para o cargo de vice-governador foi Clóvis Bezerra, indicado pelo próprio Burity, que o julgava com maior capacidade de reunir as alas divergentes no partido, conforme divulgado pela imprensa⁴⁶⁶. Ao ser preterido para o cargo que considerava ser seu, Santos Lima rompeu com Bichara e o grupo governista, publicando uma nota na qual acusava o governador de quebrar um acordo firmado entre eles:

O que me feriu não foi a escolha do médico Clóvis Bezerra, e, sim, o processo como esta escolha foi feita. Fui traído da maneira mais cruel que um homem público pode

⁴⁶⁴ Ibid. p. 288-289.

⁴⁶⁵ Correio da Paraíba, 12 de mai 1978, p. 1.

⁴⁶⁶ Correio da Paraíba, 21 de mai 1978, p.1.

ser. Enganaram-me até a última hora. [...] [Bichara] prometeu até que em caso de alteração do quadro, o primeiro a saber seria eu. Por dois motivos simples: eu era postulante e Presidente do Diretório Regional da Arena.⁴⁶⁷

Após romper com o governador, Santos Lima firma aliança com o grupo aglutinado em torno da candidatura de Mariz, em reunião promovida pelos deputados estaduais Manoel Gaudêncio, Tarcísio Telino e Múcio Sátyro⁴⁶⁸. Sua adesão deu novo fôlego às pretensões de Mariz, pois o presidente regional da Arena controlava determinados setores partidários que viabilizariam sua candidatura, mesmo já havendo um nome indicado pela presidência da República.

Mesmo com Burity escolhido pelo governo federal, Mariz passou a se promover como um candidato que representaria a rejeição da população ao regime e a seus representantes políticos, utilizando um discurso identificado aos anseios populares num momento de reabertura da ditadura. Discursando para correligionários e simpatizantes de sua candidatura, Mariz se colocou como o “candidato do povo”, não alinhado ao que ele chamou de “donos do poder”:

Não foi a mim que eles quiseram derrotar. Eles quiseram derrotar a Paraíba. Mas esta multidão aqui reunida, diz para que o Brasil ouça, que ninguém derrota o povo o povo será sempre, afinal, vitorioso.

Não quero entendimentos com os donos do poder. Prefiro e preferirei sempre ficar com o povo da Paraíba. Em toda essa peregrinação melancólica, em momento algum admiti ser o candidato dos desvãos de palácio, ou dos conluios domésticos, dos que pensam ser donos ou donatários da Paraíba.

Se admiti que meu nome fosse submetido a esse colégio eleitoral singular, é porque percebia ou julguei perceber que era o povo da Paraíba, que era o meu partido, que pediam que eu governasse este Estado. (MARIZ *apud* MACHADO, 1978, p. 56)

Em franca campanha, Mariz visitou a Assembleia Legislativa onde apresentou sua plataforma de governo aos parlamentares. Anunciado como “governador do povo” pelo deputado estadual José Lacerda Neto, Mariz defendeu a democracia, as liberdades políticas, como direito do povo se organizar politicamente e escolher seus representantes, e um projeto de desenvolvimento da Paraíba e do Nordeste baseado na autonomia federativa e no fortalecimento da Sudene⁴⁶⁹.

Mariz mostrava-se disposto a ir à convenção e disputar com Burity a homologação da indicação para o governo do Estado junto aos convencionais do partido. Sua iniciativa fortaleceu o rótulo de “rebeldes”, ou dissidentes, que já circulavam pela imprensa para

⁴⁶⁷ Correio da Paraíba, 19 de mai 1978, p. 3.

⁴⁶⁸ Correio da Paraíba, 19 de mai 1978, p. 1.

⁴⁶⁹ Correio da Paraíba, 27 de mai 1971, p. 1.

denominar aqueles contrários à liderança do governador. Diante da possibilidade de uma disputa inédita entre duas chapas na Convenção Estadual do partido, governistas e dissidentes passaram a se articular para fortalecer suas candidaturas.

Os coordenadores das duas chapas peregrinaram pelo interior do estado, arregimentando apoio de *arenistas* que pudessem se transformar em votos na Convenção Estadual. Em meio à cooptação política, apareciam denúncias de corrupção feitas por ambas as partes. O deputado estadual “rebelde” Tarcísio Telino acusou governistas de coagir delegados para apoiarem Burity: “É estranhável que todo oficialismo do Estado estivesse neste fim de semana pressionando os delegados no interior do Estado, oferecendo empregos e quando as propostas não eram aceitas diziam aos delegados para não comparecerem à convenção do dia quatro”⁴⁷⁰.

O governo do Estado, por meio de nota distribuída pela Superintendência de Comunicação Social, acusava o grupo dissidente de ameaçar e subornar convencionais da Arena. Na nota, são listadas atitudes de lideranças municipais aliadas ao *marizismo*:

Tudo feito na base da ameaça, do suborno, da promessa de votos e da oferta de vantagens de toda natureza.

Em Patos, o prefeito Edmilson Mota exonera o Secretário Dias Novo, por ter feito saudação ao Prof. Tarcísio Burity.

Aqui, no vizinho município do Conde, uma senhora é forçada a assinar documento de renúncia como delegada da ARENA para a Convenção, utilizando-se para isso os requisitos da pressão psicológica.

O ex-secretário do Interior, Eilzo Matos, vai acordar, em Antenor Navarro, um pacato cidadão, às 3 horas da madrugada, para cabalar seu voto sob a alegação de que é preciso derrotar o governador Ivan Bichara, a quem serviu até há bem poucos dias, quando cumulava de todos os elogios ao chefe do executivo estadual.

Devem os senhores delegados eleitores da ARENA atentar para a gravidade da conspiração tramada pela frustração dos que querem contestar o Presidente Ernesto Geisel depois de terem seus nomes sido preteridos por outros, dentro das regras que aceitaram integralmente.⁴⁷¹

Os *marizistas* argumentaram que não teriam condições de coagir delegados do partido sem os instrumentos de poder disponíveis aos governistas: “Como pode um grupo desequipado dos instrumentos do Poder subornar, pressionar ou coagir delegados à Convenção Regional do Partido? [...] Se pressões há, e certamente há, são da responsabilidade do Governo estadual”, afirmara em nota publicada em jornal⁴⁷². Porém cabe ressaltar que prefeitos e lideranças municipais tinham poder para pressionar funcionários e correligionários em geral, dentro de suas cidades, em prol de uma ou outra candidatura.

⁴⁷⁰ Correio da Paraíba, 31 de mai 1978, p.3.

⁴⁷¹ O Norte, 31 de jun 1978, p. 1.

⁴⁷² O Norte, 01 de jun 1978, p.1.

Para os dissidentes oficializarem o nome de Mariz para disputa na Convenção Estadual, era preciso o apoio e aval de Agripino, um dos fiadores da candidatura junto à cúpula do regime. Segundo Machado (1978, p. 66), apesar do apelo popular recebido pelos *marizistas*, alguns de seus correligionários eram temerários à ideia de Mariz lançar-se candidato na convenção, como os seus parentes, o governador do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia, José Sergio Maia, prefeito de Catolé do Rocha, e o próprio Agripino, pois havia o perigo de que ele seria cassado caso insistisse na candidatura dissente.

Uma semana antes da data marcada para a Convenção Estadual, em uma reunião ocorrida à tarde na casa do ex-secretário do Estado, Amir Gaudêncio, o grupo dissidente ainda avaliava as possibilidades de lançamento da candidatura. A partir do relato de Machado (1978, p. 67), Agripino teria vetado seu apoio ao lançamento da candidatura de Mariz naquele encontro. O ex-governador solicitou a Aluísio Afonso Campos que redigisse uma nota expondo os motivos pelos quais Mariz retirava sua candidatura, sobretudo as ameaças de perseguições políticas.

À noite, em novo encontro, desta vez na casa de Manoel Gaudêncio, Mariz cancelou a publicação da nota e informou a Agripino sua decisão de ir à Convenção, acatada por ele diante da irreversibilidade de seu primo (MACHADO, 1978, p. 68-69). Ao deixar a reunião, Agripino declarou à imprensa seu apoio à Mariz: “[...] é preciso que se perca o medo da presença de lideranças autênticas no Estado. Se a Arena insiste em sufoca-las ou destruí-las, é um partido condenado ao repúdio do povo”⁴⁷³. No dia seguinte, os jornais publicavam declaração de Mariz no qual apresentava suas razões para disputar a indicação do partido na Convenção Estadual:

Decidi aceitar a convocação de expressiva parcela da Arena para concorrer na convenção do partido ao cargo de Governador do Estado.

Não me move a ambição pessoal. Quero servir à democracia, quero valorizar a Arena. Eu não seria digno do exemplo de homens públicos como João Agripino e tantos outros que honraram os mandatos populares recebidos dos paraibanos, se não aceitasse esse desafio, ou se me rendesse às ameaças divulgadas por setores oficiais do Estado.

Todos querem a democracia. Poucos se dispõem a servi-la, poucos se dispõem em conquista-la. Quero servir a democracia. Submeterei o meu nome ao lado do deputado Waldir dos Santos Lima e ao lado do nome do ministro Ernani Sátiro, para senador indireto, e confio em que os convencionais do meu partido saberão exprimir a vontade dos paraibanos, demonstrada em tantas e tão frequentes ocasiões, na praça pública, nos dias que correm.⁴⁷⁴

⁴⁷³ O Norte, 03 de jun 1978, p.1.

⁴⁷⁴ Correio da Paraíba, 02 de jun 1978, p. 1.

No dia da Convenção Estadual, Bichara publica mensagem aos convencionais da Arena, convocando-os para apoiarem seu candidato, cobrando sua fidelidade ao presidente da República e a necessidade de manter a disciplina partidária:

A Paraíba não deve faltar a esse apelo do Presidente da República, pois tem sido ele um grande amigo do nosso Estado, auxiliando-nos, ponderavelmente (sic), no encaminhamento e solução de nossos problemas, na remessa de recursos para o nosso esforço de desenvolvimento, e, por esse motivo, e por uma questão de disciplina partidária, de lealdade, de respeito aos compromissos assumidos, esperamos que todos os correligionários da Arena, atendendo a esta convocação que fazemos nesta hora, com toda a confiança e sinceridade, cerrem fileiras em torno dos candidatos acima referidos.⁴⁷⁵

O mesmo argumento de apoio ao presidente foi apresentado pelo candidato governista, em mensagem encaminhada aos convencionais. Nela, Burity falou em encontrar “soluções eminentemente brasileiras para os nossos problemas brasileiros”, se referindo ao processo de abertura democrática:

Precisamos oferecer ao Presidente o respaldo político indispensável, a fim de que as aberturas institucionais se procedam de forma realística, segura e tranquila, dentro de nossas tradições mais sagradas. Vamos encontrar soluções eminentemente brasileiras para os nossos problemas brasileiros. Os interesses do povo, que são os interesses coletivos, devem estar acima de qualquer interesse individual ou de grupos. Sigam-me os que desejam a paz, a tranquilidade e o trabalho produtivo em benefício do progresso e da grandeza da Paraíba.⁴⁷⁶

A construção dos discursos de ambas as partes levava à Convenção Estadual dois candidatos com propósitos e perspectivas diferentes para aquele pleito. Burity apoiava-se na autoridade do regime e na fidelidade que a Arena deveria manter às suas decisões, sobretudo ao seu plano de abertura; quando fala em “soluções brasileiras”, ele faz referência ao processo de abertura “lenta, gradual e segura” proposto pela ditadura. Mariz, por sua vez, propagava o discurso de candidato “rebelde” e antirregime, buscando atingir setores populares insatisfeitos com a ditadura. Contudo, era apoiado pelos generais Golbery e Figueiredo, para quem deu seu voto no colégio eleitoral que o elegeu presidente na disputa contra o general Euler Bentes, candidato de oposição ao governo Geisel. Criticava o governismo, mas almejava o poder através de uma candidatura indireta.

Por ser uma personalidade política que partilhava de significativa popularidade, Mariz conseguiu catalisar o sentimento de oposição ao governo militar presente em parte da sociedade. A Convenção Estadual da Arena, ocorrida em junho de 1978, nos serve como meio de medir a

⁴⁷⁵ A União, 04 de jun 1978, p. 1.

⁴⁷⁶ A União, 04 de jun 1978, p. 1.

popularidade de sua candidatura. Sobre o evento, os jornais relatavam uma grande movimentação popular no entorno da Assembleia Legislativa no dia da convenção: eram grupos de apoiadores dos candidatos, caravanas de correligionários vindas do interior do estado, e curiosos a procura de espaços para acompanhar o evento⁴⁷⁷.

Em frente à Assembleia, carros de som faziam propaganda dos candidatos e os correligionários de Mariz improvisaram um palanque na praça João Pessoa para que os *marizistas* pudessem proferir discursos para seus apoiadores ali presentes, como forma de manter a militância engajada mesmo em uma convenção na qual o povo não votaria. Dentro do prédio, um grande número de pessoas circulava pelos corredores, e funcionários da Assembleia distribuía panfletos com propaganda dos postulantes ao governo do Estado. Nos folhetos de Burity encontrava-se a legenda: “Sigam-me os que querem paz”; nos de seu adversário: “Mariz, o governador do povo”⁴⁷⁸.

Durante a Convenção, as falas dos membros do partido eram seguidas de manifestações de aplausos e vaias por parte dos militantes presentes. Entre os oradores, destacam-se os discursos de Burity, Mariz, Sátyro e Agripino. O candidato governista pautou sua fala aos convencionais na necessidade de união do partido em torno do projeto político do regime e do processo de abertura proposto e comandado pela ditadura:

Nós estamos numa hora bastante importante para os destinos nacionais. O sr. Presidente da República e o seu sucessor, precisam de um respaldo político precisam de uma garantia de que na verdade no momento em que nós passamos para a institucionalização de nossos ideais democráticos, que se faça com segurança e tranquilidade. Não vamos jogar à toa esta ilha de ordem, disciplina e tranquilidade que o Brasil hoje desfruta, dentro de um oceano de contradições e atos de terrorismo contra a pessoa humana, de ameaça contra interesses nacionais.⁴⁷⁹

Mariz enquadrava sua campanha em outra perspectiva de democracia, construindo uma narrativa de sua candidatura como alheia aos conchavos políticos que marcaram o regime ditatorial: “Ninguém me nomeou candidato. Os convencionais da Arena e o povo da Paraíba fizeram de mim, Waldir e Ernani Sátyro os candidatos do partido”⁴⁸⁰. Em sua fala, questionou as motivações democráticas de seus adversários:

Todos condenam os governos aristocráticos e fechados, os governos de gabinetes trancados, mantendo o povo do lado de fora. Todos reclamam da marginalidade dos políticos e do Partido. Todos se lamentam pelo esquecimento do político do interior, dos prefeitos, dos vereadores, dos convencionais, dos humildes de toda parte da

⁴⁷⁷ O Norte, 05 de jun 1978, p. 6.

⁴⁷⁸ Ibid.

⁴⁷⁹ O Norte, 05 de jun 1978, p. 11.

⁴⁸⁰ Ibid.

Paraíba. Mas quantos levantam a bandeira do desafio para satisfazer a vontade do povo? Muito poucos.
 Pois, eu, Valdir e Ernani levantamos essa bandeira.
 Abriremos as portas da Redenção para que a Democracia se instaure em nosso meio, para que o povo e somente o povo seja capaz de comandar os seus destinos. Afinal, é o povo o senhor da sua história.⁴⁸¹

Contudo, o discurso proferido por Agripino destoava do tom de defesa da democracia, negando o caráter contestatório do governo militar da candidatura de Mariz:

A divergência não é uma contestação à Revolução porque os convencionais e o povo que apoia Mariz são revolucionários e da Arena. não é uma contestação à indicação do Presidente Geisel e do futuro presidente João Batista de Figueiredo, porque se fosse não me filiaria a ela. Não permito que eles ou quaisquer outras pessoas possam duvidar da minha fidelidade e da minha correção. Tenho compromissos com o General Figueiredo, e mantereí até o fim.⁴⁸²

Opinião igualmente proferida por Sátyro, que assegurou seu lugar político ao lado dos comandantes do regime, rememorando sua atuação no golpe civil-militar de 1964 e ao longo da ditadura:

Sou um homem da Revolução. Fui um de seus modestos, mas aguerridos batalhadores. Proferi 23 discursos contra o regime que afundava o Brasil na desordem, na indisciplina e no caos.
 [...] Tenho, pois, o direito irrecusável de me dirigir ao meu Partido, o Partido da Revolução, da Revolução que é minha também, por menor que tenha sido o valor da minha contribuição, para pedir o voto de meus companheiros.
 Não me anima [...] qualquer propósito de contestar os altos poderes da República. Não contesto o Presidente Ernesto Geisel, nem o General João Batista de Figueiredo, nem o presidente da Arena, Deputado Francelino Pereira. A todos estes eu respeito e acato, não só pelas suas elevadas investidas, como pelos méritos, pessoais e políticos, de que são portadores.⁴⁸³

Havia um desalinhamento no discurso de Mariz com seus apoiadores em relação à natureza da aventura dissidente, demonstrando que esse movimento não compartilhava a rebeldia ao autoritarismo, expresso pelo deputado. Sua relação com Agripino e Sátyro era uma via de mão-dupla, na qual ambos os lados se beneficiavam com o apoio mútuo, buscando permanecer em espaços de poder no estado. Mesmo que aquele movimento contestatório, de “rebeldia”, junto aos demais estados tenha influenciado no processo de derrocada da ditadura, seus objetivos mais sinceros eram a obtenção do poder estadual.

Os números da votação da Convenção Estadual demonstram que havia uma divisão equilibrada dentro do partido. Para o cargo de governador biônico, a chapa Burity e Clóvis

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² Ibid.

⁴⁸³ O Norte, 06 de jun 1978, p. 1.

Bezerra foi escolhida por 152 convencionais, enquanto a chapa Mariz e Santos Lima obteve 124 votos. Para senador biônico, Cabral, candidato governista, recebeu 162 votos contra os 111 dados à Sátyro⁴⁸⁴. Esse equilíbrio pode ser explicado pelas lideranças que apoiavam a candidatura *marizista*, o que contrabalanceava com o governismo da candidatura de seu adversário.

Avançamos rapidamente no tempo para setembro, quando ocorreu a sessão da Assembleia Legislativa destinada a sufragar o nome de Burity. Nela compareceram 313 votantes, 285 delegados municipais e 28 deputados estaduais, 21 *arenistas* e sete oposicionistas, esses últimos se abstiveram de votar. Entre os dez deputados “rebeldes” presentes na sessão, todos votaram pela eleição indireta dos indicados, por processo de votação nominal com 306 votos⁴⁸⁵.

Os números da eleição indireta de Burity vislumbravam uma possibilidade de reagrupamento do partido governista. Esse movimento conciliatório foi programado logo após a convenção estadual, sobretudo porque o partido precisava ainda disputar uma eleição direta majoritária para o Senado. Bichara era o principal interessado em reunir o partido, pois almejava eleger-se senador naquela eleição; para isso elaborou diversas tentativas de agregar os membros do grupo dissidente, como reuniões com a bancada governista da Assembleia⁴⁸⁶ ou apelos dirigidos pelo líder da bancada do partido aos parlamentares dissidentes⁴⁸⁷, todos rechaçados pelo grupo “rebelde”.

Diante da possibilidade de uma divisão partidária que resultasse em uma nova derrota do partido em pleito direto, como acontecera em 1974, a Arena paraibana passou a planejar maneiras de evitar a evasão de votos. A principal delas era lançar dois candidatos à senatoria direta, Bichara e um segundo indicado pelos dissidentes, impossibilitando um boicote à Arena. Esses votos poderiam ser ainda importantes para a eleição de Bichara, devido ao mecanismo da sublegenda.

Em reunião do Diretório Regional do partido, decidiu-se pela formação de uma comissão para levar até Mariz a proposta para seu grupo integrar uma sublegenda na campanha senatorial, negada pelo parlamentar dissidente⁴⁸⁸. Sem Mariz, foram lançados os nomes de Bichara e dos deputados Maurício Brasilino Leite e Juracy Palhano, o último representante da dissidência. As três candidaturas foram homologadas em nova convenção partidária, sem o

⁴⁸⁴ O Norte, 06 de jun 1978, p. 1.

⁴⁸⁵ A União, 02 de set 1978, p. 1.

⁴⁸⁶ O Norte, 12 de jun 1978, p. 6.

⁴⁸⁷ O Norte, 14 de jun 1978, p. 1.

⁴⁸⁸ O Norte, 01 de jul 1978, p. 5.

mesmo clima do encontro partidário anterior⁴⁸⁹, mas as de Brasilino Leite e Palhano foram retiradas ao longo da campanha⁴⁹⁰.

Na imprensa, o colunista João Manoel de Carvalho indicava que setores da Arena se articulavam para promover uma campanha “anti-Bichara”. Segundo sua coluna: “A trama [...] consistiria em promover uma debandada geral das bases arenistas, fazendo-as retrair-se da candidatura do governador ao Senado com o nítido objetivo de esvaziar politicamente o seu nome”⁴⁹¹. Os jornais relatavam que prefeitos arenistas não alinhados ao governismo já faziam campanha para o candidato emedebista⁴⁹².

Além disso, Agripino recomendou, em uma rádio de Sousa, que seus correligionários não deveriam votar em Bichara: “Quem for meu amigo deve votar contra Ivan Bichara. Quero a derrota da Arena e conseqüentemente a derrota de Ivan”⁴⁹³. Ao ser perguntado por um ouvinte o porquê de não estar no palanque da oposição, respondeu: “Não, agora não. Obrigado pelo conselho, mas, por enquanto, prefiro continuar no palanque da rebeldia e da independência”⁴⁹⁴.

Diante da declaração acima, se havia qualquer tipo de apoio de membros da dissidência à Humberto Lucena, candidato *emedebista* ao Senado, essa nunca fora confirmada pelas partes⁴⁹⁵. Lucena, inclusive, negava qualquer acordo com os dissidentes: “Absolutamente não há nenhum acordo. Não poderia haver, inclusive porque a lei não permite. O que há entre nós, como de resto entre ele e demais membros da bancada da Paraíba na Câmara Federal, é o melhor relacionamento possível”⁴⁹⁶. É possível crer que a aliança entre dissidentes e MDB firmava-se na base de declarações dadas pelas lideranças e movimentos extraoficiais durante a campanha.

A estrutura da Arena na Paraíba ruía ao longo da campanha de 1978, sendo a autoridade de Bichara questionada por seus membros. Parlamentares da dissidência *arenista* juntavam-se a oposicionistas para promover denúncias no Congresso Nacional de corrupção eleitoral cometidas na campanha de Bichara. Junto aos deputados do MDB paraibano Humberto

⁴⁸⁹ A União, 11 de jul 1978, p. 1.

⁴⁹⁰ Palhano decidiu pela retirada voluntária de sua candidatura (O Norte, 19 de set 1978, p. 1), enquanto Brasilino Leite retirou sua sublegenda por problemas na Justiça Eleitoral (O Norte, 19 de set 1978, p. 1).

⁴⁹¹ CARVALHO. Correio da Paraíba, 03 de ago 1978, p. 4.

⁴⁹² Correio da Paraíba, 23 de jul 1978, p.1.

⁴⁹³ Correio da Paraíba, 08 de out 1978, p. 1.

⁴⁹⁴ Ibid.

⁴⁹⁵ Em pesquisa aplicada pelo *O Norte* junto aos deputados estaduais do MDB, às vésperas da Convenção *arenista* em que se disputou a indicação aos cargos indiretos, sobre como eles avaliavam a disputa pela indicação dentro da Arena, as opiniões eram diversas, variando desde elogios ao candidato dissidente, minimizando a influência daquela disputa para o reestabelecimento do processo democrático, pois, quem decidiria o processo sucessório na Paraíba era o presidente Geisel (O Norte, 10 de mar 1978, p. 5). Em fala na Assembleia, o deputado estadual *emedebista* Rui Gouveia declarou pouca fé nos posicionamentos democráticos de Mariz: “Mariz quis apenas conseguir simpatia junto ao povo, pregando uma filosofia que esqueceu durante 14 anos de Revolução” (A União, 03 de jun 1978, p. 3).

⁴⁹⁶ Correio da Paraíba, 25 de mai 1978, p.1.

Lucena e Otacílio Queiroz, o *arenista* Álvaro Gaudêncio Filho amplificou as denúncias de nomeações ilegais de cargos públicos promovidas pelo governador Ivan Bichara antes de deixar o cargo⁴⁹⁷.

A partir das denúncias dos parlamentares federais, Waldir dos Santos Lima anunciou na tribuna da Assembleia Legislativa a preparação de relatório a ser entregue ao general Figueiredo com as denúncias de desmandos e corrupção eleitoral promovidas pelo governador durante a campanha. Em seu discurso, Santos Lima afirmou:

[...] nele irei mostrar a situação de divisão da Arena paraibana, motivada pela insensatez e falta de equilíbrio e liderança do Sr. Ivan Bichara Sobreira. [...] na condição de presidente regional do partido, não posso omitir do conhecimento do futuro presidente da República a real situação política do nosso Estado, e sendo assim, não terei dúvidas em relatar a S. Excia. os atos que foram praticados pelo Sr. Ivan Bichara, não quanto às nomeações ilegais e absurdas, mas quanto a outros fatos que toda a opinião pública conhece e condena.⁴⁹⁸

Em visita à Paraíba durante a campanha, o general Figueiredo discutiu, junto às lideranças locais, os problemas da Arena no estado. No Hotel Tambaú, o futuro presidente concedeu audiência a políticos locais para discutir as divergências e achar meios de conciliar o partido, visando às eleições. Posteriormente ao encontro, declarou: “[...] recomendei que a Arena da Paraíba deixasse as suas mazelas de lado e se unificasse para obter a vitória em 15 de novembro. Recomendei ainda que procurassem encontrar uma solução aqui mesmo, na Paraíba, pois eu não iria me meter”⁴⁹⁹.

A campanha “anti-Arena” ou “anti-Bichara” promovida por setores dissidentes do partido, a baixa preocupação do regime em intervir no diretório regional, bem como a crescente oposição de setores sociais que utilizavam o voto no MDB como forma de se posicionar contra a ditadura⁵⁰⁰, resultaram na derrota da Arena paraibana. O efeito causado pela disputa em torno da sucessão para o governo do Estado surtiu problemas para o candidato majoritário da Arena ao Senado, levando a um desgaste da liderança partidária de Bichara e a um abandono de sua campanha por parte de seus correligionários.

⁴⁹⁷ O Norte, 12 de ago 1978, p. 1.

⁴⁹⁸ Correio da Paraíba, 23 de ago 1978, p. 3.

⁴⁹⁹ Correio da Paraíba, 26 de set 1978, p. 3.

⁵⁰⁰ Nesse sentido, destaca-se a carta endereçada pelos estudantes da UFPB, nomeada “Estudantes da minha terra”, ao candidato da Arena ao Senado. Nela, repudiavam a ligação de Bichara com a ditadura e sua política de exploração econômica e de repressão social. No trecho divulgado pela imprensa: “[...] o que nos leva a votar contra uma situação de arbítrio, votar contra a ARENA, não é uma tendência rebelde. É, sim, a consciência política que temos da nossa realidade – um regime que cada dia que passa enriquece mais os ricos e empobrece mais os pobres, às custas da repressão e da exploração da maioria.” (Correio da Paraíba, 07 de out 1978, p. 3).

Apesar de ter sido a maior votação de Bichara, com 302,655 votos (45,26%), o candidato eleito foi Humberto Lucena, que, mesmo com uma votação mais baixa, 267.876 votos (40,06%), foi eleito senador, somando seus votos com as outras duas sublegendas *emedebistas* – Bosco Barreto, 49.594 votos (7,42%), e Ary Ribeiro, 48.542 votos (7,26%)⁵⁰¹. O esquema da sublegenda, criado para favorecer a Arena, partido maior e passível de subdivisão, acabara sendo um dos fatores da derrota do partido governista⁵⁰².

Além da nítida divisão na Arena, um outro ponto importante a se considerar na análise da derrota governista foi a votação obtida pelo MDB em João Pessoa, maior colégio eleitoral da Paraíba. A capital, que demonstrara predisposição ao voto antigovernista em 1974, confirmara essa tendência em 1978, tendo como números eleitorais: Humberto Lucena com 48,273 votos (65,93%); Ivan Bichara com 22,140 votos (30,24%); Bosco Barreto 2.087 votos (2,85%); e Ary Ribeiro 717 votos (0,98%)⁵⁰³.

Essa tendência de voto na oposição pode ser avaliada pelas pesquisas de opinião, que se tornaram mais frequentes no noticiário político paraibano. Já em fevereiro, uma pesquisa encomendada à empresa Market indicara que Mariz e Lucena seriam os mais cotados para a eleição para governador caso o pleito fosse realizado de forma direta; para senador, Bichara e Lucena eram os que tinham maior preferência entre os pessoenses (O Norte, 19 de fev 1978, p. 5). Em pesquisa feita em abril pela Rádio Arapuan, Mariz era o preferido entre 76% dos entrevistados como indicado a governador indireto, contra 23% de Cabral, à época principal candidato governista⁵⁰⁴.

Após a Convenção Estadual da Arena, ainda em julho, sem a definição dos candidatos dos partidos ao Senado, o IBOPE indicava Lucena e Bichara como empatados com 17% na preferência dos pessoenses, enquanto Mariz vinha logo atrás com 13%⁵⁰⁵. Em outubro, em uma nova pesquisa da empresa Market, Lucena apresentava-se com 37% da preferência do eleitorado da capital, contra 30% de Bichara⁵⁰⁶.

Apesar da limitação desses números como fontes da pesquisa histórica, é possível indicar o crescimento das candidaturas oposicionistas ou antigovernistas (terminologia que

⁵⁰¹ Ata Eleição Senador 1978, Acervo TRE-PB.

⁵⁰² Caso similar ocorrera no Paraná, quando o candidato *arenista* foi derrotado pela somatória das sublegendas do MDB. As disputas internas à Arena paranaense acabaram por impedir a existência de outros candidatos governistas ao Senado, o que acabou prejudicando eleitoralmente o partido (BATISTELA, 2020, p. 257-258).

⁵⁰³ Ata Eleição Senador votação João Pessoa, Acervo TRE-PB.

⁵⁰⁴ O Momento, 09-15 de abr 1978, p. 1.

⁵⁰⁵ O Norte, 09 de jul 1978, p. 1.

⁵⁰⁶ Correio da Paraíba, 31 de out 1978, p. 1.

inclui candidaturas “dissidentes”) em João Pessoa ao longo do processo eleitoral, sobretudo com a radicalização do movimento “rebelde”.

Nas eleições proporcionais, a Arena manteve a média de eleitos dos pleitos passados – ver dados nas tabelas 16 e 17. Para deputado federal, elegeu sete das doze vagas em disputa. Analisando o perfil dos eleitos, predominavam figuras reeleitas do pleito de 1974, ou indivíduos com alguma trajetória em cargos representativos. Entre todos os deputados federais eleitos pela Arena, apenas Joacil de Brito Pereira nunca havia ocupado aquele cargo. Entre os candidatos a deputado estadual, foram 22 *arenistas* eleitos de um total de 33 vagas, sendo maioria reeleita para o cargo integrante do grupo governista, deixando poucas vagas para a minoria dissidente. Desses dados, é possível ressaltar ainda o alto número de dissidentes eleitos, fato que ajuda a explicar a força demonstrada pelo grupo na Convenção Partidária.

Tabela 16- Deputados federais eleitos, sua situação eleitoral e posição partidária – 1978

Parlamentar	Situação eleitoral	Posição partidária
Wilson Braga	Reeleito	Governista
Antônio Mariz	Reeleito	Dissidente
Joacil de Brito Pereira	-	Governista
Álvaro Gaudêncio Filho	Reeleito	Dissidente
Ademar Pereira	Reeleito	Governista
Antônio Gomes	Reeleito	Governista
Ernani Sátyro	-	Dissidente

Fonte: Ata Eleições TRE-PB/Dossiê Arena-Governista

Tabela 17- Deputados estaduais eleitos, sua situação eleitoral e posição partidária – 1978

Parlamentar	Situação eleitoral	Posição partidária
Afrânio Bezerra Cavalcanti	-	-
Edme Tavares	Reeleito	Governista
Evaldo Gonçalves	Reeleito	Governista
Francisco de Assis Camelo	Reeleito	Governista
Francisco Pereira Vieira	Reeleito	Governista
Edvaldo Mota	Reeleito	Dissidente
Inácio Bento de Moraes	Reeleito	Governista
Eilzo Matos	Reeleito	Dissidente
José Lacerda Neto	Reeleito	Dissidente
José Soares Madruga	Reeleito	Governista
Manoel Gaudêncio	Reeleito	Dissidente
Aécio Pereira	-	-
Gilberto Sarmiento	-	-
Fernando Milanez	-	Governista
Egídio Madruga	Reeleito	Governista
Nilo Feitosa	Reeleito	Governista
Luiz Ferreira Barros	Reeleito	Governista
Múcio Sátyro	Reeleito	Dissidente

Juracy Palhano	Reeleito	Dissidente
Américo Maia	Reeleito	Dissidente
Sócrates Pedro	Reeleito	Governista
Antônio Quirino de Moura	-	Governista

Fonte: Ata Eleições TRE-PB/Dossiê Arena-Governista

Em 1978, as disputas internas na Arena paraibana foram o principal fator de desestabilização do partido em pleitos majoritários diretos. Ao longo de toda sua existência, excetuando-se as eleições de 1970, o partido perdeu todas as eleições senatoriais que disputou. Tendo como parâmetro de análise apenas os pleitos ocorridos nos anos setenta, apenas em 1970 o partido não convivera com qualquer querela na escolha do governador biônico; em contrapartida, em 1974 e 1978 as disputas internas para indicação dos sucessores governamentais desencadearam problemas nos pleitos diretos.

Vale destacar que a Paraíba foi o único estado do Nordeste em que a oposição venceu a eleição senatorial direta. O que não significa que nos demais estados não houvesse disputas e divergências entre frações internas ao partido, como aponta Rolim (1979). O que é possível destacar no caso paraibano é a influência que um trauma como o lançamento de uma candidatura dissidente na convenção estadual provocou na coesão partidária para o pleito senatorial direto⁵⁰⁷.

Cientes dos problemas internos, os *arenistas* esforçavam-se em organizar esquemas conciliadores que contemplassem os interesses conflitantes. Esses acordos foram articulados pelas lideranças estaduais, pelo comando nacional, por lideranças externas aos quadros do partido, ou juntamente com lideranças do partido de oposição. O maior número de fracassos demonstra como foi difícil harmonizar os interesses dos grupos políticos influentes dentro do partido. Essa falta de concordância é fruto do sistema político imposto pela ditadura, que não alterou essa lógica patrimonialista e personalista da cultura política brasileira; pelo contrário, as eleições indiretas potencializaram os interesses patrimoniais.

Ao mesmo tempo, o gigantismo da estrutura partidária que provocara as divergências internas favoreceu o partido em eleições majoritárias ou em municípios menos numerosos ou interioranos. Essa vitória do partido se dá tanto pelo maior número de candidatos a serem votados como pelas práticas de controle eleitoral estabelecidas pelos *arenistas* em seus

⁵⁰⁷ Para Rolim (1979), em 1978 havia, em todos os estados nordestinos, tendências divergentes e grupos conflitantes dentro da Arena, sendo possível mensurar maior e menor grau de traumas partidários. Em alguns estados, havia uma facilidade maior em contornar esses conflitos, diferentes de outros, como a Paraíba. Para melhor compreensão, seria preciso uma verticalização da abordagem em cada estado, compreendendo o processo histórico da relação entre o regime e a política estadual, bem como a forma como essas conjunturas impactaram o projeto de abertura e na mudança do sistema partidário, impossível de ser feita neste momento.

domicílios eleitorais. A existência de zonas de influência, os controles da indicação dos candidatos, as denúncias de corrupção eleitoral feitas pelos opositoristas contra o governo e o peso da influência de lideranças personalistas junto aos eleitores determinam os fatores de voto nos políticos da Arena paraibana.

Fator catalizador dos conflitos em 1978, a candidatura “rebelde” de Mariz representava uma tentativa de acomodar demandas democráticas com a manutenção da fidelidade à ditadura, que o levaria a uma indicação indireta e autoritária ao cargo de governador. Seu fracasso, ao mesmo tempo que expõe um limite à estratégia conciliatória dentro da Arena, reforça a ideia de ambiguidade da atuação de Mariz e de outras lideranças *arenistas*, como Sátyro e Agripino (apoiadores da ditadura, mas que encamparam uma candidatura pretensamente antidemocrática).

A atuação desses indivíduos em 1978 reforça ainda nosso argumento de que as características da cultura política brasileira nortearam a atuação dos membros da Arena. A candidatura de Mariz e o apoio recebido por ele mostram que esses laços firmados a partir de interesses pessoais tendiam a se sobrepor aos objetivos político-partidários ou às afinidades ideológicas das partes. Bem como, seu fracasso, indica a limitação dessa estratégia conciliadora dentro do partido.

4.2. A conciliação sob um discurso liberal: o primeiro ano do governo de Tarcísio Burity

4.2.1. *A ambiguidade do discurso liberal-democrático da Arena*

Em 1979, a revista *Veja* publicou uma matéria descrevendo o perfil dos novos governadores indicados pela ditadura militar. Entre eles, estava um “obscuro professor universitário”, forma como foi classificado o paraibano Tarcísio de Miranda Burity (GUEDES, 1993, p. 287). O ex-seminarista, que abandonara o sacerdócio para dedicar-se à carreira acadêmica, nunca havia ocupado um mandato eletivo, e seu primeiro cargo público fora o de secretário de Educação no governo de seu antecessor. Uma ascensão política vertiginosa, tornando-se, posteriormente, um dos poucos no período republicano a ocupar duas vezes a governança estadual, numa época em que não havia reeleição para cargo majoritário (por indicação em 1978 e pelo voto direto em 1986).

De acordo com o seu perfil biográfico, escrito por Guedes (1993, p. 291), muitos atribuíram o dom da sorte para explicar o fenômeno Burity, pois, para esses analistas, o novo

governador era “[...] possuidor de uma estrela que só brilha para ele”. Sua indicação, contudo, foi fruto da incapacidade do sistema político local em promover as lideranças ascendentes dentro da Arena, personalidades como Wilson Braga, Milton Cabral e Antônio Mariz, que cresceram no partido ao longo da ditadura e que não conseguiam se sobrepor aos históricos chefes políticos que construíram sua carreira na primeira metade do século XX, como João Agripino e Ernani Sátyro, mas que se encontravam na curva descendente da política.

O perfil de Burity contrastava com o da maioria dos indicados à governador em 1978. Na tabela 18 é possível verificar que, entre os indicados pelo governo federal, o predomínio de políticos com longevas trajetórias em cargos públicos tornou-se progressivamente maior, se tomarmos como base os pleitos de 1970 e 1974. Em 1978, foram 15 os governadores indicados que tinham alguma relação com os partidos existentes anteriormente ao bipartidarismo, e oito os indicados sem filiação partidária anterior ao bipartidarismo. Desses oito, cinco exerceram cargos eletivos durante a ditadura, sendo um deles, indicado de maneira indireta.

Tabela 18- Governadores indicados e seu histórico profissional e partidário – 1978

Estado	Nome	Formação profissional	Histórico partidário
AC	Joaquim Macêdo	Comerciante, secretário de Estado, deputado federal	UDN, PTB
AL	Guilherme Palmeira	Advogado, deputado estadual, Secretário de Estado	Sem filiação partidária
AM	José Lindoso	Professor, secretário de Estado, deputado federal e senador	PSD
BA	Antônio Carlos Magalhães	Médico, professor, deputado estadual, deputado federal, prefeito nomeado, governador-biônico	UDN
CE	Virgílio Távora	Militar, deputado federal, ministro, governador	UDN
ES	Eurico Rezende	Advogado, deputado estadual, senador	UDN
GO	Ary Valadão	Advogado, industrial, prefeito, deputado estadual, deputado federal	UDN
MA	João Castelo	Bancário, deputado federal	Sem filiação partidária
MG	Francelino Pereira	Jornalista, advogado, vereador, deputado federal	UDN
MS	Harry Amorim	Engenheiro	Sem filiação partidária
MT	Frederico Campos	Engenheiro, professor	PSD

PA	Alacid Nunes	Militar, prefeito, governador, deputado federal	UDN
PB	Tarcísio Burity	Professor, secretário de Estado	Sem filiação partidária
PE	Marco Maciel	Advogado, secretário de Estado, deputado federal	Sem filiação partidária
PI	Lucídio Portela	Médico	UDN
PR	Nei Braga	Militar, prefeito, governador, ministro, senador;	PL, PDC
RJ	Chagas Freitas*	Jornalista, advogado, deputado federal, governador-biônico**	UDN, PRP, PSP, PSD
RN	Lavoasier Maia	Médico, secretário de Estado	Sem filiação partidária
RS	Amaral de Sousa	Advogado, deputado estadual, vice-governador	PSD
SC	Jorge Bornhausen	Advogado, vice-governador,	UDN
SE	Augusto Franco	Médico, deputado federal, senador	Sem filiação partidária
SP	Paulo Maluf	Engenheiro, secretário de Estado, prefeito nomeado	Sem filiação partidária

* Filiado ao MDB quando indicado

** Governador-biônico escolhido pelo MDB

Fonte: CPDOC

Se na primeira eleição da década o regime privilegiou técnicos e militares com pouca ou nenhuma experiência político-partidária, essa preferência foi diminuindo em 1974 e chegou ao panorama acima apresentado: 7 em 1971, 6 em 1975 e 3 em 1979. Esse panorama é uma evidência de que o modelo unionista autoritário imposto pela ditadura para controle dos estados da federação se exauria junto ao regime. Se a imposição desse modelo, segundo Abrucio (1998, p. 140), tinha como objetivo subordinar a classe política aos interesses ditatoriais, essa tornava a recuperar seu prestígio junto ao processo de reabertura. A aliança estabelecida por militares e políticos durante o regime autoritário pesou mais para os primeiros até o momento em que, na medida em que perdiam prestígio junto à sociedade civil, foi preciso negociar apoio com os políticos.

Nessa nova conjuntura, os governadores biônicos serviriam ao regime para controlar o processo de abertura nos estados, missão para a qual Burity assumiu um perfil considerado “moderno” pelos analistas políticos. Por sua postura liberal, francamente adepta ao retorno da democracia, ele teria a intenção de estabelecer diálogo com setores mais amplos da sociedade

civil, incluindo opositoristas ao regime, como políticos cujos mandatos foram cassados durante a ditadura e grupos progressistas da Igreja Católica. Essa diretriz não fora tomada à revelia dos militares, pois *A União* relatara que, em fevereiro de 1979, o governador recebeu orientações de Figueiredo para que assumisse tal postura:

O general João Baptista Figueiredo estimulou o futuro governador Tarcísio Burity a prosseguir o trabalho de aproximação e diálogo com todos os setores, entre os quais a Igreja, sindicatos e políticos cassados por atos revolucionários, reafirmando seu propósito de conciliar a sociedade brasileira.⁵⁰⁸

Burity, sob a tutela do presidente, tentava passar um verniz de liberal-democracia ao seu partido que ao longo de toda sua existência participara do autoritarismo, curvando-se às arbitrariedades do regime. É preciso entender a real efetividade desse discurso adotado pelo governador, bem como pelos demais setores do partido, e para isso três momentos tornam-se fundamentais: o debate sobre a anistia promovida pela ditadura; as manifestações sociais ocorridas no estado naquele ano, destacando-se sua mediação do conflito entre trabalhadores rurais e proprietários de terra ocorrido na região da fazenda Alagamar; e a greve dos professores da rede estadual de ensino.

O debate sobre a anistia política instaurou-se no país já nos primeiros meses após o golpe de 1964, como aponta Rodeghero (2014, p. 176-180); mas, segundo a autora, só a partir da década de 1970, com o aumento significativo do número de exilados políticos, houve o crescimento de movimentos em prol de sua anistia, como por exemplo a campanha eleitoral de 1974, quando candidatos do MDB levantaram essa bandeira. A criação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) pela advogada Therezinha Zerbini, em 1975, deu novas diretrizes para as discussões sobre a anistia, articulando o histórico da anistia brasileira desde 1945 com a atuação do MDB e demais organizações sociais brasileiras. Além da MFPA, foram criados os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), que atuavam regionalmente e possuíam um discurso mais incisivo pela anistia.

A autora pontua em seu texto os projetos sobre a anistia que se contrapunham no debate público: enquanto o governo apresentou um projeto no qual seriam anistiados apenas aqueles que cometeram crimes políticos e conexos, punidos com base nos Atos Institucionais e Complementares, excluíram-se os condenados por terrorismo, assalto, sequestro e atentados pessoais. Essa proposta foi rechaçada pelas entidades pró-anistia, que a julgavam parcial e recíproca (RODEGHERO, 2014, p. 180-182).

⁵⁰⁸ *A União*, 06 de fev 1979, p. 1

A postura assumida por Burity sobre a anistia foi de apoio ao projeto apresentado pelo governo federal, uma posição que limitava juridicamente o perdão concedido pelo Estado⁵⁰⁹. Esse apoio a um projeto restritivo de anistia confundiu-se com sua veemente defesa das liberdades democráticas, um discurso que formou a sua imagem de “moderno”. Logo em seu discurso de posse, Burity abordou o fortalecimento da democracia brasileira como uma pauta de seu governo:

Não compreendo democracia sem igualdade, nem liberdade;
 Não compreendo democracia sem que a *igualdade perante a lei* seja acompanhada de garantias objetivas que se traduzem em iguais oportunidades, possibilitando a participação crescente de todos os bens oferecidos pela civilização;
 Não compreendo democracia sem o entendimento do que a legitimação do Poder reside na vontade popular;
 Não compreendo democracia sem responsabilidade de governantes e governados;
 Não compreendo democracia em o respeito aos direitos das minorias;
 Não compreendo democracia sem *oposição* aguerrida e fiscalizadora dos atos governamentais;
 Não compreendo democracia sem imprensa livre e independente, que informe corretamente a opinião pública, a fim de que esta possa julgar a ação administrativa do governo, isenta de preconceitos.⁵¹⁰

Essa posição de Burity buscava mudar a imagem do partido entre os paraibanos após o incidente ocorrido ainda em 1978, quando o presidente da Assembleia Legislativa, o deputado estadual *arenista* Assis Camelo, impediu Therezinha Zerbini, em visita à Paraíba, de falar em sessão naquela casa legislativa.

Naquela ocasião, a postura do deputado governista repercutiu mal entre seus correligionários da Arena e na sociedade em geral, e sua justificativa para não deixar Zerbini falar diante de um plenário ocupado por militantes pró-anistia foi a de que a fala da militante estaria desrespeitando o regimento interno. À época, os deputados *emedebistas* e dissidentes defenderam o direito de Zerbini de falar no plenário⁵¹¹. Na imprensa, avaliou-se que a postura de Assis Camelo se devia à intenção de não se indispor com o regime, convicto de que os militares e seu partido não nutriam simpatia pela liderança da MFPA⁵¹².

Na Arena, o debate direcionou-se em relação aos adjetivos pelos quais a anistia iria se guiar: se “irrestrita” ou “parcial”. Enquanto os dissidentes advogavam por uma anistia mais completa, os governistas defendiam a proposta apresentada pelo regime. Em entrevista à TV Borborema, Mariz informou ser a favor da anistia irrestrita: “Eu quero a anistia ampla e

⁵⁰⁹ A União, 13 de jan 1979, p. 1

⁵¹⁰ A União, 16 de mar 1979, p. 6.

⁵¹¹ Correio da Paraíba, 12 de mar 1978, p. 3.

⁵¹² Correio da Paraíba, 13 de mar 1978, p. 3; CARVALHO. Correio da Paraíba, 13 de mar 1978, p. 4.

irrestrita. Entendo que é uma exigência da reconciliação nacional. Essa anistia inscreve-se na tradição do direito político brasileiro”⁵¹³.

Quando perguntado se haveria contradição em defender a anistia dos que assaltaram bancos, sendo Mariz uma liderança *arenista*: “Não vejo contradição nisso. O fato de ser da Arena ou do MDB, deva determinar sua opinião sobre a anistia. Quanto a questão de assassinar, assaltar e etc. isso depende da definição que seria dada pela própria anistia”⁵¹⁴. A posição de Mariz foi acompanhada pelo deputado estadual dissidente Eilzo Matos, quando declarou em entrevista: “Sou favorável à anistia ampla, geral e irrestrita. Se a anistia vem ou não vem, depende do Congresso Nacional e do Governo”⁵¹⁵.

Os governistas adotaram a postura de defesa do projeto de anistia nos moldes do apresentado pelo regime. O deputado federal Joacil de Brito Pereira, em entrevista concedida ao *O Momento*, defendeu o projeto de abertura imposto no governo Figueiredo e ao modelo de anistia apresentado pelo presidente, ao qual Brito Pereira se posiciona favoravelmente: “Sim, [sou favorável] a anistia ampla, não irrestrita. [...] Se é em relação aos políticos, eu acredito que a anistia deve ser abrangente, ampla nesse sentido... Não deve contemplar, por exemplo, um terrorista, o homem que praticou um crime...”⁵¹⁶.

Notório defensor do golpe de 1964 e colaborador do autoritarismo no estado, Brito Pereira tornou-se, nos últimos anos de ditadura, um crítico do regime, sobretudo o que chamou de “desvios” promovidos durante o período ditatorial em relação a seu “projeto original”, o qual atribuiu ao general Castelo Branco:

[...] reconheço que a revolução fez muito por esse país no campo desenvolvimentista. Ela realizou muita coisa! Mas não se pode negar os desvios, por exemplo, o AI-5. O AI-5 foi uma coisa terrível! Foi uma revolução feita dentro da revolução, radicalizando cada vez mais aquelas linhas... Porque o Castelo Branco queria reconstitucionalizar o país, a promover todas as diligências necessárias para dar uma Constituição ao país e no fim das contas veio o imprevisível... Veio também uma radicalização muito grande dos antirrevolucionários, dos contestadores, isso tudo precipitou os acontecimentos, e às vezes os acontecimentos levam o indivíduo ou os indivíduos a cometerem atos que jamais esperariam cometer. Então, houve desvios, mas a obra da revolução, eu quero exaltar isso, a abertura é a obra da revolução!⁵¹⁷

⁵¹³ *O Momento*, 18-24 de fev 1979, p. 11.

⁵¹⁴ *Ibid.*

⁵¹⁵ *A União*, 10 de abr 1979, p. 5.

⁵¹⁶ *O Momento*, 28 de fev-03 de mar 1979, p. 6-7.

⁵¹⁷ *Ibid.*

A postura de Brito Pereira é interessante para compreendermos as formas como o discurso liberal foi adotado pelos membros da Arena: o deputado federal buscava transparecer um ideal democrático ao governo do general Castelo Branco, comum entre grupos liberais que queriam desvincular-se de uma relação direta com a ditadura de 1964.

Outros políticos governistas alinhados ao projeto de anistia do regime foram os deputados estaduais Fernando Milanez e Evaldo Gonçalves. Em entrevista à TV *Borborema*, de Campina Grande, Milanez defendeu que a anistia deveria ser restrita aos que cometeram “crimes políticos”. Segundo notícia: “[Milanez] defendeu a necessidade de uma anistia para crimes políticos, ‘mas não beneficiando salteadores e os que mataram impunemente’”⁵¹⁸. Gonçalves, então presidente da Assembleia Legislativa, abordou o tema em seu discurso de posse, dizendo ser favorável a uma anistia “ampla e irrestrita”, mas “[...] apenas para os que cometeram crimes de natureza política”⁵¹⁹.

Quem mais se destacou na defesa da anistia nos moldes propostos pelo regime foi o deputado federal Ernani Sátyro, indicado governador biônico em 1971, mas dissidente estadual em 1978. Em entrevista, o ex-governador, que foi o relator da Comissão Parlamentar Mista criada para examinar o projeto de anistia, rechaçou qualquer adjetivação: “Não existe qualquer doutrina brasileira sobre a anistia, no sentido de serem amplas, gerais e irrestritas”⁵²⁰. Sátyro apresentou parecer contrário à emenda apresentada pelo MDB, pela qual deveria ser concedida anistia a todos os condenados pela ditadura⁵²¹.

Como relator, Sátyro afirmou, em discurso promovido no Congresso Nacional e transcrito em seu perfil parlamentar, não ter recebido ordens nem imposições do governo que influenciassem no seu parecer sobre o projeto de anistia, bem como aponta sua opção em não encaminhar uma anistia que fosse irrestrita, por não haver precedente na história nacional (SÁTYRO, 2011, p. 672-674). Por fim, relata que o projeto de anistia a ser votado foi uma vitória do presidente Figueiredo:

Esta anistia, que dentro de poucas horas vamos votar, não foi um triunfo da oposição, nem das forças de contestação que se mobilizaram, em grande parte, até para dificultar o bom andamento do problema. Foi uma conquista do povo brasileiro, da sociedade que anseia por paz e conciliação, para continuarmos a trabalhar pelo desenvolvimento deste país. Mas foi também, não há negar, como ponto mais alto, uma vitória do presidente João Baptista Figueiredo, o que vale dizer, da sua pessoa e do seu governo. Foi uma vitória nossa, os congressistas da Arena, porque, em última análise, queiram ou não queiram as minorias, são as maiorias que decidem e deliberam. Foi, agora sim, uma vitória também da oposição, menos pela sua contribuição aos debates, quase

⁵¹⁸ Correio da Paraíba, 20 de fev 1979, p. 3.

⁵¹⁹ A União, 02 de fev 1979, p. 3.

⁵²⁰ A União, 26 de jun 1979, p. 5.

⁵²¹ Ibid.

sempre negativista e injusta, do que pelo voto, que espero não neguem, se querem a paz e a concórdia da família brasileira. (SÁTYRO, 2011, p. 677)

O modelo da anistia referendada pelo relatório de Sátyro foi o do presidente Figueiredo, o qual pouco se adequava aos princípios democráticos e liberais assumidos por Burity quando empossado governador. Tampouco seu relator, o deputado Ernani Sátyro, foi um dos maiores expoentes do liberalismo, tendo administrado o Estado durante o governo Médici, auge da repressão política no país. Meses após aprovada a anistia de Figueiredo, Sátyro ocupou a tribuna da Câmara para proferir discurso permeado da retórica anticomunista:

Este episódio da anistia é típico para caracterizar politicamente a história do nosso tempo. Enviando um projeto de lei da maior amplitude, deixando fora do benefício apenas uma pequena parte de autores de crimes políticos, o governo e os congressistas que o apoiam foram arrastados, por uma propaganda bem articulada e por uma mobilização inteligentemente organizada, a uma situação aparente de seres desalmados, verdadeiros réus da insensibilidade a deixarem na prisão supostos idealistas que pegaram armas contra o arbítrio e a exceção. Levaram para dentro do Congresso Nacional elementos treinados na contestação na desordem, os quais praticaram um dos mais tristes espetáculos de que se tem notícia na história parlamentar brasileira. Nunca a ordem dos trabalhos, no Congresso, desceu tanto. Nunca se perturbou tanto. Nunca se provocou tanto. E ainda têm coragem de dizer que aquilo é o povo. Não, era apenas uma parcela do povo, preparada para o triste espetáculo, para tentar impor a anistia em favor de terroristas que não haviam pegado em armas lealmente, como o fizeram os Eduardo Gomes, os Euclides Figueiredo, os Siqueira Campos e tantos outros patriotas e idealistas. (SÁTYRO, 2011, p. 680)

No discurso liberal e democrático de Burity sobre a anistia e a abertura política havia uma relação com o conservadorismo da Arena, devido à heterogeneidade daqueles que apoiaram o regime. Napolitano (2014, p. 314) relata que essa pluralidade gerou muitas discordâncias, como no caso dos dissidentes, que permaneciam com seu discurso mais enfático à abertura. Mas em outros casos, como o dos liberais, essa tentativa de desvinculação visava apenas construir uma retórica que os colocava distantes do autoritarismo acentuado dos “anos de chumbo”. Para o autor, “essa dissociação permitiu a construção progressiva de um discurso crítico sobre o regime que logo se transformou em memória hegemônica e que fez convergir elementos do liberalismo com a crítica de esquerda” (NAPOLITANO, 2014, p. 316).

Essa falsa perspectiva democrática e liberal do governo Burity buscava ainda dialogar com as mais diversas classes sociais, como trabalhadores e patrões. Na Paraíba, a segunda metade da década de 1970 foi marcada por manifestações e movimentos sociais urbanos e rurais, como abordado no capítulo anterior⁵²². De acordo com Alves (2004, p. 273),

⁵²² No terceiro capítulo, é feita uma descrição sobre o crescimento da ação dos movimentos sociais na Paraíba para contextualizar a atuação parlamentar do deputado federal Antônio Mariz, histórico dissidente da Arena no estado.

organizações como CNBB, ABI e OAB foram importantes nos governos Geisel e Figueiredo para estabelecer diálogo entre o regime e a sociedade civil durante o processo de abertura democrática. Contudo, o rigor do Estado de Segurança Nacional se mantinha presente na relação da ditadura com os grupos de trabalhadores de base organizados. “Ao mesmo tempo em que negociava a questão da anistia política com os partidos e instituições civis dos setores de elite, o governo deixava claro que a liberalização não se aplicava à classe trabalhadora. A repressão sofisticava-se, selecionando as classes a atingir” (ALVES, 2004, p. 308).

Essa diretriz federal foi compreendida por Burity e expressa por ele em seu discurso de posse. Numa Assembleia Legislativa ocupada por personalidades da política local, Burity abordou seu projeto de ordem social para uma Paraíba que vivia um histórico de conflitos entre trabalhadores e empresários:

A segurança é o valor básico da sociedade. Constitui ela a condição fundamental para a realização de todos os valores sociais.

Nesse particular, não medirei esforços para que voltem a reinar a ordem e a tranquilidade indispensáveis à sobrevivência das comunidades. Serei, por isso, implacável contra o crime e modernizarei os dispositivos policiais, para que todos se sintam honrados e felizes de aqui terem nascido e de aqui viverem.⁵²³

Bem como o novo governador, ele associa esses valores de ordem com a abertura democrática da ditadura e com perspectivas liberais:

A plenitude democrática é um compromisso de nosso partido, porque é a aspiração permanente do povo brasileiro. E a base de uma concepção democrática é o reconhecimento do indivíduo como pessoa, na plenitude de sua significação ética, vale dizer, como fonte primordial de todos os valores. Isso pressupõe a convivência social impregnada de fraternidade, de benevolência, de respeito mútuo, de responsabilidade pelos próprios atos, de cooperação com vistas ao bem comum.

[...] Há uma necessidade inelutável do fortalecimento das Democracias, sob pena de prejuízos irreparáveis para o bem supremo que é a paz social.⁵²⁴

Porém, essa perspectiva conciliadora e apaziguadora não se representava de maneira equivalente entre trabalhadores e patrões na parte destinada à economia no projeto de governo. Burity abordara em seu discurso de posse a situação financeira difícil vivida pela Paraíba. Contudo, seu olhar se daria para o setor agropecuário, especialmente a agroindústria, não contemplando os pequenos produtores rurais e trabalhadores do campo:

Dentro de nossa pobreza franciscana, todos os problemas nos surgem como prioritários. Mas temos que fazer opções, para que os recursos disponíveis não se pulverizem, sem o efeito desejado, aumentando-se o desespero do nosso povo pela esperança desfeita, e a confiança nas autoridades, perdida.

⁵²³ A União, 16 de mar 1979, p. 6.

⁵²⁴ Ibid.

Em síntese, poderemos afirmar que o nosso esforço administrativo estará voltado especialmente para o setor agropecuário e, no campo industrial, para a agroindústria.⁵²⁵

O governador aponta um projeto que busca racionalizar o que chamou de atividades tradicionais. Entre os quinze pontos apontados em seu discurso, apenas um dizia respeito à agricultura familiar, predominante entre os pequenos produtores⁵²⁶.

Apesar disso, o novo governo trazia uma perspectiva otimista para representantes de trabalhadores e empresários, como é possível comprovar nos relatos colhidos por *A União*. Em notícia, constam relatos dos presidentes do Centro das Indústrias do Estado da Paraíba e de Fernando Almeida, presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), o qual aponta que “ao definir-se por essa linha de ação governamental, o sr. Tarcísio Burity voltado para o realismo da problemática paraibana”⁵²⁷.

Por sua vez, o presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), Álvaro Diniz, disse aguardar que o novo governador não permitisse a interferência da PM do Estado nos protestos dos trabalhadores rurais. Para João Virgínio Acioly, presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria: “Os trabalhadores terão um bom relacionamento nesses quatro anos de governo. [...] [pois] a entidade sindical é um órgão técnico que auxilia o Poder Público e é um dever colaborar com os governantes”⁵²⁸. Para José Pereira Almeida, presidente da Associação do Magistério Público da Paraíba, “o governador Tarcísio Burity foi professor e, como tal, deve reconhecer que a classe percebe um salário de fome”⁵²⁹.

A fazenda conhecida como Grande Alagamar⁵³⁰ foi o principal foco de atuação conciliadora do governo Burity em seu primeiro ano de governo. De acordo com Cantalice (1985) e Moreira (1997), o conflito ocorrido na Grande Alagamar foi a maior representação da expansão capitalista, promovida no meio rural durante a ditadura, que privilegiava a monocultura para exportação e a pecuária extensiva⁵³¹.

⁵²⁵ Ibid.

⁵²⁶ Os pontos elencados pelo governador foram: a) Racionalização da economia algodoeira; b) Recuperação da economia do sisal; c) Agroindústria do álcool; d) Implantação do terminal alcooleiro no Porto de Cabedelo; e) Desenvolvimento da bovinocultura; f) Amparo ao reflorestamento; g) Irrigação a nível de propriedade; h) Racionalização da economia do abacaxi; i) Incremento à diversificação da fruticultura industrial; j) Incremento à cultura da mamona; l) Implementação da cafeicultura no Estado; m) Exploração intensiva da pesca nos estuários e açudes particulares; n) Agricultura alimentar; o) Integração industrial; p) Incremento à produção mineral.

⁵²⁷ *A União*, 16 de mar 1979, p. 8.

⁵²⁸ Ibid.

⁵²⁹ Ibid.

⁵³⁰ Localizadas nos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix, as fazendas reunidas de Alagamar, ou grande Alagamar, ou simplesmente Alagamar, eram compostas de 14 fazendas, que possuíam ao todo 13.000 hectares e 700 famílias de arrendatários.

⁵³¹ O conflito iniciou-se em 1977, quando o antigo dono da fazenda morreu e a propriedade foi vendida a terceiros que iniciaram um processo de expulsão dos antigos arrendatários. A preocupação dos novos proprietários era pôr

Diante da perda de postos de trabalho e da terra onde historicamente produziram, os arrendatários de Alagamar passaram a assumir postura de resistência às ameaças de expulsão, sendo organizadas comissões para denunciar ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana e Salgado de São Felix, e à FETAG os abusos cometidos pelos proprietários e suas milícias. Junto às denúncias, foram enviados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) levantamentos das produções dos pequenos proprietários rurais, requerendo às autoridades federais a desapropriação do imóvel para a distribuição da terra. Não obtendo respostas, esses foram levados à público pela imprensa, que passou a cobrir os conflitos na região (CANTALICE, 1985, p. 164-166).

Com isso, os anos de 1977 e 1978 foram marcados por conflitos entre os arrendatários e as milícias dos novos proprietários, que muitas vezes agiam acobertados pela Polícia Militar, trazendo mais holofotes da imprensa para a questão da Grande Alagamar. A repercussão daquele conflito poderia gerar um ônus eleitoral para a Arena na Paraíba, assim, em 1978, o governo federal baixou decreto desapropriando dois mil hectares de terra. Além da insignificante quantidade de terras desapropriadas, a inoperância do INCRA e dos demais órgãos responsáveis em proceder com a determinação gerou uma piora da situação de crise na Grande Alagamar, pois os novos proprietários se recusavam a cumprir o decreto, bem como os moradores persistiam em permanecer no local, aumentando o número de atentados promovidos contra estes (CANTALICE, 1985, p. 167).

Essa era a situação do conflito da Grande Alagamar quando o novo governador assumiu em 1979. Dias após sua posse, sua primeira medida para resolver a questão na região foi afastar os delegados da Polícia Militar dos municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix. De acordo com o governador, o afastamento era para que houvesse “paz” na região. Segundo a notícia: “‘É preciso que haja paz’ – fez ver o sr. Tarcísio Burity, ao termino da audiência concedida ontem pela manhã a representantes dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG)”⁵³².

Promover a “paz” na região da Grande Alagamar foi o objetivo que o governador traçou para sua gestão; para isso, determinou o desarmamento geral de trabalhadores e das milícias dos fazendeiros durante uma visita à região. Em discurso proferido no local, para uma plateia de 500 agricultores, Burity ressaltou:

fim ao sistema de morada, não reconhecendo o direito à posse da terra pelos trabalhadores que habitavam aquelas terras, e concentrar os trabalhadores num só ponto da propriedade para liberar a maior parte das terras produtivas para a pecuária extensiva da monocultura da cana-de-açúcar (MOREIRA, 1997, p. 802).

⁵³² A União, 22 de mar 1979, p. 1.

Baixei essas medidas para que todos possam trabalhar num clima de ordem. Se houver mais algum conflito, algum desentendimento, vocês devem recorrer à autoridade, pois ela existe para que a lei seja cumprida. Estamos proibindo todo mundo de andar armado, e com isso concordam proprietários e agricultores. Não permitirei desordens, para que todos trabalhem em favor da terra. Vamos nos manter unidos.⁵³³

Em abril, o governador promoveu mais uma “pacificação”, termo usado pela imprensa para noticiar novo acordo feito entre o proprietário João Waldomiro Ribeiro Coutinho e trabalhadores da região da fazenda Caipora, uma das integrantes do território da Grande Alagamar. O acordo, firmado pelo secretário de Segurança, Luiz Bronzeado, estabelecia que o proprietário tiraria o gado para o cultivo da lavoura dos moradores⁵³⁴.

Houve ainda uma tentativa do governador em interceder junto ao núcleo do governo federal para que o INCRA agilizasse a desapropriação dos dois mil hectares de terra, medida que julgava significativa para a amenização dos conflitos na região. Diante da pressão popular, geradora de novos conflitos que se estenderam ao longo do ano, e da pouca celeridade das instituições públicas naquela questão, o secretário de Segurança, em setembro de 1979, afirmou: “[...] tudo deverá ser solucionado na calma, sem uso de violência, derramamento de sangue ou outros prejuízos para a população e para os policiais que estão no local a serviço”⁵³⁵.

O decreto de desapropriação dos dois mil hectares veio a ser assinado pelo presidente Figueiredo apenas em outubro de 1979, mas, de acordo com Cantalice (1985, p. 173-174), serviu apenas como uma solução temporária, que “pacificasse” parcial e temporariamente os conflitos, mas que não interrompesse a atuação e o crescimento do grande capital agrícola naquela região. Por outro lado, as medidas de “pacificação” promovidas pelo governador foram elogiadas pelo jornal *A União*, quando em seu editorial apontou aquelas medidas como conciliatórias para as classes:

Um apaziguamento indispensável, um apaziguamento que permita à comunidade trabalhar sem vexames e sem medo e produzir os suprimentos de que cada vez mais estamos necessitados. Sem exceção. O pobre e o rico.
[...] Queira Deus, tudo dê certo e o diálogo de amanhã do governador com as partes envolvidas na questão de Alagamar produza um clima propício a que cada um encha, em paz, sua panela.⁵³⁶

A tentativa de conciliação promovida pelo governador não encontrava respaldo entre os proprietários da região da Grande Alagamar. Uma reportagem feita por *A União* sobre o

⁵³³ *A União*, 24 de mar 1979, p. 1.

⁵³⁴ *A União*, 03 de abr 1979, p. 1.

⁵³⁵ *A União*, 31 de set 1979, p. 1.

⁵³⁶ EDITORIAL, *A União*, 26 de mar 1979, p. 3.

desarmamento imposto por Burity traz uma série de declarações dos fazendeiros sobre a atuação dos trabalhadores rurais na região. Os trechos recortados pela reportagem ressaltam a manutenção de uma visão da luta camponesa do período anterior ao golpe de 1964, em que a luta pelo direito à terra é caracterizada como desordem, discórdia, em oposição à ordem e à “paz” promovida pelos patrões⁵³⁷.

Para José Martinho, inventariante do espólio do proprietário Telêmaco Cavalcante, a região de Alagamar “[...] pode significar o ressurgimento das Ligas Camponesas. Estão usando um pessoal trabalhador e ordeiro para promover a discórdia”⁵³⁸. Para Heráclito Veloso Borges a tensão em Alagamar “[...] deve-se a um desvio ideológico resultado da ação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba que há dois anos tem ministrado palestras orientando o trabalhador a se rebelar contra o patrão, pois o povo daqui é ordeiro e trabalhador”⁵³⁹.

O termo “paz” e a intenção de pacificar conflitos no campo remetem ao período pré-1964, quando se acusavam as Ligas Camponesas de perturbar a “paz agrária”, pela qual os grupos oligárquicos garantiam o monopólio das terras e a exploração máxima do campesinato. Isso se baseava na violência privada dos latifundiários, acobertada pela Polícia, instituições de Justiça e demais instituições públicas, como os partidos. Se nas décadas de 1950 e 1960 havia um jogo político entre a UDN e o PSD para garantir a “paz agrária”⁵⁴⁰, esse foi transposto na década de 1970 para a Arena, no qual o governador atuou como mediador.

Outro grupo social importante a promover movimentações políticas no primeiro ano do governo Burity foram os professores. Organizados por meio da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), a categoria reivindicava um aumento de 100% no salário, considerado a única forma de prover uma remuneração condigna aos professores⁵⁴¹. Segundo Alves (2004, p. 291-292), a luta organizada pelo movimento sindical foi fundamental para a recuperação e consolidação da democracia brasileira, articulando demandas das categorias e influenciando na politização dos operários contra o regime. Uma das principais demandas dos trabalhadores foi o aumento de sua remuneração, pois o arrocho salarial promovido pelo regime atingia todas as categorias.

⁵³⁷ A União, 24 de mar 1979, p. 8.

⁵³⁸ A União, 24 de mar 1979, p. 8.

⁵³⁹ Ibid.

⁵⁴⁰ Havia, de acordo com Benevides (1985, p. 32-33), um acordo político de proteção dos interesses de latifundiários e usineiros pelas bancadas dos dois partidos que se sobrepujam às disputas eleitorais de UDN e PSD. Ao proteger os interesses da elite agrária, a “paz agrária” compactuava e usava da violência das instituições de segurança do Estado contra os trabalhadores.

⁵⁴¹ Correio da Paraíba, 08 de abr 1979, p. 1.

Contra a possibilidade de greve, o governo do Estado mobilizou seu aparato burocrático e político para deslegitimar aquele movimento. A secretaria de Educação estadual orientou os diretores das escolas a manterem as aulas quando os professores paralisassem suas atividades⁵⁴². No jornal oficial do Estado, foi publicada uma série de textos editoriais questionando o movimento grevista, afirmando que a demanda dos professores era incompatível com as finanças estaduais e apontando para um “infantilismo” da categoria, em contrapartida ao “bom senso” do governador⁵⁴³.

O debate sobre a greve dos professores chegou à bancada *arenista* na Assembleia Legislativa, e os deputados da ala governista endossaram as críticas à postura da categoria. O líder da bancada, Soares Madruga, via nas exigências um problema de difícil solução, apelando para o altruísmo dos professores: “O magistério é a classe mais sacrificada, entretanto, aceita uma missão que não pode contrariar o sentido do sacerdócio, da carreira aceita pelos professores”⁵⁴⁴. Igualmente contrário à greve, o deputado estadual Fernando Milanez considerava o movimento “ilegal e precipitado” dentro dos parâmetros da lei, além de ver como injusta a demanda da categoria em virtude da incapacidade das finanças estaduais⁵⁴⁵.

Milanez foi responsável por liderar uma comissão para dialogar com a categoria, e nessa posição buscou interceder junto ao comando grevista para suspender o movimento durante trinta dias. À categoria, o deputado inferiu que:

É imprescindível que essa greve não se concretize, e que se determine um novo prazo de 30 dias para o Governador estudar novas fórmulas. Sem o diálogo aberto e franco, nada poderá ser feito. A greve deflagrada o prejuízo será maior. Este é o pensamento da Comissão de Educação, Cultura e Saúde que concorda, plenamente, que o Governo Federal está de certo modo obrigado a ajudar a Paraíba, mais particularmente o magistério. (A União, 05 de mai 1979, p. 5)

Dentro da bancada da Arena, o único parlamentar a demonstrar publicamente apoio às reivindicações dos professores foi o dissidente Américo Maia, que, em pronunciamento na Assembleia Legislativa, reclamou melhor tratamento do governo à categoria na sua fala⁵⁴⁶. Todavia, a postura de Maia não se sustentou; um mês após a primeira declaração, o *arenista* curvou-se à Lei de Segurança Nacional para deslegitimar o movimento grevista do Magistério. Em seu argumento, o movimento grevista nos moldes como estava se configurando atrapalharia a política de abertura do regime:

⁵⁴² A União, 05 de mai 1979, p. 1.

⁵⁴³ A União, 04 de mai 1979, p. 5; EDITORIAL. A União, 06 de mai 1979, p. 3.

⁵⁴⁴ A União 21 de abr 1979, p. 5.

⁵⁴⁵ Correio da Paraíba, 04 de mai 1979, p. 3.

⁵⁴⁶ A União, 25 de abr 1979, p. 3.

Não se pode aprontar e testar, a curto prazo, um novo modelo de política social; como não se pode isolar uma política salarial de uma política econômica. Se a oposição presume que o tempo está a seu favor, sabia também não violentar a duração concreta e imprescindível das soluções estáveis. Porque o que a história tem produzido como resultado da aceleração ou precipitação dos acontecimentos, ao invés de progresso, é quase só reação: a mesma reação “termidoriana” que tanto temos conjurado e tanto temos custado a vencer.⁵⁴⁷

A mudança no discurso de Maia segue a lógica da dissidência paraibana, a qual postava-se contrária ao governo estadual, mas seguia as determinações do governo federal, sobretudo em questões voltadas para o controle da classe trabalhadora.

A greve se iniciou em maio, quando, com apoio de entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFPB, e dos estudantes secundaristas da rede privada, a AMPEP decretou greve em todo o estado⁵⁴⁸. O movimento foi deflagrado negando o último apelo do governador, que era a concessão de 80% de aumento dividido em duas parcelas de 40% (a primeira concedida em setembro e a segunda, em março de 1980)⁵⁴⁹. A adesão do movimento estudantil à greve dos professores garantiu o sucesso do movimento, não se limitando à capital, havendo manifestações em diversas cidades do interior do estado. A mesma notícia que relata as manifestações traz uma nota do porta-voz do governo do Estado, afirmando que os professores utilizaram os estudantes “como instrumentos para concretização do movimento”⁵⁵⁰.

Essa deslegitimação do movimento grevista se utilizava de argumentos diferentes da questão burocrática e do orçamento estadual. Apelando para uma retórica anticomunista, a classe política foi taxativa na avaliação do movimento. Antes da deflagração da greve, o próprio governador já se apoiava num discurso que acusava manipulação dos estudantes pelos professores. Segundo narra a reportagem de *A União*: “Para o governador, a greve só pode interessar ‘a quem defende extremismos de direita ou de esquerda, porque num caso ou noutro, os extremismos são contra o processo de abertura democrática’”⁵⁵¹.

Burity acusava o movimento grevista de estar sendo infiltrado por indivíduos alheios à categoria para causar tumulto. “Afim, a quem vai agradar a greve senão aos radicais de qualquer parte?”⁵⁵², dizia o governador em entrevista, embora não houvesse qualquer registro de confusão nas manifestações promovidas pelos professores. O deputado Soares Madruga

⁵⁴⁷ *A União*, 06 de mai 1979, p. 5.

⁵⁴⁸ *Correio da Paraíba*, 06 de mai 1979, p. 1.

⁵⁴⁹ *A União*, 08 de mai 1979, p. 1.

⁵⁵⁰ *Correio da Paraíba*, 09 de mai 1979, p. 1.

⁵⁵¹ *A União*, 06 de mai 1979, p. 1.

⁵⁵² *A União*, 08 de mai 1979, p. 1.

indicava que a greve dos professores estaria sendo usada com objetivos estranhos aos dos docentes: “Esta greve não pode servir de cavalo de Troia a outros interesses, que não aqueles que tem orientado este movimento paredista visando uma melhoria salarial para os professores que servem a rede escolar do Estado”⁵⁵³.

Antes de completar dez dias de greve, o governo estadual já indicava tomar medidas para desmobilizar a greve, como inscrever novos professores para substituir os grevistas, evitando a suspensão das aulas, bem como o estabelecimento de punições mais graves aos professores grevistas contratados pelo regime de CLT⁵⁵⁴. A greve dos professores foi desmobilizada a partir de determinação do governo federal, e o governador emitiu nota determinando o retorno das aulas num prazo de 48 horas⁵⁵⁵. A medida foi tomada após telegrama enviado ao governo do Estado pelo ministro do Trabalho, Murilo Macêdo, que reconheceu a greve do magistério da Paraíba como ilegal⁵⁵⁶.

Burity assumiu o cargo promovendo um discurso alinhado ao do regime: liberal, em defesa da abertura e de um “diálogo” com setores da sociedade. Foi rotulado de moderno pela postura, um governador democrata. A promoção desse perfil tinha ainda o objetivo de desvinculá-lo dos demais governadores *arenistas*, atuantes em períodos mais arbitrários do regime. Porém, ao olharmos para o cerne das questões acima abordada, percebe-se uma convergência de interpretação e ação de Burity com figuras conservadoras da política local, que se promoveram politicamente em momentos cruciais para o autoritarismo brasileiro, como o golpe de 1964 e os “anos de chumbo”.

É interessante observar que havia uma diversidade de discursos dentro da Arena local sobre os temas acima abordados, que variavam de acordo com os grupos políticos aos quais vinculavam-se os representantes. Alinhamento e desalinhamento à ditadura diziam respeito, também, às vinculações político-partidárias estabelecidas por essas frações dentro da Arena, sendo importante, dessa forma, compreender quais eram os grupos políticos que influenciavam o partido nesse período de abertura.

4.2.2. *Burity e os dissidentes na Arena*

⁵⁵³ A União, 12 de mai 1979, p. 5.

⁵⁵⁴ A União, 08 de mai 1979, p. 1; Correio da Paraíba, 13 de mai 1979, p. 1.

⁵⁵⁵ GOVERNO DO ESTADO. A União, 16 de mai 1979, p. 1.

⁵⁵⁶ Ainda sobre a greve dos professores de 1979, ver Madeira (1986) e Nunes (2000).

Quando assumiu o cargo de governador, Burity compartilhava a mesma missão de seu antecessor: conciliar o partido para que as querelas internas não interferissem no projeto político do regime no estado. Todavia, na conjuntura em que fora empossado no cargo, em meio ao processo de abertura do regime, o novo governador precisaria conciliar um partido seriamente dividido após o trauma da convenção *arenista* que lhe homologara candidato indireto em 1978, quando derrotou o candidato do grupo dissidente.

Antes de adentrar na narrativa dos fatos, é preciso mapear quais seriam esses grupos presentes dentro da Arena paraibana, com os quais o novo governador precisaria dialogar. Não existia mais um *agripinismo* contra um *ernanismo* disputando a política partidária no estadual, pois as lideranças de João Agripino e Ernani Sátiro, embora ainda presentes no debate político, não delimitavam mais frações partidárias. A dicotomia entre governistas e dissidentes, surgida em 1978, também era demasiado simplista para categorizar as divisões dentro do partido, pois entre os segundos havia a ala liderada pelo deputado federal Antônio Mariz, principal nome “rebelde” no estado, e os grupos alinhados às lideranças dos deputados federais Ernani Sátiro e Álvaro Gaudêncio Filho.

Entre os governistas, havia o grupo liderado pelo deputado federal Wilson Braga, que construía sua liderança no alto sertão do estado nos anos de 1960 e 1970 e adentrara na capital na eleição de 1978, bem como o Grupo da Várzea, politicamente hegemônico nos municípios da zona da várzea do Rio Paraíba e que, durante a década de 1970, expandiu seu capital político para municípios de outras regiões do estado, como Campina Grande⁵⁵⁷. Nesse sentido, dois momentos são importantes para compreender essa diretriz conciliadora do novo governador: a formação do secretariado e a montagem da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Ao analisarmos a atuação do governo nesses momentos, é possível perceber como procederia a conciliação política dentro da Arena paraibana, sobretudo quais os grupos que participariam desse acordo.

A diretriz conciliadora que Burity seguiria foi um dos temas abordados no encontro entre o presidente Figueiredo e os governadores nordestinos, ocorrido em janeiro de 1979 na cidade de Fortaleza, quando foi deliberado para líderes *arenistas* nordestinos pôr fim às vaidades bairristas e unir-se em torno das aspirações regionais como um todo⁵⁵⁸. A reunião repercutira na imprensa paraibana, especialmente nos dois jornais que representavam as

⁵⁵⁷ A eleição de Enivaldo Ribeiro prefeito campinense em 1976 ampliou a área de influência de seu sogro, o industrial e ex-deputado estadual Agnaldo Veloso Borges, para aquela região, o planalto da Borborema.

⁵⁵⁸ A União, 13 de jan 1979, p. 1.

candidaturas governista e dissidente, que debateram a possibilidade de reagrupamento do partido após o trauma político da candidatura “rebelde” em 1978.

No ato de posse de Burity, o debate sobre as divisões da Arena ficou a cargo do líder da bancada governista na Assembleia Legislativa, o deputado estadual José Soares Madruga. Falando após o discurso do governador, Soares Madruga traçou uma avaliação do sistema bipartidário e o papel dos políticos no processo de abertura. Para o deputado, houvera, ao longo do regime, uma limitação do poder Legislativo que precisava ser revista a partir do novo governo que se instaurava, pois ela resultara na descaracterização dos partidos políticos, focados exclusivamente nos seus objetivos eleitorais e pouco dispostos a discutir projetos de governo⁵⁵⁹.

O discurso crítico em relação à atividade partidária relacionava-se com a perspectiva do governo de moralização da administração pública. Na cerimônia de transferência do cargo entre os governadores Dorgival Terceiro Neto e Burity, uma frase ganhou os holofotes do noticiário: “Juro que serei implacável contra o crime no Estado”⁵⁶⁰. “O crime” ao qual se fazia referência eram as irregularidades administrativas, como nomeações irregulares para cargos públicos. Foi apresentado pelo governador um “pacote de austeridade”, impedindo nomeações para cargos públicos e determinando a volta do regime de trabalho em dois expedientes, como exigido pela CLT⁵⁶¹, sendo montada uma comissão para fiscalizar o acúmulo de cargos por servidores estaduais⁵⁶².

O “pacote de austeridade” era uma espécie de resposta à “crítica” feita pelo líder *arenista* no ato de posse do novo governador, quando Soares Madruga apontou para a degradação da atividade política e mencionou o clientelismo como um dos fatores que arranhava a imagem dos políticos, sobretudo dos governistas. Ao longo da ditadura, foi comum a utilização da máquina do Estado para angariar votos, sobretudo através da distribuição de cargos no funcionalismo público, e essa necessidade de moralização da administração pública era uma cobrança feita pela imprensa.

Ao mesmo tempo que apontava para uma moralização da máquina do Estado, evitando o clientelismo com cargos públicos, Burity valeu-se de indicações políticas para reagrupar a Arena em torno de seu governo. A maioria dos indicados – ver tabela 19 – possuíam um perfil técnico, contudo, houve um aumento do número de políticos ocupando secretarias, em relação

⁵⁵⁹ A União, 16 de mar 1979, p. 7.

⁵⁶⁰ A União, 16 de mar 1979, p. 1.

⁵⁶¹ A União, 17 de mar 1979, p. 1.

⁵⁶² A União, 21 de mar 1979, p. 1.

aos dois outros governos eleitos indiretamente. Foram seis políticos indicados, em relação aos dois inicialmente no governo Bichara e apenas um no governo Sátyro.

Tabela 19- Perfil dos secretários nomeados para o governo Burity – 1979

Nome	Secretaria	Profissão	Perfil
Severino Ramos	Casa Civil	Jornalista	Técnico
Benedito Lima Júnior	Casa Miliar	Militar	Técnico
Oswaldo Trigueiro	Administração Interior e Justiça	Administrador	Político
Ananias Pordeus Gadelha		Advogado	Político
Amaury Abrantes Pinto de Oliveira	Planejamento e Coordenação geral	Engenheiro	Técnico
Carlos Pessoa Filho	Indústria e Comércio	Agrônomo	Técnico
Marcus Ubiratan Guedes Pereira	Finanças	Economista	Técnico
Humberto Freitas	Agricultura e Abastecimento	Agrônomo	Técnico
Aloysio Pereira	Saúde	Médico	Político
Edme Tavares	Trabalho e Serviço Social	Advogado	Político
Hermano Almeida	Transportes e obras	Engenheiro	Técnico
Giselda Navarro Dutra	Educação	Professor	Técnico
Carlos Alberto Alves	Comunicação	Jornalista	Técnico
Assis Camelo	Turismo	Administrador	Político
Luiz Bronzeado	Segurança Pública	Advogado	Político

A União, 17 de fev 1979, p. 8.

As denúncias de influência política na nomeação do secretariado de Burity foram feitas pelo presidente do Diretório Estadual da Arena, Waldir dos Santos Lima, em entrevista, publicada pelo *Correio da Paraíba*. Classificando a lista de secretários como uma “colcha de retalhos”, o ex-deputado estadual, que estava sem cargo desde a derrota de sua candidatura a deputado federal em 1978, afirmou que os nomes indicados foram negociados na convenção que escolheu Burity para governador: “Não há qualquer mérito político nem técnico. Há mérito em função do nome que patrocinou a indicação de alguns dos escolhidos”⁵⁶³.

Em uma segunda entrevista, o dissidente afirmou que a escolha dos secretários do governo Burity viveu “o clima da convenção”, em virtude das negociações feitas na ocasião da

⁵⁶³ Correio da Paraíba, 20 de fev 1979, p. 3.

disputa pela homologação do candidato a governador indireto em 1978⁵⁶⁴. Entre os principais influenciadores estão o Grupo da Várzea, sobretudo o deputado federal Joacil de Brito Pereira, e o deputado federal Wilson Braga.

Bem, o Grupo da Várzea... O chamado Grupo da Várzea pressionou. Há uma lista de nomes apresentada pelo deputado Joacil Pereira, uma lista de 32 nomes para serem aproveitados no governo do sr. Tarcísio Burity... É notória a pressão exercida pelo deputado Wilson Braga, que tem hoje 4 secretários de Estado nomeados entre pessoas de sua confiança. [Sendo eles] o deputado Edme Tavares, que forma dobradinha com o sr. Wilson Braga nos municípios de Cajazeiras, Malta, Itabaiana e na capital... Professor Oswaldo Trigueiro, que é uma das grandes escolhas do sr. Tarcísio Burity – uma das coisas positivas do seu governo, na Administração, foi indicação de Wilson Braga... O dr. Aluísio Pereira, foi uma conquista pessoal do deputado Wilson Braga, logo após a realização da convenção... O deputado Ananias Gadelha, que apoiou o deputado Wilson Braga e, em contrapartida, ganhou a secretaria do Interior... Todos esses nomes foram escolhidos logo após a convenção...⁵⁶⁵

As críticas de Santos Lima dizem respeito ainda à recusa de Burity em ouvir e aceitar indicações de setores dissidentes, no caso dele próprio. Na mesma entrevista ao *O Momento*, afirmou que procurara o governador para trabalhar uma conciliação partidária na base da troca de cargos, como mostra o trecho da entrevista, no qual se destaca a pergunta do repórter e a resposta do entrevistado:

REPÓRTER – O sr. procurou o governador Tarcísio Burity para, digamos assim, para a volta ao edil, dos que dissentiram...

WALDIR LIMA – Perfeito... Exato.

REPÓRTER – Não houve condições para esse retorno, essa pacificação, então o sr. culpa o governador Tarcísio Burity pelo não retorno dos dissidentes?

WALDIR LIMA – Culpo. O dr. Tarcísio Burity é o único responsável pela não conciliação, hoje, da Arena, pela falta de unidade do partido, porque ainda presidiu, na escolha de um secretariado o clima da convenção...⁵⁶⁶

A atuação de Santos Lima na Arena girou em torno de seus interesses políticos mais imediatos, rebelando-se contra o governo e seu partido quando não obtinha maiores vantagens junto ao poder. Seus posicionamentos são marcantes para entendermos uma prática predominante em todos os membros do partido, que é o privilégio dado às demandas pessoais sobre projetos políticos institucionais.

Outro episódio em que o governador atuou para reagrupar seu partido foi a eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. A chapa articulada por Burity era presidida pelo deputado estadual Evaldo Gonçalves e contava com os seguintes membros, todos da Arena: Francisco Pereira, 1º vice-presidente; Manoel Gaudêncio, 2º vice-presidente; Egídio Madruga,

⁵⁶⁴ *O Momento*, 04-10 de mar 1979, p. 7

⁵⁶⁵ *Ibid.*

⁵⁶⁶ *Ibid.*

1º secretário; Múcio Sátyro, 2º secretário; Nilo Feitosa, 3º secretário, e Juracy Palhano, 4º secretário⁵⁶⁷.

A indicação de três dissidentes (Gaudêncio, Sátyro e Palhano) demonstra que parte daquele movimento teria se dissipado após a eleição de 1978, possivelmente após uma negociação com o governo estadual, o qual não apoiaram na convenção partidária. Retornaram ao governismo justamente dois grupos partidários apoiadores da política de abertura do governo Figueiredo, Sátyro e Gaudêncio.

Concomitantemente, o posicionamento de outros membros da dissidência revela que essa conciliação não ocorreu com todos os setores “rebeldes”. Na eleição para a Mesa Diretora, três deputados estaduais *arenistas*, Américo Maia, Eilzo Matos e Edvaldo Mota, seguiram a bancada do MDB, votando em branco na eleição da Mesa Diretora⁵⁶⁸. Em comum a esses deputados, está o fato de serem correligionários de Mariz e Agripino, o que pode ser um indício da negativa de Burity em estabelecer acordos conciliatórios com essas lideranças, apesar de Mariz, em entrevista publicada no *Correio da Paraíba*, ter declarado que não orientou os deputados a assumirem tal posição⁵⁶⁹.

Diante de situações como a escolha do secretariado do Estado e da eleição para a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, a classe política levantou, por meio da imprensa, debate sobre a natureza do movimento dissidente no estado, como quais seriam suas motivações, ou se este ainda existiria. Para Mariz, a dissidência na Paraíba era algo maior que a eleição de 1978: “Nós [da dissidência], assumimos uma posição perante a opinião pública do Estado, assumimos compromissos com o povo da Paraíba. Eu não me afastei desses compromissos. Permanecerei coerente com a mensagem que transmiti aos paraibanos nos comícios públicos”⁵⁷⁰.

Sem apontar quais seriam esses compromissos, Mariz deixa vago o que poderia caracterizar o movimento dissidente. Quem também respondeu essas questões foi o deputado estadual dissidente Eilzo Matos, que avaliou o surgimento da dissidência no processo de escolha para governador em 1978, dando a entender que luta por eleições diretas seria o principal propósito de sua ala política. Ao *O Momento*, Matos apontou:

A dissidência na Paraíba surgiu de uma pressão na opinião pública diante da escolha do Governador Tarcísio Burity pela Presidência da República, escolha essa que surpreendeu e marginalizou a classe política paraibana. Em razão deste fato, formou-se uma dissidência na Paraíba com amplo apoio popular e um grupo de políticos

⁵⁶⁷ A União, 02 de fev 1979, p. 3

⁵⁶⁸ Ibid.

⁵⁶⁹ Correio da Paraíba, 10 de fev 1979, p. 3.

⁵⁷⁰ Correio da Paraíba, 10 de fev 1979, p.3.

disputou cargos eletivos defendendo ideias dissidentes em relação ao processo de escolha. Esse grupo continua unido com os mesmos propósitos democráticos de consulta a opinião pública e conquista de cargos através de eleições.⁵⁷¹

Edvaldo Mota, por sua vez, afirmara em entrevista que a dissidência foi um movimento político que se limitou ao processo eleitoral de 1978, não existindo mais após o pleito. Nas suas palavras: “Dissidência não existe na Paraíba. A dissidência se formou quando da eleição de Senador, porque entendemos que as decisões da Paraíba devem ser tomadas pelos paraibanos e não só, isolada e conveniente por um homem ou uma família”⁵⁷². Para Mota, não existiriam mais grupos dentro do partido, mas indivíduos com pontos de vista, posições e responsabilidades políticas:

Na opinião do parlamentar, o que existe na Arena hoje “é pontos de vista, é posições assumidas e responsabilidades políticas de Burity, de Antônio Mariz, de José Lacerda, de Manoel Gaudêncio, de Ramalho Leite, de Juracy Palhano, de Edvaldo Mota, de Tarcísio Telino, de Américo Maia, Eilzo Matos, bem como dos outros que compõe esse subdividido partido.”⁵⁷³

A adesão de grupos dissidentes, os liderados por Sátyro e Gaudêncio Filho, foi um indicativo que validava essa corrente interpretativa de pulverização das alas *arenistas* no estado. Foi nessa lógica fragmentada que Burity passou a se reaproximar de lideranças políticas do interior do estado, outrora dissidentes, que era importante cooptar para se reintegrarem ao esquema governista⁵⁷⁴.

É possível concluir ainda que, ao final da década de 1970, a Arena permanecia dividida em frações de novos e velhos grupos de influência política que surgiam ou se mantinham influenciando os projetos partidários, como os governos. Na Paraíba os dissidentes apontavam, em regra, para posturas políticas mais progressistas, enquanto o Grupo da Várzea direcionava sua influência para perspectivas mais conservadoras da política local, ainda que esses direcionamentos não fossem unânimes entre todos os integrantes de cada ala partidária.

4.3. O fim da Arena: interpretações sobre o sistema bipartidário na Paraíba

⁵⁷¹ O Momento, 25-31 de mai 1979, p. 6-7.

⁵⁷² A União, 01 de abr 1979, p. 3.

⁵⁷³ A União, 01 de abr 1979, p. 3.

⁵⁷⁴ Algo emblemático nesse sentido foi a reaproximação do governador com prefeito da cidade de Alagoa Grande, João Bosco Carneiro, que apoiara a candidatura dissidente. A visita de Burity àquele município resultou em insatisfação por parte das lideranças de um dos grupos que passou a ter mais influência na Arena paraibana em seu governo, o Grupo da Várzea (A União, 03 de abr 1979, p. 5; A União, 04 de abr 1979, p. 5)

O fim do bipartidarismo foi algo esperado por anos pela classe política, diferente da sua imposição, que surpreendeu a todos. Essa foi a avaliação de Grinberg (2009, 218-220), segundo a qual a possibilidade de extinção da Arena e do MDB passou a ser aventada após a derrota governista nas eleições de 1974 e tornou-se algo inadiável após 1978. A autora relata que os *arenistas* eram favoráveis à extinção do partido, que não havia cumprido sua real função de estágio transitório entre as antigas legendas fundadas em 1945 e novas agremiações a serem concebidas durante a ditadura militar.

Essa vontade foi confirmada quando o Diretório Nacional da Arena encaminhou, em maio de 1979, uma pesquisa às suas entidades estaduais sobre o futuro partidário, cuja resposta da maioria de seus membros era pelo fim do bipartidarismo (GRINBERG, 2009, 221). Neste tópico, buscaremos compreender como os *arenistas* paraibanos avaliavam o sistema bipartidário na iminência de seu fim, bem como quais eram os seus prognósticos para a formação de um novo partido, como as diretrizes que deveriam guiar a criação de novas legendas levando em conta a perspectiva da política regional.

Na Paraíba, uma possível reforma partidária já era abertamente discutida ainda em 1978, quando os jornais confabulavam qual dos possíveis indicados à sucessão estadual desempenharia melhor o comando do novo partido do regime. Segundo o *Correio da Paraíba*: “[...] [Milton Cabral] se integra muito mais fácil ao partido da Revolução. É homem mais de centro, melhor identificado com a linha ideológica do novo partido revolucionário”, enquanto “[...] sabe-se que o deputado Antônio Mariz, pessoalmente, se sentiria melhor num partido com essas características [menos alinhado ao regime], dada a sua formação, suas ideias, seu passado de lutas”⁵⁷⁵.

Após ser homologado governador indireto, Burity concedeu entrevista ao *O Momento* avaliando a legitimidade do sistema bipartidário. Para ele, o sistema falhou enquanto forma de composição partidária, sobretudo pelo artificialismo das legendas e pela indisciplina:

[...] já estão vendo que, por exemplo, o bipartidarismo falhou, pelo fato mesmo de certos grupos dentro de um partido terem uma posição de discordância aos próprios princípios ou mecanismos estruturais do partido, sendo mais natural que eles, aqueles grupos, se constituam em um outro partido, do que continuar dentro de uma agremiação partidária com um exemplo de indisciplina.⁵⁷⁶

A esmagadora maioria do partido seguia o posicionamento do governador, demonstrando-se favorável ao fim da Arena e do bipartidarismo. O deputado federal Joacil de

⁵⁷⁵ Correio da Paraíba, 14 de fev 1978, p. 8.

⁵⁷⁶ O Momento, 18-24 de jun 1978, p. 4.

Brito Pereira avaliou a necessidade de recuperar o sistema pluripartidário como um ponto importante para a restauração da democracia brasileira:

Eu acho que a democracia só se verifica com a existência dos partidos, e o pluripartidarismo. Onde houver um partido só não é democracia... Pode fazer democracia com bipartidarismo, mas isso tem sido muito difícil. Mesmo os Estados mais civilizados... [...] Então eu defendo a ideia do pluripartidarismo... Na nossa restauração democrática, defendendo a ideia da extinção dos atuais partidos por uma razão muito simples, são forças heterogêneas, miscelâneas, um verdadeiro saco de gatos...⁵⁷⁷

Em segunda entrevista, Brito Pereira continua a descrever sua rejeição ao bipartidarismo, desta vez apontando para seu artificialismo, sem embasamento jurídico e sociológico para seu funcionamento:

[...] sou favorável à extinção das atuais agremiações políticas, porque não reconheço nelas propriamente uma situação jurídica e sociológica de partidos. São organizações criadas de cima para baixo, por um édito da Revolução, já se exauriram na sua missão. Geraram assim um bipartidarismo artificial, que não se coaduna com vocação e tradição do nosso povo, que quer um pluripartidarismo constituído de maneira espontânea, aglomerado de pessoas com uma identificação ideológica em torno de um programa, de uma doutrina.⁵⁷⁸

A perspectiva liberal de Brito Pereira sobre a reformulação partidária se esgota quando o tema dos partidos comunistas vem à tona. Em nova entrevista ao *A União*, declarou: “Não acredito que, na atual conjuntura, haja condições para restauração do Partido Comunista. Quanto ao socialista, creio que sim, ele surgirá fatalmente com o pluripartidarismo”⁵⁷⁹. Artificialidade, imposição e fragmentação também foram argumentos utilizados pelo deputado estadual Fernando Milanez, que relata o sistema bipartidário como um limitador da atuação política dos indivíduos:

Essa aparente desordenação existente no processo político brasileiro vai muito por conta da falta de autenticidade dos partidos políticos brasileiros. Nós estamos confinados em dois partidos, vindos e, digamos sem exageros, impostos pela revolução. Então, o que nós assistimos, são colchas de retalho, homens de direita, homens de esquerda, homens de centro, homens de tendências marxistas, todos eles em camisa de força, dentro das agremiações existentes.⁵⁸⁰

A perspectiva de que o bipartidarismo atrapalhava a reestruturação democrática foi apontada também por Aluísio Afonso Campos, para o qual: “O importante é que a ordem

⁵⁷⁷ O Momento, 28 de fev-03 de mar 1979, p. 6-7.

⁵⁷⁸ Correio da Paraíba, 03 de jul 1979, p. 3.

⁵⁷⁹ A União, 24 de jun 1979, p. 5.

⁵⁸⁰ A União, 13 de abr 1979, p. 5.

democrática tenha a sua atividade partidária livre e autêntica e valorize o voto popular direto”⁵⁸¹; bem como pelo vice-governador Clóvis Bezerra, para o qual o bipartidarismo já haveria cumprido seu papel.

Temos de convir que foram partidos criados no período revolucionário e que já cumpriram o papel, não tendo, portanto, mais sentido permanecer existindo. Estou muito confiante de que o presidente João Figueiredo, que já vem cumprindo suas promessas, implante neste país o regime democrático.⁵⁸²

A falta de liberdade foi um aspecto apontado pelo deputado federal Ademar Pereira sobre seu partido. De acordo com reportagem publicada pelo *Correio da Paraíba*: “O deputado federal Ademar Pereira (Arena) afirmou ontem numa das dependências do Centro Administrativo, que já está cansado ‘de receber ordens, baixar a cabeça e dizer amém’”⁵⁸³.

Na avaliação feita pelos membros da Arena paraibana em 1979, o partido tornara-se uma reunião de forças e grupos políticos heterogêneos, politicamente inautêntico, artificial e antidemocrático; um diagnóstico passível de ser proferido com o vislumbre de sua extinção, pois, ao longo de toda sua existência, a classe política paraibana reservou-se de qualquer crítica à legenda por esta ser seu melhor ou único meio de ascender ao poder.

Duas pesquisas de opinião, feitas pelo *A União* junto aos membros da Assembleia Legislativa e aos vereadores da Câmara Municipal de Campina Grande, trazem alguns indicativos sobre a visão dos *arenistas* acerca do sistema bipartidário. Enquanto os deputados estaduais eram majoritariamente favoráveis ao fim da Arena⁵⁸⁴; os vereadores campinenses demonstravam certa satisfação com o partido governista⁵⁸⁵.

Para o vereador Altair Pereira: “Inicialmente tenho a registrar que estou muito satisfeito na ARENA, partido pelo qual me iniciei na vida pública, hoje exercendo meu primeiro mandato eletivo, obtido disputando a vereança por sua legenda”. Caso semelhante aos dos vereadores João Moisés Raia: “Continuarei na Arena, porque a minha primeira batalha política e eleitoral foi por esse partido, elegendo-me vereador”, e Ginésio Soares de Carvalho: “Permanecerei na ARENA. Foi nela que comecei a me eleger; a ela estou ligado desde a sua criação, não tendo, pois, intenção de mudar de partido, vez que tenha sido compreendido pela diretriz arenista”. Por fim, cabe ressaltar a fala do vereador Rafael Manoel dos Santos:

⁵⁸¹ *A União*, 07 de mai 1979, p. 5.

⁵⁸² *A União*, 05 de jul 1979, p. 5.

⁵⁸³ *Correio da Paraíba*, 07 de jun 1979, p. 3.

⁵⁸⁴ *A União*, 03 de jun 1979, p. 5.

⁵⁸⁵ *A União*, 07 de jul 1979, p. 10.

[...] sendo um cidadão filiado à ARENA e reconhecendo os seus méritos partidários e políticos, e o que fez e construiu este partido durante esse período da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, e como os meus ideais se identificam perfeitamente com o que a ARENA vem construindo neste País, eu continuarei vinculado ao meu Partido, somente adotando outra opção se extinta for a sua legenda.⁵⁸⁶

Diferente dos políticos mais tarimbados, com trajetórias mais longevas em cargos públicos e que foram filiados e são identificados a outras legendas antes da Arena, os vereadores campinenses demonstram um maior apreço pelo seu partido. Nas suas falas destaca-se o fato de terem iniciado suas carreiras políticas na Arena, e que são os valores defendidos pela ditadura militar e o sistema político montado por ela que fomentaram sua identificação partidária. Essa opinião não se tornou majoritária dentro do partido, como apontam as pesquisas de opinião mencionadas no início desse tópico, mas tais falas demonstram que a Arena teve sua importância na formação partidária de muitos políticos.

O que não implica na renovação da classe política, de seu comportamento, tampouco de sua cultura política. São interpretações que fogem daquelas proferidas pelos representantes federais e estaduais do partido, de seus órgãos dirigentes, feitas por políticos localizados na escala municipal, que participavam ativamente da política partidária, sendo a base de sustentação das lideranças partidárias. Demonstrando a importância do partido como meio de continuidade do conservadorismo político nas gerações de políticos surgidas ao longo da ditadura, fazendo da ditadura militar referência para a atuação desses indivíduos na democracia que estaria por vir.

⁵⁸⁶ A União, 07 de jul 1979, p. 10.

CAPÍTULO V – A ARENA PARAIBANA NA CARICATURA: AS REPRESENTAÇÕES DO PARTIDO E DE SEUS MEMBROS NA ESCALA REGIONAL

Ao longo da análise da atuação Arena paraibana, percebemos nas fontes o debate sobre diversos problemas do partido, abordados nesta tese sob as mais diversas perspectivas: apontados pelos próprios *arenistas*, por jornalistas e colunistas políticos dos periódicos locais, e pelos membros do alto escalão federal do regime. Sobre os mais amplos setores da sociedade civil, poucas informações estão disponíveis aos pesquisadores acerca de como a Arena e seus membros eram avaliados. Porém, na pesquisa nos jornais para a elaboração dessa tese, entre notícias, colunas editoriais e textos de analistas políticos, as caricaturas⁵⁸⁷ chamaram nossa atenção.

A partir de 1974, o jornal *O Norte* passou a publicar caricaturas críticas, sendo acompanhado pelo seu principal concorrente, o *Correio da Paraíba*, nos anos posteriores. Nessas publicações, as caricaturas estamparam diversas representações sobre a Arena e a conjuntura política no estado, de maneiras tanto convergentes como distintas em relação aos textos jornalísticos que tratavam das questões político-partidárias referidas ao longo dos capítulos anteriores.

Diante de um material tão rico em possibilidades interpretativas, neste último capítulo trataremos das representações da Arena paraibana através dessas imagens. Para nosso estudo, buscaremos compreender como o partido era visto por esses desenhistas, que, com uma abordagem diferente daquela produzida pelos jornalistas em suas reportagens e textos de opinião, expunham os problemas partidários e políticos da atuação do partido de apoio à ditadura militar na Paraíba. Esses traziam no seu traço uma forma satírica e bem humorada de representar históricos problemas políticos locais, com os quais a Arena tinha relação direta.

Segundo Motta (2006), a caricatura é uma forma de expressão artística surgida na Itália, no século XVII, sendo seus traços produzidos para ressaltar ou exagerar características do retratado, com intenção humorística. Para o autor, a charge “significa fazer carga contra alguém, ou seja, atacar. A versão francesa do conceito, charge, expressa com mais nitidez essa

⁵⁸⁷ Para Motta (2008, p.15-16), as expressões “charge” e “caricatura” podem ser utilizadas indistintamente. Contudo, o autor aponta que charges representam fatos ou acontecimentos específicos, enquanto caricaturas são representações de figuras humanas conhecidas. Acordamos em utilizar o termo caricatura para as imagens abordadas, utilizando a mesma justificativa do autor: caricatura é um termo genérico para se referir ao humor gráfico, o que se aplica a como as imagens abordadas tratam de pessoas conhecidas da política local em situações que ultrapassam sua simples representação.

ideia: carga” (MOTTA, 2008, p. 15). Dessa forma, a produção das caricaturas nos interessa pois se trata de uma forma de linguagem política que tem como seu principal recurso o humor, sendo comumente crítica ao reportar sobre pessoas, grupos de pessoas ou instituições de poder.

A linguagem visual, pela simplicidade em transmitir uma mensagem, tem maior apelo popular, sendo um meio dinâmico e acessível para a maior parcela da sociedade absorver tais críticas. O uso recorrente do humor é outro fator que populariza a caricatura, pois a irreverência como são retratados os poderosos, postos em situações jocosas e inusitadas, desperta a atenção e o interesse do leitor, que vê naquele desenho uma manifestação de insatisfação com um governo, um partido, uma ideologia ou um grupo de pessoas que detenha o poder.

Na Paraíba, as publicações de caricaturas com um humor crítico ao regime pelos jornais se deram num momento de “distensão” da ditadura, quando setores da sociedade civil, inclusive a imprensa – que passou a repercutir de forma menos branda as críticas ao regime –, buscavam fazer oposição ao governo militar. Era ainda uma forma desses mesmos jornais se desvincularem do apoio prestado por eles ao golpe de 1964, quando publicaram manchetes, textos editoriais e análises políticas elogiosas àquele movimento golpista dos militares.

Isso não implica dizer que, ao publicarem tais imagens, esses periódicos passaram a fazer uma oposição incisiva ao governo federal. Em muitos de seus editoriais, as formas de autoritarismo eram endossadas pelos jornais, haja vista que seus proprietários eram vinculados ao regime militar, caso de Teotônio Neto, do *Correio da Paraíba*. Para esses periódicos, as caricaturas tornaram-se um meio de expressar críticas ou abordar problemas políticos em seus jornais, popularizando suas publicações em uma sociedade mais crítica à ditadura.

As caricaturas publicadas no *O Norte* e *Correio da Paraíba* eram de autoria dos cartunistas e artistas plásticos Deodato Borges, Richardi Muniz, Luzardo Alves e Flávio Tavares. Segundo Audaci Júnior (2006, p. 10), Borges foi o desenhista responsável pela criação do primeiro super-herói em quadrinhos do Nordeste, o Flama, publicado na década de 1960, sendo, a partir de 1973, editor de cultura do *O Norte*⁵⁸⁸. Muniz e Alves, por sua vez, publicavam seus trabalhos desde a década de 1970 nos jornais locais, tornando-se mais conhecidos a partir da década de 1980, numa geração de cartunistas paraibanos que contava ainda com Elpidio Pessoa e Cristovam Tadeu. Tavares⁵⁸⁹, por sua vez, é um artista plástico paraibano, dedicado

⁵⁸⁸ Sobre Deodato Borges, ver também: <http://www.memorialhqpb.org/personagens/flama/flama.html> (acesso in 21/06/2021).

⁵⁸⁹ Ainda sobre Richardi Muniz, ver: <https://onibusparaibanos.com/2012/12/24/charges-fotoartes-desde-os-anos-70/> (Acesso in 21/06/2021). E sobre Luzardo Alves, ver: <http://www.memorialhqpb.org/autores/luzardoalves/luzardoalves.html> (Acesso in 21/06/2021).

atualmente à pintura e à escultura, que publicou suas charges nos jornais paraibanos a partir de 1974⁵⁹⁰.

Tais desenhistas, cada um com referências e traços singulares, traziam um olhar sobre a política local e a ditadura militar de uma forma geral. Suas representações, ora simples, ora mais sofisticadas, promoviam críticas contextuais ou mais amplas sobre o tema abordado. Porém, é preciso destacar que nosso objetivo não é analisar tecnicamente suas obras, mas compreender como esses indivíduos e os jornais para os quais prestavam seus serviços retratavam a Arena e a política local de maneira humorística, leve, mas ao mesmo tempo questionadora.

Na historiografia têm sido recorrentes pesquisas que analisam as caricaturas como forma de compreender um período, um evento ou mesmo um personagem histórico. Isso é resultado de uma difusão das imagens como fonte de análise histórica, haja vista que, segundo Knauss (2003, p. 99), “a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão”. Ao olhar para as representações imagéticas, o historiador consegue abordar como um grupo mais amplo de pessoas interpretavam o mundo ao seu redor em uma determinada conjuntura social.

Para Burke (2004, p. 10), o historiador não deve tratar as imagens como meras ilustrações, é preciso entendê-las na sua conjuntura histórica e através delas suscitar diferentes questões no intuito de obter novas respostas sobre um objeto de pesquisa. O autor aponta ainda que é preciso compreender o impacto dessas imagens, no nosso caso as caricaturas, na imaginação histórica, pois: “O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permiti-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite, etc.” (BURKE, 2004, p. 12).

Dessa forma, estudar as caricaturas produzidas sobre a Arena e a política paraibana nos abre uma possibilidade de empreender um novo olhar sobre aquela conjuntura histórica e sobre nosso objeto de pesquisa; também se trata de um meio para interpretar como a sociedade, em suas mais amplas camadas, compreendia as políticas promovidas pela ditadura, haja vista que a caricatura tinha um viés informativo, mas também era reflexo dos pensamentos e sentimentos da sociedade sobre aquilo que era abordado.

Ainda sobre as imagens e a historiografia, dois trabalhos cabem menção, ambos já citados nesta tese: o estudo de Motta (2008) sobre as caricaturas produzidas ao longo do

⁵⁹⁰ Sobre Flávio Tavares, ver: http://flaviotavares.com.br/pt_br/biografia/ (Acesso in 21/06/2021).

governo de João Goulart e no golpe de 1964; e o de Grinberg (2009), que tem um capítulo sobre as charges que retratam a Arena no plano nacional. No primeiro caso, o autor indica que o período que culminou com o golpe de 1964 e a derrubada de Jango foi farto de produção caricatural publicada pelos jornais, e que tais representações ajudam a entender como a grande imprensa interveio naquele contexto, já que as caricaturas eram parte do discurso emitido pelos periódicos. Contudo, vale a ressalva do autor:

[...] a intenção não é acusar ou responsabilizar os caricaturistas pelo movimento de 1964 [...] o fato de terem atacado o governo Goulart não implica, automaticamente, apoio ao golpe e, menos ainda, ao regime militar subsequentemente. No entanto, quaisquer que tenham sido as intenções dos artistas – e, como já foi apontado, eles não compunham um grupo homogêneo – suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo, divulgando imagens que alimentavam o medo e a insegurança, caldo de cultura em que o golpe foi gerado. (MOTTA, 2008, p. 12-13)

Grinberg, por sua vez, relata que as caricaturas foram, especialmente a partir da década de 1970, um meio de críticas não só à ditadura militar, mas ao seu partido. Na análise da autora, tais representações da Arena apareciam em momentos pontuais de crise político-partidária: na implantação do bipartidarismo, nas eleições de 1974 e 1978, no pacote de abril de 1977 e na extinção do bipartidarismo.

Segundo a autora, a metáfora foi um dos principais recursos de linguagem utilizado pelos artistas, pela qual a Arena era comumente representada como uma personagem feminina, por vezes uma senhora, uma menina, uma mulher feia, uma prostituta ou até uma boneca inflável; em contrapartida, o MDB era representado como uma figura masculina, com a qual a Arena interagia nas histórias. A escolha de uma personagem feminina não só pode ser explicada pelo gênero de sua sigla partidária, como também indica a submissão do partido em relação ao governo, haja vista que, no imaginário popular, a mulher é o sexo frágil e submissa ao homem, sendo a Arena comumente recordada pela memória comum da ditadura como o partido do “sim, senhor”, em função de uma suposta postura de adesão total ao regime (GRINBERG, 2009, p. 259).

Nesse processo de personificação da Arena enquanto mulher, o partido apresentava-se sempre em dificuldades, uma metáfora para as situações vividas pela legenda ao longo de sua história. A posição de subordinação ao governo é retratada de diversas maneiras: divergências entre o partido e o regime, dificuldades de atuar no Legislativo e o recorrente perigo de cassações. A partir de 1974, o partido parece destituído de vontade própria, sendo representado por meio de outros personagens além da mulher (boneco de corda, fantoche), figuras que sugerem sua manipulação pelo governo (Grinberg, 2009, p. 266).

Um terceiro elemento nas representações dos artistas sobre a Arena era o governo, sobretudo a figura dos militares, geralmente retratados de forma independente às legendas, mas que comumente atuavam em benefício de seu partido. Apesar de inseridos diretamente na política nacional, os militares não se encontravam no mesmo nível que os políticos na ótica das charges. Enquanto personagem, o governo não teve uma representação comum, havendo diversas formas de retratá-lo, demonstrando que havia uma dificuldade em representar algo da complexidade do regime militar.

A Arena podia ser personificada e ridicularizada, mas o “governo”, formado principalmente por militares, era como que poupado nas ilustrações publicadas na grande imprensa – algo diferente do tipo de charges publicadas nos periódicos da imprensa alternativa, nas coletâneas e antologias de circulação mais restrita, nas quais se encontravam várias caricaturas de militares, censores e carrascos. (GRINBERG, 2009, p. 264)

Muitas das representações caricaturais da Arena fundamentam-se em características da cultura política brasileira, tais como o personalismo das lideranças políticas, o clientelismo e outras formas de controle eleitoral, e a exclusão do povo da política partidária. Assim, sobre a secção regional do partido, buscaremos explorar a forma como é feita a leitura desses traços da cultura política pelos artistas, bem como a forma como eles interpretavam a relação entre o poder local e o governo federal.

Na Paraíba, os momentos mais significativos para a produção de caricaturas sobre a Arena foram as eleições de 1974, 1976 e 1978. O foco dos cartunistas nesses eventos pode ser um indício de sua interpretação sobre os partidos, cuja atuação tornava-se mais evidente no período eleitoral, ou porque era nessa época que sua atuação implicava mais diretamente na vida da população.

De forma deliberada ou induzida, a ligação entre a Arena e o povo era vista pelos cartunistas pela via eleitoral e é a partir desses eventos que analisaremos como os artistas representavam o partido nos seguintes aspectos: o vínculo da Arena paraibana com o governo federal; o processo de escolha e indicação dos políticos para o cargo de governador do Estado; a relação entre a Arena e o MDB; e, por fim, a forma como o partido se relacionava com o povo.

5.1. A relação da Arena paraibana com o governo federal: submissão e problema

A interferência do governo federal no poder estadual foi uma prática constante em parte significativa da ditadura militar brasileira, resultado do modelo unionista autoritário⁵⁹¹, o qual suprimia a autonomia estadual, submetendo os estados à autoridade da União. Uma das faculdades perdidas pela política local era a de escolher os governadores, pois, além de não haver uma votação direta do povo, os governistas precisavam submeter seus nomes para que houvesse uma escolha por parte da cúpula federal do regime.

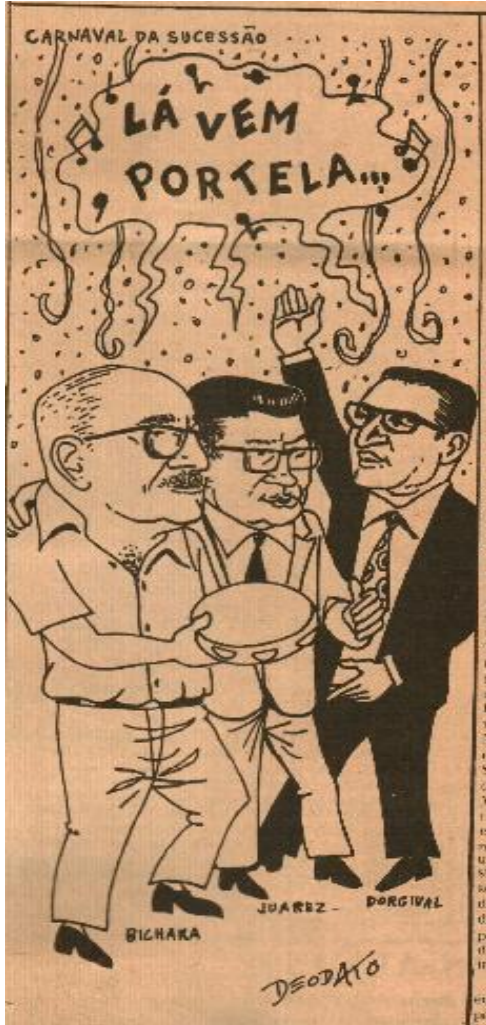
Não se tratava somente de uma imposição de cima para baixo, por mais que coubesse ao governo federal escolher ou vetar nomes; havia entre as escalas de poder um diálogo, algo próximo a uma negociação política, que legitimava as escolhas dos novos governadores. Ainda assim, o que permeava o imaginário social era uma submissão da esfera estadual, e, em determinados casos, essa escala de poder era interpretada como um problema que dificultava o funcionamento do sistema político imposto pelo regime.

Em 1974, o processo de escolha dos governadores ficou marcado pela atuação do presidente nacional da Arena, senador Petrônio Portela. Através da “Missão Portela”, o dirigente *arenista* peregrinou pelos estados dialogando com setores do partido no intuito de encontrar nomes que melhor representassem os interesses dos grupos políticos estaduais. Nas caricaturas, o clima da visita de Portela à Paraíba era de expectativa e, posteriormente, de suspense. Em uma delas – Figura 1 –, os especulados como possíveis indicados a governador indireto, Ivan Bichara, Juarez Farias e Dorgival Terceiro Neto, aparecem cantando o samba enredo da escola campeã do Carnaval carioca daquele ano: “lá vem Portela”.

Havia ainda uma representação do filósofo grego Diógenes de Sinope, proferindo a frase síntese de seu pensamento: “procuro um homem”. Essa caricatura, presente na Figura 2, faz referência ao processo de procura de um indicado para o cargo de governador, segundo o qual era “mais difícil que achar um homem é descobrir quem será o homem que vai governar”. O desenho mostra o filósofo caminhando com sua tradicional lanterna, enquanto voam papéis com os nomes dos candidatos.

⁵⁹¹ Há referências com maiores explicações sobre o conceito do modelo unionista autoritário, discutido nos capítulos I e II.

FIGURA 1



DEODATO. O Norte, 10 de mar 1974, p. 4

FIGURA 2



DEODATO. O Norte, 10 de mai 1974, p. 4

A demora no processo de sucessão em 1974, decorrida da disputa entre as lideranças de João Agripino e Ernani Sátyro, resultava numa expectativa interpretada como um suspense pelos artistas. As referências aos finais de capítulos de novela foram constantes na escolha do candidato a governador – Figuras 3 e 4 –, sendo o suspense representado também na Figura 5 através de uma conversa entre Portela e o diretor de cinema Alfred Hitchcock, na qual o senador tomava notas com o “mestre do suspense” sobre como poderia ser prolongada a expectativa criada pelo anúncio do novo governador. A questão da sucessão nas mãos de Portela indicava que essa figura, representante do poder federal, comandava e submetia a política local ao suspense de suas deliberações.

FIGURA 3



DEODATO. O Norte, 16 de mai 1974, p. 4

FIGURA 4



DEODATO. O Norte, 26 de mai 1974, p. 4

A ideia de suspense restringia-se apenas ao povo, um mero espectador, como apontaremos mais adiante. Quando analisamos o processo sucessório de 1974, e todos os outros de uma forma geral, percebemos que as tratativas entre a classe política, nas escalas estadual e federal, junto aos militares, faziam com que estes fossem participantes ativos da trama a ser desenvolvida e que só perdurava devido à complexidade das negociações.

FIGURA 5



DEODATO. O Norte, 15 de mai 1974, p. 4

FIGURA 6



DEODATO. O Norte, 23 de mai 1974, p. 4

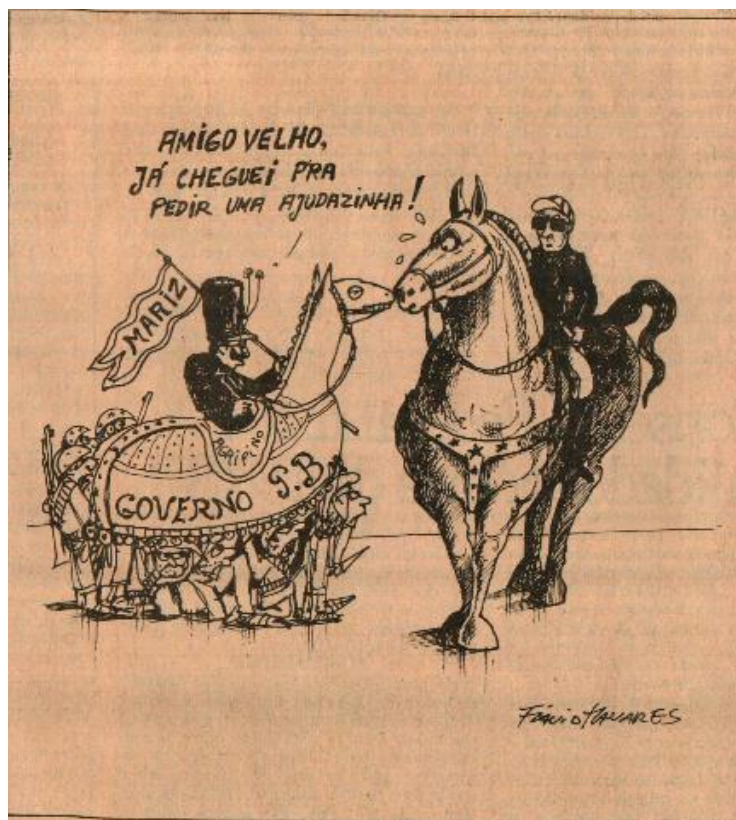
Havia ainda a ideia de que a política estadual era um problema para o governo federal. Essa perspectiva aparece na representação da Figura 6, na qual um cidadão acompanha as discussões sobre o processo sucessório no Palácio do Planalto através de um cano, por onde escuta uma série de impropérios, indicando um descontentamento do regime com as disputas políticas locais, segundo o qual alguém estaria “entrando pelo cano”, ou seja, se dando mal por um problema.

A questão da interferência do governo federal na política estadual tornou a ser pauta com o processo de escolha do governador em 1978. Como em 1974, havia divisões na Arena paraibana, sendo que cada lado, governistas e os signatários do “Acordo de Brasília”, defendia suas indicações para o governo do Estado. Se antes o governo federal era representado pelo presidente da Arena, agora aparecia representado na figura do então futuro presidente, general

João Batista Figueiredo, reconhecido por ser retratado montando a cavalo, um de seus hobbies mais notórios, e pelos seus óculos escuros, os quais constantemente utilizava em aparições públicas.

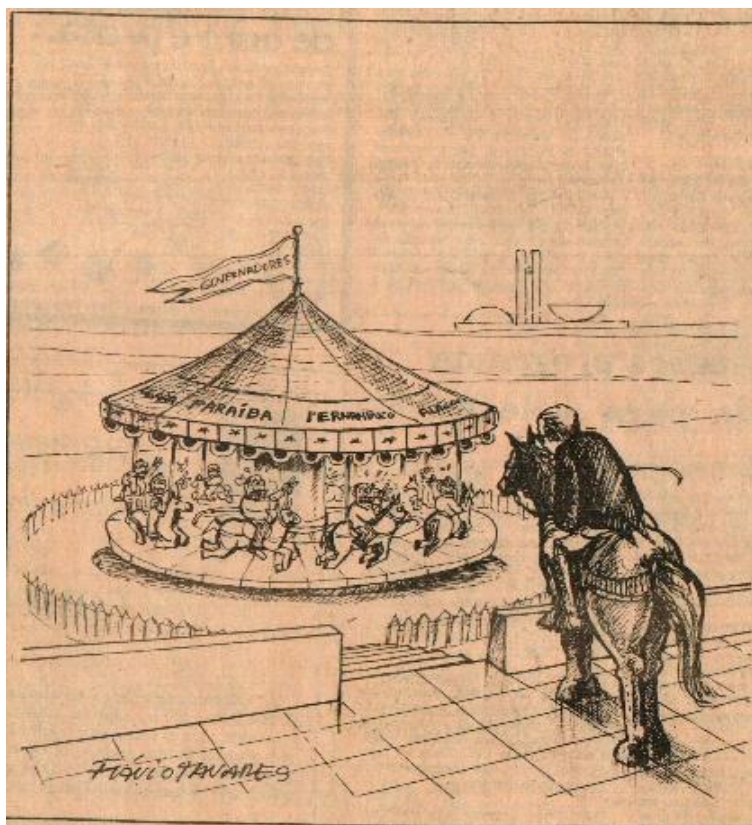
A equitação e a indumentária do general tornaram-se temas para as caricaturas produzidas em 1978, como quando Sátyro aparece montado em um cavalo alegórico pedindo ajuda do general para Mariz, candidato indicado por ele e Agripino – Figura 7; ou quando Figueiredo, montado em seu cavalo, observa de longe o “carrossel da sucessão”, onde os políticos locais apareciam montados em animais de brinquedo – Figura 8. A ideia que essas caricaturas procuram passar é de uma inferioridade, no sentido de submissão, da política local em relação à autoridade do governo federal.

FIGURA 7



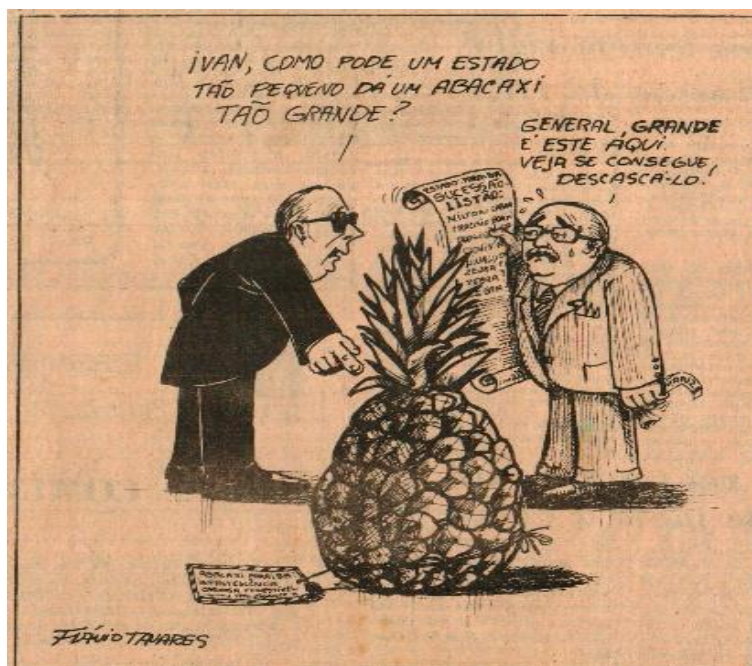
TAVARES. O Norte, 26 de jan 1978, p. 4

FIGURA 8



TAVARES. O Norte, 04 de abr 1978, p. 4

FIGURA 9



TAVARES. O Norte, 06 de abr 1978, p. 4

Uma representação mais enfática da política estadual como problema está na Figura 9, na qual o governador Ivan Bichara entrega a Figueiredo a lista com os nomes a serem indicados e um grande abacaxi, em alusão à expressão “descascar abacaxi”, referente à resolução de um problema; ou ainda quando, em seu gabinete, Figueiredo refere-se à obra “A batalha dos Guararapes”, de Victor Meireles, como o retrato do processo sucessório na Paraíba, indicando um grande conflito com o qual estava lidando – Figura 10. Outras referências à Arena paraibana como problema estão nos registros do partido como um “saco de gato”, termo usado para designar um local com muitas brigas e confusões (Figura 11), e quando Deus responde ao presidente Figueiredo ao vê-lo lamuriar “Deus me livre da Paraíba” (Figura 12).

FIGURA 10



TAVARES. O Norte, 20 de abr 1978, p. 4

FIGURA 11



TAVARES. O Norte, 26 de set 1978, p. 4

FIGURA 12



TAVARES. O Norte, 03 de out 1978, p. 4

Tornando à perspectiva de submissão, algumas caricaturas apontavam o controle do governo federal sobre os governadores. A crítica dirigia-se à autoridade que os militares estabeleciam sobre o poder estadual, sobretudo pelo seu comando no processo sucessório. Nesse sentido, os cartunistas representavam os governadores como ovelhas, animal reconhecidamente dócil e controlável, sendo conduzidos ou laçados pelo presidente da República – Figuras 13 e 14. Esse controle passava ainda pela ideia de os governadores serem personificações (representações) do governo federal nos estados, como quando feita em analogia ao “dia da criação” (Figura 15), em que Deus fez o homem à sua imagem e semelhança. Nela, o general entrega seus óculos escuros a Adão, personificação dos governadores, fazendo deles sua imagem e semelhança.

FIGURA 13



TAVARES. O Norte, 13 de abr 1978, p. 4

FIGURA 14



TAVARES. O Norte, 18 de abr 1978, p. 4

FIGURA 15



TAVARES. O Norte, 26 de abr 1978, p. 4

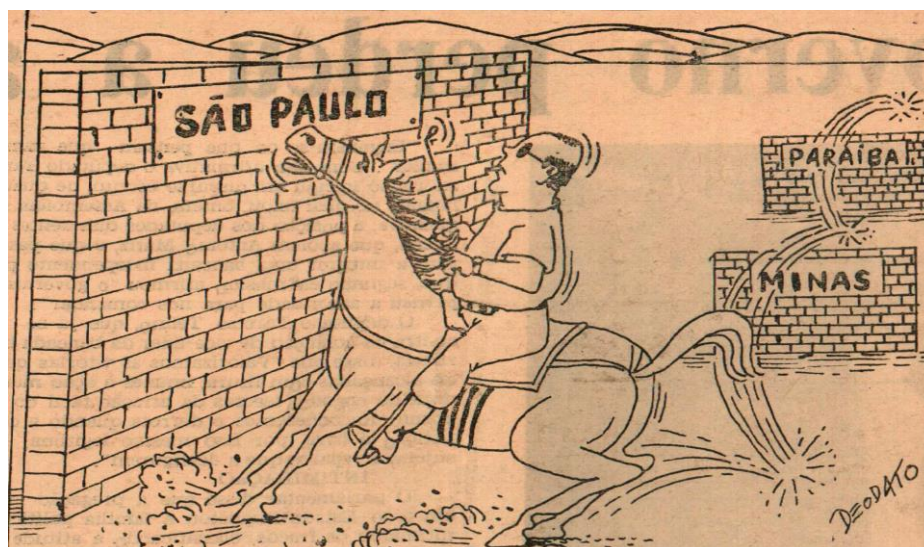
Havia ainda a ideia de um governo federal punitivo, que agia especialmente sobre os *arenistas* “mal comportados”. Na Figura 16, vemos uma ilustração do general Geisel como um professor castigando seus alunos, que eram representações dos estados onde houve dissidências: Minas Gerais, com Magalhães Pinto, que tentara ser candidato a presidente; São Paulo, com Paulo Maluf; e a Paraíba, com Antônio Mariz. As dissidências ocorridas em 1978 foram o principal problema que os militares precisaram superar, sendo retratado pelos cartunistas através do exercício de equitação de Figueiredo, saltando barreiras que representavam os estados com dissidências e parando em São Paulo, única seção onde não houve como barrá-los – Figura 17.

FIGURA 16



DEODATO. Correio da Paraíba, 04 de jun 1978, p. 4

FIGURA 17



DEODATO. Correio da Paraíba, 07 de jun 1978, p. 4

A postura da dissidência na Paraíba em relação ao governo federal era abordada de forma irônica, sobretudo pela adesão dos chamados “rebeldes” à candidatura de Figueiredo, quando este disputou contra o general Euler Bentes no Colégio Eleitoral. Na Figura 18, dois cidadãos conversam no Ponto de Cem Réis, importante praça de debates políticos de João Pessoa, sobre a “turma sem medo” que votou em Figueiredo, em referência à postura de Antônio Mariz e dos dissidentes. Em outro exemplo, o general Geisel, mais uma vez representado como um professor, faz a chamada com a lista dos dissidentes no estado, uma referência à presença deles na votação – Figura 19.

FIGURA 18



DEODATO. Correio da Paraíba, 18 de out 1978, p. 4

FIGURA 19



DEODATO. Correio da Paraíba, 04 de nov 1978, p. 4

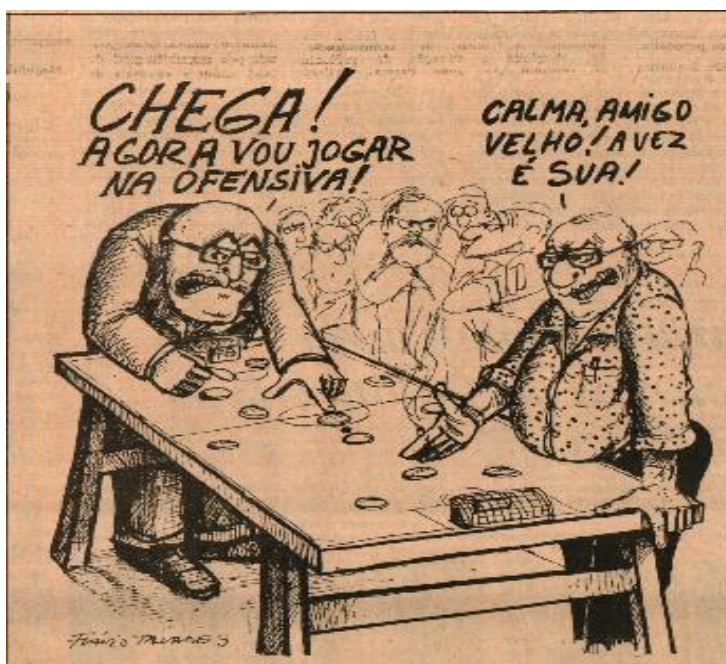
A alusão à Arena e ao poder estadual como submisso ao regime era uma forma de desmoralizar os políticos locais e sua autoridade, dependentes do governo federal para permanecerem no poder. Descredibilizar a lógica do sistema de indicação do governador era uma forma de dar voz a sentimentos difusos que talvez permeassem a sociedade contra sua impossibilidade de escolha do chefe do Poder Executivo estadual. Ao vê-los como um problema, os artistas contribuíam para essa depreciação da liderança maior do Estado e da ditadura, haja vista que os governadores eram seus maiores representantes nos estados.

5.2. O processo de escolha dos candidatos a governador: Divisão e competição

As indicações dos candidatos a governador de Estado foi uma das principais formas de quebra de autonomia das unidades federativas em relação à União. Ao mesmo tempo, apesar do controle exercido pelo regime sobre o poder local, esse possuía algum grau de participação na escolha dos governadores durante a ditadura, sobretudo pelas disputas internas à Arena, de onde saíam os novos mandatários estaduais. Esses conflitos entre as frações *arenistas* ganhavam destaque nos jornais por meses, enquanto decorria o processo de escolha. Ao acompanhar essas notícias, percebia-se um clima de competição entre os grupos de *arenistas*, o qual era comumente representado pelos artistas.

Nos processos sucessórios de 1974 e 1978, os cartunistas representavam as disputas entre Agripino e Sátyro, em 1974, e dos governistas e dissidentes, em 1978, através de competições esportivas, como futebol de botão, atletismo e partidas de vôlei – Figuras 20, 21 e 22 –, ou uma luta entre gladiadores, tiroteios entre grupos cangaceiros, ou em cenas de saloons de filmes de faroeste, na qual o “Saloon Arena” transformava-se em “Arenga”, sinônimo de briga – Figuras 23, 24, 25 e 26.

FIGURA 20



TAVARES. O Norte, 25 de fev 1978, p. 8

FIGURA 21



MUNIZ; DEODATO. O Norte, 08 de mai
1974

FIGURA 22



TAVARES. O Norte, 23 de jan 1978, p. 1

É interessante observar que, no traço dos cartunistas, a Arena aparecia personificada, como grupos de pessoas que se colocariam em situação de conflito ou retratada nas próprias lideranças do partido, as quais poderiam ser identificadas pelos seus atributos físicos, como a postura esguia de Agripino – apelidado na política local de “o magro de Catolé” –, ou por expressões comumente utilizadas por eles, como “amigo velho”, pela qual Sátyro se referia aos seus aliados.

Apesar de não ser a única forma de representar as frações *arenistas*, apresenta-las nas figuras de suas lideranças demonstra a força do personalismo na política partidária da Arena. O personalismo político, uma das principais características da cultura política brasileira, aparece na literatura sobre os partidos de forma que a pessoa da liderança personalista significava mais que a legenda ou os ideais que ela carrega⁵⁹².

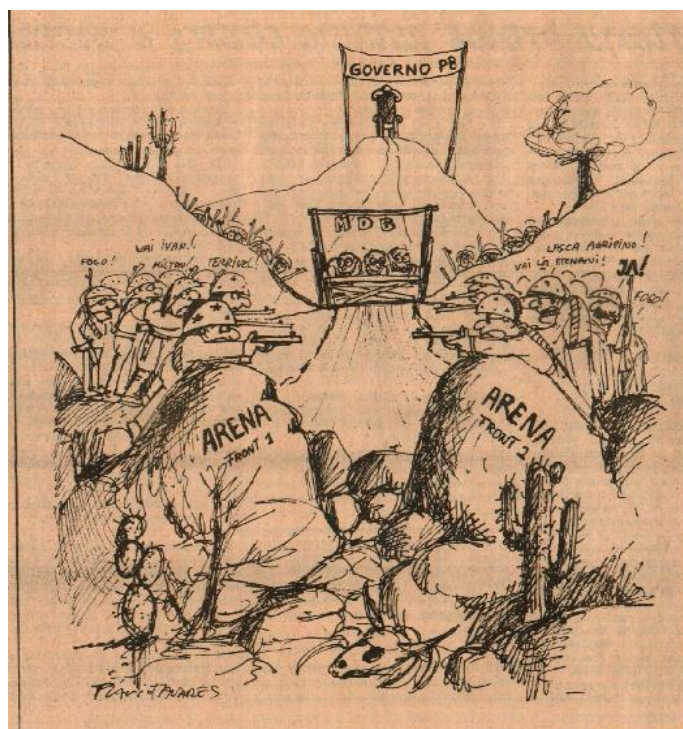
⁵⁹² A discussão sobre a representatividade dos partidos enquanto organizações encontra-se no capítulo I.

FIGURA 23



MUNIZ. Correio da Paraíba, 19 de mai 1978, p. 4

FIGURA 24



TAVARES. O Norte, 20 de jan 1978, p. 4

FIGURA 25



TAVARES. O Norte, 28 de fev 1978, p. 4

FIGURA 26



LUZARDO. O Norte, 26 de out 1978, p. 4

No decorrer dos capítulos dessa tese, a análise da Arena esteve muito voltada para a inter-relação entre as lideranças e seus correligionários, especialmente na disputa por espaços de poder dentro do partido e junto ao governo federal. Essa leitura era feita pelos jornais e, consequentemente, pelos cartunistas que produziam as caricaturas, e o personalismo da política local tornava-se, assim, um ponto fundamental da compreensão das disputas partidárias por eles.

Essas divisões e disputas dentro da Arena no processo de escolha do governador relacionavam-se diretamente com a possibilidade de privilegiar correligionários com a máquina administrativa. Tal clientelismo característico da cultura política brasileira foi tema de piadas dos cartunistas, especialmente com cargas que atingiam os derrotados nessas disputas políticas. Quando perdeu a concorrência para a indicação do governador em 1974 contra Sátyro, Agripino e seus correligionários foram representados de diversas formas: como fujões ou sumidos do estado – Figura 27 e 28.

Essas representações da ausência de *agripinistas* apontam para a lógica do clientelismo, na qual, sem o controle do poder, o político não conseguia contemplar sua

clientela. No caso de Agripino e seus correligionários em 1974, os cartunistas relataram a busca por abrigo no Rio Grande do Norte, estado em que seu irmão, Tarcísio Maia, havia sido escolhido governador. Havia ainda a saída da Arena como forma de contemplar suas necessidades políticas (a exemplo de uma possível eleição para o Senado), mas, na ditadura, estar distante do governismo era sempre um caminho menos cômodo para a política patrimonialista – Figura 29.

FIGURA 27



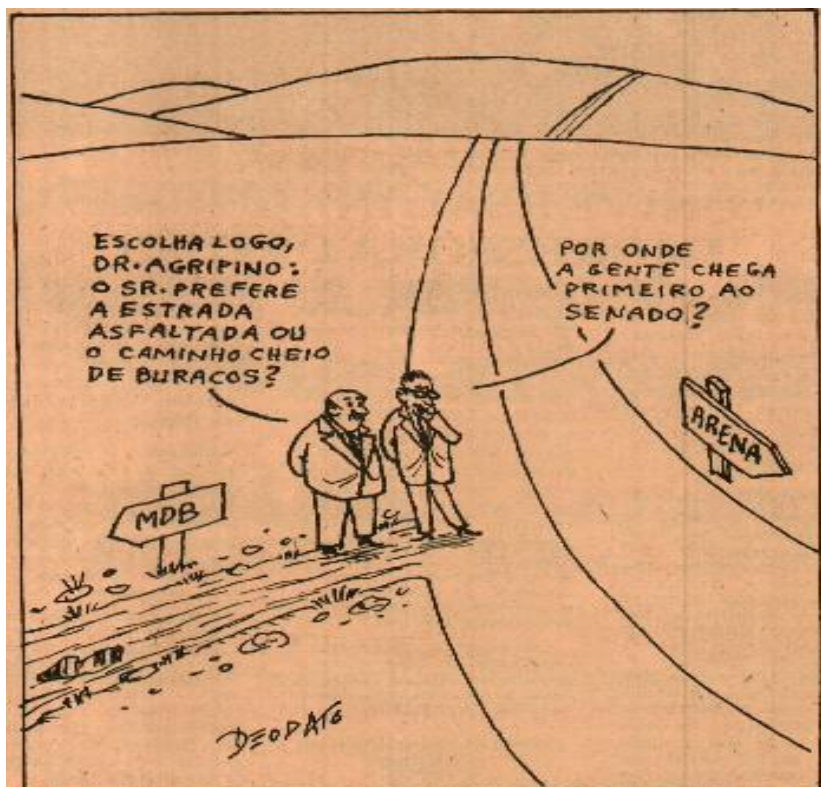
DEODATO. O Norte, 28 de mai 1974, p. 4

FIGURA 28



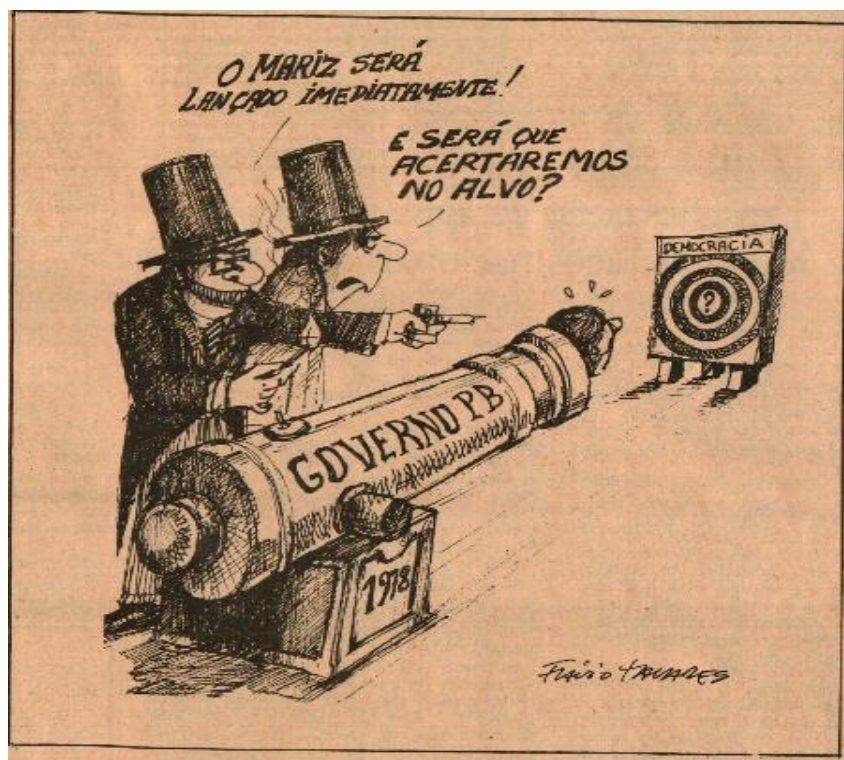
DEODATO. O Norte, 06 de jun 1974, p. 4

FIGURA 29



DEODATO. O Norte, 26 de out 1975, p. 4

FIGURA 30



TAVARES. O Norte, 12 de jan 1978, p. 5

FIGURA 31



TAVARES. O Norte, 01 de mar 1978, p. 4

Um momento importante para as disputas entre as frações partidárias na Paraíba foi o processo de indicação do governador indireto em 1978. A concorrência entre divergentes e governistas ocorria num momento de “distensão” política em que setores *arenistas* faziam uso da retórica de redemocratização para angariar apoio popular, mesmo que num processo eleitoral indireto. Havia uma certa incoerência com esse discurso democrático vindo de políticos que apoiaram a ditadura e o golpe de 1964, e esse paradoxo era representado pelos cartunistas com desenhos das figuras de Sátyro e Agripino buscando acertar Mariz no alvo da “democracia” com um tiro de canhão – Figura 30 –, ou quando essas mesmas lideranças lutavam contra um moinho de vento, nítida referência à obra de Dom Quixote, na qual o herói lutava contra causas mirabolantes ou irrealizáveis – Figura 31 –, demonstrando o absurdo que era dois ex-governadores alinhados ao regime lutarem contra o sistema.

Por outro lado, era possível conceber que Mariz, candidato promovido por Sátyro e Agripino, tinha um forte apoio popular, bem como tomou posições de defesa da democracia quando atuava como deputado federal entre 1970-1978. Sua popularidade era representada pela

adesão do eleitorado de sua base política, a cidade de Sousa, no Sertão do estado. A referência à popularidade de Mariz aparecia nas representações de um beato sertanejo, que trazia a informação da sua chegada ao Sertão, ou na declamação de trechos da obra “Os Sertões” de Euclides da Cunha, quando o interlocutor se refere ao Sertão que vai virar mar – Figuras 32 e 33. Nela há a sugestão de uma genuína popularidade da liderança *marizista*, especialmente quando observamos a população sertaneja na Figura 33, participando de uma romaria pela eleição de Mariz.

FIGURA 32



TAVARES. O Norte, 28 de abr 1978, p. 4

FIGURA 33



TAVARES. O Norte, 30 de abr 1978, p. 4

A candidatura de Mariz foi levada à Convenção Regional da Arena para disputar o voto dos convencionais contra o candidato do governador. Esse evento teve importância significativa para os rumos do partido no estado, por ser a primeira vez que uma disputa entre dois pretendentes à governança indireta chegava até a convenção. Abordada pelos cartunistas, as representações do evento *arenista* foram marcadas pela utilização do poder do Estado em prol dos governistas, como quando uma charge mostra um sujeito de terno e cartola (clássica representação de figuras de poder) engolindo a “convenção”, e, amarrado a ele, um indivíduo com a silhueta semelhante à de Ivan Bichara – Figuras 34.

O poder referido nas charges agia através do constrangimento dos convencionais, coagindo-os para que votassem no candidato do governo. Essa coação era feita por meio de eleitores produzidos em laboratório, “de proveta” (referência ao primeiro bebê de proveta, produzido em laboratório no ano de 1978) – Figura 35. Pelos cochichos⁵⁹³, que indicariam

⁵⁹³ Segundo o *O Norte*, a convenção da Arena foi marcada pelos cochichos entre os seus participantes (*O Norte*, 10 de jul 1978, p. 5).

tramas de bastidores, algo mancomunado – Figura 36. Ou quando um repórter pergunta a um convencional se ele vai votar em “Tacísio ou Burity” – Figura 37 –, que responde que o voto é secreto.

FIGURA 34



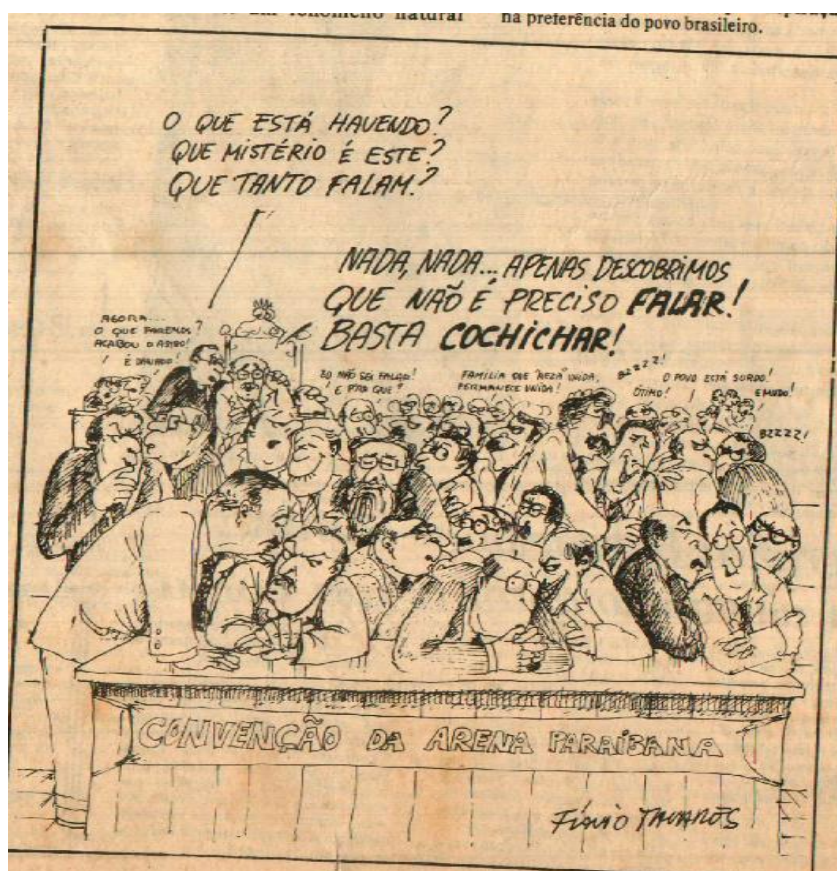
TAVARES. O Norte, 06 de jun 1978, p. 4

FIGURA 35



DEODATO. Correio da Paraíba, 25 de jul 1978, p. 4

FIGURA 36



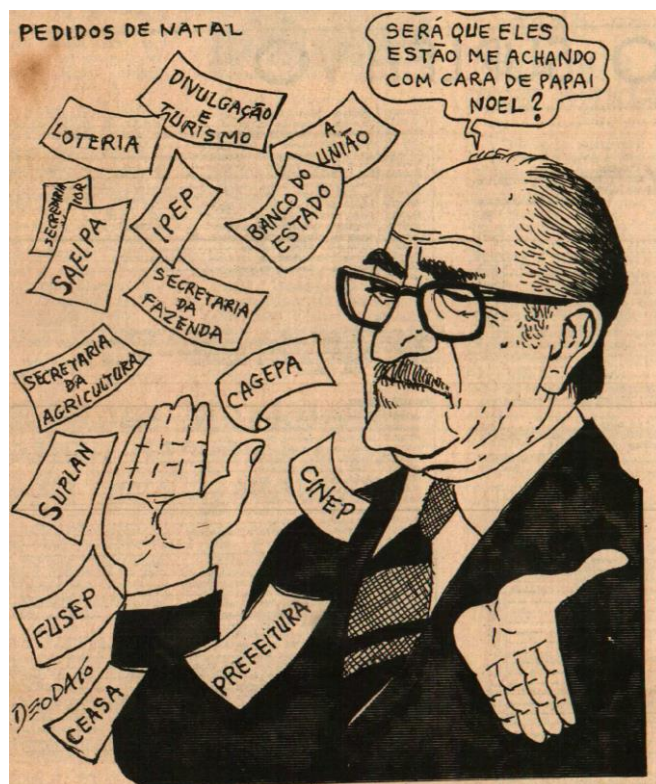
TAVARES. O Norte, 11 de jul 1978, p. 4

FIGURA 37



DEODATO. Correio da Paraíba, 01 de set 1978, p. 4

FIGURA 38



DEODATO. O Norte, 1974, p. 4

FIGURA 39



DEODATO. O Norte, 1975, p. 4

A ala majoritária, que ganhava a disputa para o cargo de governador, assumia o poder com diversos compromissos firmados junto a setores do partido. Geralmente, o apoio oferecido pelos *arenistas* se dava em troca de cargos na administração estadual. Essa prática clientelista entre grupos políticos foi representada sobretudo após a indicação de Ivan Bichara governador. Nesse sentido, foram comuns anedotas com os pedidos de Natal feitos a ele: cargos nos principais órgãos estatais – Figura 38; ou na “árvore do governo”, regada por Bichara, que escutava o comentário de Sátyro sobre seus “galhos”, ramificações que representavam os grupos políticos que ocupavam cargos – Figura 39.

Por outro lado, ao mesmo tempo que eram desprestigiados pelo poder estatal quando perdiam disputas internas, as lideranças políticas derrotadas promoviam boicotes ao partido. Essa era uma forma de revanche ou retaliação ao comando partidário e ao regime, geralmente feita nas eleições diretas aos principais cargos eletivos, caso das eleições senatoriais de 1974 e 1978, quando a Arena paraibana sofreu derrotas significativas. Os casos de boicotes são representados tanto através de formas metafóricas, quando Sátyro derruba uma propaganda eleitoral de Bichara, simbolizando seu boicote ao candidato do partido ao Senado – Figura 40 –, ou de fatos ocorridos, como a negativa de Agripino para dividir o palanque com o governador Sátyro na eleição de 1974 – Figura 41

IMAGEM 40



TAVARES. O Norte, 28 de set 1978, p. 4

IMAGEM 41



DEODATO. O Norte, 20 de set 1974, p. 4

Um dos pontos mais caros para a política partidária da ditadura no plano estadual era a manutenção da coesão partidária, e essa união era garantidora do melhor funcionamento do regime. Contudo, a divisão e a competição que se instalavam dentro do partido eram não só uma herança das disputas do sistema partidário anterior, como também um dos principais meios da prática do clientelismo e do privilégio de interesses particulares. Zombar dessas situações, que evidenciavam as disputas e a competição, era uma forma de trazer à tona a incoerência do discurso moralizador da ditadura contra a política partidária pregressa ao golpe de 1964, e de mostrar a real forma de agir dos políticos.

5.3. A dinâmica entre a Arena e o MDB: Disputas e negociações

Na imprensa paraibana, raramente o partido de oposição era tema de caricaturas sem que houvesse uma relação direta com a legenda governista. Nelas, o MDB existia apenas como contraposição à Arena. Além disso, não havia uma real ideia acerca da dimensão da oposição no estado: seu tamanho, seu poder, a forma como poderia ameaçar os governistas, ou se mantinha certa independência em relação a esses. Por vezes, o MDB era tido como um pequeno lutador que enfrentava a Arena, um imponente adversário, tal como no mito bíblico de David e Golias – Figura 42; outras vezes, aparecia como um garoto que crescera repentinamente, surpreendendo a Arena – Figura 43. Também era representado como um homem que se “deixava levar” pelo rebolado de uma bela moça, a Arena, uma metáfora que indicaria a ideia compartilhada pelos opositores de que poderia ganhar relacionando-se com os *arenistas* (relação que fora constante ao longo do bipartidarismo na Paraíba) – Figura 44.

FIGURA 42



DEODATO. O Norte, 18 de jan 1976, p. 4

FIGURA 43



DEODATO. O Norte, 30 de set 1976, p. 4

FIGURA 44



DEODATO. O Norte, 10 de abr 1976, p. 4

Junto à comparação existia uma ideia de similaridade entre as legendas, em virtude das práticas políticas compartilhadas pelos membros dos dois partidos e das constantes alianças entre alas *arenistas* com o MDB. Uma das explicações para a derrota de Aluísio Afonso Campos na eleição senatorial de 1974 foi o desvio de votos de lideranças da Arena para Ruy Carneiro, candidato do MDB. Os cartunistas ilustravam aquela situação como uma traição amorosa da Arena com a oposição – Figura 45 –, uma forma de representar o apoio das lideranças *arenistas* a Carneiro. Uma leitura incompleta dos cartunistas, pois, apesar de ter havido desvios de votos, não fora esse o motivo da derrota de Campos, como apontado anteriormente nesta tese. Porém, para o público geral, a percepção da “traição” imposta pelos governistas ao seu candidato foi predominante.

Essa “traição” *arenista* repetiu-se em 1978, momento em que os artistas abordavam a relação entre os dois partidos. A brincadeira com as siglas era bastante utilizada, destacando-se aqui o desenho da situação de um cidadão alertando Ivan Bichara parar tomar cuidado com o “Arenbê” – Figura 46. Na Figura 47, busca-se retratar um clima de confraternização entre os partidos, representando duas figuras políticas se abraçando e desejando Feliz Natal, enquanto o povo, miserável, olhava aquela relação política de forma alheia.

FIGURA 45



DEODATO. O Norte, 20 de nov 1974, p. 4

FIGURA 46



DEODATO. Correio da Paraíba, 25 de ago 1978, p. 4

FIGURA 47



TAVARES. O Norte, 17 de dez 1978, p. 4

As comparações apresentadas pelos cartunistas entre Arena e o MDB indicam a incerteza sobre como era visto o partido de oposição: se era uma real ameaça aos governistas ou um simples coadjuvante na política local. Essa percepção de coadjuvante aparecia nas Figuras 23 e 24, anteriormente referidas, quando o MDB observava de longe as disputas entre os *arenistas*, esperando sua hora de agir. Esse papel secundário para o MDB é simplista, pois nega a complexidade da organização do partido opositor, tanto fazendo oposição, de fato, como nas conciliações promovidas junto à Arena.

A visão de uma relação meramente conciliatória tinha fundamento quando se elenca as diversas tentativas de aliança entre setores dos dois partidos, “pacificações políticas” que não caminharam para frente, mas que marcaram a atuação do MDB. Essa percepção influenciava na avaliação sobre o real papel da oposição na Paraíba, sobretudo sua confiabilidade como instrumento de combate ao regime, além de conotar uma similaridade na natureza dos membros dos dois partidos.

5.4. A Arena e o povo: exclusão, cabresto e cooptação

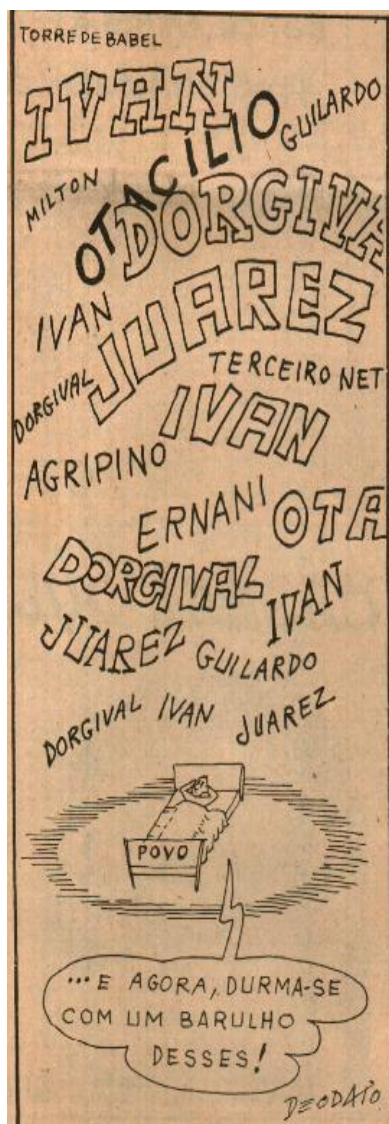
Uma das questões mais abordadas pelos cartunistas na Paraíba era a relação da Arena, e da classe política em geral, com o povo. A abundância de representações nesse sentido pode ser uma forma de gerar uma identificação das obras caricaturais com a sociedade em geral, inconformada com a sua não participação no processo de escolha dos seus representantes mais importantes - no caso estadual, o governador. Em 1974, ano em que começaram a publicar as caricaturas, já haviam se passado dez anos de autoritarismo no país, situação que se prolongou até 1982, quando o povo pôde votar para governador, e 1989, quando se recuperou o voto para presidente.

Na relação entre a Arena e o povo, o partido geralmente era retratado de uma forma genérica por meio de indivíduos engravatados, o que pode dar a entender uma indistinção entre as práticas políticas dos dois partidos. Isso recupera a ideia de associação no tópico anterior, que ia além de uma aliança entre os partidos, aproximando-se do compartilhamento das condutas políticas praticadas por seus membros em relação ao povo.

A participação do povo era retratada como alheia, excluída da política, a exemplo do processo de escolha dos candidatos a governador, representado por um homem deitado, tentando dormir com o barulho dos nomes especulados para o governo estadual – Imagem 48; ou na Imagem 49, quando a urna era posta como uma peça de museu, pela sua longa inutilidade para eleição dos cargos mais importantes do país. Na Figura 50, a Assembleia

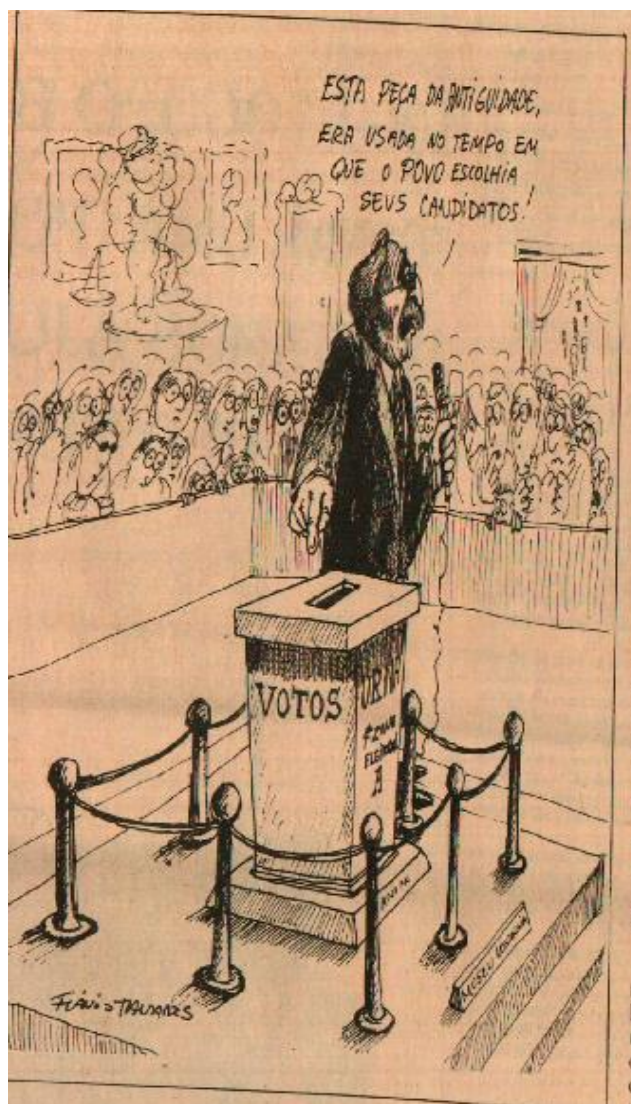
Legislativa tornou-se um cassino, onde o chamado “jogo da sucessão” decidia os destinos políticos da Paraíba sem a participação do povo. Outro exemplo remete a quando o povo era barrado de votar na Convenção da Arena que indicaria o governado – Figura 51. Vale destacar a significativa participação popular naquele evento, lotando as galerias da Assembleia, indicando sua vontade de participar do processo sucessório.

FIGURA 48



DEODATO. O Norte, 25 de mai 1974, p. 4

FIGURA 49



TAVARES. O Norte, 12 de fev 1974, p. 4

FIGURA 50



TAVARES. O Norte, 10 de mar 1978, p. 5

FIGURA 51



DEODATO. Correio da Paraíba, 06 de jun 1978, p. 4

Ao mesmo tempo, quando retratavam a relação entre a Arena e o povo, os cartunistas indicavam a permanência de diversas práticas políticas de controle do eleitorado. Esse controle era representado de diversas formas, seja quase literalmente, com o político montado em cima do eleitor guiando-o pelo cabresto – Figura 52 –, ou pela autoridade exercida através do agronegócio; nesse sentido, a Figura 53 indica a força dessa prática política entre o Grupo da Várzea, quando apresenta um usineiro, cuja usina expelia fumaça com o nome da Arena e um cifrão, pondo a mão sobre um eleitor. Havia ainda a representação do eleitor controlado como um boneco de corda – Figura 54 –, que ao ser acionado depositava seu voto na urna.

FIGURA 52



TAVARES. O Norte, 14 de set 1978, p. 4

FIGURA 53



TAVARES. O Norte, 28 de nov 1978, p. 4

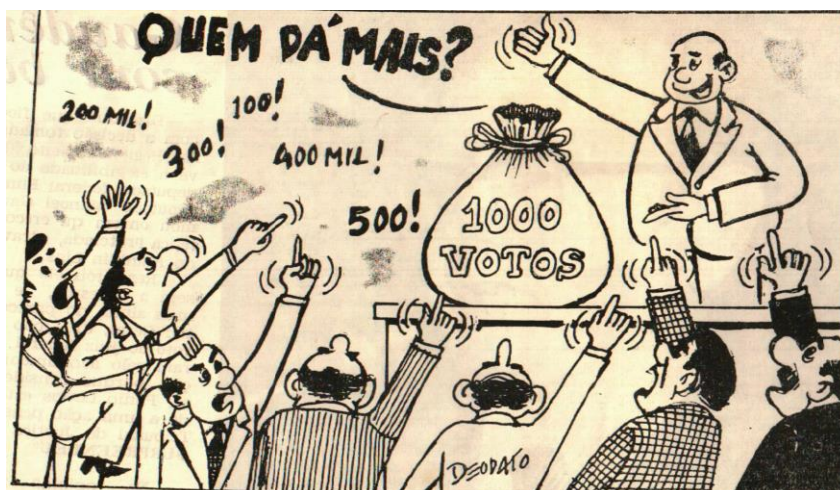
FIGURA 54



TAVARES. O Norte, 20 de set 1978, p. 4

Outras fraudes eleitorais eram representadas pelos artistas, tais como a compra de votos, quando na Figura 55 políticos participam de um leilão; ou quando um eleitor deposita seu voto numa urna e recebe dinheiro em outra – Imagem 56. Já na Figura 57 era anunciado ao deputado auditor fiscal da campanha um assalto, ao que ele respondia pedindo para que falasse baixo, dando a entender sua ciência da fraude.

FIGURA 55



DEODATO. Correio da Paraíba, 22 de nov 1978, p. 4

FIGURA 56



DEODATO. Correio da Paraíba, 30 de set 1978, p. 4

FIGURA 57



TAVARES. O Norte, 08 de dez 1978, p. 4

As fraudes e o controle eleitoral eram práticas que permaneceram no cotidiano político da Arena e dos partidos em geral. Sua representação pelos cartunistas era uma forma de criticar não só os políticos, mas a própria ditadura. O regime não apenas promoveu uma renovação política que não se concretizou, como utilizou-se dessas práticas de controle eleitoral para eleger os representantes de seu partido. Ou seja, quando os *arenistas* paraibanos eram satirizados em suas práticas políticas clientelísticas, estas só eram possíveis graças ao governo militar, que permitia essa conduta em benefício do funcionamento do regime.

Por outro lado, eram numerosas as caricaturas que abordavam outro ponto da política partidária: a busca dos políticos pelos eleitores. A ideia que os cartunistas buscavam representar era que a tentativa de cooptação desses indivíduos foi uma constante entre a classe. Concomitantemente, acreditamos que essa busca pela conquista de eleitores era também uma herança, mas do período democrático de 1945 a 1964, quando a longevidade – quase vinte anos – de eleições livres, relativo aumento das liberdades democráticas e atuação constante de partidos políticos com estruturas nacionais (período mais longo até então) levaram a necessidade de eles conquistarem seus eleitores.

As representações dessa procura do eleitor mencionavam estratégias retóricas, quando os candidatos promoviam discursos com promessas inalcançáveis, como o “progresso sem precedentes” prometido aos eleitores na Figura 58, ou quando o candidato discorre sobre “nossa luta” em comício, mas é questionado por eleitor – Figura 59 –, o que demonstraria uma incoerência do discurso com as atitudes daquele político. Em outra charge, o candidato, dessa vez discriminado como *arenista*, profere um discurso considerado “papo furado” por eleitor, demonstrando certa distância entre o que pregava a Arena e as necessidades do povo – Figura 60.

FIGURA 58



DEODATO. O Norte, 14 de set 1974, p. 4

FIGURA 59



DEODATO. Correio da Paraíba, 21 de set 1978, p. 4

FIGURA 60



TAVARES. O Norte, 27 de mar 1978, p. 4

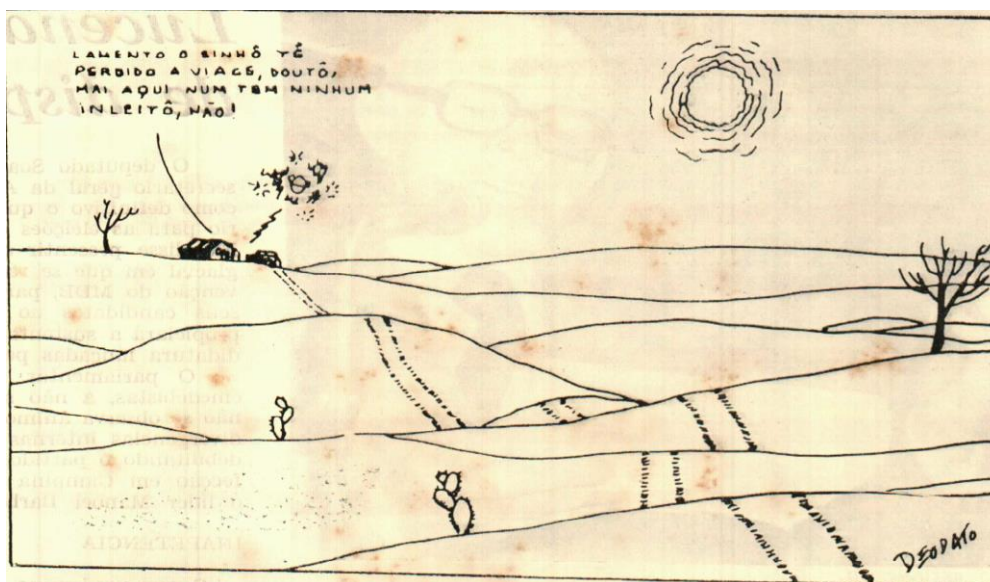
O “progresso sem precedente” indicado pelo candidato aos seus eleitores pode ser uma referência ao projeto modernizador da ditadura, cujas obras promovidas em diversos pontos do

estado eram um meio de promoção política dos *arenistas*. As referências críticas às dissidências também denotam uma consciência da incoerência daquele movimento no estado, construindo uma representação de sagacidade do povo para com os discursos de políticos, mesmo aqueles mais populares.

Por fim, uma representação comum dos cartunistas era a busca de eleitores pelos candidatos. A ideia era apontar a necessidade de cooptar eleitores pelos rincões do país, que não era mais tão simples como em outras épocas – Figuras 61, 62, 63. Um ponto que vale ressaltar nessas imagens é a forma como os eleitores são representados, geralmente pessoas paupérrimas, moradores interioranos. Isso significa que, ao final da década de 1970, esses indivíduos, por mais vulneráveis que pudessem estar socialmente, guardavam certa autonomia, não sendo tão facilmente controlados como em outras épocas.

Assim, os anos de ditadura representam uma permanência das práticas mais arcaicas da cultura política brasileira, como também guardam algumas das conquistas do período democrático, mesmo diante de uma limitação da participação da sociedade imposta pelo Estado autoritário. Isso não significa negar ou escamotear o controle exercido, mas reconhecer a perspectiva crítica da sociedade para com a classe política, especialmente o partido governista.

FIGURA 61



DEODATO. Correio da Paraíba, 29 de jul 1978, p. 4

FIGURA 62



DEODATO. O Norte, 14 de ago 1974, p. 4

FIGURA 63



DEODATO. Correio da Paraíba, 06 de set 1978, p 4

As linguagens apresentadas pelos cartunistas sobre a Arena na Paraíba guardavam suas particularidades em relação àquela apresentada no plano nacional, seja pela forma como o partido era retratado, seja pelo discurso adotado. Apesar das diversas referências utilizadas pelos cartunistas para promover suas críticas (carnaval, literatura, artes plásticas, filosofia, fatos marcantes da atualidade) demonstrarem uma tentativa de diálogo mais amplo com o povo, o que se destaca nas caricaturas aqui abordada são as referências ao Nordeste e às lideranças locais.

Trazer o Sertão e o sertanejo e outras referências diretas à política local, como o prédio da Assembleia Legislativa e a imagem das lideranças políticas locais, demonstra uma tentativa dos cartunistas em melhor dialogar com o povo. Fazer menções a elementos de seu cotidiano era uma maneira eficiente, pois alguns dos temas diziam respeito à política local. Além dos casos particulares à Paraíba, os problemas das escolhas dos governadores, as disputas entre as oligarquias dentro do partido e o controle e cooptação do eleitorado por meio de práticas arcaicas são questões que dizem respeito mais especificamente à dinâmica política estadual.

Todavia, o fato de não haver críticas à ditadura e aos militares de uma forma mais direta não significa que essas não ocorressem, ao menos de maneira implícita. A distância entre estado como a Paraíba e poder federal era contornado através da crítica ao seu partido e aos políticos locais. Criticá-los, mesmo que por meio do humor, era uma forma válida de desgastar a ditadura junto ao povo. Sendo assim, as caricaturas e seus autores exerceram papel importante na difusão de um discurso crítico ao autoritarismo, bem como produziram uma fonte histórica de importante valor sobre a comunicação popular nos anos de autoritarismo na Paraíba.

O discurso simplista das caricaturas por vezes fazia ressonância em leituras superficiais de alguns eventos e fenômenos políticos, porém essa simplicidade era a forma de fazer a piada eficiente. Além disso, o trabalho dos cartunistas lançava luz sobre práticas políticas por vezes pouco ou não abordadas pelas fontes mais tradicionais. Escancarar questões como a corrupção eleitoral da Arena ou a demagogia e incoerência de seus membros nos leva a crer que as caricaturas configuram uma forma de abordagem do partido na Paraíba, bem como a relação da política estadual na ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando olhamos para os indivíduos que atuam na política paraibana nos dias atuais, parte significativa deles tem relações familiares com membros da Arena e do MDB. Foi nos anos de ditadura militar e no sistema bipartidário que se formaram ou se rearranjaram famílias e grupos de políticos que permanecem controlando as instituições de poder por sucessivas gerações. Ao escrevermos sobre a Arena na Paraíba, olhamos para a trajetória de tais grupos no tempo; no caso, durante um regime autoritário.

Mas a pesquisa sobre a Arena na Paraíba nos mostrou também a forma como a ditadura militar se relacionava com a classe política local, seja por meio do controle e da repressão ou através de negociação, consulta e entendimentos. O regime limitou a atuação da classe política a apenas dois partidos, retirou prerrogativas das instituições Legislativas, impôs eleições indiretas para cargos majoritários nos estados e, em alguns municípios, cassou mandatos eletivos – inclusive de sua base política.

Ainda assim, o governo concedeu à Arena meios para os grupos políticos seguirem atuando, promoveu consultas aos seus membros sobre indicações para os cargos eleitos indiretamente, estabelecendo com eles uma relação de acordo (apesar de o núcleo do regime ter o poder de imposição e veto sobre aquilo que não era do seu interesse). A flexibilização dessa relação variava de acordo com a conjuntura, pois, em seus 14 anos de existência, a Arena passou por altos e baixos na política nacional.

A relação política da ditadura militar com o poder local era parte importante do projeto de modernização do Estado brasileiro, e, na Paraíba, foi a classe política a responsável por implementar a modernização autoritária. Os governadores biônicos foram seus principais executores, mas outros indivíduos participaram de sua implementação, como parlamentares federais e estaduais e prefeitos. Esse apoio dado pelos políticos da Arena ao projeto modernizador era feito tanto pela sua identificação com a ditadura militar, como pelas vantagens por eles adquiridas, através das quais impulsionavam suas carreiras política.

Essa classe política que integrava a Arena não era homogênea, como já apontaram outras pesquisas, mas quando olhamos para a escala regional percebemos novos fatores que contribuem para essa avaliação do partido como corpo heterogêneo. O plano estadual, relacionado ao federal, traz, sob uma análise histórica, novas contribuições para as disputas ideológicas, por postos de poder e da relação com a ditadura militar, tornado o entendimento da Arena e de seu papel no sistema político implementado pela ditadura como algo ainda mais complexo.

Na cronologia estabelecida para esta tese, após o AI-5 a ditadura, em crise com seus apoiadores civis, buscou promover uma renovação de seu partido, seus quadros e o comportamento político deles, desvinculando-a de toda a cultura política que carregavam. Mas foi essa cultura política, a brasileira, que levou esses indivíduos a apoiarem o golpe de 1964, a ditadura e a ingressarem no seu partido de apoio.

Na lógica da reformulação proposta, ao mesmo tempo que apontava para uma renovação, a Arena fornecia meios para a manutenção das práticas, condutas e ideologias políticas que compõem a cultura política brasileira. Isso levou o regime a uma relação paradoxal com essa classe política: ela era uma de suas principais bases de sustentação, mas carregava consigo a cultura política que os *arenistas* compartilhavam, daí o bom relacionamento dos políticos da Arena com o autoritarismo.

Quando o governo fomentou um discurso e um projeto renovador dos quadros e do modo de ação política da Arena, possibilitou a perpetuação tanto das práticas, como dos indivíduos. O olhar sob o plano estadual nos mostrou que as sublegendas, como forma de organização e divisão dos grupos internos, e a postura das lideranças políticas e das chefias partidárias, como o presidente regional, compõem um conjunto de aspectos abordados que indicam a permanência da política dita tradicional e de sua cultura política atuando através da Arena.

Essa falta de renovação da Arena estava presente ainda quando se propunha a formação de departamentos para angariar grupos sociais pouco representados na política local. No caso Feminino, a dificuldade de renovação e agregação das mulheres na política partidária de uma maneira efetiva era tamanha que não houve a efetiva montagem desse departamento. Já sobre a Juventude, a atuação desse departamento alcançou maiores proporções, contudo, foi marcada por problemas de ordem administrativa interna, quando se promovia como uma fração independente do partido, com interesses próprios e por vezes conflitantes com os de outras alas partidárias.

Tais problemas eram compartilhados pelas demais secções estaduais da Arena, como comprovado na análise de documentação primária e referências bibliográficas baseadas em pesquisas empíricas sobre tais estados. Contudo, isso não significa que havia uma simplificação da política local a partir da análise da atuação da Arena nos estados. O partido governista possuía conjunturas políticas próprias em cada unidade federativa, resultado da trajetória política dos indivíduos pregressa à legenda aqui analisada. Por mais que paralelos pudessem ser traçados, torna-se imprescindível analisar a trajetória do partido na Paraíba, tomando como fio condutor os períodos das administrações dos governadores estaduais.

Primeiro governador indicado indiretamente para a Paraíba, Ernani Sáttyro (1971-1975) era uma figura de longa trajetória político-partidária, que se diferenciava dos demais nomeados pela ditadura (figuras com perfil técnico, sem histórico de ocupação de cargos públicos). Em seu governo, buscou exercer de forma absoluta a chefia partidária, promovendo-se politicamente através de obras baseadas no projeto de modernização e da defesa do regime e de suas medidas autoritárias (excetuando-se o golpe de 1964, o início da década de 1970 foi o de maior popularidade do regime entre os brasileiros). Conciliava-se, assim, a modernização do Estado com o que havia de mais arcaico na política paraibana.

Sáttyro privilegiou seus aliados próximos com cargos e outros benefícios políticos em detrimento de outros membros de seu partido, sobretudo aqueles que ameaçavam a estabilidade de sua liderança partidária. Uma política clientelista e paternalista, fundada na identidade ao coronelismo da República Velha, incondizente com o discurso adotado pelo governo federal e pelos órgãos de direção nacional do partido, mas coerente com a necessidade do regime de contar com o apoio da base política local dos *arenistas*. Esse seu modo de ação acabou por promover uma disputa partidária que perdurou ao longo dos anos após o seu governo.

Como solução para essas disputas partidárias, o novo governador teve como principal função conciliar os grupos políticos dentro da Arena, pois o partido disperso e em constante conflito pouco ajudava a ditadura e a política local. Em sua administração, Ivan Bichara (1975-1978) procurou amenizar conflitos entre lideranças políticas, utilizando-se da máquina pública para contemplar seus interesses. Ao fazê-lo – com a consciência do governo federal –, promoveu novas disputas internas, levando a um desgaste tanto de seu governo, como do partido governista. Como seu antecessor, Bichara guardava em sua trajetória vínculos com movimentos e ideologias políticas do passado, no seu caso o integralismo, dando a ele uma característica conservadora que tornava lógica sua adesão à ditadura militar.

Concomitantemente ao período que Bichara governava a Paraíba, Antônio Mariz, deputado federal da Arena paraibana, ganhava notoriedade em sua atuação no Congresso Nacional por destoar do apoio irrestrito ao governo federal. Um dos líderes do “grupo renovador”, Mariz demonstrava-se favorável às pautas democráticas ao mesmo tempo que defendia seus interesses políticos imediatos e particulares junto ao governo federal. O entendimento de sua atuação política, flutuando entre as escalas federal e estadual, mais do que apontar um desalinhamento de um membro da bancada *arenista*, dá a real dimensão dessa indisposição com o regime.

Essa dissidência está refletida no processo de escolha do novo governador indireto, quando Mariz, aliado aos ex-governadores Sáttyro e João Agripino, articulou a promoção de seu

nome para o cargo junto ao governo federal. Esse acordo excluía das decisões os demais representantes do partido, inclusive o próprio governador, os quais articularam outro nome a ser recomendado, acatado pelo governo federal: Tarcísio Burity. A disputa estabelecida entre as partes resultou no lançamento de uma candidatura dita “rebelde”, composta pelos dissidentes do governo do Estado, para concorrer na convenção estadual do partido à revelia do governo federal.

Entre o discurso de “rebeldia” contra a ditadura, havia os interesses políticos particulares de Mariz e seus aliados, que tinham certo fundamento a partir de sua trajetória política, mas que poderiam ser questionáveis do ponto de vista da forma como ele se portou na campanha. Diante da derrota, a ala dissidente passou a boicotar a campanha do partido ao senado federal, como forma de retaliação à postura de seus dirigentes em relação à candidatura dissidente, resultando em mais uma vitória do MDB na Paraíba.

Em seu último ano de existência, agora com Burity governador, e já vislumbrando a extinção do bipartidarismo – uma das medidas do projeto de abertura da ditadura –, os membros da Arena assumiram os problemas existentes ao longo de toda sua existência: fragmentação, personalismo, clientelismo. Essa crítica avistava a forma como seriam constituídos os novos partidos, e repercutiam a existência ou não de alas (novas e antigas) dentro dele. Naquele ano, a Arena foi extinta por não ser mais o melhor meio de relação dos militares com a classe política, pelos problemas na escala tanto nacional quanto regional de atuação político-partidária.

Isso não significou que o partido foi um mero instrumento político passageiro, utilizado pela ditadura e pela classe política para sua atuação. Enquanto organização partidária, a Arena ajudou a forjar uma identidade política entre aqueles que nela iniciaram sua trajetória, ou até mesmo entre os políticos egressos de outros partidos, geralmente oriundos de cargos menos expressivos; na esfera municipal, ela fomentou a política autoritária da ditadura junto a esses indivíduos, que seguiram ocupando cargos públicos após a sua extinção e com o fim da ditadura.

Assim, a organização da Arena no plano regional foi um meio de continuidade de condutas, ideias e representações políticas conservadoras, remanescentes de outros períodos do passado brasileiro. A cultura política brasileira, da qual o partido foi vetor, fomentou ainda a continuidade de uma organização partidária distante e reticente com a participação popular, que se articula com antigos rivais eleitorais no calor das circunstâncias, sempre em benefício de interesses particulares de uma elite econômica e política, da manutenção do controle do Estado, subjugando suas próprias perspectivas ideológicas.

Essa perspectiva de conciliação presente dentro da Arena na Paraíba manteve sua política estacionada no tempo e inviabilizou uma real modernização estadual, que abarcasse o povo e seus reais interesses. Apesar de reconhecermos os avanços políticos pós-ditadura promovidos na Paraíba, a política local ainda carrega muito da Arena, de seus membros e suas ideias; tanto as que ela herdou das legendas extintas para sua formação, como as que ela forjou ao longo de sua existência.

Acreditamos ter feito um estudo de fôlego, aprofundando a análise da Arena na Paraíba ao máximo que uma pesquisa como essa nos possibilita. Ainda assim, o estudo sobre o partido não está esgotado, podendo ser olhado não só sob outros prismas de interpretação, mas também sob novos olhares de sua estrutura. É preciso desenvolver novas pesquisas sobre a Arena em João Pessoa, entendendo a relação da capital paraibana com a ditadura; sobre a atuação do MDB no estado, compreendendo as diversas faces dos opositoristas paraibanos; e levantar dados sobre os governos estaduais durante a ditadura ainda não contemplados com pesquisas sistematizadas.

Levantar questões sobre o passado *arenista* na Paraíba é trazer respostas para questões que envolvam a política atual. Se a ditadura militar é uma referência para o conservadorismo de direita na atualidade, seu sistema político e partidário, a forma como ele se organizava e as ideologias defendidas pelos membros da Arena, e suas trajetórias partidárias, nos ajudam a responder tais questões.

REFERÊNCIAS

Acervos

Arquivo da Comissão Estadual da Verdade da Paraíba (CEV-PB)

Arquivo do Diretório Nacional da Arena.

Arquivo da Fundação Casa de José Américo.

Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP)

Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR).

Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB).

Periódicos

A União

Correio da Paraíba

O Momento

O Norte

Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação: Governadores e redemocratização brasileira**. São Paulo: Huitec, 1998.

AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedade en Rosario (1976-1983): um estúdio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales em dictadura**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

AMORIM, Laura Helena Baracuhy. A economia paraibana na fase da integração produtiva (1970-1990). In. FERNANDES, Irene Rodrigues; AMORIM, Laura Helena Baracuhy. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 1999, p. 61-100.

ARAÚJO, Railane Martins. **O governo de Pedro Gondim e o Teatro do poder na Paraíba: imprensa, imaginário e representações**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2010.

BANDIERI, Susana. Haciendo história regional en la Argentina. **Revista TEL: Tempo**, linguagem e imagem. Irati: UNICENTRO, v. 9, nº 1, 2018, p. 12-31.

BARBOSA, Jivago Corrêa. **Política e assistencialismo na Paraíba**: o Governo e José Américo de Almeida (1951-1956). João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2012.

BATISTELA, Alessandro. **A ditadura militar e o bipartidarismo**: Gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1979). Curitiba: Editora CRV, 2019.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tania Regina de. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-194.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BENEVIDES, César. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003, p. 57-98.

_____. A Cultura Política. RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto. Las derechas sudamericanas: trayectorias, miradas y circulación. In. BERTONHA, João Fábio; BOHOSLAVSKY, Ernesto. **Circule por la derecha**: percepciones, redes y contatos entre las derechas sudamericanas. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2016, p. 9-18.

BEZERRA, Sabrina Rafael. **No Direito, no Gênero**: Mulheres e Experiências na Paraíba (1956-1972). João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2016.

BICHARA, Ivan. **Primeiros pronunciamentos**. João Pessoa: Arquivo dos Governadores, 1978.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

_____. **Dicionário de política**. Tradução: João Ferreira. Brasília: Editora UNB, 1998.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In. FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 13-42.

BRAGA, Diego Garcia. **Nas “Quebradas do Inhanduí”, gênese e exercício do bipartidarismo brasileiro**: o regime civil-militar e as relações entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). São Leopoldo: Dissertação de Mestrado – UNISINOS, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luís Carlos. **A construção política do Brasil**: Sociedade, economia e Estado desde a Independência. São Paulo: Editora 34, 2015.

BRITO PEREIRA, Joacil. **A vida e o tempo**: Memórias. Vol. 2. João Pessoa: Editora Universitária, 1997

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Tradução: Renato de Assumpção, Denis Fontes de Souza Pinto e Carmem Lídia Richter Ribeiro Moura. Brasília: Editora UNB, 1982.

CANATO, César. **Arena e MDB em Araraquara (1965-1979)**. Campinas: Dissertação de Mestrado – UNICAMP, 2003.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e conflito**: Questionando Alagamar. João Pessoa: Monografias FIPLAN, 1985.

CAPELATO, Maria Helena. História do tempo presente: A grande imprensa como fonte e objeto de estudo. In. DELGADO, L. A. N; FERREIRA, M. M. **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 299-315.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova História Política? CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Renato César. **Casos eleitorais célebres**. Vol II. João Pessoa: Sal da Terra, 2014.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O Nordeste e o regime autoritário**: Discurso, prática e planejamento regional. São Paulo: HUIITEC-SUDENE, 1987.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas e ditadura militar**: Um estudo sobre parlamentares da Arena e MDB. Rio de Janeiro: Tese de doutorado – UFRJ, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: Joachim König; Marianne Wiesebron. (Org.). **Nation-building in nineteenthcentury Latin America**. 1ed. Leiden: Research School CNWS, 1998.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha**: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937). Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2013.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Os “camaleões” e a história da ditadura militar: A memória sobre a militância arenista de Dercy. **Oficina do Historiador**. Porto Alegre: EDIPUCRS, vol. 9, nº 1, 2016, p. 23-37.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: Revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CHOR MAIO, Marcos; CYTRYNOWICZ, Roney. Ação integralista Brasileira: Um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In. DEGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. Neves (orgs.). **O Brasil Republicano - O tempo do nacional estatismo**: Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014,

CITTADINO, Monique Guimarães. **Populismo e golpe de Estado na Paraíba (1945-1964)**). João Pessoa: Editora Universitária/Ideia, 1998.

_____. A política paraibana e o Estado autoritário (1964-1986). SILVEIRA, Rosa G.; GURJÃO, Eliete de Q.; ARAÚJO, Martha R.; CITTADINO, Monique. **Estrutura de poder na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999, p. 111-137.

_____. **Poder local e ditadura militar**: O governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971). Bauru: Edusc, 2006.

_____. Poder local, memória e cultura política: possibilidades de análise a partir da figura do governador João Agripino (Paraíba – 1966-1971). **Revista Saeculum**. João Pessoa, nº 16, 2007, p. 47-57.

COELHO, Nelson. **Testemunha da História**. João Pessoa: Ideia, 2011.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In. DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 127-154.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio**: As estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982). Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Tradução: Else Ribeiro Pires Vireira. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUTRA, Eliane. História e culturas políticas: Definições, usos e genealogias. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, nº 28, 2002, p. 13-28.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1957.

DUWE, Ricardo. **Entre técnica e tradição**: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975). Florianópolis: Dissertação de Mestrado – UESC, 2016.

FALCON, Francisco. História e Poder. CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

_____. História e representação. **Revista de História das Ideias**. Coimbra, vol. 21, 2000, p. 87-125.

FAORO, Raymundo. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. **Revista USP**. São Paulo, nº 17, 1993, p. 14-29.

_____. **A República inacabada**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

FERREIRA, Jorge. O Nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 59-124.

FLEISCHER, David Verge. **Os partidos políticos no Brasil**. Vol. 1 e 2. Brasília: Editora da UNB, 1981.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Recife: Tese de Doutorado – UFPE, 2009.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1974.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**: O futuro da política radical. Tradução: Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1996.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Estudos Históricos** – Historiografia. Rio de Janeiro: v.9, nº 17,1996, p. 59-84.

_____. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. IN. SOIHET, Raquel; BICALHO, M^a Fernanda Baptista; GOUVÊA, M^a de Fátima Silva. **Culturas políticas**: ensaios de história cultural e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, 21-43.

_____. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulhismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 53-83.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e a política no Brasil do século XIX**. Rio Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GUEDES, Nonato. Tarcísio Burity: Um homem que, segundo se diz, tem linha direta com o céu. In MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter; SILVA, Francisco Pontes. **Poder e política na Paraíba**: Uma análise das lideranças (1960-1990). João Pessoa: Editora A União, 1993, p. 287-298.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**: Paraíba, 1889-1945. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

HIPPÓLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JULLIARD, Jacques. A Política. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs). **História: Novas Abordagens**. Tradução: Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-195.

KERTZER, David. Rituais políticos e transformações do Partido Comunista Italiano. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: Ano 7, nº 15, 2001, p. 15-36.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **O sofrimento social: Movimentos sociais na Paraíba através da imprensa (1964-1980)**. Coleção Cadernos do CREM. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 13, nº 24, 1999, p. 227-250.

LAMOUNIER, Bolívar. **Voto de desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LASAR, Marc. Fort et fragile, immutable et changeante... la culture politique communiste. In: BERSTEIN, Serge. *Les cultures politiques en France*. Paris: Seuil, 1999. [Texto traduzido].

LAVAREDA, Antônio. **A democracia nas urnas: O processo partidário-eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução urbana de João Pessoa pós-60. In: GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João Roberto; RABAY, Glória. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999, p. 37-57.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? LE GOFF, Jacques (Org). **O maravilhoso cotidiano no Ocidente Medieval**. Tradução: José Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa/Edições 70: 1983, p. 221-242.

LIMA, Damião de. **Campina Grande sob intervenção**: ditadura de 1964 e o fim do sonho nacional/desenvolvimentista. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

LIMA, Gabriel Amato Bruno de. Um lugar para a mocidade na política: A atuação das juventudes na Arena Jovem durante a Ditadura Militar brasileira (1969-1979). In BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, p. 2019, p. 171-390.

LIMA JÚNIOR. Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e estadual (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LUCCA, Tânia Regina de. História do, nos e por meio dos periódicos. PINSK, Carla Bassanezi (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

LUKES, Steven. Epilogue: The grand dichotomy of the twentieth century. In. BALL, Terence, BELLAMY, Richard (orgs). **The Cambridge history of twentieth-century political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 602-626.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos depois. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 66-90.

MACHADO, Jório. **Resistência ao medo**: História de uma eleição indireta para governador. João Pessoa: O Momento, 1978.

_____. **1964: A Opressão dos Quartéis**. João Pessoa: O Combate, 1991.

MADEIRA, Maria T. C. O Novo Sindicalismo e os movimentos dos professores de 1º e 2º Grau da Paraíba. Dissertação de Mestrado, MMS-UFPB, João Pessoa: 1986.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAs?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado – UFRGS, 2002.

MANNHEIN, Karl. **Sociologia**. Tradução: Marialice Mearini Foracchi. São Paulo: Ática, 1982.

MARIZ, Celso; LEITÃO, Deusdedit. **Memória da Assembleia Legislativa**. João Pessoa: Assembleia Legislativa, 1987.

MARIZ, Antônio. **Antônio Matiz**. Série Perfis Parlamentares. Brasília, Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2006.

MATOS, Eilzo. Sousa, nos estertores da ordem constituída. In: MELLO, José Octávio de Arruda (Org). **No cinquentenário de 1964: origens, assalto ao poder e repressão**. Campina Grande: mimeog., 2014, p. 63-68.

MELCHIOR, José Guilherme. **O Liberalismo Antigo e Moderno**. Tradução: Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo: É Realizações, 2011.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Da resistência ao poder: O (P)MDB na Paraíba (1965-1999)**. Campina Grande: EDUEPB, 2010.

MENDES, Valber Nunes. **Um “homem da Revolução”**: A atuação política de Ernani Sátyro como governador da Paraíba (1970-1975). Campina Grande: Dissertação de mestrado – UFCG, 2019.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Tradução: Arthur Chaudon. Brasília: UNB, 1982.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: Lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. Online: vol. 23, nº 66, 2008, p. 11-43.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncio**: cultura política e poder familiar nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). João Pessoa: Dissertação (mestrado) – UFPB, 2012.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos partidários no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1971.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: O anticomunismo no Brasil (1971-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**, Belo Horizonte: Argumentum, 2009, p. 13-38.

_____. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. **Patrimônio e memória**. São Paulo: Unesp, vol. 9, n. 1, 2012, p. 56-70.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipucrs: 2013a, p. 9-33.

_____. A cultura política comunista. In. NAPOLITANO, M; CZAJKA, R; MOTTA, R. P. S. **Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013b, p. 15-39.

_____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 38, nº 79, 2018, p. 195-216.

_____. Anticomunismo e antipetismo e o giro direitista no Brasil. In BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, p. 2019, p. 75-98.

MUNIZ, Durval. A dimensão retórica da historiografia. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tania Regina de. (Orgs.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 173-194.

NADER, Ana Beatriz. **Os autênticos do MDB**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

NISBET, Robert. **O Conservadorismo**. Lisboa: Nova Estampa, 1987.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. In: *Saeculum*: Revista de História. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000, p. 295.

_____. Golpe civil-miliar: repressão e legitimação. In: DANTAS, Éder; NUNES, Paulo Giovanni Antonino; SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e (Orgs). **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba: história, memória e construção da cidadania**. João Pessoa: UFPB, 2014, p, 78-118.

_____. A atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos. In. BEZERRA, Josineide da Silva; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos; NUNES, Paulo Giovani Antonino. **História Política: Rupturas institucionais e revoluções**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2018, p. 225-254.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Elites capixabas no golpe de 1964: Bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982)**. Serra: Editora Milfontes, 2018.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partidos: Organização e poder nos partidos políticos**. Tradução: Denise Agostinetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório Final**. João Pessoa: A União, 2017.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **Em nome de Deus, dos pobres e da libertação: A ação pastoral e política de Dom José Maria Pires**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2012.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Importância e limite da democracia na cultura política brasileira (1955/1964): Uma análise a partir da trajetória de José Maria Alkimin. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, vol. 21, 2017, p. 356-384.

PINTO, Antônio Costa. O corporativismo nas ditaduras na época do fascismo. **Revista Varia História**. Belo Horizonte, nº 52, 2014, p. 17-49

PITKIN, Hanna. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**. São Paulo, 67: 2006, p. 15-47.

POWER, Timothy; MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel;. **Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases**. Tradução Valéria Carvalho Power. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; Earp, Fábio Sá. O “milagre brasileiro”: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In. FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 207-242.

RABAY, Glória; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e política na Paraíba: Histórias de luta e vida**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010.

RAMOS, Severino. **O mistério de praia Formosa: A morte do estudante Paulo Maia e a crise política que envolveu seu assassinato.** João Pessoa: Grafset, 1989.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. HEINSFELD, Adelar. Pensando e escrevendo sobre História na América Latina. In RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. HEINSFELD, Adelar (org). **América de múltiplas regiões.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006, p. 9-19

RÊGO, Antônio Carlos Pojo do. **O Congresso Brasileiro e o regime militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, 2010, p. 171-186.

_____. **Ditadura e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

REIS, Fábio Wanderley. **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro.** São Paulo: Símbolo, 1978.

_____. O bipartidarismo nas eleições municipais de 1976. In. FLEISCHER, David Verge (org). **Os partidos políticos no Brasil.** Vol. 1. Brasília: Editora da UNB, 1981, p. 202-219.

RÉMOND, René. Uma história presente. RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política.** Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003a, p. 13-36.

_____. Do Político. RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política.** Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003b, p. 441-455.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In. REIS, Daniel Aarão; RIDENTE, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos depois.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos currais.** João Pessoa: Ed. Acauã, 1979.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. Memória História e Autoritarismos. ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX (Brasil e América Latina).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SANTANA, Martha Maria Falcão de C e M., **Poder e intervenção estatal**. Paraíba – 1930-1940. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2000.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores políticos, governadores técnicos e governadores militares. **Dados**. Vol. 8, 1971, p.123-128.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Tradução: Waltensin Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

SÁTYRO, Ernani. **Sempre aos domingos (Crônicas)**. João Pessoa: Editora A União, 1978.

_____. **Tradição e renovação (Discursos)**. Patos: Fundação Ernani Sátyro, 1994.

_____. **Ernani Sátyro**. Série Perfis Parlamentares. Brasília, Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2011.

SAWICKI, Frédéric. Os partidos políticos como empresas culturais. In: CEFÄI, Daniel (dir). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 191-211.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Redefinindo a direita, In. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita**: Ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2000, p. 11-21.

_____. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil (1975-1985). In. FERREIRA, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 243-282.

SILVA, João Teófilo. As Forças Armadas brasileiras e as heranças da ditadura militar de 1964: cultura política de direita e tentativa de interdição do passado (1995-2015). In BOHOSLAVSKY, Ernesto; BOISARD, Stéphane; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Pensar as direitas na América Latina**. São Paulo: Alameda, p. 2019, p. 99-120.

SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida. **Autoritarismo, repressão e propaganda**: A Paraíba no governo de Argemiro de Figueiredo. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2017.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: A construção do *americanismo* (1928-1935)**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2015.

SILVA, Jean Patrício. **A construção de uma nova ordem: análise da interventoria de Ruy Carneiro no Estado da Paraíba (1940-1945)**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado – UFPB, 2013.

SILVA, Marcos A. **República em migalhas: História regional e local**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

SIMÕES, Solange de Deus. **Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOARES, Maria Tereza Dantas Bezerra. **A política paraibana vigiada: Políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)**. João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2020.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. **Anticomunismo no A *Imprensa*: Igreja Católica e golpe civil-militar na Paraíba (1962-1964)**. João Pessoa: Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso – UFPB, 2013.

_____. **Para além do “sim, senhor”:** A Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a ditadura militar na Paraíba (1964-1969). João Pessoa: Dissertação de mestrado – UFPB, 2016.

SOUZA, M^a do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega. 1983.

SOUZA, Renato Elias Pires de. A Ação Integralista Brasileira na Paraíba (1933-1938). In. SANTOS NETO, Martinho Guedes do; SILVA, Waniéry Loyvia de Almeida (Orgs). **Regimes de interventorias: Política e sociedade na Paraíba da Era Vargas (1930-1945)**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020, 245-274.

TEIXEIRA, Marco Antônio. Paulo Maluf: Ascensão e declínio de uma liderança política. **Aurora: Revista de Arte, mídia e política**. São Paulo: vol. 5, n. 14, 2012, p. 31-45.

TRINDADE, João. Clóvis Bezerra: A política da conciliação. In MELLO, José Octávio de Arruda; SANTOS, Walter; SILVA, Francisco Pontes. **Poder e política na Paraíba: Uma análise das lideranças (1960-1990)**. João Pessoa: Editora A União, 1993, p. 125-131.

WASSERMAN, Cláudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, L. A; MOTTA, R. P. S. **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013, p. 179-208.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução: Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UNB, 1999.

_____. **Ciência e política**: Duas vocações. Tradução: Leônidas Hagenberg e Octany Silveira Mota. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEFFORT, Francisco. Jornais são partidos? **Lua Nova**. São Paulo, nº2, 1984.